

**EXEMPLAR ÚNICO**



**República Federativa do Brasil**



**EXEMPLAR ÚNICO**

# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

**ANO LII - Nº 115**

**QUINTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 1997**

**BRASÍLIA - DF**

**EXEMPLAR ÚNICO**



**MESA****Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

**1º Vice-Presidente**

Geraldo Melo – PSDB – RN

**2º Vice-Presidente**

Júnia Marise – Bloco – MG

**1º Secretário**

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

**2º Secretário**

Carlos Patrocínio – PFL – TO

**3º Secretário**

Flaviano Melo – PMDB – AC

**4º Secretário**

Lucídio Portella – PPB – PI

**Suplentes de Secretário**

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO  
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líderes**

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder**

Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

**EXPEDIENTE**

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor da Secretaria Especial  
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – RESOLUÇÕES

Nº 64, de 1997, que autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RIO), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997. .... 12865

Nº 65, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro – LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro parcial de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997. .... 12866

### 2 – ATA DA 2ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE JULHO DE 1997

#### 2.1 – ABERTURA

#### 2.2 – EXPEDIENTE

#### 2.2.1 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 22, de 1997, de autoria do Senador Guilherme Palmeira e outros Senadores, que altera o artigo 64 e seu respectivo § 3º da Constituição Federal. .... 12867

#### 2.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Iracema, no Estado de Roraima, e dá outras providências. .... 12868

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Mucajaí, no Estado de Roraima, e dá outras providências. .... 12869

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 1997, de autoria do Senador Ramez Tebet, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito. .... 12870

#### 2.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 506/97, de 25 de junho último, do Ministro da Fazenda, encaminhando Relatório da Execução do Programa de Emissões e Colocações de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com informações relativas ao comportamento no mercado secundário. .... 12871

Recebimento do Ofício nº 241/97, de 19 de maio último, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando a documentação referente à oferta de títulos emitidos no último dia 15 de maio. .... 12871

#### 2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Balanço feito pelo Presidente da República dos três anos do Plano Real, abordando apenas o lado róseo do Brasil, mas ouvindo a gravidade do quadro sócio-econômico, a necessidade da tomada de medidas que possam melhorar o nível de emprego, erradicar a miséria e tomar de fato mais equitativa a distribuição da renda e da riqueza. .... 12871

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Situação dramática e caótica do sistema público de saúde, decorrente da priorização de ajustes econômicos em prejuízo de políticas sociais. Dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias que obriga a destinação de recursos à saúde no ano de 1998, no mesmo valor aplicado em 1997. .... 12874

SENADORA *MARINA SILVA* – Justificando sua ausência das atividades da Casa na semana passada, em virtude de viagem de trabalho ao Estado do Acre. Comentários sobre entrevista do Presidente do Ibama, concedida à revista *Veja* desta semana. Repelindo calúnias daquele dirigente, ao afirmar que S. Ex.ª teria trocado a ética por votos, no concernente à defesa do meio ambiente e da construção da rodovia BR-364. .... 12877

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Protestando contra a ofensa do Presidente do Ibama à pessoa da Senadora Marina Silva e comunicando à Casa que se dirigirá ao Presidente da República para dizer a S. Ex.ª que não admite que seus auxiliares tratem os Senadores de maneira desrespeitosa. .... 12920

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Termo de declaração do Diretor de Serviços de Telecomunicações de Santa Catarina, Francisco Evangelista Vieira, sobre quebra de sigilo telefônico do Partido Progressista Brasileiro naquele estado. .... 12920

SENADOR *WALDECK ORNELAS* – Comemoração, na data de hoje, da independência da Bahia do domínio de Portugal. .... 12921



SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Associando-se às palavras do Senador Waldeck Ornelas e ao sentimento do povo baiano..

12922

### 2.2.5 – Requerimentos

Nº 465, de 1997, de autoria do Senador José Bianco, solicitando ao Ministro das Minas e Energia as informações que menciona.....

12922

Nº 466, de 1997, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1996 (nº 1.838/96, na Casa de origem), que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual, e dá outras providências. ....

12922

### 2.2.6 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.507-21, em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação.....

12922

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.511-12, em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação.....

12923

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.524-9, em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação.....

12924

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.565-6, em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que altera a legislação que rege o salário-educação, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação.....

12924

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.571-3, em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde

– SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. ....

12925

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.572-2, em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. ....

12926

### 2.2.7 – Ofícios

Nº 316/97, de 1º do corrente, do Líder do PV na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.572-2, de 1997. Designação dos Deputados Fernando Gabeira e Gilney Viana para integrarem, respectivamente, como titular e suplente, a referida Comissão. ....

12926

Nº 138/97, de 2 do corrente, do Líder do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.524-9, de 1997. ....

12926

### 2.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 81, de 1997, que autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. ....

12927

Redação Final do Projeto de Resolução nº 81, de 1997. **Aprovada.** À promulgação.....

12928

Projeto de Resolução nº 82, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 335, de 1997, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro – LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. ....

12929

Redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1997. **Aprovada.** À promulgação, retomando o Ofício nº S/51, de 1997, à Comissão de Assuntos Econômicos para apreciação da matéria que não foi objeto de deliberação nesta oportunidade....

12929

### 2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 466, de 1997, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado,** após usar da palavra o Sr. Ademir Andrade. ....

12931



**2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia**

**SENADOR GUILHERME PALMEIRA** – Solidarizando-se com a Senadora Marina Silva, que foi agredida pelo Presidente do Ibama, e com a reação do Presidente Antonio Carlos Magalhães no episódio. Análise de projeto de lei de sua autoria, que regulamenta a campanha eleitoral, face a aprovação da emenda da reeleição para os ocupantes de cargos eletivos do Executivo federal, estadual e municipal. .... 12932

**SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA** – Contentamento de S. Ex.<sup>a</sup> com a edição de decreto regulamentando a doação de órgãos no País. .... 12935

**SENADOR EDISON LOBÃO**, como Líder – Homenagem de pesar pelo falecimento do Desembargador João Miranda Sobrinho, Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. .... 12938

**SENADOR EDUARDO SUPPLY** – Captura e morte de David Alex Daitula, comandante da resistência timorense, por tropas da Indonésia. Apelo ao governo brasileiro no sentido de tomar a iniciativa junto à comunidade internacional e à ONU para que seja averiguada as reais circunstâncias da morte do comandante Davi Alex. .... 12940

**SENADOR PEDRO SIMON** – Considerações sobre proposta de emenda à Constituição de sua iniciativa, que convoca um Congresso revisor a partir de 1º de janeiro de 1999. .... 12940

**SENADOR ROMERO JUCÁ** – Cumprimento das promessas de campanha feitas em Roraima pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Reunião de Diretores da Eletronorte e representantes da Venezuela, para discutir a instalação da linha de transmissão de energia elétrica de Guri até Boa Vista. Apelo ao Ministro da Aeronáutica e ao Diretor da Infraero, para que tomem todos os cuidados na desapropriação de área para ampliação do aeroporto de Boa Vista, já que ali residem cerca de mil famílias. .... 12945

**SENADOR JOSÉ SERRA** – Análise do Plano Real, a propósito de seu 3º aniversário. .... 12949

**SENADOR ADEMIR ANDRADE** – Considerações a respeito da viagem de S. Ex.<sup>a</sup>, acompanhado do Ministro da Reforma Agrária e do Presidente do Incra ao sul do Pará. Tratamento amistoso dispensado pelo Ministro Raul Jungmann aos integrantes do Movimento dos Sem-Terra. Criação da Superintendência Regional do Incra do sul do Pará. Desapropriação da Fazenda Bradesco em Conceição do Araguaia, para fins de reforma agrária. .... 12953

**SENADOR RAMEZ TEBET** – Homenagem de pesar pelo falecimento de Marcolino Carlos de Souza, primeiro prefeito eleito da cidade de Três Lagoas – MS. .... 12954

**SENADOR JÚLIO CAMPOS** – Notícia publicada no jornal **Diário de Cuiabá**, sobre a restauração pelo DNER das rodovias Brs-163, 70 e 174, em Mato Grosso. .... 12954

**2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação**

**SENADOR ODACIR SOARES** – Preocupante extensão dos desflorestamentos feitos na Amazônia brasileira, tendo o Estado de Rondônia como seu campeão. Estatísticas do Ministério da Ciência e Tecnologia – Inpe, Projeto Prodes, intitulado "Amazônia Legal, Extensão do Desflorestamento Bruto, 1978 a 1994". Sistemas Agroflorestais – SAF como uma das alternativas econômicas e ecológicas viáveis de produção agrícola para as regiões tropicais florestais. .... 12956

**SENADOR ESPERIDIÃO AMIN** – Transformação do sistema educacional, especialmente, do ensino fundamental público. Preocupação de S. Ex.<sup>a</sup> com o problema gerado pela Resolução nº 3, de 4 de março último, do FNDE/MEC, que elimina a possibilidade de escolas com menos de 21 alunos, no ensino fundamental, recebiam verbas do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, ferindo os arts 205, 206, incisos I, VI e VII, 208, 211, parágrafo primeiro e 207 da Constituição Federal que, no seu entender, deve ser revista. .... 12961

**SENADOR ROMEU TUMA** – Criação da Assessoria de Relações Federativas do Ministério das Relações Exteriores, com a função de sistematizar e coordenar os contatos do Itamaraty com os governos estaduais e municipais. .... 12962

**SENADOR MAURO MIRANDA** – Esforço do Ministro Eliseu Padilha para coordenar o cronograma de investimentos do Programa "Brasil em Ação", com suas metas de médio e longo prazos na ampliação da infra-estrutura de transportes. Compromisso do citado Ministro em concretizar a hidrovía Tietê-Paraná. .... 12962

**2.3.4 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária****2.4 – ENCERRAMENTO****3 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Senador Elcio Alvares, proferido na sessão de 1-7-97 (republicação). .... 12964

**4 – RETIFICAÇÃO**

Ata da 131ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 30 de agosto de 1996 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. .... 12968

**5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 2-7-97****6 – ATO DO PRESIDENTE**

Nº 180, de 1997. .... 12969



---

<b>7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>		<b>11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS</b>
Nºs 1.662 a 1.669, de 1997. ....	12969	<b>12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>
Apostila, referente à aposentadoria do servidor José Paulo Pimentel Pinheiro.....	12975	<b>13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>
<b>8 – MESA DIRETORA</b>		<b>14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)</b>
<b>9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>		
<b>10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>		

---



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

### RESOLUÇÃO Nº 64, DE 1997

**Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RIO), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro autorizada, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RIO), para giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Município vencível no segundo semestre de 1997;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimentos*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) *prazo*: cinco anos;

e) *valor nominal*: R\$1,00 (um real) – SELIC;

R\$1.000,00 (um mil reais) – CETIP;

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC		
Título	Vencimento	Quantidade
681447	1º-7-97	704.835.469.179
681446	1º-8-97	621.024.388
681447	1º-9-97	1.074.153.969
681447	1º-10-97	1.596.112.238

CETIP		
Título	Vencimento	Quantidade
N	1º-7-97	50.100.000
N	1º-7-97	60.000.000
N	1º-8-97	60.000.000
N	1º-8-97	50.100.000
N	1º-9-97	50.100.000
N	1º-9-97	60.000.000
N	1º-10-97	60.000.000
N	1º-10-97	50.100.000
N	1º-11-97	50.100.000
N	1º-11-97	60.000.000

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

SELIC			
Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
1º-7-97	1º-7-2002	681826	1º-7-97
1º-8-97	1º-7-2001	681461	1º-8-97
1º-9-97	1º-7-2002	681673	1º-9-97
1º-10-97	1º-7-2001	681461	1º-10-97

SETIP			
Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
1º-7-97	1º-10-2000	N	1º-7-97
1º-8-97	1º-5-2001	N	1º-8-97
1º-9-97	1º-7-2001	N	1º-9-97
1º-10-97	1º-7-2001	N	1º-10-97
3-11-97	1º-11-2001	N	3-11-97

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 1.373, de 26 de janeiro de 1989, e Decreto nº 8.355, de 26 de janeiro de 1989.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.



§ 3º A quantidade total de títulos referidos na alínea f é de 708.677.259.774 LFTM-RIO. Este Montante decorre do fato das emissões terem sido realizadas em 1993, quando a moeda vigente era o cruzeiro, que foi transformado em cruzeiro real, com a divisão por 1.000 (um mil), e em real, com a divisão por 2.750 (dois mil, setecentos e cinquenta). O valor financeiro dos títulos, em 31 de março de 1997, representa R\$228.534.233,96 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos).

Art. 3º O Banco Central do Brasil, no prazo máximo de catorze dias após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº 65, DE 1997**

**Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro – LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro parcial de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro – LFTRJ, cujos recursos serão destinados ao giro das parcelas de sua dívida mobiliária com vencimento nos dias primeiro de julho e primeiro de agosto de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida

mobiliária do Estado vencível nos dias primeiro de julho e primeiro de agosto de 1997;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) *prazo*: cinco anos;

e) *valor nominal*: R\$1,00 (um real) – SELIC;

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC		
Título	Vencimento	Quantidade
541811	1º-7-97	83.552.538.196
541826	1º-7-97	90.003.540.189
541811	1º-8-97	101.319.580.612
541824	1º-8-97	113.585.813.814

g) *previsão de colocação dos títulos a serem emitidos*:

SELIC			
Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
1º-7-97	1º-7-2002	541826	1º-7-97
1º-8-97	1º-7-2002	541826	1º-8-97

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 1.389, de 28 de novembro de 1988.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Governo do Estado do Rio de Janeiro encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 3º O Banco Central do Brasil, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias contado a partir da sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.



## Ata da 2ª Sessão Deliberativa Ordinária em 2 de Julho de 1997

### 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães  
da Srª Júnia Marise e do Sr. Ronaldo Cunha Lima*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Epitacio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francellino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Jefferson Péres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Alves – José Bianco – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – José Serra – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Otoniel Machado – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sergio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### EXPEDIENTE

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que

será lida pelo Sr. Secretário, em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lida a seguinte:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1997**

**Altera o art. 64 e seu respectivo § 3º  
da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 64 e seu respectivo § 3º da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 64. A discussão e votação das propostas e projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

.....

.....

§ 3º A apreciação das emendas de cada uma das Casas do Congresso far-se-á, salvo no caso das propostas de emenda constitucional, no prazo de dez dias, observado, quanto ao mais, o disposto no parágrafo anterior."

Art. 2º A Mesa do Congresso Nacional promulgará esta emenda que entrará em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O início da discussão dos projetos de lei e das propostas de emenda constitucional de autoria de outros Poderes se inicia na Câmara dos Deputados, em virtude de uma tradição do modelo constitucional brasileiro, que não tem justificativa ou embasamento doutrinário, mas, ao contrário, decorre unicamente do § 3º do art. 64 da Constituição de 1946 e das que lhe seguiram, não constando dos textos constitucionais de 1934 e 1891. O sistema bicameral, típico do federalismo brasileiro adotado na República, assegurou a igualdade de tratamento, quando se trata de



proposição de iniciativa parlamentar. Cada uma das Casas serve de instância revisora das decisões da outra, competindo-lhe aprová-las, emendá-las ou rejeitá-las, havendo, por consequência, igualdade e equilíbrio de competências em matéria em relação aos procedimentos legislativos ordinários. Neste sentido, não vemos razão para a discriminação que o texto constitucional em vigor estabeleceu, quando se trata de proposições dos demais Poderes do Estado.

A presente proposta tem por objetivo eliminar essa diferença, dando tratamento igualitário a tais matérias, ao estabelecer alternância na iniciativa da apreciação das proposições oriundas tanto do Executivo, quanto do STF e dos Tribunais Superiores. Parece-nos um princípio mais justo, consentâneo e coerente com a equivalência de prerrogativas que, em nosso modelo constitucional, deve ser atribuído, indistintamente, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

Milita em favor da proposição uma razão de ordem procedimental prática, na medida em que contribuirá para melhor distribuir as propostas entre as pautas das duas Casas, evitando-se, como até agora, sua concentração apenas na Câmara dos Deputados que, por sua própria composição, tem a seu cargo número expressivamente maior de projetos de lei e de propostas de emendas constitucionais, em cada sessão legislativa.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1997. – Senador **Guilherme Palmeira**, PFL/AL – Artur da Távola – José Roberto Arruda – Hugo Napoleão – Levy Dias – Regina Assumpção – Freitas Neto – Bernardo Cabral – Flaviano Melo – Josaphat Marinho – Valmir Campelo – Ney Suassuna – Romeu Tuma – Nabor Júnior – Geraldo Melo – Ronaldo Cunha Lima – Jefferson Péres – Bello Parga – Esperidião Amin – Romero Jucá – Beni Veras – Lúcio Alcântara – Eduardo Suplicy – Teotônio Vilela Filho – Jádér Barbalho – Carlos Patrocínio – Ramez Tebet – Roberto Freire – Júlio Campos – Jonas Pinheiro – Lucídio Portella – Abdias Nascimento – Onofre Quinan – Fernando Bezerra – João Rocha – Leomar Quintanilha – Carlos Bezerra – Gilberto Miranda – Casildo Maldaner – José Eduardo Dutra – João França – Mauro Miranda – Ernandes Amorim – Júnia Marise – José Agripino – Roberto Requião.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Su-

premo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e cidadania)

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) - A Proposta de Emenda Constitucional que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cuja tramitação terá início em 1º de agosto vindouro.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Valmir Campelo.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 1997

**Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Iracema, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental e, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos



naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Não há negar a vocação agropecuária da Amazônia Ocidental, principalmente do Estado de Roraima, que pode transformar, a médio prazo, no celeiro da região, considerando a natureza do seu solo, o relevo propício à agropecuária e o clima quente e úmido.

Para desenvolver esta atividade, impõe-se a criação de um distrito agropecuário no município de Iracema, dada sua localização e importância geoeconômica que desempenha no Estado de Roraima.

O modelo a ser adotado para a criação do distrito de que se trata é o mesmo que norteou o surgimento do congênere, no Estado do Amazonas, em fase de implantação ao longo das margens de centenas de quilômetros de diversas rodovias, e que, tudo indica, revolucionará os métodos de desenvolvimento agropecuário até agora vigentes, contando com a parceria dos Governos Estadual e Municipal abrangidos pelo Distrito e com a indispensável participação da iniciativa privada.

Pelo teor deste projeto de lei, o Distrito Agropecuário de Iracema, desenvolverá atividades de agropecuária, propriamente dita, colonização, turismo ecológico, mineração e poderá inserir áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Com isso, pretende-se aumentar a oferta de alimentos nos mercados de Roraima, da Amazônia Ocidental e, especialmente, de Manaus, como pólo indutor de desenvolvimento regional e, ainda, maximizar o aproveitamento dos seus recursos naturais e a conseqüente diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos e, finalmente, incrementar uma tradição agrícola e gerar empregos.

No seu art. 3º, elege-se a Suframa como órgão incumbido da fixação de diretrizes e normas destinadas a seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de Iracema.

É este o escopo do projeto de lei que submeto à apreciação dos meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1997. – Senador **Romero Jucá**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 1997

**Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Mucajaí, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental e, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Não há negar a vocação a agropecuária da Amazônia Ocidental, principalmente do Estado de Roraima, que pode se transformar, a médio prazo, no celeiro da região, considerando a natureza do



seu solo, o relevo propício à agropecuária e o clima quente e úmido.

Para desenvolver esta atividade, impõe-se a criação de um distrito agropecuário no município de Mucajaí, dada sua localização e importância geoeconômica que desempenha no Estado de Roraima.

O modelo a ser adotado para a criação do distrito de que se trata é o mesmo que norteou o surgimento do congênere, no Estado do Amazonas, em fase de implantação ao longo das margens de centenas de quilômetros de diversas rodovias, e que, tudo indica, revolucionará os métodos de desenvolvimento agropecuário até agora vigentes, contando com a parceria dos Governos Estadual e Municipal abrangidos pelo Distrito e com a indispensável participação da iniciativa privada.

Pelo teor deste projeto de lei, o Distrito Agropecuário de Mucajaí, desenvolverá atividades de agropecuária, propriamente dita, colonização, turismo ecológico, mineração e poderá inserir áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Com isso, pretende-se aumentar a oferta de alimentos nos mercados de Roraima, da Amazônia Ocidental e, especialmente, de Manaus, como pólo indutor de desenvolvimento regional e ainda, maximizar o aproveitamento dos seus recursos naturais e a conseqüente diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos e, finalmente, incrementar uma tradição agrícola e gerar empregos.

No seu art. 3º, elege-se a Suframa como órgão incumbido da fixação de diretrizes e normas destinadas à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de Mucajaí.

É este o escopo do projeto de lei que submeto à apreciação dos meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1997. – Senador **Romero Jucá**.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa).*

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 1997**

**Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As conclusões das comissões parlamentares de inquérito encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil

ou criminal dos infratores, ou a qualquer órgão, em diligência ou para a adoção de providências, terão prioridade sobre todos os atos judiciais e administrativos, exceto o **habeas corpus** e o mandato de segurança.

Parágrafo único. O retardamento injustificado dos procedimentos previstos no **caput** implica a responsabilidade de quem lhe der causa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### **Justificação**

As dimensões dos trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito espelham a própria Casa, ou, tratando-se, de comissão mista, refletem o próprio Congresso Nacional.

A doutrina é unânime quanto ao fato de que o exercício da atividade legiferante do Congresso, ou de qualquer uma de suas Câmaras, malgrado as exceções, pressupõe a realização de atos que se caracterizam como próprios desse Poder. O mesmo se aplica às comissões parlamentares de inquérito, porquanto os seus trabalhos não se limitam a resultados internos e, assim como as normas legais, revestem-se de coatividade e projetam-se a amplo alcance.

Desse modo, torna-se inaceitável que os órgãos a que se destinam os resultados das comissões parlamentares de inquérito, aos quais, a partir do seu recebimento, impede instaurar inquérito para apurar responsabilidades, ou atender a diligências, venham a neutralizar, por acúmulo de serviço ou de qualquer outra razão, os trabalhos realizados por um dos poderes da República.

Com este projeto, busca-se atacar a lentidão com que os processos se arrastam, lentidão que é, segundo a procuradora-geral Ela Wieko de Castilho, a principal causadora da impunidade.

Na mesma medida, qualquer eventual inércia ou o retardamento de iniciativa dos órgãos, aos quais incumbe a concretização de posturas de responsabilização civil ou criminal dos infratores, constitui intolerável afronta aos preceitos constitucionais.

Por conseguinte, objetiva-se contribuir para a redução da impunidade, pois vislumbramos, com a nossa proposta, a solução para que as conclusões de Comissões Parlamentares de Inquérito não venham a sucumbir diante da morosidade imposta pelos procedimentos ordinários.

Para concluir, sobreleva o interesse público sobre os interesses particulares. Este é um princípio que confere absoluta preferência aos processos re-



lativos às matérias de que tratam as Comissões de Inquérito, e tem que merecer a cogência expressa em lei ordinária.

São estas as razões que suscito para conclamar os ilustres Parlamentares à aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1997. – **Ramez Tebet.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – Os projetos serão publicados e remetidos à comissão competente, devendo ter a sua tramitação iniciada a partir de 1º de agosto próximo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – A Presidência recebeu do Ministro da Fazenda o Aviso nº 506, de 1997, de 25 de junho último, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 57, de 1995, Relatório da Execução do Programa de Emissões e Colocações de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, com informações relativas ao comportamento no mercado secundário.

O expediente, anexado ao processado do Diversos nº 34, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – A Presidência recebeu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul o Ofício nº 241/97, de 19 de maio último, encaminhando, nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução nº 41, de 1997, a documentação referente à oferta de títulos emitidos no último dia 15 de maio.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 59, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra Senadora Marina Silva, primeira oradora inscrita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. V. Exª dispõe de 20 min.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco-PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Júnia Marise, Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso precisa de um novo óculos que lhe permita ver a realidade do Brasil.

Os pronunciamentos que fez, relativos aos três anos do Plano Real, indicam que Sua Excelência está vendo apenas o Brasil de forma rósea, somente os aspectos positivos como se não houvesse graves, gravíssimos problemas sociais, como se a desigualdade já houvesse sido, em grande parte, resolvida, como se estivéssemos vivendo numa situação quase que de pleno emprego. E também assim fizeram os seus Ministros, os seus Líderes: num balanço dos três anos do Plano Real, trilham o caminho do róseo. Inclusive ontem, aqui da tribuna, o Líder do Governo, Elcio Alvares, fez um pronunciamento nesse sentido.

Seria importante podermos dar uns óculos ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que lhe permitissem ver que no Brasil há problemas sérios, problemas que aconteceram durante os três anos do Plano Real, sobretudo no que se refere à questão do emprego. Desde a implantação do Plano Real, o Brasil perdeu 733.177 empregos formais, segundo levantamento do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – Cesit, da Unicamp. O estudo, baseado em dados do Ministério do Trabalho, que não considera os trabalhadores autônomos, nem os que não têm carteira assinada, mostra que a redução ocorreu em todos os setores. A indústria foi responsável pelo fechamento da maior parte dos postos de trabalho: 464.909; o setor de serviços eliminou 108.727 vagas; a agricultura, 81.262 vagas; a construção civil, 75.256; o comércio, 1.771, enquanto outros setores fecharam 1.252 empregos.

O Plano Real consolidou um movimento de desestruturação do mercado formal de trabalho iniciado no começo da década. Desde os anos 30 o movimento era contrário: crescia o assalariamento e se reduzia o número de empregos sem carteira e por conta própria, diz o coordenador da pesquisa Márcio Pochman.



Agora, o movimento foi em direção outra; as oportunidades de emprego no setor formal da economia estão crescendo pouco, ou mesmo se encolhendo, e dado que os trabalhadores no mercado formal têm grande dificuldade de encontrar oportunidade, obviamente surgem situações no mercado informal. É a forma de sobreviver que os trabalhadores encontram.

A substituição de empregos com carteira assinada por ocupações informais vem sendo apontada pelo Governo como um paliativo para o desemprego. Entretanto, para os economistas do Cesit e do Dieese, esses novos empregos são precários porque não dão garantias trabalhistas e oferecem, na média, rendimentos menores do que as vagas registradas. Para Pochman, o autônomo bem-sucedido e com altos rendimentos existe mas é uma exceção. A grande maioria dos trabalhadores informais é de pessoas que não conseguem empregos formais e aceitam biscates para sobreviver.

A criação de empregos informais não está sendo suficiente para compensar o fechamento dos postos de trabalho. Na Grande São Paulo, em Porto Alegre e Brasília, o desemprego aumentou nos últimos três anos. Segundos dados da Fundação Seade e do Dieese, do início do Plano Real até maio, 177 mil pessoas ficaram sem qualquer tipo de emprego em São Paulo, elevando o contingente de desempregados na região para 1,387 milhão de pessoas – 14,6% a mais do que há três anos. A taxa de desemprego na grande São Paulo foi de 16% em maio último, permanecendo em torno disso nos últimos três meses – março, abril e maio.

Em Porto Alegre, o número de desempregados, 218 mil, aumentou 21,1%, enquanto que em Brasília o desemprego cresceu 30,5% no período, com 151 mil pessoas sem conseguir trabalho.

O coordenador do Dieese, Sérgio Mendonça, ressalta que os altos patamares de desemprego enfrentados ainda são uma herança da recessão de 1992. O problema é que o crescimento comedido da economia não tem sido suficiente para alterar a pressão sobre o mercado de trabalho. A taxa de desemprego nos anos 80 na Grande São Paulo girava em torno de 10%. Em 1994, 14,2%; em 1995, 13,2%; em 1996, 15,1%. Nos primeiros meses deste ano, a média se manteve em 15%, mas no último mês foi de 16%.

Enquanto a economia não crescer acima de 6 ou 7%, não serão gerados empregos suficientes para compensar o aumento da população e os ga-

nhos de produtividade, segundo o diretor-executivo da Fundação Seade, Pedro Paulo Martoni Branco.

Por que será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu pronunciamento à Nação, no último dia 30, não colocou com maior clareza essa grave situação?

Em 1994, o povo brasileiro elegeu um Presidente que defendia em sua campanha, em claro e bom som, a criação de empregos com maior estabilidade e segurança. Mais ainda, dizia que priorizava a geração de empregos, como se lê no seu programa de governo, o "Brasil em Ação". Mas o que se vê até o presente é que essa saída não se encontra a curto prazo.

Nesse perverso contexto está incluído um grupo de trabalhadores que sofrem duplamente os efeitos da demissão: aqueles que ficam privados de seus postos de trabalho ao alcançarem idade superior a 45 anos e, devido a preconceitos de variada ordem, não encontram mais colocação no mercado de trabalho. São muitas as pessoas que chegando à meia idade, com uma folha de serviços prestados a empresas, são por elas descartados como se tivessem se tornado um objeto em desuso, um móvel que atravança o caminho da empresa rumo a uma discutível modernização, uma mera folha de papel que se amassa e se lança ao cesto de lixo. Não importa se têm família, filhos a educar, compromissos financeiros assumidos. Descarta-se e pronto! É desses trabalhadores que seria importante também falarmos, porque são vítimas da perversa face com que se mostra a natureza do sistema que caracteriza a economia brasileira, pois em nome da integração econômica, da chamada globalização de mercado, da corrida tecnológica, muitas vezes sentimos um verdadeiro massacre de seres humanos no que têm de mais precioso para garantir a sobrevivência de suas famílias: a sua vontade de contribuir para a geração de riqueza no País, a sua vontade de trabalhar e levar para casa uma remuneração condigna.

A situação de perda de emprego é particularmente difícil para um trabalhador de meia idade. Para este último, as chances de obter um novo emprego se afunilam, em parte por que, muitas vezes, as mudanças econômicas afetam especialmente os setores nos quais os mais velhos têm maior presença, como agricultura, as atividades artesanais, pequenas lojas e oficinas. Além disso, os progressos tecnológicos e as transformações nos métodos de trabalho nas grandes empresas empurram para fora os trabalhadores de mais idade, cuja educação, for-



mação, conhecimento e experiência não mais correspondem às novas necessidades de produção.

A mobilidade geográfica e profissional desses trabalhadores é também mais limitada. Enfrentam, acima de tudo, um obstáculo particularmente cruel: a discriminação etária que carrega o preconceito de que o trabalhador de mais idade é menos produtivo, menos dócil, mais predisposto ao absenteísmo e mais sujeito a acidentes.

Na verdade, o fenômeno do envelhecimento raramente é visto como positivo nas sociedades modernas. Se há sociedades que vêem as pessoas mais velha com grande respeito, dada a sua experiência e sabedoria, mais abundantes são as que menosprezam o fator idade e atribuem aos mais velhos o estigma de pessoas pouco capazes de produzir, pouco afeitas a idéias novas, verdadeiros entraves às conquistas da tecnologia. Não é incomum presenciarmos, em todas as áreas de atividade, a diminuição com a idade da importância social e profissional das pessoas, sendo-lhes subtraídas as funções que antes desempenhavam.

Esse quadro, transposto para a situação brasileira, nada tem de tranquilizador. Ao contrário, nossas preocupações tendem a aumentar, dado o perfil que assume a pirâmide demográfica brasileira, com a redução do índice de natalidade e a extrema velocidade com que o envelhecimento da população vem ocorrendo.

Portanto, há espaço para iniciativas que busquem minorar o amargo panorama dos trabalhadores com idade acima de 45 anos, demitidos de seus empregos na pujança da capacidade laborativa. Em países industrializados e em muitos países em desenvolvimento, notadamente no setor urbano, medidas vêm sendo adotadas para garantir a manutenção do emprego para facilitar a reinserção no mercado dos trabalhadores de mais idade.

No Japão, desde 1963, o governo oferece ao trabalhador idoso programas de formação e reciclagem e, desde 1966, assegura a criação de empregos que tenham em conta a sua capacidade produtiva.

Em 1976, foi estabelecido que 6% do pessoal de tempo integral de uma empresa deveriam ser de trabalhadores idosos. Subvenções são concedidas às empresas que empreguem trabalhadores de 55 a 64 anos. Para os desempregados idosos, são reservados de 60 a 80% dos salários percebidos na ativa.

A Alemanha, por sua vez, financia para trabalhadores mais idosos cursos de formação complementar e de reciclagem em suas áreas de especialização. A Finlândia oferece programas de formação

para trabalhadores de idade avançada, estimando-se que 75% dos "treinandos" reencontram um novo emprego. Também oferecem cursos de formação para trabalhadores de mais idade a Holanda, a França, a Nova Zelândia e o Canadá.

Na Espanha, há legislação que fomenta a contratação de trabalhadores maiores de 45 anos, em situação de desemprego. Há requisitos a serem cumpridos pelos trabalhadores e pelas empresas. Estas últimas recebem determinados incentivos, como subvenções pecuniárias por contrato firmado e redução da participação patronal no custeio da seguridade social.

Iniciativa semelhante tramita nesta Casa, provinda da lavra do ilustre Senador Flaviano Melo. Em seu projeto de lei, fica instituído incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que, na qualidade de empregador, possuam pelo menos 30% de seus empregados com idade superior a 40 anos. Essas empresas poderão deduzir do lucro tributável, para fins de cálculo do Imposto de Renda, até 30% do montante dos salários e respectivos encargos sociais pagos, no período-base, a seus empregados, observado o limite de 15% do lucro antes de computada a dedução.

O Senador Lauro Campos apresentou um substitutivo, um voto em separado, onde, mantendo os propósitos do Senador Flaviano Melo, observou que há casos de pessoas de meia idade ou idade avançada que estão numa faixa que não causam preocupação. São justamente àqueles administradores de larga experiência, inclusive, são, muitas vezes, bastante procurados e, por causa disso, o nobre Senador Lauro Campos avaliou que poder-se-ia não considerar, para efeito desse incentivo fiscal, os trabalhadores acima de 40 ou 45 anos que recebessem mensalmente mais de R\$3 mil. Propôs que o incentivo fosse no máximo em 25%, e que também houvesse uma limitação, não se admitindo o crédito fiscal no caso de se ultrapassar, com diversos formatos, uma situação que levasse uma empresa a ter um lucro líquido negativo, simplesmente pelo abuso do usufruto de créditos fiscais.

Assim, acredito que a Proposição do nobre Senador Lauro Campos aperfeiçoa o propósito do nobre Senador Flaviano Melo. Mas, certamente, o Senado Federal poderá ainda melhor apreciar, apresentando modificações.

Nas economias modernas, o crescimento requer força de trabalho cada vez mais qualificada. Incentivos ao treinamento, à especialização, ao complemento de formação, são ações fundamentais para a manutenção e melhor aproveitamento dos



profissionais em seus postos de trabalho. Essas ações, aliadas à política de manutenção de emprego bem definidas, tornam possível combater o preconceito de que trabalhadores com mais idade são descartáveis do processo produtivo.

O Brasil tem, hoje, 21 milhões de idosos numa população estimada em 150 milhões. Só na Grande São Paulo, 30% da população ocupada tinha 40 anos ou mais, conforme revelado por pesquisa da Fundação Seade e do Dieese, no período compreendido entre dezembro de 1994 e fevereiro de 1995.

Não podemos deixar o contingente de trabalhadores brasileiros, no qual se incluem como "grupo de risco" as pessoas com mais idade, à mercê dos efeitos perversos de um quadro econômico marcado por crescimento econômico medíocre e taxas de juros elevadas, sobretudo para as empresas menores.

Sr<sup>a</sup> Presidente, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, mencionou a evolução da questão da desigualdade segundo os indicadores do Ipea, e observou que de 1994 até 1996, teria havido um crescimento da parcela da renda dos 50% mais pobres de 11,3 para 12,3%; enquanto a parcela da renda dos 20% mais ricos teria diminuído de 64,7 para 62,4%. Ressaltando, assim, que os mais ricos teriam crescido menos do que os mais pobres. Mas o Presidente não ressaltou que essas informações foram calculadas pelo Ipea a partir da Pesquisa de Emprego e Rendimento do IBGE para seis áreas metropolitanas, que se referem apenas à renda do trabalho e não ao rendimento do capital.

Gostaria de saber, Sr<sup>a</sup> Presidente Júnia Marise, qual será a situação da distribuição da renda, dentre todos os brasileiros, quando forem considerados não apenas os indicadores de rendimentos de trabalho, mas também os rendimentos do capital. Ao fazermos, aqui, apenas uma análise preliminar, ressalto que, mesmo levando em conta apenas os dados de rendimentos do trabalho, a situação de desigualdade é ainda mais intensa do que a que aconteceu no último ano do Presidente Fernando Collor de Mello. A parcela da renda dos 50% mais pobres em 1992 era de 13,1% e, em 1996, passou para 12,3% – portanto, mais baixa –; enquanto que a parcela da renda dos 20% mais ricos, em 1992, era de 61,1% e, em 1996, de 62,4%. Assim, em relação ao último ano do Governo Fernando Collor de Mello, 1992, caracterizado, como sabemos, por tantos problemas, que nos levavam à condição ímpar de campeões da desigualdade, estamos com pior desigualdade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) (Fazendo soar a campainha) – Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que finalize o seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Assim, Sr<sup>a</sup> Presidente, reafirmo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, seus Ministros e seus Líderes aqui no Senado precisam ganhar novos óculos, que lhes permitam ver não apenas o róseo, mas a realidade em que vive o povo brasileiro e a gravíssima situação de desigualdade socioeconômica.

Por isso, não podemos nos contentar com as poucas medidas que até agora foram extremamente modestas para o objetivo de se erradicar a pobreza e melhorar a distribuição da renda em nosso País.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em nosso País, nos últimos anos, a priorização de ajustes econômicos em prejuízo de políticas sociais levaram o sistema público de saúde a uma situação verdadeiramente dramática e caótica.

O cidadão brasileiro, que tem assegurado pela Constituição Federal o direito à saúde e deveria ter acesso universal e igualitário a um atendimento público adequado e digno, sofre, infelizmente, as consequências da profunda crise que atinge a saúde pública nacional, sempre carente de recursos e envolta em um mar de denúncias, de desmandos, de malversação de recursos, de desperdícios e de fraudes.

A realidade caótica do setor, freqüentemente divulgada pela mídia, vem confirmar o que todos já sabemos: os gastos sociais não têm sido considerados prioritários pelos governantes que dirigiram os destinos do Brasil, nas últimas décadas.

No Governo atual, o quadro alterou-se, mas, infelizmente, alterou-se pouco.

Em 1995, o Ministro da Saúde recebeu R\$14.700 bilhões e, no ano passado, ainda menos, R\$14.300 bilhões, valores absolutamente insuficientes para resolver os graves problemas da saúde pública em nosso País.

Desde o início do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso vem-se registrando, lamentavelmente, uma tendência de redução dos gastos sociais previsto no Orçamento da União, enquanto a conta dos juros da dívida externa e interna não pára de crescer, engolindo parcela cada vez maior da arrecadação do Tesouro Nacional.

Segundo matéria publicada na **Folha de S.Paulo**, do dia 17 de março, intitulada: "Conta de juros supera saúde e educação", nos anos de 1995 e 1996, caíram, nesses dois anos, as despesas nas



funções do Orçamento mais ligadas à área social, como educação e cultura, saúde e saneamento, agricultura, e outras.

Embora a saúde faça parte das prioridades do Governo, nos discursos oficiais, mesmo sendo considerada uma das áreas de prioridade máxima, na prática, não se pode dizer, que, nos últimos dois anos, houve melhora significativa do setor. Em 1995, o gasto federal **per capita** com a saúde foi de US\$96,97, mas, em 1996, esse valor sofreu uma redução de 7,6% caindo para, apenas, US\$88,70, por habitante.

As conseqüências da insuficiência desses recursos todos sabemos muito bem: a deterioração dos serviços públicos de saúde, estampadas uma tragédias das mortes dos pacientes renais, de Caruaru, dos velhinhos da Clínica Santa Genoveva e dos recém-nascidos infectados nos hospitais e diversas capitais brasileiras.

Essas tragédias, que foram amplamente divulgadas, infelizmente, não são as únicas. Nas estatísticas aterradoras do descaso e do desrespeito aos direitos humanos, que tão bem conhecemos, com certeza não estão registradas as milhares de mortes anônimas em razão do desaparecimento da rede pública de hospitais.

Da falta de atendimento médico, da falta de atendimento e até, mesmo, de simples analgésicos, do sucateamento dos equipamentos médico-hospitalares e de tantas outras carências que contribuem para o quadro calamitoso que hoje temos na área da saúde.

Setores importantes do Ministério foram duramente afetados por cortes e remanejamento de recursos orçamentários, feitos indiscriminadamente, segundo critérios que priorizam muito mais o aspecto financeiro do que o técnico. Verbas da Fundação Nacional de Saúde, destinadas a programas prioritários como o combate de doenças transmitidas por vetores, como a malária e a dengue, dotações da recém-extinta Central de Medicamentos – CEME, e do Programa de Combate à Desnutrição Infantil, para citar algumas, foram utilizadas para o pagamento de internações hospitalares, prejudicando a execução de ações básicas de saúde, que jamais poderiam ter sido afetadas ou interrompidas.

No meu Estado não havia casos de dengue, Sr.<sup>a</sup> Presidente, hoje não há cidade do meu Estado – uma região de semi-árido – que não tenha caso de dengue. Era uma coisa que não conhecíamos, que hoje está generalizada na Paraíba e no Nordeste.

A ser verdade que metade dos gastos de custeio do Ministério da Saúde destina-se aos pagamentos de atendimento de ambulatório e a outra metade ao pagamento de internações hospitalares, torna-se patente que a política nacional de saúde está priorizando a doença e não, a saúde.

Gasta-se muito com doenças que poderiam ser facilmente evitadas. Desperdiçam-se bilhões de reais com aplicação indiscriminada de recursos para o atendimento ambulatorial e hospitalar, sem rigorosa fiscalização da qualidade dos serviços, enquanto milhões de brasileiros não têm sequer acesso ao atendimento básico ou aos medicamentos mais elementares.

Não é de espantar, portanto, o recrudescimento do número de casos de doenças como a dengue, a malária, a tuberculose, a cólera e tantas outras doenças infecciosas e parasitárias em diversos Estados da Federação, com conseqüências graves, que só poderão ser mensuradas totalmente a médio prazo, quando, lamentavelmente, a população já tiver sido amplamente afetada.

Todos sabemos que os resultados de políticas e ações desenvolvidas especificamente para o controle da incidência e prevalência de doenças como as que acabei de citar dependem diretamente da disponibilidade de recursos para a sua execução, e que qualquer interrupção nos programas em andamento joga por terra não só o dinheiro público já investido, mas também boa parte do êxito já alcançado.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao relegar a segundo plano áreas importantíssimas de atuação do Ministério da Saúde, o Governo Federal está penalizando uma enorme parcela da população brasileira, principalmente da população mais carente, que vive em locais de péssimas condições sanitárias e depende exclusivamente dos serviços públicos de saúde.

É essa população sofrida, que não tem acesso a quase nenhum socorro médico e padece das doenças da miséria e da fome, que mais está sendo penalizada com os cortes no orçamento da saúde e a insuficiência de verbas para o setor, Sr. Presidente.

É bem verdade que, para o ano de 1997, o orçamento previsto é de vinte bilhões e trezentos milhões de reais, sendo que, desse total, quinze bilhões virão do Tesouro Nacional, e os cinco bilhões e trezentos milhões restantes serão provenientes da arrecadação da CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

O problema, e ainda hoje eu falava com o Ministro sobre isso, é que boa parte dos recursos, ou



quase a totalidade, a serem arrecadados pela CPMF serão empregados para saldar dívidas anteriores, não vinculadas ao Sistema Único de Saúde, tais como o resgate de empréstimos tomados ao Fundo de Assistência ao Trabalhador – FAT.

Com isso, "o cobertor" da saúde continuará "curto", pois a Presidência da República já sabe que o Governo Federal precisa investir pelo menos R\$18 bilhões por ano no setor saúde para garantir o funcionamento dos programas prioritários para o País, como redução da mortalidade infantil, combate a doenças endêmicas, e outros.

A determinação desse valor, feita por técnicos dos Ministérios da Saúde, da Fazenda e do Planejamento encarregados de fazer uma análise para descobrir qual a necessidade real de investimento federal em saúde, por determinação das mais altas autoridades do Poder Executivo, evidencia claramente que os gastos efetuados nos dois anos de gestão do atual Governo foram insuficientes para tirar a saúde pública brasileira do reconhecido caos em que se encontra.

Afirmar, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que melhorias foram feitas, mas ainda não são suficientes. Muitas vezes, ao me dirigir a Brasília, embarco no Rio de Janeiro às 5:30 horas, e nesse horário, quando passo ao lado do Jockey Club, já há uma fila de quase um quilômetro, de pessoas que lá dormiram para serem atendidas no hospital público. Isso se repete em todas as capitais brasileiras.

Não obstante os gigantescos números dos serviços de saúde pública prestados no País em 1996, recentemente divulgados, que registram 2,8 milhões de partos, 318 milhões de consultas, 12 milhões de internações hospitalares, 502 milhões de exames, 48 milhões de doses de vacinas, há muito ainda a ser feito para acabar com as tragédias, com as epidemias e para recuperar os serviços de saúde pública no Brasil.

Esperemos que as metas recentemente divulgadas não fiquem só nos discursos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Precisaremos de recurso para atingi-las.

Na LDO deste ano, colocamos que o ano de 1998 não poderá ter verba menor que a do ano de 1997. Onde o Governo vai conseguir o dinheiro ainda não sabemos, se vai reeditar a CPMF ou se vai buscar em outras fontes – emissão de títulos etc. Mas a verdade é que a saúde pública não pode piorar mais do que já está.

O Ministro Carlos Albuquerque é atuante, está fazendo tudo o que pode para vedar as brechas que

existem no sistema. Mas S. Ex<sup>a</sup> precisa de recursos, e cabe a nós...

**O Sr. Jefferson Péres** - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** - Com muita satisfação, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** - Senador Ney Suassuna, concordo inteiramente com o dispositivo da LDO, que é inovador, que assegura que, no exercício de 1998, os recursos serão pelo menos do mesmo nível dos atuais para a saúde. Entretanto, creio que o Congresso está na obrigação também de assegurar recursos ao Governo, seja mediante a prorrogação da CPMF, seja de outra fonte. Creio que será uma atitude irresponsável também do Congresso obrigar o Governo a despender um determinado montante sem lhe assegurar as fontes. O Governo não tem como inventar de onde tirar dinheiro. Isso compete a nós, no Congresso. Portanto, temos essa responsabilidade também. Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. NEY SUASSUNA** - Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em gênero, número e grau, tanto é que acabei de dizer que cabe a nós exatamente esta preocupação, porque em economia e em administração não há milagres, não se inventa recursos de onde não existem recursos. Mas a verdade é que o Congresso tomou essa atitude: o ano de 1998 não poderá ser inferior ao de 1997. Isso significa, Senador Jefferson Péres, R\$80 **per capita**, quando os países desenvolvidos gastam entre US\$700 e US\$800 **per capita**. Então, cabe a todos nós realmente buscar um mutirão de ajuda a esta área.

O Ministro é um homem sério e está tentando vedar todos os vazamentos internos do Ministério. Mas a máquina é gigantesca e não é fácil; é uma máquina onde se faz operação de fimose em mulheres e partos em homens, tudo no papel, apenas para arrecadar um pouco mais. Os hospitais, a maioria deles, desonestos, buscam só o lucro. O Ministro vai conseguir estancar, quem sabe, um bilhão. Mas, além desse um bilhão, vamos precisar de outros três ou outros quatro bilhões. Precisamos arranjar esses recursos.

Particularmente, sou contra a CPMF, mas, se for necessário, serei um dos que votarão a favor, porque não pode piorar mais do que já está. Dói vermos o contribuinte que compra um quilo de feijão e paga ali o imposto para ter saúde, educação e segurança. E dói, como eu disse, passar às cinco horas da manhã na frente de um hospital público e ver uma fila de um quilômetro de pessoas que estão ali



sofrendo dor, mas na fila para receber auxílio, que muitas vezes não é o suficiente.

**O Sr. Otoniel Machado** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** – Com muita satisfação, Senador.

**O Sr. Otoniel Machado** – Senador, nesta oportunidade, congratulamo-nos com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, pois o que mais nos comove é o estado precário da saúde no Brasil. Vivemos esse problema já há 32 anos, exatamente o tempo do nosso exercício na profissão. V. Ex<sup>a</sup> está inteiramente lúcido quanto aos problemas da saúde no Brasil, que não se resumem simplesmente na falta de recursos. O problema maior hoje talvez esteja na má administração da rede hospitalar do Brasil. Hoje temos, em termos de território nacional, mais de 20 mil leitos ociosos, mas, em determinadas regiões, temos carências enormes de leitos. Temos hospitais muito mal administrados. Existe muitas vezes também o problema da desonestidade de muitos hospitais. Estamos sentindo que o pior problema da saúde é o mau gerenciamento da medicina, somado à falta de recursos, à falta de fiscalização por parte do Governo. De maneira que teríamos que exigir das nossas autoridades uma vigilância maior, porque o dinheiro está sendo mal administrado. Verificamos que o maior índice de mortalidade se registra na área infantil, muitas crianças morrem por falta de assistência médica, situando, assim, o maior percentual de internações, proporcionalmente, na pediatria, e o grande problema está na desnutrição. Temos uma experiência válida no nosso Estado, Goiás, quando o Governador resolveu dar uma ajuda especial na alimentação das crianças na fase escolar. E isto foi uma experiência muito boa, porque os leitos hospitalares na área infantil deixaram de ter uma ocupação tão grande como antes. De maneira que outro fator importante para diminuir a mortalidade infantil seria a atenção para com os problemas higiênicos e com uma complementação alimentar, visto que em Goiás o Governador adotou um critério de dar um litro de leite e um pão a cada criança pobre. Foi uma experiência muito válida e que tem resolvido em boa parte o problema da saúde em nosso Estado.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Muito obrigado, Senador Otoniel Machado. V. Ex<sup>a</sup>, como experto no assunto, foi diretamente ao fulcro da questão. O que é isso? Medicina preventiva. Temos que cuidar muito da medicina preventiva. Claro que as outras, a ambulatorial, a hospitalar, têm que existir. Mas a verdade é que o Ministro está consciente disso e está fa-

zendo tudo o que pode. Mas cabe a nós, Parlamentares, apoiar o Governo nessas ações, não permitindo que tenha menor quantidade de recursos para uma área que é prioritária no País, principalmente no que se refere à profilaxia.

É neste sentido que hoje venho a esta tribuna para alertar o nosso povo, para alertar os nossos dirigentes, para apoiar e solidarizar-se com o Ministro Carlos Albuquerque, porque sei que, a exemplo do Jatene, que lutou numa direção, S. Ex<sup>a</sup> continua na mesma direção, mas com o pé até mais fincado no chão, buscando corrigir os desvios, com mais elã, e encontrar soluções. Cabe a nós, Parlamentares, o apoio a esta ação, para que possamos, juntos, ter um Brasil mais saudável e um futuro melhor para a nossa população.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Júnia Marise) – Antes de darmos continuidade à lista de oradores, comunico aos nobres Senadores que, por força do requerimento do Senador Abdias Nascimento, as duas matérias que constam da Ordem do Dia terão votação nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos para proferir o seu pronunciamento.

**A SRA. MARINA SILVA** (BLOCO/PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, devo comunicar a esta Casa que, na semana passada, viajei para o meu Estado, onde estive no Município de Feijó.

Durante a viagem, enquanto recebia as notícias da aprovação, na quarta-feira – no dia em que viajei –, do projeto que subsidia a borracha da Amazônia, no sentido de rearticular uma política da borracha para dar alento às mais de 50 mil famílias de seringueiros que ainda vivem dessa atividade, fundamental para a preservação do meio ambiente e da Floresta Amazônica, preparei-me para falar sobre a aprovação do subsídio; a inauguração, na próxima semana em Sena Madureira e Xapuri, das usinas de beneficiamento de borracha; o início do treinamento que os técnicos da Pirelli, a meu convite e do Conselho Nacional de Seringueiros, farão para qualificar os seringueiros; a reunião que a Dr<sup>a</sup> Flora está fazendo, neste momento, no Estado do Acre, para discutir a primeira linha de crédito para os extrativistas da Amazônia; enfim, uma série de coisas afirmativas.

Apreendi, com o sofrimento da vida, que é melhor lutar para ter coisas para anunciar do que ficar



se lamentando e criticando os erros dos outros. Lamentavelmente, em função da entrevista concedida pelo Presidente do Ibama esta semana, nas Páginas Amarelas da revista **Veja**, fui obrigada a mudar o meu discurso, deixando aqueles assuntos para uma outra oportunidade.

Vou me reportar a essa entrevista por uma preocupação que tenho com fatos que são do conhecimento da sociedade brasileira, das pessoas que acompanham a área ambiental, ou seja, o Governo brasileiro, lamentavelmente, não tem uma política de meio ambiente para o Brasil. Essa realidade é reconhecida pelo próprio Presidente do Ibama, um dos órgãos executores da política ambiental do Brasil, que afirma que não existe política ambiental, que o Governo fala muito e faz pouco e que age por pressão externa. Ele também critica as ONGs, dizendo que elas também são pautadas por questões externas, uma série de pontos que são fatos. É como se alguém dissesse: "O rei está nu!" Não tem política ambiental.

O que me estranha na crítica feita pelo Presidente do Ibama é a capacidade que S. S<sup>a</sup>, Presidente da Instituição de defesa do meio ambiente, órgão executor das políticas do Ministério, tem de se colocar acima dos problemas e fora deles, como se fosse a consciência crítica do Brasil ou do movimento ambiental.

Durante toda a sua entrevista, lê-se uma série de pontos em relação ao desastre que foi o anúncio da retomada do Proálcool; que a política ambiental do País está errada; que, inclusive, na ausência de uma política ambiental o Governo se pauta por uma série de coisas que nem ao menos são prioridades, pois elas são frutos de pressão externa; e que as ONGs, por receberem dinheiro de fora, defendem exatamente aquilo que as agências financiadoras exigem. S. S<sup>a</sup> chega, inclusive, a dar o exemplo de que, se as ONGs estrangeiras decidirem que o **boom** do movimento ambiental é defender o Movimento dos Sem-Terra, que todas as ONGs, ligadas à questão do meio ambiente, iriam sair correndo atrás do Movimento dos Sem-Terra como uma forma de financiamento – talvez uma tentativa de chamar as ONGs, todas elas, de mercenárias.

O que está posto nessa entrevista poderia ser motivo de grande debate: o Governo se colocando dentro de seus próprios problemas, ou seja, aqueles que fazem parte do alto escalão, primeiro, segundo e terceiro escalão, devem se colocar dentro do problema e não fora deles, como se não tivessem nenhuma responsabilidade em relação a essas questões.

Por outro lado, existe uma afirmação que me preocupa por demais: o fato de dizer que, se perguntassem aos brasileiros qual o maior problema ligado à questão ambiental do Brasil, a maioria responderia que é a devastação da Floresta Amazônica. Porém, em sua entrevista, o Presidente do Ibama afirma que todos estariam errados, pois o problema mais grave é a poluição e outros problemas elencados por ele. S. S<sup>a</sup> ainda afirma que o problema da Floresta Amazônica está fora de cogitação.

Isso me admira muito! O problema de devastação da Floresta Amazônica é grave. As denúncias e os dados levantados pelo INPE são graves e, inclusive, do conhecimento do Governo e de todos que acompanham a questão ambiental. É no mínimo estranho dizer que não se constitui um problema, pois no Estado do Acre inúmeras são as denúncias de retiradas ilegais de madeira.

O próprio Padre Paulino Baldassare veio ao Presidente da República colocar o grave problema da exploração indevida do mogno. Os inúmeros processos existentes no próprio Ministério do Meio Ambiente em relação ao cancelamento de licenças para a exploração de madeira é uma demonstração desse episódio.

Sr<sup>a</sup> Presidente e Srs. Senadores, são inúmeros os pontos que, de fora, não se colocando dentro deles, o Presidente do Ibama analisa, criticando o próprio Governo, as ONGs e os políticos de um modo geral. Fico espantada com essa capacidade de estar acima de tudo e de todos.

Mesmo sendo de um Partido de oposição, mesmo pertencendo a uma Bancada de apenas cinco Senadores, mesmo representando zero vírgula alguma coisa por cento no que se refere às preocupações e ao poder de decisão com os problemas ambientais deste País, não consigo me colocar fora deles. Coloco-me como parte desse problema e tenho procurado contribuir com a solução dos mesmos.

A minha postura, diante do Governo, em relação aos problemas ambientais, principalmente àqueles com os quais tenho legitimidade para falar, por conhecimento, vivência e trabalho, é sempre a da sugestão. Foi assim que procedi quando me desloquei até o Estado do Pará para sugerir à Presidência do BASA que criasse a primeira linha de crédito para os extrativistas. Foi assim que procedi com o Presidente do Ibama, à época, o Dr. Raul Jungmann, quando levei-o até o Estado do Acre para ver a situação do Estado que representava a maioria dos Estados da Amazônia, no que se refere à uma política para o extrativismo, que é fundamental para a



sua preservação, fazendo com que o Presidente reconhecesse que era preciso investir na política da borracha e instalar um processo de criação de usinas de beneficiamento – que serão dez para a Amazônia e duas que estão sendo inauguradas no Estado do Acre. Foi assim que procedi quando, juntamente com o Conselho Nacional de Seringueiros, em audiência com o Presidente da República, sugeri a idéia do custo ambiental, a criação de um Fundo de Apoio ao Uso Múltiplo da Floresta para que não se fique eternamente na dependência do extrativismo, mas para que se possa investir em outras atividades a fim de que a Amazônia possa ser desenvolvida de forma sustentável.

Essa tem sido a minha postura, sem nenhum tipo de ranço, sem nenhum tipo de mágoa, ressentimento ou daquela visão estreita da política pequena, ou seja, pelo fato de o Presidente não ser do meu Partido, não vou apresentar as iniciativas, não vou dar as sugestões, porque, senão, quem vai ganhar com isso é o Governo. Entendo, acima de tudo, que quem ganha é a sociedade brasileira, quem ganha é a defesa do meio ambiente e, particularmente, a Amazônia.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. MARINA SILVA** – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** - Prezada Senadora Marina Silva, em função da observação do Presidente do Ibama, na sua entrevista à **Veja**, resolvi encaminhar uma carta à editoria daquela revista, onde expressei que V. Ex<sup>a</sup> tem sido uma incansável lutadora em prol do povo acreano e na defesa do seu **habitat**. No ano passado, sua batalha foi internacionalmente reconhecida através do recebimento do Prêmio Goldman do Meio Ambiente e do PNAM, prêmio dado pela ONU às pessoas que se empenham na preservação do meio ambiente. Com respeito às rodovias BR-364 e BR-371, sou testemunha de que, desde 1995, V. Ex<sup>a</sup> tem apresentado emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Geral da União no sentido de garantir os recursos necessários à sua execução. Quando o Ibama embargou as obras da referida estrada, V. Ex<sup>a</sup> manifestou-se, através de ofício enviado ao Presidente da República, no sentido da não paralisação da obra, ao mesmo tempo em que apoiava e apóia a realização de rigorosa investigação que possibilite o esclarecimento das denúncias que envolvem sua licitação e construção. Propôs também que, além do estudo e relatório prévios de impacto ambiental, fossem desenvolvidos estudos de modo a não apenas minorar, mitigar os aspectos

ambientais da obra, no sentido de apresentar soluções para melhorar as condições de vida das populações atingidas pela estrada. Seria justo que Eduardo Martins, Presidente do Ibama, tivesse registrado esses fatos na sua entrevista à **Veja**. V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Marina Silva, tem aqui dado exemplos, sobretudo à forma de preservar a riqueza da Floresta Amazônica, sua natureza e, inclusive, seguindo os ensinamentos e a extraordinária experiência de Chico Mendes. Quero, portanto, dar o meu testemunho e expressar a minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Pedro Simon** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. MARINA SILVA** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy e ouço, com muito prazer, o nobre Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** - Quero confessar, nobre Senadora, que tomei conhecimento, sem entender, da gratuita agressão do Presidente do Ibama feita a V. Ex<sup>a</sup>. Entendo até que o Presidente do Ibama tenha muita razão ao querer criticar a classe política, dizer que Parlamentares e políticos vão a seu gabinete pedir empregos e favores. Isso não me causaria surpresa porque normalmente tem acontecido. Mas, ao exemplificar o exercício não bonito da política na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, ele não poderia ter escolhido um exemplo mais infeliz. Duvido que alguém possa apontar o que tem de ruim no Congresso na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, porque só se pode apontar o que tem de bom no Congresso na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>. A luta e o debate de V. Ex<sup>a</sup> em defesa do meio ambiente e em defesa também das condições de vida da gente da sua terra é um exemplo. Colegas meus têm destacado permanentemente a competência e a atuação extraordinárias de V. Ex<sup>a</sup>. E tem razão o Senador Eduardo Suplicy quando lembrou os dois prêmios internacionais recebidos por V. Ex<sup>a</sup> exatamente por esse trabalho, por sua luta, pela sua dedicação que lembra evidentemente Chico Mendes. Só que Chico Mendes estava lá e V. Ex<sup>a</sup> está aqui falando para o Brasil e para o mundo permanentemente. Mas, sob o argumento de que V. Ex<sup>a</sup> tem que defender o meio ambiente, querer o Presidente do Ibama que V. Ex<sup>a</sup> se coloque contra a estrada que é fundamental para aquela região e que todos defendem... Nem que tenha havido fraudes ou licitações ilícitas e tudo mais, V. Ex<sup>a</sup> poderia ficar nesta tese do "quanto pior melhor", ou esperar o dia em que o PT chegasse ao Governo para então construir a estrada. Aquela estrada construída, eleitoralmente, talvez seja contrária aos interesses de V. Ex<sup>a</sup>. Mas nem por isto, porque houve ou não fraude na licitação, ou porque tenha havido licitações que precisam ser esclarecidas



com relação ao não cumprimento de normas de fiscalização do meio ambiente, V. Exª fica com as suas idéias; V. Exª quer construir a estrada sim, mas quer manter a defesa do meio ambiente. Eu não entendo. Quero crer que, às vezes, numa entrevista, as pessoas podem dizer o que não imaginam e cometem equívocos que não se entende. Estou na espera, sinceramente, que o ilustre Sr. Presidente do Ibama, homem que eu conhecia do outro lado, do lado da luta, em defesa do meio ambiente, numa entidade de defesa de ação não-governamental, reconheça que se equivocou e, publicamente, peça o perdão que deve pedir a V. Exª. Um outro aspecto que eu não entendo é que, numa das manchetes da revista **Veja**, chamando a atenção para a entrevista do Presidente do Ibama, aparece declaração de S. Exª: "Não conheço caso de ilicitude no Ibama. Tem o caso de um funcionário que, todas às vezes em que nós íamos fazer uma fiscalização, avisava às madeireiras, para que não pudessemos cumprir. E esse funcionário, diz ele, continua lá e ele não conseguiu tirar. Esta, sim, eu gostaria de entender. Ele, que é o Presidente do Ibama, diz que todo o trabalho do Ibama é posto a descoberto, que não tem como fiscalizar, porque tem alguém lá dentro que está fazendo a "quinta coluna" e que continua lá. Está lá por quê? Esta, sim, é uma questão que me parece importante ser esclarecida. Mas aceite a minha solidariedade, que não é necessária; meu abraço fraterno, que não é preciso. Lamento muito que na hora em que alguém quer atingir a nós, classe política, a classe mais fácil de ser atingida, consegue nos atingir da maneira que quiser, a hora que quiser, e lamento que o Sr. Presidente do Ibama tenha sido de uma infelicidade total, escolhendo talvez a pessoa da maior dignidade, da maior correção e do maior respeito da sociedade, aqui neste Congresso, que é exatamente a figura de V. Exª.

**A SRA. MARINA SILVA** – Agradeço a solidariedade de V. Exª, Senador Pedro Simon, e também do Senador Eduardo Suplicy. Tinha pontuado uma série de aspectos da entrevista do Presidente do Ibama em que notei contradições, ausência de articulação, ausência de uma política ambiental dentro do Governo – que ele mesmo assume não existir. E, se não existe política ambiental, talvez fosse o caso de se perguntar quem formula a política que o Ibama está executando. É uma indagação que deixo no ar já que o Governo não tem uma política ambiental.

O Senador Pedro Simon adiantou e eu vou ter que resumir o meu pronunciamento, ao ataque inverídico e, eu diria, uma ofensa gratuita, feita pelo Presidente do Ibama à minha pessoa. Nunca pretendi, na política, ser uma Madre Tereza de Calcutá. Em

política existem divergências, existem encaminhamentos diferentes, formas de pensar as coisas diferentes, mas existe uma coisa chamada respeito; e, nesse aspecto, nunca esperei que o Presidente do Ibama, ou quem quer que seja, concordasse 100% com aquilo que faço e com aquilo que digo. Também não é do meu feitio concordar com tudo que fazem para agradar. Para mim esse é um relacionamento natural das pessoas que exercem a democracia e a tolerância. O que eu não posso admitir é que, com inverdades, me seja assacada tamanha infâmia, dizendo que eu troco ética por voto.

Vejam bem, Srs. Senadores, é muito pesada a afirmação feita pelo Presidente do Ibama de que os políticos, de um modo geral, não colaboram com absolutamente nada, porque todos eles desconhecem os problemas ligados ao meio ambiente e vão ao seu gabinete para pedir emprego, para pedir que ele faça algum tipo de concessão ilícita com relação àquilo que ele deveria fazer na correção da lei. E cita a Senadora Marina Silva como sendo o exemplo daqueles que trocam ética por voto.

E cita o caso do embargo da BR-364, que, segundo ele, inicialmente eu havia apoiado e depois mudado de posição por causa de votos.

Primeiro, quero deixar bem claro para esta Casa e, principalmente, para o Presidente do Ibama, o que entendo por votos e qual é a minha relação com o voto. Talvez o Presidente do Ibama esteja me confundindo com alguns daqueles que comprem votos com dinheiro de contas públicas; talvez o Presidente do Ibama não saiba, embora diga, de forma demagógica, que admira a minha trajetória política; que a Senadora Marina Silva tenha uma vida toda dedicada à ética em relação à política. Para mim, isso eu tenho dito, a ética é o limite; o único limite que me imponho é o limite da minha ética.

E dei demonstração disso, não precisaria repetir, quando saí candidata, pela primeira vez, ao lado de uma das figuras mais queimadas e execradas da política acreana: Chico Mendes, que era espezinhado por todos os governos até o momento em que foi assassinado. Estreei como política ao lado dele; resolvi me filiar ao Partido dos Trabalhadores...

**O Sr. José Eduardo Dutra** – V. Exª me permite um aparte, Senadora?

**A SRA. MARINA SILVA** - Só um minuto. Depois darei o aparte a V. Exª, com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Quero prorrogar a Hora do Expediente por 15 minutos, porque há dois oradores inscritos, e pedir a V. Exª que conclua, na medida do possível, o seu discurso.



**A SRA. MARINA SILVA** – Eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores quando já era uma liderança reconhecida em todo o Estado, em 1985, quando muitos partidos, desses que trocam votos por ética, gostariam de ter a Senadora Marina Silva em seus quadros. E mais, mesmo tendo uma religiosidade, mesmo sendo de formação cristã, eu assumi ser de um Partido de Esquerda, assumindo a minha ideologia comunista. Mesmo sendo contra os princípios da fé, assumi essa posição para ser coerente com a minha ética. Se estivesse preocupada em trocar ética por voto, com certeza esses procedimentos não teriam acontecido de minha parte.

Agora, tenho orgulho de estar no Senado da República como aquela que fez campanha com o menor orçamento, e os votos que recebi eu honro, tenho o maior respeito por eles.

Faltou com a verdade o Presidente do Ibama quando disse que a Senadora Marina Silva inicialmente apoiou e depois, em troca de votos, mudou de posição. Eu não apoiei o embargo. O Presidente do Ibama não conversou comigo, muito embora tenha conversado com outras forças políticas.

Somente fiquei sabendo do embargo no dia em que ele aconteceu, dentro do estúdio de uma emissora de rádio, onde, naquele momento, passei a ser acusada por ele. E a única coisa que eu disse é que iria me informar; que se o embargo tivesse acontecido, talvez fosse por problemas técnicos.

O Presidente do Ibama, na sua entrevista, diz que foi o Ibama quem tomou a iniciativa do embargo. Quero dizer que a iniciativa do embargo aconteceu – até fazendo justiça ao Presidente do Ibama – porque o Ministério Público deu entrada de um ofício e ameaçou o Ibama: se ele não cumprisse as suas funções, ele seria processado e responsabilizado por crime de prevaricação, como prevê a Constituição Federal.

Quando em contato telefônico com o Presidente do Ibama, falei que poderíamos tentar construir uma outra alternativa; que o embargo deveria ter sido feito no período chuvoso, que é de 6 meses, e não durante o período do verão, quando a população esperava a estrada; e que o Governador – acusado, e com processo na Procuradoria da República, meu e de outros Senadores – iria se fazer de vítima e o processo não iria dar em nada.

Mais ainda, não troquei ética por voto e deixei bem clara a minha posição, desde o início, em dois ofícios que encaminhei ao Presidente da República pedindo que desembargasse a estrada, oferecendo alternativas para que a estrada, em vez de malefício, se constituísse em benefício para a população, com

a regularização fundiária, com a demarcação das terras indígenas, com uma série de atitudes que poderiam ser tomadas.

Consulto o Sr. Presidente se ainda há tempo para conceder um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Senadora Marina Silva, lamento, porque três Senadores querem aparteá-la e V. Ex<sup>a</sup> já esgotou o seu tempo em 5 minutos. Tenho a impressão de que vou interpretar, na hora em que me dirigir ao Plenário, o pensamento dos Senadores.

**A SRA. MARINA SILVA** - Agradeço os Senadores que desejaram me apartear. Eu gostaria de ter mais tempo para apresentar fatos, com muita tranquilidade, sem nenhum tipo de rancor, porque essa injustiça eu entrego, em primeiro lugar, a Deus.

O Presidente do Ibama sabe o quanto a Senadora Marina Silva tem sofrido devido à calúnia que lhe tem sido atribuída de que foi ela quem fez o embargo das estradas, em todos os meios de comunicação. O Ibama em nenhum momento se pronunciou. E em nenhum momento a Senadora Marina Silva tomou a atitude de dizer que o Governo deveria começar as estradas sem que as exigências ambientais fossem cumpridas. Fiz questão de assinalar, nos documentos que enviei ao Presidente, todas as alternativas. Mas aquela estrada é fundamental para o desenvolvimento do Acre, para ligar Cruzeiro do Sul ao vale do Acre, para que as pessoas que não podem andar de avião possam ter algum tipo de acesso por terra.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta é a minha posição: dizer que foi injusto e mentiroso o que disse o Presidente do Ibama, porque não me ouviu, porque formou a sua opinião a partir de informações de pessoas que não têm as melhores credenciais para falar a meu respeito ou para dizer quais são os posicionamentos que defendo.

Se tivesse lido os documentos que enviei ao Presidente, com cópias para ele próprio, o Presidente do Ibama, com certeza, não teria dito que inicialmente apoiei e que depois, em troca de votos, mudei de posição.

Com certeza saberia que sou a favor de todos os pré-requisitos necessários à preservação do meio ambiente, mas defendo a estrada, assim como coloquei nos documentos que assinei.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
A SRA. MARINA SILVA EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO:**





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República no Estado do Acre

OF./PR/AC/nº 159 /96

Rio Branco, 10 de maio de 1996.

Excelentíssimo. Senhor  
Dr. Eduardo Martins  
DD. Presidente do IBAMA  
Brasília DF

Senhor Presidente,

A Procuradoria da República no Estado do Acre, Ministério Público Federal, órgão fiscalizador e de defesa do ordenamento jurídico, vem, respeitosamente, representar a essa autarquia, expondo fatos gravíssimos contra a Floresta Amazônia e, ao final, requerer o embargo de obras ilegais, potencialmente lesivas (perigosas, de risco) ao meio ambiente, que o Estado do Acre está prestes a iniciar, com a complacência do DNER e do IBAMA.

## DOS FATOS

O Estado do Acre, através do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DERACRE), após sub-rogação tardia de convênios entre o DNER e o 7º BEC, passou a assinar vários contratos de obras públicas no Estado do Acre, tendo como objeto a terraplanagem, pavimentação de estradas de duas vias e obras de artes correntes (pontes, etc). Estas obras são, nada menos, que a tentativa de asfaltar duas estradas federais (Brs. 317 e 364) que seriam a saída para o Oceano Pacífico. Obras que exigiriam o licenciamento ambiental do IBAMA, com Estudos Prévios de Impacto Ambiental minuciosos, devido ao risco de irremediáveis danos ao meio ambiente.

Desde o início estas obras foram marcadas por indícios de corrupção e pela ameaça de rondonização e devastação ambiental.

O Governador do Estado do Acre, sr. Orleir Messias Cameli, assinou vários contratos tendo como objeto a pavimentação de estradas. Vejamos abaixo relação das empresas contratantes:

## RELAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS DAS LICITAÇÕES NAS RODOVIAS BR 317 E BR 364

FIRMA	TRECHO	VALOR
ETESCO	RODRIGUES ALVES/RIO LIBERDADE	24.187.503,10
ETESCO	TARAUACÁ/ACURAUÃ RIO	17.174.208,37
PRIMAV	SENA MADUREIRA	11.317.346,62
EMPA PAVIMENTAÇÃO	KM 52/SENA MADUREIRA	11.353.151,37
UNIÃO ENGENHARIA	LOTE 02/BR 317	6.441.852,26
MART'S	LOTE 01/BR 317	5.382.437,37
CONBRÁS	LOTE 02/BR 364	3.447.172,88
C. R. ALMEIDA	LOTE 03/BR 364	3.092.036,67
CONSTRUTORA MENDES CARLOS		2.970.678,67
CAPA CONSTRUÇÕES	LOTE 01/BR 317	1.165.964,81
ETENGE	LOTE 03/BR 317	1.165.964,81
ALBUQUERQUE ENGENHARIA	LOTE 04/BR 317	995.129,46
<b>TOTAL</b>		<b>90.138.249,24</b>

O total seria de R\$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais). Pois há ainda a Concorrência n. 12, onde a empresa Transportadora Equatorial venceu, no total de 2,3 milhões de dólares. A empresa pertence a Saul Benchimol.

O primeiro grande escândalo envolvendo as estradas, obsessão do Governador Orleir M. Cameli, foi a tentativa de arrendar o Acre a uma empresa-fantasma da Colômbia ou do Panamá. Esta empresa Mobil tinha como fim, de acordo com o Senador Romeu Tuma, apenas lavar dólares do narcotráfico. Vejamos abaixo:

## CASO MOBIL AMI ARRENDAMENTO DO ACRE

O governador do Acre, Orleir Cameli, para atrair capital privado para investir na pavimentação das rodovias BR-317 e BR-364, as principais rotas de acesso à costa do Pacífico tentou captar dinheiro através da obtenção de financiamento internacional.

O Senador Romeu Tuma denunciou, no Congresso Nacional, que o Governador do Estado do Acre tentou a contratação de um empréstimo da ordem de US\$ 165.000.000,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MILHÕES DE DÓLARES), oferecidos por uma empresa colombiana, a MOBIL AMI Research Colômbia S/A, oferecendo como garantia, nos termos de uma Carta de Intenções firmada entre as partes em 04 de abril deste ano, a cessão, em regime de comodato, de mais de um terço do território do Estado do Acre, da floresta tropical brasileira, à empresa colombiana, caracterizando tal feito, um artifício para esquivar-se aos impedimentos constitucionais que proíbem a hipoteca de terras federais e estaduais.

Ou seja, o sr. Orleir Messias Cameli violou frontalmente a soberania do Estado brasileiro ao oferecer como garantia de um empréstimo, terras pertencentes quase todas à União, à uma empresa suspeita. A Mobil Ami tinha como capital 55.000 dólares de patrimônio, uma casa média, e tentava emprestar um bilhão e meio de dólares para os Estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Roraima e Amazônia. Mobil Ami, uma empresa fantasma, possivelmente com inscrição no Panamá. Segundo o Senador Romeu Tuma, ligada ao narcotráfico, ao Cartel de Medellín. A empresa Mobil Ami tinha como



objeto social, principalmente, a exportação de madeiras, do mogno, cedro, etc. Madeiras que o Gov. Orleir teria que defender pois são vitais para o meio ambiente e a retirada implica em morte de seringueiras e castanheiras e morte por assoreamento dos rios, do sistema hídrico do Acre, a cada dia mais minguado. A cada ano ficam mais rasos os rios, assoreados.

#### **CASO da CAMBRIDGE PARTNERS, LLC,**

O governador do Acre, Orleir Cameli tentou outra negociação na tentativa de atrair capital privado para investir na pavimentação das rodovias BR-317 e BR-364, as principais rotas de acesso à costa do Pacífico.

A pavimentação dessas duas estradas, que medem 1.040 quilômetros e com um custo estimado em U\$ 500 milhões, são as principais metas da administração estadual. O asfaltamento delas é uma obsessão do Gov. Cameli.

A Cambridge Partners é uma empresa formada de um pool de empresas estadunidenses, quis emprestar ao Estado do Acre a quantia de U\$ 160 milhões com prazo de pagamento de três anos e juros de 14% ao ano. Com a empresa colombiana o prazo de pagamento era de 10 anos e os juros de 8% ao ano. Fonte do Palácio Rio Branco informou que a província de Córdoba, na Argentina, já teria feito empréstimo semelhante com a Cambridge, uma empresa instalada em Nova Iorque, na Park Avenue Tower, 65, East 55 th Street, suite 3.300, fone 212-508.6500.

À empresa colombiana, o Gov. Orleir ofereceu como garantia a cessão, em regime de comodato, de um terço da floresta tropical brasileira para que fosse explorada durante dez anos com todos os danos ambientais e ecológicos. A carta de intenções, cuja negociação foi abortada por causa das pressões (do Senador Tuma e vários outros Senadores, e boa parte da imprensa nacional), foi registrada em cartório pelo governador. Ela explicitava literalmente a transação: "Visto que a Constituição Brasileira proíbe a hipoteca de terras federais ou estaduais, o Acre, como alternativa, concorda em identificar e sujeitar-se a um velho artifício legal conhecido como comodato".

#### **CASO CONSBRÁS**

O Sr. Carlos Mendes da Silva, representante da firma Consbrás S/A, teria dito, sendo sua conversa gravada numa fita cassete em poder da polícia federal e da polícia do Acre, que estaria pagando dinheiro como propina a funcionários públicos. Ocorre que trata-se de obras públicas federais, o DERACRE só licitou as obras através da subrogação de convênio entre o DNER e o 7º BEC, logo, age, o DERACRE através de delegação de competência, representando uma autarquia federal. Parte da verba destinada às estradas tem origem nos cofres da União. A licitação, e quaisquer crimes conexos a esta (corrupção principalmente) tem relações com interesses da União. Principalmente pelo fato de que as estradas são patrimônio federal.

O DNER tem um convênio, pela subrogação, com o DERACRE, que contrata empresas, para construir uma estrada federal de propriedade do DNER, caso tenha ocorrido propina "ou corrupção, envolvendo funcionários do DERACRE, ou do Estado do Acre, conexo à construção de estrada federal, que terá verbas federais, esse assunto cabe e está sendo investigado pela Procuradoria da República e pela Polícia Federal.

Logo, o caso que foi divulgado pelos jornais, sendo notícia de crime, tanto pode ser "propina" que envolve obra pública federal feita através de delegação de poderes ou simples apropriação indébita do Sr.

Carlos Mendes da Silva. A Consbrás é uma firma de SP, pertence a um japonês nascido em 1936. Apenas emprestou o nome, na verdade, foi a empresa Capital, criada por Carlos Mendes da Silva que passou a trabalhar. Com que máquinas? Com que engenheiros? Esses pontos devem ser esclarecidos. Carlos Mendes da Silva, ao ser quase torturado por caçambeiros que queriam receber, disse que não podia pagar a estes R\$ 600.000,00 pois esta soma tinha sido paga a funcionários do Estado do Acre como propina. O sr. Carlos Mendes fugiu do Acre e estaria em Tocantins, na Polícia Federal e na Polícia Civil correm dois inquéritos e há mandado de captura contra Carlos Mendes da Silva. Escândalo de mais de meio milhão de dólares..., a CONSBRAS teria sub-rogado, informalmente, para a empresa "Capital", recém-criada em Porto Velho, pelo sr. Carlos Mendes. Após ser descoberto o fato, com o sumiço de R\$ 600.000,00 e do sr. Carlos Mendes, houve a sub-rogação formal para outra empresa de Rondônia, a EMPA, sobre a qual será dissertado abaixo.

#### **CONTRATO COM A EMPRESA EMPA - R\$ 11.353.151,37**

Firma criada em 15 de agosto de 1995 com um capital de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais ou dólares). No dia 18 de setembro, 33 dias após o nascimento, aumentou o capital para R\$ 4.070.321,00. Fez isso incorporando 74 bens (máquinas e veículos).

A empresa Enpa - Engenharia e Parceria LTDA., teria sede na Av. Miguel Sutil, nº 8695, Ed. Centrus Tower, Sala 30/B2, pertence a José Irineu Fiacador, ex-empregado da C. R. Almeida e principalmente a Lázaro Queiroz Borges. Criaram esta empresa em 15.08.95, com capital social de 5.000 reais, e, em 18.09.95, 33 dias depois, ampliaram o capital para 4.070.321,00 reais, principalmente veículos (dezenas de caminhões) anteriormente pertencentes a... um sócio oculto que forneceu a Enpa 74 bens (máquinas, veículos, etc). Este ponto está sendo investigado.

O aumento de capital ocorreu pela doação dos seguintes bens móveis: 6 Tratores (velhos 1983 a 1990), 7 Moto-Niveladoras (quase todas de 1980 a 1989), 7 Pás-Carregadeiras marca Case, 3 Moto Scraper Caterpillar (todas de 1989), 9 Rolo Compact. Vibratório marca Dynapac, 6 Tratores Agrícolas (marca Agrale e CBT), 1 Dist. de Agragados, 1 Vassoura Mecânica, 2 Rebitadores, 4 Grades Aradoras, 9 Caminhões Basculante marca Volkswagen (Ford e Mercedes Benz), 4 Carros Semi-reboques marca FNV, 2 caminhões Munck, 2 Comboio Lubrificante, 2 Cavalos Mecânicos, 4 Caminhões Químicos marca Volkswagwen, 6 Caminhões Tanques e 11 Caminhonetes (Fiat, Ford, etc.). E vários outros.

José Irineu foi funcionário da C. R. Almeida S/A., de junho de 1976 a setembro de 1995, tendo trabalhado na BR 364/RO/AC, do Km 00 ao Km 98 e do Km 98 ao Km 188. E também na pavimentação asfáltica da Rodovia AC 401, da BR 364 a Plácido de Castro (52 Km).

E a ENPA, na verdade, seria quase outra forma da empresa chamada CONTREC, pertencente a Lázaro Mendes de Oliveira Borges. No inquérito sobre o assassinato de Olavo Pires, em outubro de 1990, em Rondônia, consta que, no dia 12.10.90, a CONTREC teria tentado subornar Olavo Pires, já que este fazia denúncias sobre o envolvimento da CONTREC com obras ilegais e o DER/RO. Uma das versões sobre a morte de Olavo Pires diz que este, ao negar receber suborno, foi metralhado. Outra diz que Olavo Pires seria narcotraficante, teria traído o Cartel, e foi assassinado. De qualquer forma, a empresa CONTREC também é objeto de investigações e tem problemas com a Receita Federal.

A ENPA seria outra forma da CONTREC devido ao fato que, dos 11 engenheiros que apresentou para provar experiência



técnica ( para os lotes 1 e 2 ), dez eram engenheiros da CONTREC (os senhores: Rubens, Leocindo, José Maria, Ângelo, Antônio, Wellington, José Antônio, Kleber e Ildo). Somente Waldir M. Lage não seria, mas foi funcionário do DER/RO, quando o DER-RO tinha grandes contratos com a CONTREC. No mais, o Grupo CONTREC era composto de seis empresas com este nome, situadas em Brasília, Bela Vista e Porto Velho. O dono era Lázaro Mendes de Oliveira Borges, que colocou seu filho Lázaro como sócio de José Irineu. A EMPA pertence formalmente a Lázaro Queiroz Borges ( filho de Lázaro Metralha ) e a José Irineu. O sócio oculto seria o benfeitor que, no dia 18 de setembro de 1995, deu 4 milhões de reais para o aumento de capital da firma, ou, então, seria apenas fraude tão estranho aumento. A ENPA nasceu tendo como vício oculto este aumento de capital, cuja fonte é desconhecida e que mostra fatos que merecem explicações. Os pontos específicos sobre Direito Ambiental serão explanados mais adiante.

### ETESCO - CONTRATOS DE 41,3 MILHÕES

Quando o Estado contrata uma empresa o contrato é pessoal, apenas poderá haver sub-rogação parcial de trechos, sempre sob a responsabilidade da contratada. Do contrário, a formação de cartel seria clara: p. ex., a C.R. Almeida S/A nomearia procuradores em cada grande cidade e ganharia todas as licitações, depois, sub-rogaria a empresas locais. Isso é proibido pelas leis brasileiras, pela Lei de Licitações. Inclusive pelo fato de que sub-rogações devem ser públicas e a empresa sub-rogatária deve ter as mesmas exigências que a empresa que sub-roga. Ora, a Etesco sub-roga para a EMSA, que não tem equipamentos nem empregados no Acre e estaria usando, segundo denúncias na imprensa acreana, empregados da empresa Marmud Cameli Ltda., empresa do Gov. Orleir.

Assinados entre o Estado do Acre e a empresa Etesco, com sede em São Paulo. Esta sub-rogou para a empresa EMSA. Vejamos alguns dados sobre esta última: EMSA - Empresa Sul-Americana de Montagem S/A, com sede na BR 153, Km 8,5, em Aparecida de Goiânia/GO. Controlada pela empresa Comipe Com. Ind. Part. LTDA., que detém 97% das ações da EMSA. A empresa pertence a Annibal Crosara. A EMSA possui filial até mesmo em Miami EUA. Crosara em geral mora em Miami.

Tem como diretor internacional o sr. Marcelo Siqueira Vieira Pinto, RG nº 458.791 - SSP/AM, CPF nº 111.297.277-34. Este representou a EMSA na licitação, em 26.10.95.

O contrato assinado pelo Estado do Acre com a Empresa Sul América de Montagens S.A. (Emsa) - para a pavimentação de um trecho da BR-364, entre as cidades de Cruzeiro do Sul e Tarauacá - tem várias nulidades e irregularidades. O assessor técnico da representação do Acre em Brasília, Marcelo Vieira Pinto, é diretor internacional da Emsa. O jornal "O Estado de São Paulo" publicou tais fatos, que também estão sendo investigados.

No ano passado, o governador Orleir Cameli e seus colegas do Amazonas, Amazonino Mendes, e de Rondônia, Valdir Raupp, se revessaram em visitas à capital dos Estados Unidos para explorar suas chances de obter empréstimos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) para projetos de saneamento básico. As visitas chamaram a atenção no BID por uma razão: nas reuniões com as comitivas estaduais, a mesma pessoa foi apresentada ao banco como assessor de Cameli, Amazonino e Raupp. O onipresente assessor chama-se Marcelo Siqueira Vieira Pinto. Este mesmo cidadão seria, de acordos com denúncias na imprensa

acreana, a pessoa que estaria alugando jatinhos para as viagens de Orleir (foi anotado o prefixo de um destes jatinhos e a pesquisa junto ao DAC teria revelado o proprietário, que disse que o jatinho estaria alugado não ao Gov. Cameli e sim a Marcelo Siqueira Vieira Pinto, mas quem usaria tais jatinhos seria o Gov. Orleir).

Marcelo Siqueira Vieira Pinto teria sido indicado por Amazonino Mendes a Orleir Cameli, assumiu o cargo de assessor técnico de representação do Acre em Brasília, mas quase nunca compareceu ao trabalho. Segundo reportagens nos jornais do Acre, a funcionária Euvânia informou que Marcelo Pinto talvez compareceria a repartição na próxima semana. "Ele possui uma loja aqui em Brasília. Se for alguma correspondência, avisaremos e o Marcelo vem buscar", acrescentou.

O diretor da Emsa, uma firma de engenharia sediada em Goiânia, com escritório de representação em Manaus, Brasília, São Paulo e Miami, onde atua como Emsa International Engineering Inc., estava nos Estados Unidos durante a viagem dos três governadores. Na época, o fato mereceu destaque numa reportagem assinada pelo correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em Washington, Paulo Sotero. Cameli foi o primeiro governador a levar para uma reunião no BID o representante de uma empreiteira, o que constitui uma violação potencial das regras do BID e do Bird.

"A participação de empreiteiras em projetos é decidida por licitação. A presença do representante da Emsa nas discussões preliminares com o banco sobre o empréstimo para os três Estados amazônicos daria uma óbvia vantagem a essa empresa numa eventual concorrência em qualquer dos três projetos e seria causa suficiente para impugnação dos resultados por outra firmas, caso a Emsa ganhasse", observou Paulo Sotero. Tratava-se de uma possibilidade apenas teórica, pois nenhum dos três projetos apresentados ao BID pelos governos amazônicos teria recebido prioridade do governo federal ou foi ativamente considerado pelo banco.

A revelação das irregularidades envolvendo Cameli despertou dúvidas sobre a ligação do governador com a Ensa e liquidou qualquer chance de um aval federal ao projeto, que visava melhorar o abastecimento de água potável em Rio Branco. "O diretor internacional da Emsa é próximo de Cameli e gosta de exibir em rodas de amigos um relógio Rolex de ouro que garante ter ganho de presente do Governador do Acre", relatou o correspondente do Estadão. Menos de um ano depois, as dúvidas se confirmam.

Marcelo ocupa um cargo de 'confiança' na Administração estadual e a empresa que representou executa uma obra onde o governador Orleir Cameli tem interesse especial.

Boa parte dos funcionários da Marmud Cameli LTDA teria sido demitida e contratada pela Emsa em Tarauacá e Cruzeiro do Sul, o vereador Moisés Diniz, de Tarauacá, tirou fotos e é testemunha destes fatos.

A ETESCO sub-rogou para a EMSA, que é apenas uma empresa subsidiária da COMIPE, esta é a acionista (99%) principal. Vejamos quem está por trás da assinatura dos dois contratos que chegam a quase 42 milhões de dólares.

Trata-se do sr. Annibal Crosara, nascido em 26.05.1935, filho da sra. Elvira Marega Crosara. Seu endereço é o apartamento n. 1.201, da Rua 20, prédio n. 744, no Setor Oeste, da cidade de Goiânia GO.



**ANNIBAL CROSARA**

Possui nada menos que 18 empresas:

RAZÃO SOCIAL	C.G.C.
COMIPE S/A COMÉRCIO INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES	02.744.464/0001-38
CONSÓRCIO EMPA/SÃO JOÃO	00.092.512/0001-25
AGROPECUÁRIA DUAS MARCAS S/A	00.134.403/0001-23
ACJ CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.	00.148.049/0001-96
RIO BONITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	00.421.412/0001-03
ESTÂNCIA THERMAS POUSADA DO RIO QUENTE	01.288.778/0001-00
SERVI EGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA.	01.437.326/0001-43
TECMAN TÉCNICA DE CONSULTORIA CONSTRUÇÃO E MANUT. LTDA.	02.477.164/0001-30
NTA NACIONAL TAXI AÉREO LTDA.	02.660.207/0001-18
AJC - AGROPECUÁRIA LTDA.	03.720.943/0001-87
EMSA EMPRESA SULA AMERICANA E MONTAGENS S/A.	17.393.547/0001-05
ANNIBAL CROSARA	26.879.304/0001-64
LIVRAMENTO MINERAÇÃO LTDA.	32.950.859/0001-58
IBUKA MINERAÇÃO LTDA.	33.394.776/0001-72
RTW LOCADORA E TRANSPORTADORA LTDA.	33.404.914/0001-77
S J EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	33.545.302/0001-02
PENERY MINERAÇÃO LTDA.	53.622.130/0001-22
BIM JARDIM MINERAÇÃO LTDA.	86.832.870/0001-42

Este senhor Annibal Crosara, dono de várias empresas de mineração, possui 1% das ações da EMSA, o resto das ações pertence a COMIPE, que também pertence ao mesmo Annibal Crosara. Logo, Annibal Crosara, empresário em Goiás, seria o responsável por quase metade do total dos contratos. Quantas máquinas possui a EMSA no Acre? Nenhuma, segundo denúncias populares, seriam da Marmud Cameli. E a empresa Conave, da família Cameli, transportaria o asfalto de Manaus a Cruzeiro do Sul para a construção das estradas sem EIA/RIMA prévio.

### **A PRIMAV CONST LTDA E O SR. CECILIO REGO DE ALMEIDA**

A Primav Construções e Comércio LTDA. tem como representantes o sr. Cecílio Rego de Almeida, dono da C. R. Almeida. Este mesmo senhor é, também, o dono desta empresa, criada em 1988. Nasceu em 05.12.1988, como "Primav Imóveis Ltda", tendo objeto social somente a "comercialização de imóveis próprios, fora da faixa de fronteira", pertencia (e ainda pertence) ao sr. Cecílio do Rego Almeida e a Henrique do Rego Almeida. Este último é hoje senador pelo Estado do Amapá. No dia 14 de setembro de 1995, houve a 14ª alteração do contrato social, foi quando a Primav Imóveis Ltda mudou de nome, passando a chamar-se "Primav Construções e Comércio Ltda". Tem sua sede no Rio de Janeiro, na rua Teófilo Ottoni, n. 63, 3º andar. E filial em Curitiba PR, na Av. Vicente Machado, n. 1.771. Também possui um escritório na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, n. 2.373, sala A, Jardim Paulista, São Paulo SP.

Em 14 de setembro de 1995, também deixou de ser apenas uma imobiliária, passou a ter também como objeto social a "execução e a exploração da indústria da construção civil; a execução ou

a exploração dos serviços relativos a todos os setores e modalidades de limpeza pública, coleta de lixo, varrição e destinação final dos resíduos sólidos, podendo ser resíduos domiciliar, industrial ou hospitalar seja por regime de contratação ou concessão pública; manutenção de áreas verdes, parques e jardins, capina química, aplicação de produtos saneantes domissanitários em seus caminhões coletores e locais públicos, podendo, igualmente, dedicar-se a todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas." Eis o que é a Primav, misto de empresa que trata lixo com imobiliária, com uma pitada de construção civil.

A Primav possui 51.000.000 de quotas, das quais 50.999.589 pertencem a C.R. Almeida S/A Engenharia e Construções, e seu capital atinge a 51 milhões de reais (uma quota vale um real). O segundo sócio em valores possui apenas 210 quotas, é a empresa Participare-Administração e Participações Ltda, tendo como sócio-gerente o sr. Cecílio do Rego Almeida. Que, não por coincidência, também é o Diretor-Presidente da C.R. Almeida S/A. Logo, 99.99% do contrato pertence ao sr. Cecílio do Rego Almeida.

Boa parte dos documentos de "Nada Consta" usados na licitação pela Primav ainda constam o velho nome "Primav Imóveis Ltda." E toda a documentação de acervo técnico, que deve provar experiência técnica anterior da firma, são documentos da C.R. Almeida S/A Engenharia e Construções e não da Primav.

Sobre Cecílio Rego de Almeida, vale copiar o seguinte artigo da revista "Veja", de 24 de abril de 1996, na pág. 43:

"Ceciliolandia, o país Rego Almeida compra superfazenda

O empreiteiro Cecílio do Rego Almeida, dono da construtora CR Almeida, acaba de comprar seu próprio país. Depois de muita negociação, e por apenas 6 milhões de reais, o empreiteiro adquiriu uma fazenda monstro no município de Altamira, a 740 quilômetros de Belém, no Pará. São 4 milhões de hectares, uma área onde cabem dois El Salvador ou dois Estados como Sergipe. A terra é tão grande que abriga 28 rios, e um avião bimotor precisa de seis horas para cruzá-la de um extremo a outro. Com a compra, o empreiteiro passou a ser o maior proprietário de terras do Brasil, tomando o lugar do paulista Pedro Aparecido Dotto, dono de 2,1 milhões de hectares no Acre. Encravada num pedaço riquíssimo da Região Norte, a fazenda do empreiteiro contém 60 milhões de metros cúbicos de vinte espécies diferentes de madeira nobre, aiém de jazidas de ouro e cassiterita. Especialistas avaliam que aquela terra pode vir a produzir mais de 600 milhões de reais só com o que a natureza a presenteou.

Paraense de Óbidos, Cecílio do Rego Almeida tem múltiplas atividades e possui um patrimônio pessoal avaliado em 1,3 bilhão de dólares. Animado com a sua Ceciliolandia, e tomado por uma desconhecida síndrome ecológica, no início de abril esteve com o governador do Pará, Almir Gabriel, e anunciou que pretende transformar a área numa reserva ecológica. O

mesmo discurso Almeida fez no Ibama, em Brasília. Seria uma boa iniciativa se a propriedade não estivesse podre. O Instituto de Terras do Pará, Iterpa, o Incra local, analisou o contrato feito pela Rondon Agropecuária, empresa do grupo CR Almeida, e pela imobiliária Xingu, responsável pela venda. Descobriu uma porção de irregularidades. Um delas: junto com seu país, Almeida comprou uma aldeia indígena. Segundo as conta Iterpa, um quarto das terras é



propriedade caiapó e está ocupado pelos índios. Não foi por outro motivo que Cecílio do Rego Almeida comprou a propriedade por preço de banana: 1,50 real por hectare.

**TRUQUE** — Pelos estudos do Iterpa, o empreiteiro parece estar brincando de banco imobiliário, aquele jogo em se compra o “incomprável”, como a Avenida Paulista ou a Baía de Guanabara. Por meio de um levantamento cartorial feito na região, expediente adotado por qualquer cidadão normal que vai adquirir uma propriedade técnicos descobriram que a fazenda não tem registro. “Ela não existe” Carlos Lameirão, diretor jurídico do instituto. Há doze anos, um sujeito chamado Umbelino José de Oliveira Filho forjou em cartório a escritura da área, com base num levantamento diário feito pelo Incra. Como os antigos colonizadores, Oliveira Filho aplicou um truque e declarou-se o legítimo do lugar. Um mês antes de sacar seu talão de cheques, Cecílio Rego Almeida foi avisado de que as terras são irregulares. Mesmo assim foi em frente e assinou o contrato. “Ele agiu de má-fé”, acusa o presidente do Iterpa, Ronaldo Barata. (tanta confusão legal, o país de Cecílio do Rego Almeida pode desmorar. Mas, conhecendo como funciona o outro país, aquele em que os poderosos costumam dar um jeito para tudo, também pode ser que a Ceciliolândia prospere para sempre”.

O sr. Orleir Messias Cameli, em 1985 e 1987, retirou milhares de metros cúbicos de mogno, por sua firma Marmud Cameli Ltda, de áreas indígenas. Já foi indiciado, em 1991, pelo crime de plágio. Responde a vários inquéritos. Responde por madeiras (mogno) desde 1971. Decididamente ..., não pode ser chamado de ambientalista. Nem o sr. Cecílio Rego de Almeida, com problemas ambientais no Amapá e outros Estados. O IBAMA não pode descentralizar atividades nos Estados da Região Norte..., muito menos permitir que obras sem o licenciamento que compete ao IBAMA, sejam feitas sem fiscalização ambiental. Este ofício visa dar ciência perfeita ao senhor de tais problemas, e pedir o embargo imediato. O MPF irá ajuizar ação civil pública em junho e a pavimentação das Brs 317, 319, 364 e 174 (Manaus - Boa Vista) sem EPIA/RIMA anterior, será um dos temas do Encontro nacional de Procuradores da República que trabalham na área ambiental.

## AS ESTRADAS SOB O PONTO DE VISTA DO DIREITO AMBIENTAL

### PAVIMENTAÇÃO DE PICADAS NA FLORESTA AMAZÔNICA SEM EIA/RIMA OBRAS ILEGAIS

Todo o procedimento administrativo de licenciamento ambiental, bem como o procedimento administrativo relativo ao EIA/RIMA devem ser, no caso concreto, de competência do IBAMA/ACRE, por força do que dispõe o art. 10, § 4º, da Lei nº 6.938/81, com a redação da Lei nº 7.804/89:

‘Art. 10- A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva e potencialmente poluidoras, bem como os capazes, sob qualquer forma de causar degradação ambiental,

dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

(Omissis)

§ 4º- Compete ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o licenciamento previsto no *caput* deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.’

Há princípios constitucionais de responsabilidade civil objetiva por dano ambiental e de responsabilidade solidária dos causadores de danos ambientais, sejam decorrentes de sua ação, sejam decorrentes de sua omissão. As estradas têm potencial de impacto ambiental não só regional ou nacional, e sim mundial, pois alteram regiões de rios afluentes, do Rio Amazonas.

A responsabilidade civil é solidária entre engenheiros, empreiteiros e, principalmente, autoridades federais que não cumprem o dever de zelar pelo direito difuso da população a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A responsabilidade criminal, inclusive do senhor, é clara, no art. 15, da Lei n. 6.938 (alterada pela Lei n. 7.804/89).

Os entes públicos, encarregados de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 225, § 1º, da Constituição Federal, quando transgridem - como estão fazendo os agentes públicos - esse comando constitucional, devem responder, em igualdade de condições com os particulares (empreiteiros e engenheiros), pelos prejuízos causados pelos atos omissos com efeitos comissivos, como aqueles praticados pelo IMAC/ACRE e o DNER, propiciando o início das obras sem a realização do EIA/RIMA e o segundo assinando convênio (subrogação) sem exigir o EIA/RIMA e com entidade inadimplente junto ao INSS. O mesmo vale para o IBAMA, que tem o dever de zelar pela Floresta Amazônia.

Desta forma, dentre os agentes passivos que podem ser, e serão, acionados para a reparação dos danos ambientais encontram-se o Estado e seus Órgãos ( federais inclusive, IBAMA), quando revelam-se ineficientes no cumprimento de suas obrigações, permitindo a terceiros deteriorarem o meio ambiente, além de, solidariamente, a pessoa jurídica de direito privado que concretizou e continua concretizando as ilegalidades acima referidas.

### HISTÓRIA DOS CONTRATOS SOBRE AS ESTRADAS FEDERAIS - Brs. 317 e 364

No dia 10.08.95 foram publicados no Diário Oficial os extratos de contratos (sob os nºs 004, 005, 006, 007 e 008/95), com as empresas vencedoras da Concorrência, todos com data de assinatura do dia 08.08.95.

Vejamos alguns dos contratos sobre a BR 317:

“ Instrumento contratual n. 004/95, com a empreiteira MARTS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. Subtrecho entre o Km 155 e 175, 20 Km, Obras de arte correntes e terraplanagem, mais pavimentação asfáltica no subtrecho, entre o Km 23 e 78,7, 55,7 Km. -



Valor: R\$ 5.382.437,37. Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 4901.16885313-072, Elemento de despesa 4.1.1.0.00, Fonte: 21 TTE;

Instrumento contratual n. 005/95, assinado com a UNIÃO ENGENHARIA LTDA. Subtrecho: obras de arte correntes e Terraplanagem do Km 155 ao Km 195 (20 Km) e Pavimentação asfáltica no subtrecho do Km 78,7 ao Km 146. Valor: R\$ 6.441.852,26. Mesma dotação orçamentária;

Instrumento contratual n. 006/95, com a ETENGE - Empresa de Engenharia em Eletricidade e Comércio Ltda, subtrecho do Km 195 ao 215 (20 km), com valor de R\$ 1.165.964,81, mesma dotação orçamentária;

Instrumento contratual n. 007/95, com a empreiteira ALBUQUERQUE ENGENHARIA LTDA, subtrecho do Km 215 a Brasília, totalizando 20 Km, no valor de R\$ 995.129,46, mesma dotação orçamentária;

Instrumento contratual n. 008/95, com a empreiteira CONSTRUTORA MENDES CARLOS LTDA, rodovia estadual AC-023, trecho entre Xapuri (Br 317), 18,5 Km, lote 05, no valor de R\$ 2.970.678,67, mesma dotação orçamentária”.

No dia 31.08.95, 23 dias após a assinatura (assunção de obrigação direta por parte do DERACRE, que exige dotação orçamentária prévia, segundo a Constituição do Acre e a Lei n. 4.320, pena de nulidade do contrato), foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto Nº 676, de 29.08.95, abrindo “no Orçamento vigente o crédito suplementar de R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS), para reforço de Dotação Orçamentária, ainda assim totalmente insuficiente, conforme a discriminação abaixo:

Fonte de Recursos: RP 03 - 04 - Anulação  
4.0.0.0 - Despesas de Capital  
4.3.0.0 - Transferências de Capital  
4.3.1.0 Transferências Intragovernamentais  
4.3.1.1 - Auxílio para Despesas de Capital 10.000.000,00  
4900 = Departamento de Estradas E (sic) Rodagens do Acre - DERACRE  
4901 - Departamento de Estradas E (sic) Rodagens do Acre - DERACRE  
4901.16885313.072 - Pavimentação, Construção, Restauração, Melhoramentos e Conservação de Rod. a Cargo da Dir. de O. DERACRE”.

Paralelo a todos os trâmites legais em curso, o governo do Estado fez ampla campanha na mídia sobre o “asfaltamento da BR 317 até Brasília”. Como, graças às verbas publicitárias, tem verdadeiro controle sobre os meios de comunicação, apresenta as estradas como caminho do Paraíso. Podem ser fonte de progresso sócio-ambiental, com bom EPIA/RIMA (Estudo Prévio de Impacto Ambiental), que considere o componente ambiental e social nos custos da obra. As **MEDIDAS MITIGADORAS** poderão fazer estradas com **PROTEÇÃO AMBIENTAL**, que tragam a paz social, o progresso social e ambiental e um desenvolvimento econômico equilibrado, evitando conflitos como o de Corumbiara ou como o ocorrido em Marabá PA.

O Edital concernente à BR 317, entre Rio Branco e Brasília, deixa claro que nos cinco lotes (totalizando 98,5 quilômetros) haverá terraplanagem e pavimentação asfáltica, sendo que em 40 quilômetros (entre os quilômetros 195 e 232, lotes 3 e 4) haveria também obras de arte, ou seja, construção de pontes sobre igarapés e rios, escoamento de águas pluviais, etc. O lote n. 5, sobre a AC 023, trata de estrada estadual, mas como foi englobada na licitação, é aqui tratado.

A BR 317, em quase todo o trecho, nunca teve asfalto. Os 212 quilômetros, entre o entroncamento com a AC 040, para a cidade de Plácido de Castro e a cidade de Brasília (Km 23 ao Km 235). Apenas 123 quilômetros já tiveram asfalto algum dia, mas as chuvas lavaram (é parecido com a BR 319, entre Manaus e Porto Velho, hoje, sequer há trânsito na estrada ou picada de terra que sobrou), além dos caminhões com cargas de 28 toneladas (de madeira extraída ilegalmente) e o peso dos caminhões (6 toneladas), totalizando pesos de 34 toneladas. Alguns caminhões ainda excedem este peso, tal como tratores de esteira D8L, com 38 toneladas, dos maiores do Brasil. A argila pura, tabatinga, não suporta tais pesos, a camada de asfalto de 6 centímetros ou bem menos, cede como casca de ovo.

Dia 27.07.95 foi assinado entre o Diretor Geral do DERACRE e o Gen. de Div. Joelcio de Campos Silveira, Diretor da DOC/Ministério do Exército, com a anuência do Diretor Geral do DNER, Raimundo Tarcisio Delgado, o 5º Termo de Cessão ou Subrogação Parcial do Convênio PG-019/94-00, tendo como Cedente/Subrogante o Ministério do Exército, através da Diretoria de Obras de Cooperação e como Cessionário/Subrogado o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre e Interviente o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, tal termo foi publicado no D.O.U, passando a vigorar, em 31.07.95. Antes dessa data, nada havia de responsabilidade do governo do Estado para com a recuperação e manutenção das rodovias federais no Acre.

No dia 23.08.95 foram assinados os contratos de empreitada global com as três grandes empreiteiras, no dia 25.08.95 foram publicados no Diário Oficial do Estado do Acre os extratos de contratos com as empresas vencedoras da Concorrência.

Dia 31.08.95 foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto Nº 676, de 29.08.95, abrindo “no Orçamento vigente o crédito suplementar de R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS), para reforço de Dotação Orçamentária, conforme a discriminação abaixo:

Fonte de Recursos: RP 03 - 04 - Anulação  
4.0.0.0 - Despesas de Capital  
4.3.0.0 - Transferências de Capital  
4.3.1.0-Transfer. intragovernamentais  
4.3.1.1 - Auxílio para Despesas de Capital 10.000.000,00  
4900 - Departamento de Estradas E (sic) Rodagens do Acre - DER - ACRE  
4901 - Departamento de Estradas E (sic) Rodagens do Acre - DER - ACRE  
4901.16885313.072 - Pavimentação, Construção, Restauração, Melhoramentos e Conservação de Rod. a Cargo da Dir. de O. DER - ACRE”.

Paralelo a todos os trâmites legais em curso, o governo do Estado fez ampla campanha na mídia sobre o “asfaltamento da BR 364 até Sena Madureira”. Imagens de progresso social, que podem existir se forem “estradas ecológicas” com planificação popular com base em Estudos de Impacto Ambiental e Audiências Públicas. Se forem estradas para madeireiros, invasores de terras indígenas, para incêndios e pecuária extensiva, só vão liquidar as selvas e o



maior santuário ecológico da humanidade, além de sepultar os povos da Floresta.

Logo, para a construção (pavimentação e obras de arte, com terraplanagem prévia) da BR-364 foram assinados os seguintes contratos, em 23.08.95:

Instrumento contratual n. 014/95, com a CR Almeida Mineração SA, valor: R\$ 3.092.080,14, tendo como cláusula sexta a dotação orçamentária: Projeto/Atividade: 4901.16885313-072, Elemento de Despesa: 4.1.1.0.00, fonte: 21 - TTE. Empreitada por preço global. Medições mensais.

Instrumento contratual n. 013/95, com a CONSBRÁS S/A - Construções, Terraplanagem e Pavimentação, subtrecho entre o Km 82 ao Km 112. Valor: R\$ 3.477.172,88. Medição mensal. Mesma dotação orçamentária que a mencionada acima.

Instrumento contratual n. 012/95, com a CAPA Construções e pavimentação Ltda, valor: R\$ 2.580.767,66, medições mensais, tendo a mesma dotação orçamentária, totalmente insuficiente.

### LICENÇAS AMBIENTAIS INDEVIDAS

Houve, ilegalmente e extemporaneamente, a concessão, pelo IMAC (Instituto estadual do Meio Ambiente) da Licença de Operações n. 008/95, do Trecho entre Senador Guiomard e Serraria dos Padres, Km 123 da BR 317, data de expedição: 20.09.95. Data de publicação do Aviso da Concessão em 27.09.95. Prazo para incluir no RAIAS (Relatório de Ausência de Impacto Ambiental Significativo), 45 dias. Notar que este RAIAS nada mais é que a confissão da ilegalidade e inconstitucionalidade (e crime) de não exigir o EPIA/RIMA para a construção (pavimentação, alçamento e obras de arte correntes) das estradas federais com mais de 2 vias.

Em 20.09.95, no mesmo dia da Licença de Operação, houve a Licença Prévia n. 002/95, Trecho de Km 123 até Brasília (78 km), entre a AC 23 trecho Xapuri BR 317 (18,5 km), km 52 a Sena Madureira, 192 km, trecho da BR 364. Data de expedição: 20.09.95. Data de publicação: 27.09.95.

### VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL PRATICADA PELO DNER E PELO IBAMA

Há a determinação do art. 17, I da Lei nº 6.938/81 c/c as Resoluções CONAMA nº 01/86.

O art. 17 I, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 dispõe:

“Art. 17 - Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais (...).”

que:

O art. 7º da Resolução CONAMA Nº 01/86 determina

“Art. 7º - O estudo de impacto ambiental será realizado por equipe habilitada (...)

Já a Resolução CONAMA nº 01/88 impõe:

“A Secretaria Especial do Meio Ambiente e os Órgãos Ambientais, no prazo de 90 dias a partir da publicação desta Resolução, somente aceitarão para fins de análise, projetos técnicos de controle da poluição ou estudo de impacto ambiental, cujos elaboradores sejam profissionais, empresas ou sociedades civis regularmente inscritas no cadastro de que se trata o art. 1º.

Art. 3º - O prazo de validade do registro é de 2 (dois) anos, cabendo às pessoas físicas e jurídicas cadastradas a iniciativa do pedido de renovação.”

O artigo 37 da Constituição Federal dispõe:

“Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade “

### VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1.990, em seus artigos 17/22, regulamenta o licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais. Este licenciamento se faz em três fases: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

A licença gera direitos subjetivos para o licenciamento e, desta forma, é preciso que esta seja conferida em estrita consoância com a norma legal.

Assim não foi feito. O IMAC invadiu a competência do IBAMA, e ainda aceitou para análise documento que não revestia das formalidades legais, uma vez que foi elaborado por equipe técnica não habilitada. Equipe técnica..., da STCP, ligada a CR ALMEIDA LTDA, empresa situada em Curitiba, elaborando RAIAS em dois dias, com apenas um empregado. E o Estado do Acre, pelo IMAC, exigiu RIMA e Estudos de Impacto Ambiental para o trecho entre Tarauacá e Cruzeiro do Sul, mas, isso depois da licitação..., e pretende ir construindo enquanto isso, com plena omissão do IBAMA.

O IMAC não obedeceu às Resoluções CONAMA e, portanto, agiu ilegalmente. O direito administrativo fulmina com nulidade absoluta a inobservância do princípio da legalidade, naquilo que diz respeito à forma na qual deveria estar revestido o EIA/RIMA.

Diz Maria Sylvia Zanela di Pietro:

“No direito administrativo, o aspecto formal do ato é de muito maior relevância do que no direito privado, já que a obediência à forma (no sentido estrito) e ao



procesimento constitui garantia jurídica para o administrado e para a própria administração; é pelo respeito à forma que se possibilita o controle do ato administrativo, quer pelos seus destinatários, quer pela própria administração, quer pelos demais poderes do Estado" (DIREITO ADMINISTRATIVO) S.P. ATLAS, 1.990, p. 158)

## DNER E ESTRADAS FEDERAIS

O Decreto-lei que criou o DNER, estabelece que as estradas federais (BR s) pertencem a esta autarquia federal. E também 50 metros de cada lado das BR s. Somente ao DNER cabe licitar tais estradas ou fixar o itinerário, e isso após EPIA/RIMA, que pode alterar o percurso. O DERACRE somente pode licitar, com convênio de sub-rogação, sendo este instrumento uma delegação de poderes, o que torna o DNER e o DERACRE co-responsáveis solidariamente, ou seja, qualquer dano ocorrido configura responsabilidade do DNER, do mesmo modo, torna o DNER responsável pelos danos ambientais, conforme jurisprudência que segue adiante transcrita.

PAULO DE BESSA ANTUNES, na obra, CURSO DE DIREITO AMBIENTAL, 2ª ed., Ed. Renovar, RJ, 1992, nas páginas 92 e 93, escreveu:

"Reservas e estações ecológicas.

As reservas ecológicas foram criadas pelo art. 9º da Lei nº 6.938/81. A nova redação dada à lei supracitada consagrou uma redação diferente ao inciso VI do referido art. 9º, não mais constatando do mesmo as reservas e estações ecológicas. Contudo, parece-me que estas não foram extintas.

O Decreto nº 89336, de 31 de janeiro de 1984, em seu artigo 1º dispõe que: "São consideradas reservas ecológicas as áreas de preservação permanente mencionadas no artigo 18 da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, bem como as que forem estabelecidas por ato do Poder Público."

A nova redação do art. 18 da Lei nº 6.938/81 tem o seguinte teor:

"Art. 18 - São transformadas em reservas ou estações ecológicas, sob a responsabilidade do IBAMA, as florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código florestal, e os pousos das aves de arribação protegidos por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações."

Aqueles que, de qualquer modo, degradarem as reservas ou estações ecológicas, ficam sujeitos às penas do art. 14 da Lei nº 6.938/81, não excluída a responsabilidade penal.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da RESOLUÇÃO CONAMA nº 004, de 18 de setembro 1985, determinou que são consideradas Reservas Ecológicas as formações florísticas e as áreas de floresta de preservação permanente mencionadas no artigo 18 da Lei nº 6.938/81.

São Reservas Ecológicas os pousos de ave de arribação protegidos por Convênios, Acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações; as florestas e demais formas de vegetação situadas nos locais especificados nos incisos I/XIII da alínea "b" do artigo 3º da Resolução."

Logo, as florestas de conservação permanentes ao longo de rios federais são florestas federais. Unidades de Conservação federais, de acordo com Resolução do CONAMA que elenca as Reservas ecológicas como unidades de conservação. Obras cujas atividades ocorram a 10 quilômetros destas unidades de conservação federais devem ser licenciadas pelo IBAMA (como ordena a Lei n. 7.804, textualmente, conforme será demonstrada abaixo) e nunca pelo IMAC.

Da mesma forma, há 69 sítios arqueológicos no Acre, e as estradas situam-se a menos de 10 km destas, sendo os sítios arqueológicos Monumentos Nacionais, são unidades de conservação federais, logo, outra razão para firmar a competência do IBAMA, esta autarquia deve licenciar e deve embargar obras não licenciadas, como será exposto abaixo.

## A FALTA DE LICENCIAMENTO DO IBAMA EXIGE QUE ESTE EMBARGUE E PARALISE OS TRABALHOS ILEGAIS

Atendendo ao art. 225 da Constituição da República e ao art. 10, da Lei nº 6.938/81, a regulamentação da lei (Dec. nº 99.724/90), dispõe, no § 1º do artigo 17:

"Caberá ao CONAMA fixar critérios básicos, segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento, contendo, entre outros itens:

- a) diagnóstico ambiental da área;
- b) descrição da ação proposta e suas alternativas; e
- c) identificação, análise e previsão dos impactos ambientais significativos, positivos ou negativos"

Esta mesma denúncia será levada ao CONAMA, no encontro mais próximo que for possível, dado que o CONAMA pode, e deve, exigir que o IBAMA embargue obras ilegais.

A Resolução nº 001/86 do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) estabelece, em seu artigo 2º:

"Dependerá da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - EIA/RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente e do IBAMA, em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

- I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento."

Das normas legais acima elencadas, se depreende não só a necessidade da elaboração dos chamados EPIA-RIMA, como da importância destes, observância dos requisitos que efetivamente resguardem o meio ambiente, sem o que não se concederá o licenciamento para a obra. **E, SEM LICENCIAMENTO, DEVE O IBAMA embargar a obra.**



**DA NECESSIDADE IMPRESCINDÍVEL DO EIA/RIMA PARA PAVIMENTAR, ASFALTAR E FAZER OBRAS DE ARTE, ESTRADAS DE RODAGEM COM DUAS OU MAIS FAIXAS DE ROLAMENTO E ATRIBUIÇÃO PARA FAZER O LICENCIAMENTO**

A citada Resolução CONAMA 001/86, em seu artigo 5º dita as diretrizes e conteúdo mínimo do EIA, que consoante Édís Milaré e Antonio Herman V. Benjamin "não podem, em hipótese alguma ser descuradas, sob pena de invalidação". (grifo nosso) ("Estudo Prévio de Impacto Ambiental" - Ed. RT, 1.993, pags. 44).

São estes requisitos, analisados pelos autores da obra citada:

"I - Contemplar as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com as hipóteses de sua não execução.

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação de atividade: trata-se de operação tendente a definir as medidas corretivas e mitigadoras dos impactos negativos ao ambiente, para a correta e oportuna responsabilidade do autor do projeto.

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos a bacia hidrográfica na qual se localiza:

IV - Considerar os planos e programas governamentais, projetos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade: imposta ter presente, na execução do EIA, a conformidade do projetado empreendimento com eventuais programas e planos, inclusive os plurianuais e aqueles decorrentes do zoneamento ambiental.

Já o artigo 9º da mesma resolução 001/86, define os requisitos mínimos a serem considerados:

"I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;

II - Análise dos impactos ambientais;

III - Definição das medidas mitigadoras."

A legislação Federal (Dec n. 95.733/88) determina percentual mínimo de 1% sobre o custo atualizado do empreendimento. Estima-se superficialmente este, inicialmente e não atualizado, em cerca de 5 milhões de reais, verifica-se que o percentual mínimo legal seria insuficiente para a proteção do meio ambiente. Nestas obras, migalhas foram destinadas a proteção ambiental (menos de R\$ 300.000,00) Na verdade, falta no Acre algo fundamental: um zoneamento agroecológico e econômico, instrumento fundamental para salvaguardar os Povos da Floresta, para concretizar sonhos e projetos lúcidos de Chico Mendes. O correto seria, pelo menos, 30% para gastos sociais e ambientais.

O EPIA-RIMA é, com seus estudos, um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (cf. Lei nº 6938/81). É necessário para que o órgão federal competente, no caso o IBAMA,

conceda as respectivas licenças prévias (LP), de instalação (LI) e de operação (LO) para o empreendimento.

Para deliberação da concessão destas licenças, o Conselho Nacional de Meio Ambiente, teria que ser ouvido.

SOMENTE APÓS A LICENÇA PRÉVIA, após o EPIA/RIMA e após a licitação e assinatura de contratos, poderia, o IBAMA, autorizar qualquer procedimento executório da obra. É totalmente ilegal e mesmo criminoso que o IMAC autorize obras federais de impacto ambiental de âmbito não só regional, mesmo nacional e mundial, apenas com licenças prévias e licença de instalação, notar que, no caso, foram autorizadas sem nenhuma licença válida.<sup>1</sup> E atingem área de preservação permanente, áreas ao longo dos rios e igarapés (florestas ciliares), etc. Podem transformar o Acre numa Rondônia ou Pará (ou MT) piorados, em termos de destruição ambiental.

O perigo destas obras é terrível, principalmente tendo em conta os igarapés e rios, as máquinas, pesando toneladas, estão cortando os rios, enterrando os rios, que no período da seca no Acre, ficam reduzidos a filetes, já que sofreram assoreamento por anos. Notar que os trabalhos de drenagem, o tratamento das caixas de empréstimo para a realização dos aterros, tudo isto poderá causar focos de malária. Quando o trecho entre Porto Velho e Rio Branco foi asfaltado, de 1985 em diante, a primeira parcela de desembolso só foi liberada em junho de 1986, nove meses após o início da obra, somente APÓS A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PROVISÓRIO DE PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA E PROTEÇÃO INDÍGENA, daí o PMACI I. O Banco Interamericano para o Desenvolvimento, BID, exigiu este componente. Durante anos, 7 anos, verbas eram desviadas, nunca aplicadas em proteção ambiental. E o CSN impedia, pelo Projeto Calha Norte, a demarcação das áreas indígenas na faixa de fronteira. O próprio Chico Mendes teve que ir até Miami e Washington e conseguiu o bloqueio das verbas, exigindo a implementação do PMACI I. Uma das causas de sua morte.

A construção do trecho da BR 364, entre Porto Velho RO e Rio Branco AC, quase destruiu a aldeia dos Kaxararis, de onde foi retirado quase meio milhão de metros cúbicos de brita, causando malária que matou vários índios. Haverá a propositura de ação civil pública desta Procuradoria para exigir indenização. E o asfaltamento ilegal e criminoso (sem planejamento sócio-ambiental) da BR 364 causou também a morte do Padre Ezequiel Ramin, que defendia os índios Suruí, no sul de RO.

Hoje, o problema é a mesmo, e de novo, as leis ambientais são claras. Dessa vez, caberá ações civis públicas, cumulado com ações de improbidade administrativa (Lei n. 8.429) para autoridades que exercem poder de polícia e que se omitirem. O componente ambiental e social é necessário, no próprio projeto Básico (anexo, está na Lei n. 8.666 e também no art. 225 da Constituição do Brasil) e no orçamento da obra, proteção das unidades de conservação. Medidas mitigadoras do impacto ambiental.

Chico Mendes, por nove dias, no final de março e início de abril de 1987, lutou contra a devastação ambiental causada em Rondônia. A devastação ambiental em Rondônia atingiu ritmo nunca jamais visto, conflitos sociais, queimadas, etc. Tudo, devido ao asfaltamento do trecho entre Cuiabá e Porto Velho e daí até Rio Branco. Sequer o PMACI I foi cumprido, várias áreas indígenas nunca foram demarcadas (somente oito em 28 existentes no Acre), a fiscalização ambiental inexistente. O Zoneamento agro-ecológico nunca foi feito, ou seja, um modelo de ocupação, com áreas que protejam o ecossistema. A situação fundiária do Acre pode gerar, pelos latifúndios monstruosos (2,2 milhões de hectares de Pedro Dotto, mais latifúndios de Altevir Leal, da Paranacre, do grupo Abdalla e outros) em detrimento dos índios, seringueiros e posseiros, rios de sangue.



## A TRAGÉDIA DE RONDÔNIA

Em 1970, o então Território de Rondônia tinha 113.000 habitantes, em 243.000 quilômetros quadrados. Vejamos a desgraça, o caos social e ambiental: somente em 1983, entraram 92.723 migrantes; em 1984, 153.327 migrantes. E 107.493 migrantes de janeiro a agosto de 1985, no ano inteiro de 1985, entraram 160.000 migrantes em Rondônia. Detalhe: estes números estão aquém da realidade, pois foram fornecidos pelo CETRAMI - Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes, migrantes que não passaram pela triagem, ficaram fora destes números. Logo, Rondônia, na década de 80, ia aumentando, de modo irracional, sua população, em cerca de 20 % ao ano. A cidade de Rio Branco também apresenta quase esse crescimento...e o caos urbano (com miséria, prostituição infanto-juvenil, criminalidade, etc) irá aumentar, sem o EPIA/RIMA, sem as Medidas Mitigadoras. Se isso ocorresse no Acre, estes migrantes não iriam para as florestas, e sim para Rio Branco. A capital do Acre possui, hoje, quase 300.000 habitantes, mais da metade da população do Estado do Acre.

A destruição ambiental e social das populações tradicionais do Acre pode ser causada por estas estradas sem planejamento sério, feito de modo irresponsável. Catástrofe que pode gerar um inferno vermelho no Acre. Trata-se de batalha macro-econômica, os latifúndios produtores de soja do Centro-Oeste teriam grandes benefícios, pois como exportam para o Japão, obteriam diminuição de 19 dias de viagem de navio para os mercados asiáticos, economizando 9.000 quilômetros. A pecuária também adoraria exportar carne para o Peru, Japão, etc. Mas, as populações hipossuficientes sofreriam bastante.

O Parque Industrial de Manaus vê a obra com olhos cobiçosos, recebe componentes eletrônicos de Taiwan, Japão e da Coreia, a Zona Franca do Governador Amazonino ficaria feliz. Para as madeiras então, seria como o Eldorado, prelúdio do Deserto, do Inferno Vermelho, do aumento da prostituição infanto-juvenil. A borracha da Malásia iria esnagar os seringueiros, etc. Grandes interesses econômicos concentrados e profundamente individualistas contrapondo-se aos interesses fundamentais das populações tradicionais das selvas, interesses estes protegidos pelo ordenamento jurídico, logo, Direitos Fundamentais. De um lado, microcomputadores, aviões a jato de última geração, antenas parabólicas, carros riquíssimos, jagunços, etc. Do outro, apenas o amor às "colocações", o amor à chuva, aos rios, a posse de dezenas de anos, populações analfabetas mas inteligentes, que amam a vida como seringueiros, pescadores, etc. Um bom EPIA/RIMA poderia garantir a pluralidade da economia acreana, um equilíbrio, com proteção social ao setor extrativista, aos mais pobres e indefesos e desenvolvimento social ordenado e humano, inclusive com pecuária leiteira, suinocultura, pólo moveleiro que exporte móveis finos, etc.

A pavimentação do trecho entre Porto Velho e Rio Branco, da BR 364 durou 7 anos. Início em 14.03.85. Conclusão: o trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul (ou Sena Madureira), pelas leis ambientais e pela Constituição da República (e para todos os biólogos, agrônomos, engenheiros florestais, etc) exige um PMACI II com um Plano de Desenvolvimento Integrado e um Zoneamento Agro-econômico-ecológico de todo o Estado do Acre, que poderá ser obtido através de bom EPIA/RIMA.

Vale repetir: de um lado há o grupo de grandes interesses econômicos concentrados (latifundiários, madeireiros, multinacionais voltadas para a exportação - AIMEX, empreiteiros, etc, ricos e nadando em delícias), do outro, quase toda a população pobre do Acre (60.000 seringueiros com suas famílias, pequenos posseiros, ribeirinhos, castanheiros, pescadores artesanais, índios, artesões, pequenos camponeses, etc, com seus interesses difusos e coletivos, metaindividuais, todos hipossuficientes, a maioria quase analfabeta), o MPF defende, neste conflito de interesses, a causa social e ambiental. A regularização fundiária ao longo das Brs, com

mais Reservas Extrativistas e demarcação de Áreas Indígenas, com apoio ao setor extrativista, seriam bons frutos do EPIA/RIMA. Com o Zoneamento mais áreas de proteção e conservação seriam criadas. Com o EPIA/RIMA sério, as estradas poderiam ser construídas.

## O BANCO MUNDIAL E AS ESTRADAS FEDERAIS

O presidente do Banco Mundial, sr. James Wolfensohn, pediu, em 12.09.95, desculpas aos brasileiros diante das câmeras de TV, numa reunião internacional. "Amazonas é uma região difícil, onde temos cometido erros", pedindo desculpas "pelos erros cometidos na Amazônia brasileira". O banco reconheceu que financiou projetos que resultaram na devastação de Rondônia e outras áreas da Amazônia (sul do Pará). E que estaria disposto a reparar os danos, financiando projetos de desenvolvimento econômico que valorizem a floresta e respeitem as populações tradicionais. Ou seja, perdão pela destruição ambiental gerada pelo asfaltamento da BR 364, nos trechos entre Cuiabá MT e Porto Velho RO e Porto Velho RO e Rio Branco AC. Principalmente pelo crédito de US\$ 65,2 milhões para o Programa "Pólo do Nordeste" e a pavimentação do trecho da BR 364, que liga Cuiabá a Porto Velho.

Tal como Chico Mendes soube convencer senadores estadunidenses e o BID (Banco Interamericano), que financiou o trecho entre Porto Velho e Rio Branco, sobre a tragédia de asfaltar o trecho entre Porto Velho RO e Rio Branco AC sem EPIA/RIMA e sem um PMACI I, do mesmo modo, urge que o IBAMA exija, de acordo com o art. 225, IV, da Constituição da República, um EPIA/RIMA e um PMACI II. Nos estudos prévios do PMACI II já estava previsto o EPIA/RIMA. O PMACI I, apesar de pífio, conseguiu alguns mecanismos de proteção ambiental, um PMACI II, oriundo de verdadeiro EPIA/RIMA, pode ser de fundamental importância para os Povos da Floresta e para preservar e reforçar as Florestas e o meio ambiente. Beneficiando seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos, etc, a parte mais pobre da população acreana.

## EPIA/RIMA E PMACI II

No texto do PMACI II, que foi esboçado e nunca implementado, já o PMACI I teve implementação mais que precária e totalmente insuficiente, consta, sobre a BR 364, trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul (incluindo até Sena Madureira) o seguinte texto:

### "AÇÕES PREVENTIVAS DOS IMPACTOS DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA BR-364"

A pavimentação do trecho da rodovia entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul provocaria repercussões negativas em função dos cortes no terreno, aberturas de caixas de empréstimo e cruzamentos de igarapés e áreas alagadiças etc. Para prevenir e minimizar os impactos previstos é imprescindível que se elabore um RIMA, exigido pela Resolução do CONAMA, e que os órgãos competentes acompanhem as obras de engenharia, visando ao cumprimento das recomendações técnicas, sugeridas para o dimensionamento das obras de arte (pontes, tubulações e cortes de terreno), com base em estudos minuciosos das condições geotécnicas do leito da estrada e da dinâmica ambiental das áreas a serem desmatadas.



As condições climáticas da região exigem que os estudos se realizem num período curto, entre maio e setembro, devendo preceder à contratação das obras.

Recomenda-se o controle dos impactos diretos, não apenas do percurso ao longo da rodovia, mas também dos trechos de cursos de água a jusante de pontes e travessias de igarapés e rios nos Estados do Acre e do Amazonas. O planejamento e a responsabilidade dos prováveis prejuízos ambientais devem ser feitos com a participação dos dois estados.

Os estudos compreendidos no diagnóstico das condições geoambientais, sobre documentos em escala 1:250 000, poderão servir como base para os futuros trabalhos de detalhe que precisarão a constituição e propriedades dos terrenos, os impedimentos de ordem topográfica e de dinâmica superficial, ao longo do perfil que acompanha a estrada.

Esses estudos deverão ser complementados com uma avaliação do comportamento dos cursos de água, utilizando-se dados (DNAEE e Defesa Civil) e medidas expedidas para garantir a manutenção das obras de arte

Para asfaltar o trecho entre Porto Velho e Rio Branco, foi necessário o insuficiente PMACI I (leste do Acre, sul do Amazonas e oeste de Rondônia), do mesmo modo, deve e precisa haver um PMACI II, precedendo a pavimentação e asfaltamento do trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul (incluindo Sena Madureira). Migrações descontroladas e inchaços de cidades (Rio Branco) são desgraças sociais, repletas e embebidas do sangue, suor e lágrimas das camadas mais miseráveis da população.

O PMACI I foi, em sua implementação, ao longo de 7 anos (1985 a 1992), um projeto cheio de mentiras ao BID (Chico Mendes denunciou várias mentiras). De 1985 a maio de 1991, apenas 3 milhões de dólares foram liberados para demarcar as terras indígenas e criar algumas Reservas Indígenas em Rondônia e no Acre. Ora, mais de 7 milhões nunca foram aproveitados, inclusive arcando o Estado com multas, por inteiro descaso. Devido a este descaso, o BID terminou por suspender unilateralmente os contratos. Também pelo mesmo descaso criminoso, verba de 6 milhões de dólares foram perdidas e seriam dadas por entidade alemã, para o zoneamento agro-ecológico.

Chico Mendes, em depoimento em 1987, já denunciava que, devido à BR 364, de 1977 a 1987, em 10 anos, somente ao longo da BR 317, foram exterminados 180.000 seringueiras e cerca de 80.000 castanheiras. Fotos de satélites (ver INPE) mostram, tal como todos os mapas que a devastação ocorre ao longo das BRs, durante a seca, as BRs ficam em chamas, marcas de fogo em quilômetros ao seu redor.

#### A NECESSIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL POR PARTE DO IBAMA, SOB PENA DE NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E EMBARGO DA OBRA PELO IBAMA.

A Constituição Federal em seu art. 225, num dos mais avançados textos do mundo, garantiu a todos o direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, para assegurar a efetividade deste direito, a obrigatoriedade do poder público de defendê-lo e preservá-lo.

A Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, assim estatui, no seu art. 10:

“A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente, integrantes de Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e do Instituto do Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis”

Ao seu turno, o Decreto nº 99.274/90, regulamentador da lei 6.938/81 (em substituição ao Decreto 88.351/83, por ele expressamente revogado) assim disciplina, no artigo 17:

“A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como as empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Não importa a repetição, tal a importância destes textos.

Infer-se, dos textos legais supratranscritos, que a exploração de florestas, especialmente na nossa região (patrimônio nacional) deve ser feita dentro de condições especiais, dependendo obrigatoriamente de prévio licenciamento ambiental do órgão estadual competente, bem como, principalmente, de prévio licenciamento do IBAMA. A exigência de licenciamento também pelo IMAC decorre da obra ser próxima a unidade de conservação estadual (Floresta estadual do Antimari).

Destarte, a licença a ser expedida pelo IBAMA e a licença ambiental fornecida pelo IMAC, não se confundem, são independentes entre si. Seria necessário a licença prévia, e de operação do IBAMA, o que não ocorreu, o que justifica a suspensão imediata das obras.

Por via de consequência, qualquer outra atividade importante só se poderia verificar mediante a expedição de ambas as concessões (licença ambiental do IMAC e licença do IBAMA), o que não ocorreu, mormente tendo em vista que o impacto ambiental terá abrangência regional, nacional e mesmo nacional. O EPIA/RIMA deve ser elaborado, o que salta aos olhos.

Ressalte-se, outrossim, que os ataques ao meio ambiente, além de dilapidarem o patrimônio natural, bem público federal, danificando a flora e a fauna silvestre e aquática local, agredem o próprio habitat humano, comprometendo a qualidade de vida e a saúde da população da região, provocando, ainda, grandes conflitos sociais. Urge, por isso, que sejam imediatamente corrigidos pelo Poder Público, ex vi do art. 225 da Constituição Federal e das demais normas legais pertinentes.



As florestas protegidas pela legislação federal são vitais para um meio ambiente em harmonia, bem de uso comum do povo, como dispõe a Lex Mater, em seu art. 225, "caput":

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

A constituição Federal de 1988 elevou à categoria de patrimônio nacional a Floresta Amazônica (art. 255, § 4º), o que é suficiente para identificar a legitimidade da Justiça Federal para o pleito. E, dessa forma, do MPF. E também do IBAMA, na esfera administrativa.

A norma acima referida assim estabelece: "... e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais."

Ora, é bastante claro que o patrimônio a ser protegido reveste-se da maior importância, a ponto de o constituinte pátrio ter-lhe atribuído norma especial. Isto porque, como é do conhecimento público, tais tipos de vegetação, pertencentes à Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense e Zona Costeira, além do enorme potencial relativo à biodiversidade, **correspondem aos últimos remanescentes de florestas outrora imensas e riquíssimas**. Ou seja, finalmente o povo brasileiro, através de seus representantes no Congresso Constituinte, resolveu dar um basta ao processo irresponsável e criminoso de extermínio do patrimônio público. Resta ao IBAMA cumprir a lei e embargar obras ilegais, sem EPIA/RIMA.

Com o advento da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, as formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no Código florestal, foram transformadas em reservas ou estações ecológicas, sob responsabilidade do IBAMA (art. 18). Do mesmo artigo da Lei precitada, cumpre destacar:

"Parágrafo Único - As pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer modo, degradaram reservas ou estações ecológicas, bem como outras áreas declaradas como de relevante interesse ecológico, estão sujeitas às penalidades previstas no artigo 14 desta Lei".

A responsabilidade penal dos agentes públicos é clara, a Lei n. 7.804, que alterou, em 1989, a Lei n. 6.938, exige que autoridades cumpram as leis, impedindo até mesmo obras que tragam riscos ambientais.

Não obstante a ordem jurídica nacional indique que o meio ambiente deve ser tutelado, é evidente que nos últimos anos vem se intensificando a preocupação de apreciável parcela da sociedade brasileira a tal respeito, ainda é prematuro afirmar que já estamos caminhando para o atingimento de uma integral consciência ecológica. Os meios de comunicação social revelam, com frequência, generalizadas agressões ao ambiente natural e, o que é mais grave, muitas vezes com o beneplácito e omissão das autoridades encarregadas de preservá-lo. Ao prefaciar a monografia *A proteção penal do meio ambiente*, de autoria do Prof. René Ariel Dotti, o Prof. Fernando Andrade de Oliveira fez observação que merece ser lembrada:

"Na verdade, os dados já conhecidos revelam que os danos ecológicos mais extensos não são aqueles produzidos pelos atos de puro vandalismo de alguns indivíduos, mas sim resultantes de grandes

empreendimentos de grandes empreendimentos econômicos, realizados com o incentivo financeiro do poder público, e, até mesmo, das atividades de certas entidades estatais, projetadas e executadas com o injustificável sacrifício de bens do patrimônio natural, artístico e histórico da Nação" (in *A proteção penal do meio ambiente*, Editora Littero-Técnica, Curitiba, 1978, p. 5)

O Brasil é signatário da "Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América", aprovada pelo Decreto Legislativo n. 3 de 13 de fevereiro de 1948, e promulgada pelo Decreto n. 58.054, de 23 de março de 1996, de modo que se obrigou, internacionalmente a:

"proteger e conservar no seu ambiente natural exemplares de todas as espécies e gêneros da flora e fauna indígenas, inclusive aves migratórias, em número suficiente e em locais que sejam bastante extensos para que se evite, por todos os meios humanos, a sua extinção"

Bem como comprometeu-se a:

"proteger e conservar as paisagens de grande beleza, as formações geológicas extraordinárias, as regiões e os objetos naturais de interesse estético ou valor histórico ou científico, e os lugares caracterizados por condições primitivas".

Sob o ponto de vista ecológico tais obras, desde as medidas preliminares para a sua implantação, multiplicaram os efeitos deletérios que uma via ordinária causaria aos componentes da paisagem natural. Com a trepidação do trânsito diário, vibrações da estrutura se transmitiriam, ampliadas, ao solo, ao sub-solo até mesmo onde ocorram veios de água e lençóis freáticos; o ruído dos motores se propagaria mais livremente; levados pelos ventos, os gases venenosos, emitidos pelos motores, se estenderiam a maiores áreas; a intermitência da iluminação intensa projetada pelos faróis confundiria a fauna crepuscular noturna, notadamente a aliada; a considerável massa dos elevados interceptaria correntes aéreas, raios solares, precipitações atmosféricas. - Esses são apenas alguns dos evidentes macroefeitos determinados pela inserção da pavimentação asfáltica numa paisagem imemorialmente estabelecida. Com efeitos destrutivos para as Florestas e para os Povos da Florestas.

Sob o ponto de vista técnico, a estrada carroçável, que secciona o Acre, já importa em grave ofensa ao equilíbrio ecológico da região, o pretendido asfaltamento obviamente tem efeitos negativos muito maiores.

Não é demais lembrar que "as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revertem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País" (art. 1º, da Lei nº 4.771, de 15/09/1965) e que a "Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida" (art. 2º, da Lei nº 6.938), sendo um dos seus princípios informadores o da "proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas" (inc. VI do art. 2º da Lei nº 6.938/81).

Os provimentos de urgência, tanto embargos administrativos como a liminar que o MPF irá tentar obter, são instrumentos excepcionais de tutela preventiva e provisória nas lides interindividuais, devem ser utilizados como provimentos antecipatórios, preventivos. Vittorio Denti, um dos grandes processualistas deste século, escreveu:



'Sob este perfil funcional, a proteção dos interesses coletivos apresenta um problema central: aquele da necessidade de uma tutela de urgência, que realize imediatamente a restauração dos interesses ofendidos, sem o que a máquina do processo funcionaria inutilmente. (in "Le azione a tutela di interessi collettivi", Rivista di Diritto Processuale, CEDAM, 1974, Ano XXIX, p. 547/548).

Diversos países têm de uma forma ou de outra e em maior ou menor extensão, legislado sobre o EIA: Austrália (Federal Environmental Protection (Impact of Proposals) Act, de 1974), Bélgica, (Decreto de 26.06.85), Canadá (Lei de 1973 e seu Decreto de 1985), Dinamarca (Lei de Proteção Ambiental de 1973), Alemanha (Decreto do Governo Federal de Agosto de 1975), França (Loi n. 76-629 du 10 juillet 1976, "relative à la protection de la nature", e o Décret n. 77-1141 du 12 octobre 1977, "pris pour l'application de l'article 2 de la loi n. 76-629 du 10 juillet 1976 relative à la protection de la nature"), Reino Unido The Town and Country Planning (Assessment of Environmental effects) Regulations 1988 (S. I. n. 1199), Irlanda (Local Government Act de 1976), Luxemburgo (Lei sobre a Proteção do Meio Ambiente de 1978 e Lei Sobre as Instalações Perigosas de 1979), Holanda (Lei Sobre o Estudo de Impacto Ambiental, de 13 de maio de 1986), nova Zelândia (Decreto sobre "Environmental Impact Reporting and Assessment", de 1974, baseado numa decisão do Gabinete de 7 de agosto de 1972), Espanha (Decreto sobre o estudo de Impacto Ambiental, de 1986), Tailândia (Lei da Qualidade Nacional do Meio Ambiente, de 1975).

Decididamente, EPIA/RIMA é o instituto mais eficaz de prevenção de danos ambientais, é acolhido pela civilização atual e só pode ser rejeitado por pessoas ignorantes do fato de que, destes institutos, depende a sobrevivência da humanidade e o futuro dos filhos. Sem a Natureza, sem um meio ambiente VIVO, sem a biodiversidade, não há futuro para a vida humana.

Hoje é impossível falar-se em proteção ambiental sem que se mencione o EIA, enxergado pelos juristas ambientais e ambientalistas em geral ora como um "noble experiment", ora como uma "parola mágica", ou ainda, como um "procédure administrative révolutionnaire" ou, finalmente, como uma "nouveau juridique".

De fato, a Lei nº 6.938/81, expressamente, estabeleceu que "a construção, instalação ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento."

Nota-se, pois, que o EIA não é fim em si mesmo, isolado, inserindo-se ao contrário, em um processo decisório mais complexo, articulado em fases. E o licenciamento ambiental, por seu turno, é - ou deveria ser - parte de um fenômeno mais amplo: o planejamento ambiental.

Tem-se afirmado, com razão, que o EIA deve "ser visto como uma ferramenta de gerenciamento ambiental no interior do processo de planejamento de uso do solo." Na Amazônia, é imprescindível.

Se a elaboração do EIA por si só já é considerada uma tarefa delicada, complexa e sofisticada, o planejamento ambiental, então, seria, por assim dizer, o maior desafio proposto ao administrador público e à sociedade como um todo em matéria ambiental. Um "plano" poderia ser conceituado como o esquema de ação, a longo prazo, formulado como uma série de etapas sincronizadas, todas dirigidas à consecução de um determinado objetivo político que, no caso, é a proteção ambiental.

Logo se percebe que a relação entre o EIA e o planejamento ambiental é uma entre a parte e o todo, entre o elemento

e o conjunto. Enquanto que o EIA tem por objeto um determinado projeto, claramente identificado, o planejamento é mais amplo, macro mesmo, cobrindo uma série de projetos e atividades, enxergados globalmente.

Mas o fato do EIA, assim como o próprio licenciamento - voltar-se para um projeto específico não implica dizer que se deve olvidar os objetivos maiores e mais amplos traçados pela política ambiental, seja na constituição, seja na legislação ordinária.

Há, portanto, uma independência absoluta, no sistema brasileiro, entre licenciamento e EIA, sendo que a aprovação deste "é pressuposto indeclinável para o licenciamento, influenciando no mérito da decisão administrativa, e constituindo-se na bússola a guiar o rumo norte da confiabilidade da solução." Esses textos, alguns, são paráfrases dos melhores juristas ambientalistas do Brasil.

De uma maneira assistemática, podemos elencar, entre tantos outros, alguns objetivos principais do EIA: a) identificação das implicações negativas do projeto e suas alternativas; b) avaliar os benefícios e custos ambientais; c) sugerir medidas mitigadoras; d) informar os setores interessados; e) informar o público de uma maneira geral; e, f) influenciar o processo decisório administrativo com o suprimento de informações úteis.

Tentemos sistematizar, no plano teórico, os principais objetivos do EIA.

Quatro são eles: a) *prevenção do dano ambiental*; b) *transparência administrativa* quanto aos efeitos ambientais de um determinado projeto; c) *consulta aos interessados*; e, d) *decisões administrativas informadas e motivadas*. **em outras palavras: controle da atividade discricionária ambiental da Administração Pública.**

## O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é um procedimento do qual fazem parte o EIA, o RIMA e a licença ambiental propriamente dita. É um dos "instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Procedimento administrativo é uma "sucessão itinerária encadeada de atos administrativos tendendo todos a um resultado final e conclusivo". Seria, segundo um outro autor, "a sucessão ordenada de operações que propiciam a formação de um ato final objetivado pela Administração. É o *iter* legal a ser percorrido pelos agentes públicos para a obtenção dos efeitos regulares de um ato administrativo principal.

A licença tradicional, via de regra, é um ato simples e isolado. Se um particular deseja abrir uma loja, basta que preencha os requisitos legais ou aqueles estabelecidos pelo órgão, sendo a licença, então, expedida.

Diversamente sucede com a *licença ambiental*. Como consequência da enorme importância que a sociedade moderna confere ao meio ambiente sadio, modificou-se o arcabouço legal tradicional para a expedição de licença, em relação a uma série de obras e atividades. Conforme anota Paulo de Bessa Antunes, "a Constituição, implicitamente, determinou que o licenciamento passe a ser feito mediante a adoção de um procedimento complexo, pelo qual intervêm vários agentes. Em rápida análise, podemos identificar a intervenção da administração, da equipe técnica e da própria população, que se manifesta na audiência pública.

Primeiro; fragmentou-se o *iter* próprio da licença, criando-se estágios sucessivos e interdependentes, originando-se verdadeiro procedimento administrativo. Segundo, limitou-se substancialmente a liberdade da Administração quanto à emissão de licença



para obras e atividades capazes de provocar alterações significativas no meio ambiente. Por último, trouxe-se, para o âmbito do procedimento de licenciamento ambiental, regras relacionadas com o *due process*, agora pelo enfoque - não do proponente do projeto - mas dos cidadãos atingidos pela decisão de licenciamento.

**Só que a licença, ao contrário de outras, insere-se, como notamos, em um procedimento complexo e, não raras vezes, demorado. É o que o legislador impôs ao Poder Público, ao lado do dever de licenciar, o de só fazê-lo com o EIA.**

O EIA se transforma em ato que foge à discricionariedade do administrador, não podendo ele dispensá-lo, não tendo o administrado, ademais, direito à licença, sem o devido EIA, presente o requisito legal, ato obrigatório, se o administrador, de maneira consciente, afasta sua aplicação, **pode praticar o crime de prevaricação.**

No caso em pauta, para validade do ato administrativo de licença, para que o IBAMA possa dar a licença, não basta a simples declaração de vontade do Poder Público coincidente com a pretensão do particular. Ao revés, a sua emissão está condicionada a requisito externo que é a preparação do EIA, adequado e eficiente: "Dados os termos do atual regime constitucional naquilo que se refere ao meio ambiente, o EIA é **conditio sine qua non** para a concessão de qualquer licenciamento de obra ou empreendimento de impacto ambiental."

É o EIA o guia do administrador na emissão da licença. Não custa reafirmar que licença ambiental emitida em desrespeito aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, assim como contrariando a principiologia do direito ambiental e do próprio EIA, é ato sujeito à invalidação. E tendo ocorrido tal ilegalidade na expedição do alvará, não cabe qualquer indenização ao proponente do projeto pelo desfazimento do ato, quer a invalidação ocorra pela via judicial, quer venha pelas mãos do próprio administrador.

Daí que estando o licenciamento irregular por inobservância do comando legal de preparação do EIA, deve ser a própria empresa proponente a primeira a solicitar do Poder Público a análise e estudo (ou reestudo) do impacto ambiental. É que a licença ambiental expedida sem o necessário EIA não dá ao proponente do projeto a garantia de idoneidade de um ato lícito e perfeito, capaz de gerar efeitos insuprimíveis.

Idêntica situação ocorre com a licença baseada em EIA irregular, que não atendeu aos requisitos legais mínimos. Cria-se, nesse ponto, a possibilidade de fulminação da licença por vício decorrente e invalidade derivada, ou seja, o ato administrativo é anulado por vício em outro ato (o EIA). Importa repetir, trata-se de paráfrase dos melhores textos ambientalistas do Brasil.

O EIA é resultado de trabalho legislativo, não se trata de criação dos tribunais, nem, tampouco, de inovação aduzida pela doutrina.

Sendo de origem norte-americana, é importante situarmos seu nascimento e desenvolvimento nos países desenvolvidos e a partir deles, também nos subdesenvolvidos.

### O EPIA/RIMA E OS ESTADOS UNIDOS

"O EIA recebeu reconhecimento legal definitivo nos Estados Unidos. De lá foi exportado para o mundo inteiro e hoje integra os ordenamentos ambientais de países de todos os continentes e ideologias. Sua introdução nos EUA foi produto de um momento econômico, político e cultural favorável. Iniciava-se a chamada "década ambiental". Havia, pois, um clima propício à sua adoção. e, nas palavras daquele que é apontado

como o pai da idéia, "não tivesse este sido detonado nos Estados Unidos, sem dúvida alguma teria sido inventado em algum outro lugar".

Em 1969 o Congresso americano aprovou o *National Environmental Protection Act* (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), mais conhecido pela sigla NEPA. Aí está o primeiro diploma legal a expressa e amplamente, cuidar do EIA. É importante lembrar, contudo, que as primeiras versões do NEPA não faziam qualquer menção ao EIA.

Foi Lynton K. Caldwell, professor de Ciência Política na Universidade de Indiana, quem sugeriu a criação do EIA. A seu pedido e de outros simpatizantes da idéia, o senador Jackson adicionou tal dispositivo ao texto original do NEPA.

Em uma das sessões da "Comissão de Assuntos do Interior e Insulares do Senado Federal", assim se manifestou o Professor Lynton K. Caldwell, que era um de seus "consultores especiais": "Eu instaria que, na moldagem desta política, disponha-se de um elemento operacional e compelidor de atuação. Quando falamos de política devemos ter em mente um *estudo* que, de tão escrito, se torne capaz de implementação; que não seja meramente um *estudo* de coisas almejadas ou simplesmente de objetivos e metas desejáveis. Ao revés, que seja um *estudo* que obrigue ou reforce todas estas coisas, os órgãos administrativos em particular, **mas indo além deles, a Nação como um todo, a tomar o tipo de atitude que projeta e fortaleça o que eu tenho chamado de sistema de suporte de vida do País.**"

### A CARTA MUNDIAL DA NATUREZA E O EPIA

"Em 1975, um grupo de 34 países do terceiro mundo (entre os quais o Brasil não se incluiu) iniciou a preparação de um documento básico de proteção ao meio ambiente, o qual foi aprovado em 1982 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

O texto do art. 11(c) é extremamente simples:

"As atividades que possam perturbar a natureza devem ser precedidas de avaliação de suas consequências, sendo que os estudos de impacto ambiental de projetos de desenvolvimento devem ser conduzidos com suficiente antecipação, e se tais projetos tiverem que ser implementados, suas atividades devem ser planejadas e conduzidas de forma a minimizar os efeitos adversos potenciais".

### FASES DO PROCEDIMENTO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

"O procedimento do estudo de impacto ambiental desenvolve-se basicamente em quatro fases: a) a primeira é a *fase preliminar do planejamento da atividade*, quando o proponente do projeto manifesta sua vontade de realizar o empreendimento e procura o Poder Público, para obter diretrizes e instruções adicionais, sendo o caso e a respectiva Licença Prévia, referida, hoje, no art. 19, I, do Decreto 99.274/90, que substituiu o de n. 88.358/83; b) a segunda fase é a *das atividades técnicas* da equipe multidisciplinar, quando se realiza o estudo de impacto ambiental propriamente dito, sendo, pois, a fase nuclear do procedimento, que se desenvolve em diversos passos; c) terceira fase é a elaboração do relatório de impacto ambiental - RIMA, que traduz o resultado das atividades técnicas, a dizer, do estudo de impacto ambiental; d) a quarta fase é a *da apreciação do órgão competente*, que julgará da viabilidade ambiental do projeto ou de alternativas propostas, concluindo por aprová-lo com outorga da *Licença de Instalação*, facultando o início da



implantação da obra ou atividade, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado, conforme é de elaboração do estudo de impacto ambiental, mas de sua execução e aplicação, a partir da *Licença de Operação*, possibilitando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação, seguindo-se a execução do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos elaborado na fase das atividades técnicas.

Segundo José Afonso, hoje Secretário Estadual de Segurança Pública no Estado de São Paulo, um dos maiores constitucionalistas do Brasil, autor da obra "Direito Ambiental Constitucional": "a regra geral, portanto, é a de que a determinação do estudo de impacto ambiental, sua avaliação e aprovação e outorga da respectiva licença caibam ao órgão estadual e ambiental. Mas o art. 8º, II, da Lei 6.938/81, com a redação da Lei 8.028/90, reservou essas atribuições ao CONAMA no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, nas áreas consideradas Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, ou seja: na Floresta Amazônica, na Mata Atlântica, no Pantanal Mato-Grossense e na Zona costeira (art. 255, § 4º). Por regra também o IBAMA só tem competência supletiva nesse matéria. Contudo, o licenciamento de obras e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional é incumbência sua (Lei 6.938/81, art. 10, § 4º, com redação da Lei 7.804/89)".

O texto da Lei de Política Ambiental, Lei n. 6.938, com a redação da Lei n. 7.804, é claro e vale a pena transcrever tais normas vitais:

"Art. 8º - Compete ao CONAMA:

II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional"

**A FALTA DE EXIGÊNCIA DO EPIA/RIMA É TÃO GRAVE QUE CONFIGURA CRIME, ALÉM DE GERAR NULIDADE IRREMEDIÁVEL DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. A OMISSÃO DO IBAMA IMPLICA EM RESPONSABILIDADE PENAL**

Segundo Paulo Affonso Leme Machado, na obra "Direito Ambiental Brasileiro", 5ª ed., Ed. Malheiros, não exigir o EIA/RIMA chega a configurar crime:

"13.7 - Responsabilidade criminal dos servidores públicos e estudo de impacto ambiental

O art. 15, § 2º, da Lei 6.938/81 (com a redação dada pela Lei 7.804/89) determina: "Incurre no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas".

Uma das condutas a serem tomadas pela autoridade competente é a de que não se exponha a "perigo a

incolumidade humana, animal ou vegetal" (art. 15, caput, da lei mencionada).

A legislação brasileira, como a legislação da maioria dos países, consagrou o estudo de impacto ambiental como instrumento, por excelência, da prevenção da degradação ambiental.

Incumbe, portanto, ao administrador público, que tenha a responsabilidade de decidir, a obrigação de não se omitir no exigir do estudo de impacto ambiental. Acentua-se que no "exigir" é incisivamente utilizado no texto do art. 225, § 1º, IV, da Constituição Federal. Exigir segundo as normas gerais federais (art. 24, § 1º, da CF), pois do contrário não haveria Federação, e sim Estados com regras isoladas e estanques.

O estudo de impacto ambiental, deve ser exigido consoante dispõe o art. 2º da Resolução 001/86-CONAMA, que aponta os casos em que não se pode dispensar o estudo de impacto ambiental em todo o Brasil. Destarte, esse artigo usa a expressão "tais como" no mesmo sentido que o Código Civil Brasileiro a utilizou, em seu art. 66 - "Os bens públicos são: I - os de uso comum do povo, tais como os mares, rios, estradas, ruas e praças". Isto é, tanto o rol de bens citados pelo Código Civil como as atividades e obras incluídas no art. 2º da Resolução 001/86 não esgotando os casos, podendo outros ser incluídos. Contudo, não se deixou no arbítrio do administrador exigir ou dispensar as atividades e obras mencionadas, que são indubitavelmente obrigatórias.

Acentuou a Reunião Mundial das Associações de Direito Ambiental na "Declaração de Limoges/1990" que "os comportamentos que possam colocar em perigo o meio ambiente devem ser sancionados penalmente. Não se deve esperar que o meio ambiente seja danificado para só então se utilizar a sanção penal" (Declarations de Limoges, Université de Limoges, 1990, 136 p.).

Dessa forma, os servidores públicos, aí compreendidos aqueles em comissão, ou que exerçam, emprego ou função em caráter transitório (art. 327 do CP), merecem ser enquadrados no art. 15, § 2º, da Lei 6.938/91, quando deixarem de exigir o estudo de impacto ambiental cabível."

**SOBRE O EPIA/RIMA, COMO ANEXO INDISPENSÁVEL NOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ESTRADAS COM MAIS DE UMA VIA, FALTANDO, IMPLICA EM NULIDADE E AS OBRAS DEVEM SER EMBARGADAS**

Paulo Affonso Leme Machado, em outra obra "Estudos de Direito Ambiental", ed. Malheiros, 1994, pp. 58 escreveu outros trechos que também merecem transcrição:

"4. Direito Brasileiro do Estudo de Impacto Ambiental na Década de 90

4.1 - Exigência do estudo prévio de impacto ambiental nas licitações



A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (publicada no DOU, de 22 de junho de 1993), que entrou em vigor no dia da publicação trata das licitações.

As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão à seguinte sequência: I - projeto básico; II - projeto executivo e III - execução das obras e serviços (Art. 7).

Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: (...) VII - Impacto ambiental - Art. 12.

A Lei 8.666/93 define "projeto básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras e serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo da execução (..)" (art. 6).

Felizmente, a nova Lei de Licitações tratou do impacto ambiental. Não fez nenhum favor ao meio ambiente, pois cumpriu a aspiração popular expressa na Constituição Federal. Ao resguardar explicitamente a moralidade administrativa e ao garantir a isonomia (art. 3º), a licitação deve conduzir a administração pública federal, estadual e municipal - direta ou indireta - a evitar ou reduzir o dano ao meio ambiente, através da avaliação prévia do impacto ambiental.

A Lei de Licitações segue a esteira de decretos federais de 1988 e 1992, que inseriram a análise do impacto ambiental no planejamento administrativo e no procedimento de decisão.

O projeto básico deve conter as "indicações dos estudos técnicos preliminares que assegurem o adequado tratamento do impacto ambiental". O projeto básico pressupõe a existência do estudo prévio de impacto ambiental ou um outro procedimento de avaliação do impacto ambiental.

Impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas, a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (Resolução Nº 001/86 CONAMA). A Convenção de Expono de 1991, já mencionada, inclui, também serem atingidos pelo impacto ambiental, o clima, a paisagem e os monumentos históricos.

A Lei de Licitações obriga a análise do "impacto ambiental" (Lei 8.666/93, arts. 12, VII e 6º. IX), seja significativo ou não o impacto. O impacto ambiental significativo deve ser necessariamente apreciado pelo estudo prévio de impacto ambiental, por força da Constituição Federal (Art. 225 § 1º, VI) e pela legislação infra-constitucional (Art. 2º da Resolução nº001/86-CONAMA).

Nos casos de impacto ambiental significativo ou naqueles elencados pelo art. 2º da Resolução nº 001/86-CONAMA ou pela legislação estadual e municipal, deve ser apresentado no Projeto Básico o procedimento formal do EPIA/RIMA, já tendo sido realizada a audiência pública, quando necessária, incluindo-se a aprovação do referido estudo de impacto pelo órgão ambiental.

A Lei de Licitações espancou qualquer dúvida de que, quando se licita, a análise do impacto ambiental já deve ter sido feita. É a ordem lógica dos atos de uma Administração Pública sadia moralmente, que não pode contratar e nem escolher com quem contratar no procedimento licitatório, sem antes saber qual o impacto ambiental, qual o custo e de que modo impedir ou diminuir o impacto negativo ao meio ambiente. Ausente ou irregular essa análise, nulo é o procedimento licitatório, cabendo a proposição de ação popular ou ação civil pública, com a concessão de medida liminar".

Importa frisar que outra nulidade que torna todo procedimento licitatório nulo e imprestável, é que, além de não ter sido feito EPIA/RIMA, também não houve a aprovação, claro, do EPIA/RIMA por parte do IBAMA. Será necessário verdadeiro EPIA/RIMA, com aprovação do CONAMA, de acordo com o espírito da legislação ambiental.

#### **AINDA SOBRE A NULIDADE DA LICITAÇÃO POR FALTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PRÉVIO POR PARTE DO IBAMA E NULIDADE DO LICENCIAMENTO DO IMAC SEM EXIGIR O EIA/RIMA**

A Constituição Federal em seu art. 225, num dos mais avançados textos do mundo, garantiu a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para assegurar a efetividade deste direito, a obrigatoriedade do poder público de defendê-lo e preservá-lo.

Noutro passo, declarou a nossa Carta Magna constituir patrimônio nacional brasileiro a Floresta Amazônica, determinando que a sua utilização ou obras, etc, será sempre feita na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, conforme transcrição dos dispositivos constitucionais mencionados ( com dispensa de transcrição do inciso que exige EPIA/RIMA, já transcrito nas páginas acima) :

#### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

" Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à sadia qualidade de vida, importando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

§ 1º para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetem os animais a crueldade.



4º A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (grifo nosso)

A Resolução do CONAMA n. 13, de 06 de dezembro de 1990, publicada no DOU de 28.12.90, Seção I, pág. 25.541, regulamentando os artigos 7º e 27 do Decreto n. 99.274, de 06.06.90, visando a proteção dos ecossistemas, dispõe que "o órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá as atividades que possam afetar a biota da Unidade de Conservação" (art. 1º). Ora, quase todas as Unidades de Conservação no Acre (reservas extrativistas, reservas ecológicas, monumentos nacionais-sítios arqueológicos, terras indígenas, etc) pertencem à União, e mais, são da responsabilidade do IBAMA (algumas não), logo, sendo o órgão responsável o IBAMA, cabe ao IBAMA a competência para licenciar, inexistindo licenciamento, devem as obras serem embargadas pelo mesmo IBAMA.

No art. 2º desta Resolução n. 13/90, do CONAMA, consta que "nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente, no caso, o IBAMA. No parágrafo único deste artigo, consta: o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só será concedido mediante autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação". As estradas passam à margem da Reserva Extrativista Chico Mendes, e ao lado de inúmeras reservas indígenas e unidades de conservação federais e Parques Estaduais (destarte, cabe também ao IMAC, órgão estadual, licenciar e também exigir o EPIA/RIMA)..

A Resolução do CONAMA n. 11, de 03 de dezembro de 1987, DOU de 18.03.88, Seção I, pág. 4.563, no artigo 1º, fornece como rol de Unidades de Conservação: Reservas Ecológicas, Monumentos Nacionais-sítios arqueológicos e outros. E, quanto às Reservas Extrativistas, pelo próprio texto da lei que as criou, fica claro que são unidades de conservação.

A Resolução n. 10, do CONAMA, de 03 de dezembro de 1987, exige que o licenciamento de obras de grande porte tenha como pré-requisito "a implantação de uma estação Ecológica pela entidade ou empresa responsável pelo empreendimento, preferencialmente junto à área". Estas Estações servem, p. ex., para preservarem de modo permanente as cabeceiras de rios importantes, reprodução de espécies animais, proteção a animais em extinção (tartarugas, jacarés, poraques, onças), etc. A Resolução n. 001/86, no art. 3º, diz "dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental o respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do IBAMA, o licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal", no caso, **RODOVIAS FEDERAIS. De modo que, diante de toda legislação ambiental, as duas licitações são nulas. E devem ser embargadas, com multas.**

## PERIGO DE DESTRUIÇÃO E GENOCÍDIO DE TERRAS INDÍGENAS, SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS, RESERVAS ECOLÓGICAS E O IMPACTO AMBIENTAL

No Acre há 52 diferentes povos indígenas em 28 áreas, sendo que várias (AI Katukina/Kaxinawá, AI Kaxinawa do Igarapé do Caucho e AI Campinas/Katukina) seriam alvo de impacto ambiental direto. O percurso da estrada atravessa bem no meio uma área indígena. Como será exposto abaixo.

A construção de estradas na Amazônia é algo terrivelmente perigoso, do ponto de vista ecológico, devido às suas grandes consequências político-econômicas, especialmente pelos danos gerados pela pecuária extensiva e atividade madeireira na região que é iminentemente florestal. Outro aspecto de fundamental importância que deve ser considerado são as condições climáticas e o solo da região.

Desde 1977, a BR 364, trecho Rio Branco - Cruzeiro do Sul, uma simples picada de tabatinga coloidal está feita. Mas essa picada de barro, com chão de terra batida, desde aquela data, só permitia o **tráfego normal durante um a dois meses do ano e, mais recentemente, há quatro anos, tem grandes trechos literalmente fechados pela ação da erosão e pelas matas. De Tarauacá a Cruzeiro do Sul, nem de Toyota é possível tráfego há quatro anos, somente existe uma picada intransitável.** Em diversos meses, é puro barro, o que protege as florestas do saque de mogno, cedro, etc, inclusive contra saques das madeiras pertencentes ao Governador Orleir. O governo estadual não fiscaliza de modo algum as retiradas ilegais de madeira (sem fiscais do IMAC no interior, lida, na Funtac, com imagens de satélites de 1989, e a cobertura florística, em mais de 15% do Acre, já foi destruída), permite incêndios com chamas de 30 metros de altura, em conluio com as madeiras e a pecuária extensiva, que destroem o povo amazônida. No Acre, sequer existe Batalhão Florestal (existiu apenas no papel, anos atrás).

As chuvas, superiores a 2.000 mm anuais e as argilas de grande atividade coloidal formam atoleiros que a maioria das viaturas é incapaz de transpor. Até os únicos trechos trafegáveis durante a estiagem, são fechados pelo Poder Público durante as chuvas, para se evitar maiores prejuízos às estradas. E, às vezes, há madeireiros, como empresas do atual governador Orleir, que colocam tratores D8L, de 38 toneladas, para transitarem, o que aprofunda o lamaçal existente. Estes mesmos tratores vão destruindo as florestas, espantando toda a caça dos seringueiros, destruindo igarapés e nascentes, tudo para extrair mogno e cedro. As madeiras também, jogadas nos rios, vão causando o assoreamento dos mesmos. O Brasil, hoje, exporta mais de um milhão de metros cúbicos de madeira (boa parte, mogno), mas apenas cerca de 170.000 metros cúbicos são exportados legalmente, há também brutal sonegação de ICMS.

O asfaltamento das BRs 364 e 317 tornam-se assim, algo extremamente PERIGOSO econômica e ecologicamente falando, pois aumenta os graves problemas econômicos, ecológicos e sociais já existentes e criar novos.

Em termos de economia, vale acrescentar que o trecho da BR 364, entre Porto Velho e Rio Branco, custou cerca de 540.000 dólares o quilômetro de asfaltamento, foi a principal obra de engenharia do governo Collor, tendo sido concluída em 1992, custou inclusive a demissão como Ministro do Meio Ambiente, de ecologistas como José Lutzenberger e foi uma das causas da morte de Chico Mendes. Chico Mendes foi até o Banco Mundial e mostrou os perigos que a BR 364 e 317 poderiam causar, e obteve o PMACI I (Programa de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas). Precário, mas que ajudou a gerar o Projeto Reca, na extrema e outros projetos vitais. Pontos que o EPIA/RIMA exigente pode proporcionar, e ainda em escala bem maior.

Chico Mendes, e Mary Allegretti (com Schwartzman, Elson Martins e outros) conseguiram, em 1987, exigir o que o EIA/RIMA pode trazer, **um planejamento comunitário-científico-sócio-ambiental para uma grande obra, com garantia contra destruição ambiental.** Chico Mendes foi morto a mando de alguns fazendeiros e serrarias inescrupulosas, tornou-se um mártir universal pela defesa do meio ambiente, conhecido mesmo na Austrália, Alemanha, EUA e outros países. O PMACI II, para o trecho entre Rio Branco a Cruzeiro do Sul, não chegou a ser feito nem, muito menos, foi colocado em prática.



Somente alguns estudos, que , como foi transcrito antes, deixam claro a necessidade do EPIA/RIMA. Com o EPIA/RIMA o desenvolvimento sustentado tem chance.

O PMACI II, para o trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul ( e para Brasília e Assis Brasil) não chegou a ser feito, em detrimento dos povos da Floresta do Acre, com o EPIA/RIMA pode e deve ser elaborado. Um conjunto de medidas mitigadoras do impacto ambiental deve ser elaborado e constar do orçamento da obra. Para que sejam estradas do progresso social e da Vida e não estradas da morte e da desolação, seria necessário que , pelo menos, 20 % , ou 30%, dos gastos tenham como objeto o componente ambiental e social ( regularização fundiária como destaque, o que ajudaria os projetos do Pres. Fernando H. Cardoso que jurou fazer uma reforma agrária específica para a Amazônia, que evite tragédias como Corumbiara).

Assim que o vizinho Estado de Rondônia tornou-se acessível por estradas de rodagem, pela BR 364 , que vem de Cuiabá MT, afluíram massas consideráveis de trabalhadores rurais sem terra e as madeiras foram saqueadas, tragédia que mesmo o Banco Mundial apontou, tragédia que também houve no sul do Pará e MT e **NÃO PODE OCORRER NO ACRE** . Para o Acre, no entanto, chegaram os fazendeiros e grandes empresas, formando grandes latifúndios, devastando as matas, expulsando os posseiros, seringueiros e índios e implantando a pecuária extensiva ( gado solto, que não gera emprego) destruindo partes da novíssima floresta e os povos que vivem desta. Destruindo a biodiversidade.

Com as derrubadas para pastos e saque de mogno e outras árvores, as florestas são derrubadas, secam, e geram incêndios de mais de 30 metros de altura, inferno vermelho. Estas mesmas madeiras são jogadas nos rios e igarapés, toras com mais de 3 metros de diâmetros e até 12 metros de comprimento, que vão causando a morte dos rios, assoreamento, tanto pela morte das florestas ciliares, como pelo fato das toras ficarem presas e, com o barro, formarem diques que vão fechando os rios. A morte de um rio é a morte de milhões de seres vivos. Os rios e as Florestas são a vida na Amazônia.

A situação chegou a tal ponto que estima-se que cerca de 25.000 famílias foram expulsas, pelo fogo, por tratores de toneladas, por homicídios , pelo gado que come as plantações , etc, para a Bolívia, onde vivem na clandestinidade, expostas a perseguições. Com a pavimentação , não tenha dúvida, a destruição ambiental será imensa, para vergonha do Governo ao qual o senhor pertence. Se embargar tal obra, deixará seu nome na História, como protetor do meio ambiente.

Para um Estado onde a densidade populacional é de pouco mais de 2 hab/km quadrado, é terrível o fato que aproximadamente 65.000 cidadãos acreanos tenham sido forçados a emigrar por causa da violência. E a destruição de cerca de 10% das florestas também é altíssima, tendo em conta a densidade populacional. Estas destruições geram o êxodo rural, transformando seringueiros, trabalhadores altamente qualificados nas florestas, em marginalizados , vendedores de picolés na cidade, o que torna a criminalidade em Rio Branco altíssima. Rio Branco teve crescimento acima de 230% anual, devido ao êxodo rural. O número de homicídios, chagas como a prostituição infanto-juvenil , suicídios, etc, mostra que a luta dos ecologistas é correta, matar as Florestas é assassinar de modo covarde e trágica os POVOS da FLORESTA.

Outro aspecto importante a respeito das BRs é que por elas deve ser intensificado o já fluente tráfico saqueador das riquezas naturais, especialmente as madeiras nobres. Se interligado com os países vizinhos do Peru e Bolívia, com certeza as rodovias em questão servirão apenas de **corredor de exportação das madeiras para o Japão**. No entanto, tem-se que atentar para o fato de que a rodovia, pelo Peru, cruzará

o vale inferior do Huallaga, hoje sob o controle de fortes organizações de narcotraficantes. O Japão tem o maior número de empresas compradoras de madeira, várias regiões no mundo, de florestas, sofreram destruições e degradações ambientais. Como a Malásia, Gana e outras regiões, em atitude insana e constituindo crime contra a humanidade.

## O IMPACTO AMBIENTAL SOBRE O SISTEMA HÍDRICO E HIDROVIÁRIO

A BR 317 segue, quase passo a passo, ao longo do rio Acre, até Brasília, onde atravessa o rio Acre , seguindo, novamente, paralelo a este rio, um dos mananciais básico para o abastecimento de água de Rio Branco, até Assis Brasil. O rio Acre , , neste trecho, é o maior rio, corta os municípios de Assis Brasil, Brasília , Epitaciolândia , Xapuri , Capixaba e Rio Branco ( quase 25% dos 22 municípios do Acre) . Seus maiores afluentes são o rio Xapuri e o Riozinho do Rola, principal fornecedor de água para Rio Branco. O pouco asfalto , alguns quilômetros , na BR 317, tem valorizado as terras , arrancando posseiros de mais de 50 anos, e feito avançar a frente da devastação, da morte, da esterilidade. O igarapé Espalha , afluente do Riozinho do Rola, foi morto e o rio Xapuri tem sofrido com as toneladas de matéria .

O rio Acre é um rio internacional, transfronteiriço, o próprio Tratado de Petrópolis, que legalizou o território acreano como território da República do Brasil, exige que estes rios sejam protegidos, dado que garantem ao Peru e à Bolívia isolada uma rota para o Oceano Atlântico.

Registros históricos mostram que o rio Acre já foi a via hídrica , hidrovia, principal, grandes embarcações navegavam de Belém e Manaus , passando pelo rio Purus. Levavam milhares de toneladas de borracha e castanha e traziam toneladas de mercadorias. Hoje, após alguns anos da trilha de tabatinga da 317 , os desmatamentos ao longo dos rios, pelos fazendeiros e madeireiros, principalmente após a década de 70, trouxeram o assoreamento , apenas pequenas barcas navegavam o ano inteiro. As embarcações médias, apenas de dezembro a maio, no tempo das chuvas, inverno acreano. Até "batelões" com capacidade de carga para 10 toneladas conseguem , com dificuldade, ir de Xapuri até Rio Branco.

O assoreamento do rio tem exterminado a fauna aquática da região, fazendo que a Fome esmague os ribeirinhos e pescadores artesanais.

A BR 364 também possui potencial destrutivo terrível, o percurso corta transversalmente praticamente todos os grandes rios do Acre. Por exemplo, o rio Iaco ( Sena Madureira ) , Purus ( Manoel Urbano ) , Jurupari , Envira ( Feijó ) , Tarauacá , Muru, Awracá, Gregório, Liberdade ( Tarauacá ) , Juruá ( Cruzeiro do Sul), além de todos os igarapés .

Esses rios serão diretamente atingidos , pelo desmatamento ao longo das margens , ou pelas " obras de arte correntes " ( pontes, bueiros, etc) , além do fato trágico, os pequenos igarapés são represados pelos bueiros, em regra, insuficientes para dar vazão às águas , especialmente no período de intensas chuvas , o que cria áreas de proliferação de doenças , águas paradas, onde a malária alça vôo , e também a febre tifóide ( bactéria salmonela ) , a hepatite e outras pragas. Alguns igarapés e rios vão morrer, com certeza, sem o EPIA/RIMA.

Os rios maiores, com a frente pecuária/madeireiras , passarão por rápido processo de degradação e assoreamento. As cabeceiras, fontes, poderão ser atingidas. Rios como o Macauã, Chandless, Catipari, Clandess-Chá, Cochichá, Santa Rosa, Euclides da



Cunha, Igarapé Preto, Jaminavá, Paraná de Ouro, Jordão, São Salvador, Valparaíso, Amônia, Bajé, Tejo, Juruá-Mirim, do Moura, Azul, Moa e outros tendem a sofrer impacto ambiental.

Notar que a Floresta Amazônia tem imenso papel no equilíbrio térmico mundial, destas florestas saem nuvens com imensa carga de água, que garantem chuvas em diversas partes do mundo. A corrente do Golfo, que tem origem no Caribe, indo para o Norte da Europa, possui calor importante graças às florestas, ora, estas vivem do ciclo das águas, e podem morrer com o assassinato dos rios.

Cerca de 70 rios e igarapés são cortados ou passam ao largo das BRs, vejamos apenas os rios perto da cidade de Sena Madureira, que podem sofrer imenso impacto ambiental: Rio Iaco e Rio Caeté, diretamente. Indiretamente: Riozinho, Igarapé Jaguaribe, Ig. Catipari, rio Macauã, Igarapé Nova Amélia, Ig. Esperai, Xiburema, Ig. Balseirão, Ig. Iuriã, Ig. Samasi, Ig. Mamoadate, Ig. Paulo Ramos, Ig. Abismo, Ig. Bolandeiro, Ig. Canamari e Ig. Santo Antônio.

### AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERÃO DESTRUÍDAS SE AS OBRAS NÃO CONTEMPLAREM O COMPONENTE AMBIENTAL

O mapa das Áreas de Proteção ambiental, das Unidades de Conservação, mostra que estas áreas, ESCASSAS EM número e totalmente desprotegidas, tem continuidade junto ao traçado das BRs. É imprescindível garantir a proteção dessas áreas, através de EPIA/RIMA participativo, grandes obras devem ser planejadas pelos cidadãos, isto é atender a Carta Magna, Democracia Participativa e não reino de empreiteiras, de macroempresas que determinam e destroem vidas de pobres, analfabetos e desamparados.

Isto não significa que não se deve abrir estradas ou promover qualquer ação antrópica. No entanto, é comum se ouvir na Amazônia, que "para se desenvolver é preciso desmatar". O mais trágico e preocupante é que tal preconceito é admitido com muita facilidade e sem análise até mesmo pelos responsáveis pelo desenvolvimento. Ora, o Acre tem 75% de sua receita fiscal ainda garantida pelas atividades florestais da coleta da borracha e da castanha, quase todo o ICMS tem como fato gerador o agroextrativismo. E um hectare de floresta gera muito mais rendimento econômico que um hectare de pecuária extensiva ou de agricultura.

Quatro castanheiras por hectare produzem 64 kg de castanhas beneficiadas e o preço no mercado é de R\$ 5,00 o quilo com um retorno de R\$ 320,00 por hectare, tirando 50% do custo do beneficiamento, ainda haveria um retorno de R\$ 160,00. Mais de 100 produtos podem ser extraídos e, com a biotecnologia, logo, tudo será aproveitável. A biodiversidade (na Floresta Amazônia há cerca de 30 milhões de espécies de seres vivos, apenas 1,5 milhões foram catalogados e poucos foram estudados), o imenso banco genético das Florestas será a maior riqueza no século XXI. Estudando o sistema digestivo ou as asas de seres ainda desconhecidos descobertas inesperadas poderão ser feitas, novos remédios, etc. O Padre André Antonil S.J., em 1711, já tinha constatado as riquezas biológicas das Florestas, escrevendo a obra "Cultura e Opulência do Brasil", por suas drogas, etc. Quase todos os remédios têm como matérias-primas substâncias vegetais oriundas das Florestas tropicais.

Um boi de 15 arrobas vale no máximo R\$ 300,00. Sua criação leva dois anos e meio, em média, caso uma cobra não envenene ou

não coma planta venenosa. Ou seja, R\$ 120,00 por ano. Esse boi precisa de dois hectares de pasto para se alimentar. Nesse caso, o retorno seria de R\$ 60,00. Fora as despesas com pastagens, currais, veterinário, remédios, assalariados, etc...E a destruição do que é mais precioso, destruição da fonte da vida (após Deus) - o solo fértil.

O modelo neo-extrativista e agroindustrial traz maiores rendas para o conjunto da população. A pecuária extensiva, tanto na velha Inglaterra e Irlanda (ou nos EUA), somente enriquece pequena camada de ricos sibaritas, e a pecuária extensiva tem como aliados as madeireiras saqueadoras de madeira, os incêndios com chamas com mais de 30 metros de altura, etc.

Logo, as estradas tanto podem servir para o florescimento da VIDA (humana, vegetal, insetos, etc), como uma catástrofe ambiental, que use incêndios para retirar posseiros, tal como é usado também os saques de madeira (cujo tratores de toneladas espantam a caça, os animais silvestres, proteína animal dos seringueiros), e o assoreamento liquida os rios, dificultando as vias de transporte pluvial dos índios, seringueiros, castanheiros, pequenos posseiros, etc.

Nos frágeis ecossistemas amazônicos, a derrubada da mata em áreas amplas acarreta uma série de fenômenos de degradação, alguns irreversíveis, outros de recuperação antieconômica a saber: erosão acelerada; lixiviação dos solos, isto é, diminuição dos nutrientes solúveis e seu transporte por gravidade, para o lençol freático pela água de infiltração e, daí, para os rios; lixiviação, que é o arrastamento das partículas finas do solo, alterando a textura do mesmo; aprofundamento do lençol freático, dificultando a captura de água pelo homem e pelas raízes das plantas; ASSOREAMENTO DOS RIOS E LAGOS, DIFICULTANDO A NAVEGAÇÃO; alteração do clima local, acentuando as estiagens e a amplitude térmica diária; mudança do ciclo das águas, com tendência aos regimes torrenciais e, por fim, mas talvez o mais cruel, por ser irreversível, a extinção de espécies da flora e da fauna. A biodiversidade, com a biotecnologia, será a fonte principal da riqueza nos anos vindouros.

### AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E AS BRs, O RISCO DA DESTRUÇÃO DE RIQUEZAS GENÉTICAS TOTALMENTE DESCONHECIDAS.

A BR 364 que deve ligar Rio Branco a Cruzeiro do Sul tem quase 700 km. Corre ao Norte do Estado, beirando a fronteira com o vizinho Estado do Amazonas. Corta 85% de todo sistema hídrico do Acre. Em diversos pontos margeia e mesmo corta áreas de preservação ambiental, chegando a cortar algumas destas. São elas:

1. Floresta Estadual do Antimari, localizada nos municípios de Rio Branco e Sena Madureira. Tem 66.168 ha. Distante 10 km da BR;
2. Projeto de Assentamento Extrativista do Riozinho, situado nos municípios de Sena Madureira e Rio Branco, com uma área de 35.896 ha. Está a 80 km de Sena Madureira. A BR 364 oscila ao seu lado com uma distância de 10 a 20 km;
3. Projeto de Assentamento Extrativista Macauã, às margens do Rio Macauã, em Sena Madureira, com 103.106 ha. Distante 20 km da BR;
4. Área Indígena Alto Purús, entre os rios Purús e Chandless, no município de Manoel Urbano, totalizando uma área de 265.000 ha. A BR passa a 55 km de sua fronteira;
5. Área Indígena Kaxinawa do Igarapé do Caucho, às margens do rio Murú, no município de Tarauacá, com 9.540 ha. Vem sofrendo constantes agressões por parte dos madeireiros. Está a 10 km da BR;



6. Área Indígena Katukina Kaxinawa, situada às margens do Rio Envira, no município de Feijó, com área de 17.750 ha. A BR margeia sua fronteira;

7. Área Indígena Kaxinawa da Colônia 27, no município de Tarauacá, sofre constantes pressões antrópicas de propriedades vizinhas. Tem 105 ha e está às margens da BR;

8. Área Indígena do Rio Gregório, localizada nas cabeceiras do Rio Gregório, afluente do Rio Juruá, em Tarauacá, com 92.859 ha. Dista 40 km da BR;

9. Área Indígena Arara do Riozinho da Liberdade, em Tarauacá, distante 60 km da BR;

10. Área Indígena Arara do Igarapé Humaitá, localizada às margens do Igarapé Humaitá, no município de Cruzeiro do Sul, com área de 27.700 ha. Dista 65 km da BR;

11. Área Indígena Campinas, localizada na fronteira do Acre com o Amazonas, nos municípios de Tarauacá e IPIXUNA (AM). Tem 28.862 ha e é cortada ao meio pela BR;

12. Área Indígena Jaminawa do Igarapé Preto, localizada às margens do Rio Juruá, em Cruzeiro do Sul. Totaliza uma área de 23.117 ha e está a 35 km da BR;

13. Área Indígena Poyanawa, localizada às margens do Rio Moa, no município de Mâncio Lima. Totaliza 19.987 ha. A BR, se prosseguir rumo ao Peru deve passar cortando as suas margens, pois esta encontra-se apenas a 15 km a frente da BR;

14. Área Indígena Nukini, localizada às margens do Rio Moa, em Mâncio Lima, com 30.900 ha. Distante 45 km da sede de Mâncio Lima;

15. Área Indígena Carapanã, recentemente foi demarcada;

16. Área Indígena Kampa, do rio Primavera, também recentemente demarcada, as duas ficam a cerca de 20 quilômetros do percurso da estrada;

17. Reserva Extrativista do rio da Liberdade, em fase de planejamento, fica colada ao trajeto da BR 364;

18. Parque Nacional da Serra do Divisor. Protege as cabeceiras dos rios Moa, Azul, Juruá Mirim, Ouro Preto e das Minas. Localiza-se nos municípios de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul. Tem 605.000 ha. Distante apenas 40 km da cidade de Mâncio Lima. Caso a BR prossiga ao Peru, será cortado por ela. Abrindo as florestas para o desmatamento, que gera o assoreamento das cabeceiras de rios e incêndios gigantescos. A madeira nos rios obstrui, na forma de diques, e causa assoreamento, morte dos rios. Antigamente, barcos de grande calado percorriam os rios, hoje, apenas balsas, e somente em poucos meses do ano. A madeira morta e a pecuária extensiva, que gera pastos degradados, provoca matéria lenhosa seca, daí os incêndios terríveis, que cobrem o Acre com nuvem de fumaça de 3 quilômetros de espessura, pairando cerca de 800 metros acima do solo. Nuvem de fumaça cancerígena, cheia de substâncias pesadas, e que mata crianças, fumaça que denota ignorância brutal de imensas riquezas biológicas, as maiores do Planeta.

A BR 317 que liga Rio Branco a Assis Brasil, ao Sul do Estado, tem 349 km. A licitação abrange 230 quilômetros, até Brasiléia. Assim como a BR 364, a BR 317 também afeta diretamente as áreas de proteção ambiental do Estado, a saber:

1. Reserva Extrativista São Luiz do Remanso, no município de Xapuri, com 43.501 ha. A BR passa às suas margens;

2. Reserva Extrativista Cachoeira, em Xapuri, com 24.098 ha. Distante 5 km da BR;

3. Reserva Extrativista Santa Quitéria, nos municípios de Brasiléia e Assis Brasil, é cortada pela BR 317, com lotes de colonização às margens da estrada. Totaliza 43.247 ha;

4. Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada nos municípios de Senador Guiomard, Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira e Assis Brasil. Totaliza 976.570 ha. A BR 317 margeia esta Reserva com uma distância média de 7 km apenas;

5. Área Indígena Cabeceira do Rio Acre, localizada às margens do Alto Rio Acre, em Assis Brasil, totaliza 18.870 ha. Dista 20 km da sede de Assis Brasil;

6. Estação Ecológica do Rio Acre, protege as nascentes do Rio Acre e seus afluentes. Localizada em Sena Madureira e em Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Totaliza 77.500 ha. Dista 60 km de Assis Brasil;

7. Área Indígena Mamoadate, localizada em Sena Madureira, na fronteira com o Peru, com área de 313.646 ha. Dista apenas 40 km de Assis Brasil;

8. Floresta Nacional do Macaúã, à margem esquerda do Rio Macaúã, em Sena Madureira, com 173.475 ha. Dista 80 km da BR 317 ao Sul e 85 km da BR 364 ao Norte.

Atualmente todas essas áreas vêm sofrendo pressões antrópicas por parte de madeireiros e pecuaristas. A pecuária extensiva. Notar que a pecuária leiteira é atividade intensiva, benéfica, fornece empregos, tais atividades como a suinocultura, avicultura, hortas, etc, seriam importantíssimas para a economia acreana, a pecuária extensiva somente gera pastos degradados, perda de fertilidade e incêndios gigantescos de mais de 30 metros de altura. A pecuária extensiva visa aumentar suas propriedades sobre o patrimônio da União, desrespeitando a legislação vigente e os direitos dos povos residentes nestas áreas, posseiros com posse de mais de 40 anos são expulsos, pois não podem marcar a demarcação para a ação de usucapião. A abertura e pavimentação das BRs 364 e 317 com certeza facilitará a ação destruidora destes saqueadores e proporcionará uma maior destruição das florestas e de seus recursos, uma vez que o Estado tem se demonstrado impotente e incapaz de dar proteção às suas florestas, seus povos indígenas e demais cidadãos.

Sem um controle efetivo dos desmatamentos e da coleta das madeiras nobres, o Acre está fadado a tornar-se um Estado literalmente empobrecido, com uma população marginal, vivendo da economia informal, sem perspectivas de futuro e sem condições de tornar-se um Estado desenvolvido, pois sua maior vocação, a florestal, está sendo completamente desrespeitada. Os povos da Floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, pescadores artesanais, pequenos agricultores), cerca de metade da população do Acre, serão sacrificados em prol do interesse de grandes pecuaristas, latifundiários de 2,2 milhões de hectares, serrarias de multinacionais filiadas a AIMEX, voltadas para a exportação de toras, etc.

Infere-se, dos textos legais supratranscritos, que construção de uma estrada (terraplanagem; obras de arte, pontes, etc e pavimentação) no meio de florestas, especialmente na nossa região (patrimônio nacional) deve ser feita dentro de condições especiais, dependendo obrigatoriamente de prévio licenciamento ambiental do órgão estadual competente, bem como de prévio licenciamento do IBAMA. E de EPIA/RIMA criterioso, que evite banhos de sangue como em Corumbá -RO.



Por via de consequência, a construção de estradas só poderia ocorrer mediante a expedição de licença ambiental do IBAMA, o que não ocorreu. A licença ambiental dada pelo IMAC foi nula, pois feito sem o EPIA/RIMA. E sem competência legal.

Descendo ao nível infraconstitucional, ainda na órbita federal, o Código Florestal (Lei 4.771/65) estatui:

“Art. 2º. - consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

I - de 30m para cursos d'água de menos de 10m de largura;  
(...)

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados “olhos d'água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50m de largura;

d) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha ruptura do relevo, em faixa inferior a 100m em projeções horizontais.”

Mais adiante, estabelece em seu artigo 3º, novamente a responsabilidade do IBAMA fica evidenciada:

“§ 1º- A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessário à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.”

### **O EPIA/RIMA E AS MEDIDAS MITIGADORAS DOS DANOS AMBIENTAIS QUE AS ESTRADAS PODEM GERAR**

A ampla legislação citada, em seu todo ou em parte, disciplina o uso e as possibilidades de alteração de trechos de unidades de conservação e medidas mitigadoras dos danos a serem causados ao meio ambiente protegido. Dentro estas disposições legais, importa, novamente, transcrever trecho lapidar.

A Constituição Federal, em seu capítulo VI, que dispõe sobre o meio ambiente, estabelece nos §§ 1º e 4º do artigo 225:

“ Art. 225 - .....

§ 1º - Para assegurar a efetividade deste direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”

Logo, o licenciamento pelo IBAMA e o início das obras, neste caso, só pode ser concedido após o EPIA/RIMA e após a

aprovação do EPIA/RIMA pelo mesmo IBAMA e, mesmo, pelo CONAMA. Com a consideração atenta, nos Projetos Básicos e Executivo, das MEDIDAS MITIGADORAS previstas no EPIA/RIMA.

Para efetiva aplicação do dispositivo constitucional acima, o artigo 10 da Lei nº 6938/81 dispõe:

“ a construção, instalação, ampliação e financiamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetivos e potencialmente poluidoras, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA...”

A regulamentação da lei (Dec. nº 99.724/90), dispõe, no § 1º do artigo 17:

“Caberá ao CONAMA fixar critérios básicos, segundo os quais seras exigidos estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento, conteúdo, entre outros itens:

a) diagnóstico ambiental da área;  
b) descrição da ação proposta e suas alternativas; e

c) identificação, análise e previsão dos impactos ambientais significativos, positivos ou negativos.

A Resolução nº 001/86 do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) estabelece, em seu artigo 2º :

“Dependerá da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente e do IBAMA, em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento.” (grifo nosso)

Das normas legais acima elencadas, se depreende não só a necessidade da elaboração do chamado EPIA-RIMA, como da importância destes, observância dos requisitos que efetivamente resguardem o meio ambiente, sem o que não se concederá o licenciamento para a obra E MUITO MENOS O INÍCIO DAS OBRAS. No caso, o IBAMA deve exigir o EPIA/RIMA, não houve licenciamento do IBAMA, só houve o licenciamento ilegal ( sem o EPIA/RIMA ) do IMAC. E embargo, hoje, com multas administrativas e ação civil pública ( pode ser como litisconsorte ativo do MPF ).

Entretanto, o que se verifica no caso em concreto é que, não foi elaborado o EIA-RIMA, e a obra não atende aos requisitos legais garantidores da proteção ao meio ambiente, sendo portanto imprestáveis o licenciamento prévio já deferido pelo IMAC pois este fez “tábula rasa” de toda legislação ambiental.

### **A FALTA DE EIA/RIMA GERA NULIDADE DOS CONTRATOS E A NÃO-EXIGÊNCIA, E FALTA DE EMBARGO, PODE CONFIGURAR CRIME (ART. 15 DA LEI Nº 6.938 E 7.804)**

A citada Resolução CONAMA 001/86, em seu artigo 5º dita as diretrizes e conteúdo mínimo do EIA, que consoante Édís Milare e



Antonio Herman V. Benjamin "não podem, em hipótese alguma ser descuradas, sob pena de invalidação"(grifo nosso) ("Estudo Prévio de Impacto Ambiental" - Ed. RT, 1.993, págs. 44).

São estes requisitos, analisados pelos autores da obra citada:

"I - Contemplar as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, conformando-as com as hipóteses de sua não execução.

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação de atividade: trata-se de operação tendente a definir as medidas corretivas e mitigadoras dos impactos negativos ao ambiente, para a correta e oportuna responsabilidade do autor do projeto.

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos a bacia hidrográfica na qual se localiza:

IV - Considerar os planos e programas governamentais, projetos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade: imposta ter presente, na execução do EIA, a conformidade do projetado empreendimento com eventuais programas e planos, inclusive os plurianuais e aqueles decorrentes do zoneamento ambiental".

Já o artigo 9º da mesma resolução 001/86, define os requisitos mínimos a serem considerados:

"I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;

II - Análise dos impactos ambientais;

III - Definição das medidas mitigadoras.

#### **A LEI DE LICITAÇÕES (8.666 E 8.883)** **E A NULIDADE DA LICITAÇÃO** **SEM PRÉVIO EPIA/RIMA**

Não é apenas a Constituição da República e a Legislação pátria, em seus dogmas de direitos ecológicos primários, como supra demonstrado, que se encontra afrontada.

A legislação sobre a lisura das concorrências públicas encontra-se vulnerada por saliente irregularidade.

Pois a Lei de Licitação nº 8.666/93, em seu art. 6º, inciso IX, é claríssima e adequada à Carta Magna, art. 225:

"Para os efeitos desta lei considera-se...

"Projeto Básico - Conjunto de elementos necessários e suficientes com nível de precisão adequado, para caracterizar obra ou serviço complexo de obras ou

serviços objeto de licitação, elaborado com base em indicações de estudos técnicos preliminares, em que se assegurem a viabilidade técnica e ADEQUADO TRATAMENTO DO IMPACTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO...

E o parágrafo segundo do artigo seguinte dessa Lei de Licitações, categoricamente diz que essas obras e os serviços:

"SOMENTE PODEM SER LICITADOS QUANDO...  
"Houver PROJETO BÁSICO APROVADO PELA  
AUTORIDADE COMPETENTE".

Ora, o DERACRE nem tem projeto básico, nem - muito menos ainda - projeto básico aprovado pelo DNER, para poder colocar em licitação as obras da construção dos trechos entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul da BR 364 e do trecho entre Rio Branco e Brasília, da BR 317.. O DERACRE ofende à própria letra da Lei 8.666/93 ( 8883/94) . Documento do Tribunal de Contas do Estado do Acre e do Ministério Público do Estado do Acre demonstram a falta de Projeto Básico, tal o descaso de autoridades do Estado do Acre com o ordenamento jurídico.!

Notar que o DNER informou a esta Procuradoria da República, pela Divisão de Projetos, que o DERACRE sequer enviou projeto básico ou Executivo para ser aprovado pelo DNER.

#### **A DOUTRINA É ABSOLUTAMENTE UNÍSSONA** **QUANDO EXIGE O EIA/RIMA PRÉVIO PARA** **PAVIMENTAR E ASFALTAR, REALIZAR OBRAS DE** **ARTE, EM ESTRADAS FEDERAIS.**

Parafraseando bom colega das lides forenses, vejamos estudo sobre a unanimidade da DOUTRINA BRASILEIRA SOBRE o EPIA/RIMA: Maria Cuervo Silva Vaz Cerquinho, RT 637/25-40, 1988; Helita Barreira Custódio, RT 652/14; Paulo de Bessa Antunes, Curso de Direito Ambiental, Renovar, 1990, p. 89/71; Paulo Affonso Leme Machado, Direito Ambiental Brasileiro, RT, 3ª ed., 1991, p. 122; e Opnir Filgueiras Cavalcante, Direito Ambiental, OAB, 1991, p. 23/24, entre outros, demonstram a necessidade absoluta, e constitucional do EPIA/RIMA: sem sua aprovação, a obra é, pior que irregular, proibida! O estudo Prévio de Impacto Ambiental é imprescindível.

Desde a pioneira Livre Docência da Profª Helita Barreira Custódio, Doutora pela Universidade de Roma, Responsabilidade Civil por Danos ao Meio Ambiente, de já 12 anos passados, USP, 295 p., é palpável no País o rumo ao ideal do Desenvolvimento Sustentável, legislado em nossa Lei Máxima, como deixam entrever os mestres Ives Gandra da Silva Martins e Celso Ribeiro Bastos, em seus Comentários à Constituição do Brasil, Saraiva, 1990, ao gravitar o magno princípio do inciso VI, do art. 170, da Ordem Econômica e Financeira, em torno do postulado ambiental impostergável e supremo do art. 225.

Conquanto dispensável, não custa lembrar a uniformidade dos escólios tradicional e moderno, apenas para assinalar os doutrinadores mais reconhecidos: Responsabilidade Civil no Plano Ecológico, Aguiar Dias; Liberdade e Proteção do Meio Ambiente, Nilo Batista; Responsabilidade no Direito Ambiental Brasileiro, Antonio Chaves; O Dano Ambiental e a Responsabilidade, Francisco J. Marques Sampaio; A



Proteção do Meio Ambiente na Constituição Brasileira, Luis Roberto Barroso; Responsabilidade Civil e Meio Ambiente, Nelson Nery Júnior; e Ressarcibilidade dos danos, Tutela Jurisdicional do Meio Ambiente, Donaldo Armelin, Juiz do Egrégio Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, in Revista do Advogado, setembro de 1992.

A jurisprudência encontra-se na mesma linha inquebrantável de se compeli ao EPIA/RIMA, como instrumento legal para se evitarem prejuízos difusos do meio ambiente, consagrados na Constituição, e admitidos desde o julgado unânime do Tribunal de Justiça, RT 623/39, e Justitia 142/131, 1988. Mais recentemente, RT 620/69, não admitindo a discussão da culpa, 625/157 e RDP 12/214, Câmaras Cíveis Reunidas do TJSP, Rev. de Revista 175.975.

Os Juízes Gilberto e Vladimir Passos de Freitas - o primeiro insigne Coordenador para o Meio Ambiente, das Associações Paulista e dos Magistrados Brasileiros - na obra Crimes Contra a Natureza, RT, 1990, por isso tudo, esclarecem: "de forma ágil e com ampla possibilidade de postulação, qualquer interessado poderá reclamar contra os danos causados ao meio ambiente", Ação Civil Pública, p. 122 e 123.

Toda a doutrina restante, enfim, concentra-se em torno do EPIA: de Luiz Renato Topan ou João Carlos Carvalho Rocha a Paulo Régis Rosa e Silva; de Ronald Victor Romero Magri e Patrícia Silveira da Rosa; de Rosalina Corrêa de Araújo a Ann Helen Wainer; de Maria Sylvia Zanella Di Pietro ou Iara Verocai Dias Moreira a Cid Tomanik Pompeu ou a Galeno Lacerda; de Voltaire de Lima Moraes a Rodolfo de Camargo Mancuso; de Antonio Augusto Mello de Camargo a Elisabeth Monosowski; de Adilson Abreu Dallari ou Armando H. Dias Cabral a Sérgio Ferraz; de Alaor Caffé Alves ou do pranteado Hely Lopes Meirelles a Hugo Nigro Mazzili; de Luiz Régis Prado a Toshio Mukai ou a Diogo de Figueiredo; de Fábio Feldmann a Fernando Fragoso; de José Augusto Delgado a René Ariel Dotti; de Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva a José Afonso da Silva, entre outros, e fora as edições comemorativas da ECO'92, da Revista Forense, 317, e Revista do Ministério Público, Rio Grande do Sul, nº 37, ambas de 1992.

"Uma das melhores conquistas a nova Constituição... diz respeito à obrigatoriedade do exame de impacto ambiental", afirma o culto Magistrado Caetano Lagrasta Neto, NT 633/30.

Fábio Feldman, atual Secretário do Meio Ambiente no Estado de São Paulo, ensina em sua última obra jurídica:

"O objetivo central do Estudo de Impacto Ambiental é simples: evitar que um projeto, justificável sob o prisma econômico ou em relação aos interesses imediatos de seu proponente, se revele posteriormente nefasto ou catastrófico para o meio ambiente. Valoriza-se, na plenitude, a vocação essencialmente preventiva do Direito Ambiental, expressa no conhecido apotegma: é melhor prevenir que remediar - mieux vaut prévenir que guérir.

"A incorporação pelo Direito Brasileiro desse instrumento preventivo de tutela ambiental estimulou a participação da sociedade nas discussões democráticas sobre a implantação de projetos.

"Nenhum outro instrumento de Direito Ambiental melhor exemplifica este direcionamento preventivo que o EIA. Foi exatamente para prevenir (e, a partir daí,

prevenir) o dano, antes de sua manifestação que se criou o EIA. Daí a necessidade de que o EIA seja elaborado no momento certo: antes do início de execução."

Qualquer que seja a obra, é sempre exigível o EPIA ?

Para obras como as rodovias BRs 317 e 364 claro, em meio ao santuário ecológico que ainda é o Acre, é imprescindível EPIA/RIMA detalhado. Chico Mendes morreu por esta causa! Lutzenberg perdeu seu cargo de Ministro ao defender as leis ambientais e a Floresta Amazônica. O sangue de Chico Mendes e outros ainda impregna a consciência de pessoas que sentem os sofrimentos dos Povos da Floresta (seringueiros, índios, etc), defender estas pessoas é defender o ordenamento jurídico ambiental, contra interesses econômicos concentrados que insistem em cometer atos ilegais almejando ficarem mais ricos às custas da devastação ambiental.

Explica Édís Milaré: "insta observar que, mesmo vencida a etapa de obtenção da licença prévia (LP) ou da licença de instalação (LI) - porque a exigência legal do EIA surpreendeu a obra já em sua fase final de construção ou em franca operação - há necessidade de transmissão aos órgãos estaduais competentes dos estudos ambientais executados por força da necessidade do planejamento e execução do empreendimento... através da ação civil pública, vem conseguindo paralisar obras de grande vulto, já em andamento, até a elaboração do devido EPIA (EPIA/RIMA). Assim deu, exemplificadamente, com a construção da Usina Hidrelétrica de três Irmãos (as obras já estavam em fase final... O JUIZ CONCEDEU "LIMINAR" NOS TERMOS DO PEDIDO, SUSTANDO, POR PRAZO INDETERMINADO, A INUNDAÇÃO. A CESP PERDEU TODOS OS RECURSOS JUDICIAIS QUE INTERPÔS CONTRA A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. O RESERVATÓRIO PERMANECEU VAZIO POR CERCA DE SEIS MESES, PRAZO QUE LEVOU O EPIA PARA SER APROVADO), do Emissário Submarino de São Sebastião e da Ponte de Ligação Iguapé-Ilha Comprida", MILARÉ, Édís, et al - Estudo Prévio de Impacto Ambiental, RT, 1993, p. 12-21 e 55. Do mesmo festejado autor, no mesmo sentido: A Participação Comunitária na tutela do Ambiente, Édís Milaré, in Revista Forense, 317, 1992. O EPIA/RIMA viabiliza o o planejamento comunitário, social, de grandes obras, de modo a conseguir que a obra atende aos interesses de todos e não só de grandes empreiteiras e administrativas coligadas. Para planejar grandes obras que influenciam todas as condições sociais de vida de milhões, urge que, pela lei, estes participem, através de várias audiências públicas, do planejamento antes do início das obras.

Hoje é sabido, obras como a Usina de Múltiplo Uso 3 Irmãos já se encontravam em funcionamento, e foram multadas em 200.000.000 de dólares por danos ambientais, conforme o Juiz da 1ª Vara de Pereira Baretto, estando sob julgamento os Recursos Especial e Extraordinário contra o v. Acórdão que reformou a r. decisão de primeira instância.

Respectivamente, esta óbvia assertiva integra a tese de doutorado na USP de outro grande jurista ambientalista: "Direito de Deveres Ecológicos: Efetividade Constitucional", R. Guimarães Jr., 2º volume, 1990, Departamento de Direito Econômico, Parte C, Capítulo 5, A Arquitetura Constitucional do EPIA no Brasil, p. 265.

O EPIA, tanto sob o prisma Ético, como Jurídico, como Sociológico, como Ambiental, deve ser exigido, a Constituição da República (art. 225), as Resoluções do CONAMA, a Lei n. 8.666 e 8883, a Lei n. 6.938 e 7.804, e várias outras, exigem o EPIA/RIMA.



Acresçam-se, enfim, importantes obras que vieram a lume mais recentemente, e que também solidariamente engrossam o que é linear em nosso Direito: o EPIA não pode ser "dispensado" quando, como no caso, a potencialidade do dano existe, como quer a dicção da Lei Maior: direito Ambiental Constitucional, do festejado José Afonso da Silva, admirável Professor das Arcadas e hoje Secretário de Estado do Estado de São Paulo, que cuida das Delegacias da Polícia Ambiental, Malheiros, Estudos de Impacto Ambiental, Capítulo IV, 1994, 1ª ed., p. 196-206; Estudo de Impacto Ambiental, dos acatados ex-Secretário do Meio Ambiente Édis Milaré e procurador de Justiça Herman V. Benjamin, RT 1ª ed., 1993, A Principiologia do Estudo Prévio de Impacto ambiental e o Controle da Discricionariedade Administrativa, Segunda Parte, p. 63-126; e Dano Ambiental: Prevenção, Reparação e Repressão, RT, 1993, O Estudo de Impacto Ambiental na Realidade Brasileira, Sílvia Capelli.

**ATÉ ALUNOS DE ENGENHARIA RECONHECEM A ILEGALIDADE, DE OBRAS SEM O EPIA/RIMA, OBSERVANDO OS BENEFÍCIOS SOCIAIS QUE O EIA/RIMA PODE PROPICIAR, ATRAVÉS DAS MEDIDAS MITIGADORAS DOS DANOS AMBIENTAIS**

Estudantes da Faculdade de Engenharia Civil da UNICAMP, em trabalho acadêmico, responderam em classe regular do curso, à questão prática essencial deste ofício/Recomendação - qual, afinal, o dever legal do IBAMA e dos engenheiros:

"O engenheiro responsável, sabendo que a legislação em vigor exige a aprovação do EPIA, e que isso não acontece, tem o dever legal de paralisar as atividades de licitação... cabe ao Engenheiro... aguardar... a aprovação do EPIA, para então dar início ao empreendimento. Isto pode evitar futuros problemas, como a paralisação da obra ou a mudança do traçado depois do início do projeto, o que acarretaria atrasos e maiores custos; é dever do Engenheiro responsável por essa obra pública, causadora de significativa degradação ambiental, ecossistema; deverá o Juiz, de imediato exigir de maneira documental, documentada no EPIA, que seja realizado um estudo de impacto ambiental causado por todas as alternativas; o Juiz deve decidir por obrigar o governo a esperar a avaliação e aprovação do EPIA, pois se existem leis vigentes sobre a defesa do meio ambiente, estas devem prevalecer; o Juiz deve decidir a favor da comunidade científica, aguardando a aprovação do EPIA, pois os interesses sócio-econômico-ambientais são relevantes neste caso; a decisão do Juiz deverá recair, certamente, sobre a paralisação do processo de licitação, baseando-se no artigo 225 da Constituição Federal... o processo de licitação não poderá prosseguir até a definitiva aprovação do Estudo. A lei é clara e cabe a Juiz aplicá-la facilmente; o Juiz deve interromper o processo de licitação, até que sejam cumpridos os procedimentos legais; aprovação do EPIA".

Logo, ou o IBAMA age, conforme o ordenamento jurídico, e embarga a obra, ou será réu em ação civil pública cumulada com pedido de improbidade administrativa (omissão de dever funcional, de acordo com a Lei n. 8.429).

Os Engenheiros, mas não os Engenheiros-políticos, próximos dos interesses das grandes empresas, sequiosas no maná das grandes verbas, defendem o EPIA/RIMA para a construção de obra sócio-econômica-ambientalmente nociva ou pelo menos potencialmente nocivas, cabe ao pulso de Vossa Excelência lembrar aos administradores ilegais e às empreiteiras que ainda existe o IBAMA no Brasil.

Pavimentação e asfaltamento geram impactos ambientais, para que seja obedecida a Constituição, as obras devem

obrigatoriamente aguardar a aprovação definitiva do EPIA antes de seu início de execução...caberá, assim, ao IBAMA a paralisação do processo de licitação até a aprovação definitiva do EPIA referente á obra; o IBAMA estará ferindo o procedimento legal de execução do empreendimento e as leis ambientais se ficar assistindo obra ilegal; o mesmo deverá analisar cuidadosamente todas as alternativas de traçado da via de pavimentação, asfaltamento e obras de arte correntes.

Continuando a análise feita pelos autores:

"O Juiz (ou o IBAMA administrativamente) deve decidir pela interdição dessa obra, caso a comunidade em geral entre na Justiça com uma ação com esse intuito; o Juiz deve decidir pela paralisação das atividades da licitação e projeto até que a questão do EPIA esteja solucionada; o Juiz para decidir deve exigir que o EPIA contenha todas as alternativas possíveis com respectivos impactos; sem este estudo detalhado e profundo, ele não deve permitir que a licitação continue; o Juiz deve primeiramente obrigar o governo a esperar a elaboração e publicação do EPIA; como Juiz de Direito, ele deve decidir o caso de modo que suspenda imediatamente a licitação até que o EPIA esteja pronto e completo levando em consideração todas as alternativas; o Juiz (ou o IBAMA) deve suspender a licitação aberta pelo DERACRE E DNER, já que este não se prontificaram a avaliar outra alternativa encontrada, e manter sua decisão até que os Estudos Prévios de Impacto Ambiental (EPIA) estejam elaboradas para todas as alternativas encontradas; o Juiz deve liberar o início das obras apenas após o Estudo de Impacto Ambiental das várias possibilidades de ampliação da rodovia, a fim de se poder decidir pela melhor solução,, ou seja, aquele que causa um menor impacto ao meio ambiente; o Juiz deve decidir para que o DNER espere pela aprovação do EPIA e assim retomar a abertura das licitações para as obras; o Juiz deve exigir o EPIA, uma vez que se faz necessário, segundo a legislação e há risco de destruição do meio ambiente.

Nosso maior jurisconsulto em Direito Ecológico também escreveu:

"A licitação é ilegal porque não respeita os rituais da atual legislação ambiental. Pela Resolução nº 001, do CONAMA e pela Lei de Licitações, de nº 8666... uma obra como a do prolongamento da Bandeirantes (ou a pavimentação das BRS 317 e 364) exige a aprovação prévia de um Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), antes da abertura de uma concorrência para sua construção".

Notar que mesmo a duplicação de uma rodovia exige EPIA/RIMA, mesmo que esta estrada corte áreas já danificadas, como estradas entre São Paulo e Belo Horizonte ou mesmo exige EPIA/RIMA mesmo no caso de prolongamento de estradas. No caso do Acre, trata-se de quase 1.000 quilômetros de estradas ao lado de Unidades de Conservação, Reservas Extrativistas, Áreas Indígenas, no meio da maior floresta tropical do Mundo, que corta inúmeros rios e igarapés. Com potencial destrutivo incomensurável.

E continua o consagrado Consultor Jurídico e Perito da ONU, detentor do prêmio "Helizabeth Haub", concedido pela Universidade Livre de Bruxelas e pelo Conselho Internacional de Direito Ambiental de Bonn, da Alemanha:

"No EIA/RIMA devem constar as alternativas de traçado de uma obra viária... A licitação aberta pelo governo (do Acre, no caso) contraria então a



legislação porque, mesmo antes da aprovação do EIA/RIMA ( ainda em exame na Secretaria Estadual de Meio Ambiente) já considera definitivo o traçado proposto.”(pelo DERACRE e DNER para a pavimentação e asfaltamento das BRs).

O professor da Universidade de Lyon, na França, e Mestre pela Universidade de Estrasburgo, declara com todas as letras:

“A legislação é clara quando exige a aprovação de um Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Se ele não é prévio, exatamente para prever os impactos ambientais de uma obra e apresentar as alternativas a essa obra, ele não teria razão de existir... A exigência de exame prévio de Impacto Ambiental está estipulada na própria Constituição Federal, em seu art. 225, parágrafo 1º, inciso IV”, *ibidem*.

A maior autoridade jurídica ambiental do País, Prof. Paulo Afonso Leme Machado, da UNESP-Universidade Estadual Paulista, autor da maior obra de nossa Doutrina, o clássico Direito Ambiental Brasileiro, tão citado por nossos mais altos Tribunais, inclusive o Excelso, sumária e terminantemente condena o comportamento do DNER e DERACRE, que conspiram para destruírem a Floresta Amazônica ao desprezarem as poucas e frágeis leis ambientais do Brasil.

Mesmo Engenheiros sem formação profunda em Direito Ambiental - qualquer primeirista de Engenharia, sabe que não se pode licitar uma obra dessa sem EPIA - honestos, após leitura simples da Carta de 1988, do art. 225, § 1º, IV, sabem o que o Senhor Governador do Estado do Acre (e o DNER) desconhece. Este gravíssimo vício legal que mancha sua Administração e compromete o meio ambiente do futuro do Acre. E a população do interior do Acre, que tende a ser sacrificado no altar de grandes interesses econômicos, caso não haja o EPIA/RIMA.

José Afonso da Silva, o maior constitucionalista pátrio, consultor da Assembléia Nacional Constituinte de 1988 e Catedrático das Arcadas, claramente ensina em seu aclamadíssimo livro Direito Ambiental Constitucional que o EPIA constitui “instrumentos de garantia e efetividade do direito enunciado no caput do artigo. Mas não se trata de normas simplesmente processuais, meramente formais. Nelas, aspectos normativos integradores do princípio revelado no caput se manifestam através de sua instrumentalidade. São normas-instrumentos de eficácia do princípio”.

E escreve que na garantia do EPIA, “notadamente”:

“a incidência do princípio contido no caput se revela de primordial exigência e urgência, dado que são elementos sensíveis que requerem imediata proteção e direta regulamentação constitucional, a fim de que sua utilização, necessária talvez ao progresso, se faça sem prejuízo ao meio ambiente. E porque são áreas e situações de elevado conteúdo ecológico é que o constituinte entendeu que mereciam, desde logo, proteção constitucional.”

Op. Cit., Malheiros, 1ª ed., 1994, p.31.

José Afonso termina por concluir:

“O Estudo Prévio de Impacto Ambiental é um pressuposto constitucional de efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tem fulcro no art. 225, § 1º, IV, da Constituição de 1988”. - *Ibidem*.

Fábio Feldmann, agraciado com a lauréa global 500, concedida pela ONU, mesmo prêmio que Chico Mendes ganhou, e homenageado por Jurisconsultos dos cinco Continentes durante a Conferência da ECO-RIO/92 - com a participação de Chefes de Estados de 173 Nações então reunidas no maior Congresso Internacional de mundo até hoje realizado - como Grande Jurista Ecológico, também tem escritos sobre a ilegalidade de pavimentar e asfaltar (mais pontes, etc) estradas sem o EPIA/RIMA. Precisamente sobre a BR 364, sobre a qual escreveu parecer, e poderá depor em processo judicial sobre a irresponsabilidade de permitir tais obras sem EPIA/RIMA.

O Ministro Sydney Sanches, do STF, já escreveu em bom acórdão:

“A proteção ao meio ambiente só não se tornará efetiva se... o Poder Judiciário... não puder responder, a tempo e a hora, aos reclamos da sociedade brasileira. Normas constitucionais é que não faltam”, SYDNEY SANCHES, RT 706/279.

## JURISPRUDÊNCIA SOBRE EPIA/RIMA COMO REQUISITO PARA A LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DE ESTRADAS FEDERAIS (PAVIMENTAÇÃO, ASFALTAMENTO E OBRAS DE ARTE)

I)

Origem Tribunal: STJ Acórdão RIP: 00000046  
Decisão: 21-11-1994  
Proc. AGA Nº 0047163 ano 94  
UF: RS Turma 02  
Agravado Regimento no Agravado do Instrumento.  
Fonte DJ Data: 06/02/95 pg 01342  
Ementa Recurso Especial. Matéria de Prova. Necessidade ou não de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental para a realização de obra que atravessam áreas de preservação permanente. Aplicado à Súmula Nº 07-STJ. Agravado Improvido. Relator Min. 0272 - Ministro Américo Luz

Obs: Por unanimidade, negar provimento ao Agravado Regimento.  
Datas: Inclusão: 09/02/1995 - Oper: Edna Mar Alteração: 09.02.1995 Oper Edna Mar

II)

Origem Tribunal TR5 Acórdão RIP 05173820 Decisão: 02.08.1994 Proc. Ac Num 0550495 ano 94 UF: CE Turma: 02 Região: 05  
Apelação Cível  
Fonte: DJ Data: 23.09.94  
Ementa Constitucional. Ação Civil Pública. Meio Ambiente



1 - A elaboração de estudo com Relatório de Impacto Ambiental constituem exigência constitucional para licenciamento de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.

2 - A Resolução 001/86, do CONAMA, apenas prescinde do EIA/RIMA com relação a projetos urbanísticos de área inferior a 100 Ha.

3 - O Relatório de viabilidade Ambiental não é idôneo o suficiente para substituir o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório.

4 - Apelações Improvidas.

Relator Juíz: 504 -

Juiz José Delgado

LEG: FED Res: 000001 ano 1986 (CONAMA)

LEG: FED Lei: 006938 ano 1981

LEG: FED IEI: 000000 ANO 1988 Art: 00225

III )

Origem Tribunal TR2 Acórdão RIP  
00000000 Decisão: 01.06.94

Proc: AMS Num. 0219060, ano -93, UF:RJ

Turma: 01 Região: 02 Apelação em Mandado de

Segurança

Fonte

Administrativo

- Audiência Pública

-EIA - RIMA

I - O prazo decadencial é contado a partir da data resposta ao ofício do Ministério Público e não da data da deliberação do CECA.

II - O CONAMA tem competência legal para expedir resoluções ( Art: 0006. INC 00002, DA LEI: 006938/81 podendo exigir o EIA - RIMA para estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento (Resolução NR. 001/86).

III - A Comissão Estadual do Meio Ambiente não poderia dispensar a audiência pública requerida pelo Ministério Público Federal, na qualidade de defensor do Meio Ambiente para conhecimento do EIA-RIMA.

IV - Recursos e Remessa necessária improvidos.

Relator Juíz: 209

Juiza Tânia Heine

Indexação Aguardando indexação

I - MEIO AMBIENTE: O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL: Alteração adversa das características do meio ambiente;

III - POLUIÇÃO: A DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL resultante de atividades que, direta ou indiretamente : A) PREJUDIQUEM A SAÚDE, A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO [ pode ser a morte e a destruição dos Povos da Floresta ] ;

B) CRIEM CONDIÇÕES ADVERSAS ÀS ATIVIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS [ DOS SERINGUEIROS, ÍNDIOS, ETC ]

C) AFETEM DESFAVORAVELMENTE A BIOTA;

D) AFETEM AS CONDIÇÕES ESTÉTICAS OU SANITÁRIAS COM OS PADRÕES AMBIENTAIS ESTABELECIDOS;

IV - POLUIDOR: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, RESPONSÁVEL DIRETA OU INDIRETAMENTE, POR ATIVIDADE CAUSADORA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL;

V - RECURSOS AMBIENTAIS: ATMOSFERA, ÁGUAS INFERIORES, SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS, OS ESTUÁRIOS, O MAR TERRITORIAL, O SOLO, O SUBSOLO, OS ELEMENTOS DA BIOSFERA, A FAUNA E A FLORA".

Logo, o Estado do Acre, o DNER, o DERACRE, o IBAMA podem ser enquadrados como POLUIDORES, ecocidas, devastadores ambientais, responsáveis por atividades causadoras de degradação ambiental, pois a atividade de construir estradas (pavimentação, asfaltamento e obras de arte) pode prejudicar o bem-estar das populações, seringueiros, índios, etc. Principalmente os posseiros. E também, isso pelo menos deveria ser evidentiíssimo, pode e prejudica a biota. Pode afetar de modo adverso a vida dos poucos das florestas, as estradas com o EPIA/RIMA serão estradas da vida e do progresso. Sem o EIA/RIMA, as estradas serão o desastre ambiental (vide o desastre ambiental causado em Rondônia, constatado até pelo Senado dos EUA, pelo presidente do BIRD ( Banco Mundial ) por Chico Mendes, etc).

### CONCEITOS DE MEIO AMBIENTE, POLUIÇÃO E POLUIDOR. O DNER, DERACRE E OUTROS SÃO POLUIDORES BÁSICOS RESPONSÁVEIS PELO PERIGO DE DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

Em 1981, através da Lei 6.938, traçou-se a Política Nacional de Meio Ambiente, por onde se definiu que:

" ART. 3º - PARA OS FINS PREVISTOS NESTA LEI, ENTENDE-SE POR:

### A FALTA DE EPIA/RIMA GEROU NULIDADE DAS LICITAÇÕES DAS ESTRADAS FEDERAIS.

No que tange à questão da apresentação de EPIA/RIMA o que cabe discutir é que o entendimento que está sendo passado, através do senso comum, é o de que não haverá nenhum impacto sobre o meio ambiente, pois que a picada de tabatinga coloidal já está aberta. Consideram, aqui, os jornalistas e os técnicos do governo e autoridades que usam tal argumento que "impacto ambiental" é somente aquele que ocorre se houver "derrubada de árvores" ou alterações diretas sobre o meio ambiente, que sejam passíveis de serem "sentidas" por todos.



Não é somente este o impacto de que trata a legislação pertinente, mas sim todo aquele que de forma direta ou indireta vai atingir ao meio ambiente, aqui entendido todos os seus componentes, inclusive a existência de populações tradicionais e adaptadas à vida na floresta, usando-a sem destruí-la.

As notícias ufanistas dos defensores do asfaltamento a qualquer preço (alguns jornais, "A Tribuna", de 04.09.95, chegaram a advogar, inclusive, que não importa se o dinheiro que financiará a pavimentação venha do narcotráfico, o importante é o asfalto, que pode enriquecer de forma imensa alguns poucos...) não atentam para o fato de que o asfaltamento da rodovia aumentará consideravelmente o tráfego de veículos e caminhões trazendo enormes impactos para toda a região do "em torno" da rodovia. E que conflitos fundiários ocorreram, pois há "proprietários" nominais que visam o fogo e tratores (retirada de mogno, para "limparem" a terra de posseiros com posse usucapiável há 30 ou 40 anos. Há notícias que indicam que o tráfego da BR 317 passará a ter 150.000 carretas por ano, o impacto ambiental será devastador, mesmo pelo fato da estrada apontar para o Japão, que já destruiu outras florestas no mundo todo. O Japão absorve matérias-primas a preço vil, com saciedade voraz.

Rondônia está bem próxima para mostrar o quão danoso para o meio ambiente e para as populações locais foi o asfaltamento da BR 364, trecho Cuiabá - Porto Velho (os sem terras de Corumbiara que o digam, o sangue deles, e o de Chico Mendes, dos Padres Josimo Tavares e Ezequiel Ramin, ainda clamam por Justiça!), pois o processo de ocupação e surgimento de cidades "da noite para o dia" ao longo da rodovia tem causado problemas os mais variados, inclusive com o aumento considerável de algumas doenças endêmicas, como a malária, por exemplo, que tem em Ariquemes - RO sua "capital mundial", em termos relativos. Em Tarauacá, epidemias de tifoide atingem milhares, mais o hepatite, a hanseníase que atinge 18 em cada 1.000 pessoas no Acre, mais número gigantesco de homicídios e abortos em Rio Branco, decididamente, a morte e o sangue rondam o Acre, estas estradas podem ser a devastação consolidada, de vidas bem frágeis.

O avanço do desmatamento ao longo da rodovia fez com que o Estado de Rondônia perdesse, em 20 anos, cerca de 30 por cento de sua cobertura florestal, sendo que algumas regiões estão se transformando em áreas de pastagens degradadas e, até, pequenos desertos. Nestas áreas, chamam também o cadáver das Florestas, os seringueiros, trabalhadores altamente qualificados nas florestas, matam para viver nas favelas de Rio Branco, as filhas são prostituídas por fazendeiros (pecuária extensiva) e madeireiros. Os famélicos passam então a revidar, tornam-se traficantes, matam, estupram. O processo de desertificação vai assoreando os rios em detrimento e às custas do sangue dos povos da floresta.

Cabe, ainda, ressaltar que, sem EPIA/RIMA sequer pode haver financiamento da obra, pois o art. 12 da Lei n. 6.938/81, Lei de Política Ambiental, diz: "as entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente". Logo, o licenciamento ambiental deve exigir o EPIA/RIMA prévio. Sem este, nenhum financiamento e nem incentivos fiscais.

É preciso frisar que a ilegalidade está presente no fato de não ter feito o EIA/RIMA prévio, antes da licitação, pois fica claro que as exigências (principalmente medidas mitigadoras, investimentos ambientais e sociais) do EIA/RIMA devem integrar o edital de licitação e alterar o projeto básico e executivo, somente isso já seria bastante para anular todo o procedimento licitatório.

De qualquer modo, a exigência do RIMA prévio é exigência da Resolução n. 001/86 do CONAMA. Édis Milaré e Antonio Herman V. Benjamin, (Estudo Prévio de Impacto Ambiental, ed. RT, 1993, p.28 e segs.) ressaltam que para "estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento" é necessário, como pressuposto do licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente e como pressuposto de procedimento licitatório, o EPIA/RIMA prévio.

Paulo Affonso Leme Machado, (Estudos de Direito Ambiental, Ed. Malheiros, 1994, p.58 e segs., afirma que é necessário o EIA/RIMA antes da licitação. Esta exigência está também na Lei n. 8.666, no art. 12, inciso VII, o RIMA deve integrar o "projeto básico" e o "projeto executivo" (art. 6º da Lei n. 8.666). Logo, a Resolução do CONAMA, a Constituição Federal (art. 225, parágrafo Primeiro, inciso VI) e os arts. 12, VII e 6º, IX da Lei n. 8.666 tornam nula a licitação, conforme o que preceitua o art. 7º, § 6º da mesma lei, pois lá está dito que:

**"§ 6º - A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa" (grifo nosso).**

O § 2º do art. 7º da Lei 8.666/93 prevê, em seu inciso I que as obras somente poderão ser licitadas quando "houver projeto básico..." e a mesma lei, no seu art. 6º, IX, define: "Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos..."

#### **DA IMPORTÂNCIA DO EIA/RIMA, COMO INSTRUMENTO DE DEFESA, PREVENÇÃO DE DANOS, DO MEIO AMBIENTE E PELAS MEDIDAS MITIGADORAS.**

Comentando sobre a importância do Estudo de Impacto Ambiental, como instrumento de auxílio ao desenvolvimento da Política Nacional de Meio Ambiente, a doutrinadora pátria SÍLVIA CAPELLI, afirma que:

"O Estudo de Impacto-Ambiental, como instrumento da Política Nacional do Meio-Ambiente, surge como precioso auxiliar para o controle prévio das alterações produzidas no entorno, visando, senão coibir a poluição, pelo menos, minimizá-la, através de medidas alternativas e/ou mitigadoras do impacto ambiental. Tais medidas serão fruto da conclusão de estudos realizados por equipe multidisciplinar, anteriores à operação da atividade efetiva ou potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, a fim de possibilitar o que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, denominou de desenvolvimento sustentável.

Não se pode mais admitir que, em nome da supremacia dos valores individuais sobre os sociais, mantenham-se situações odiosas, onde poucos privatizam o lucro de atividades, no mais das vezes nocivas ao meio, impondo-se às comunidades o ônus de suportar um ambiente degradado, atentatório à



qualidade de suas vidas.” (In “Dano Ambiental - Preservação, Reparação e Repressão”, ed RT, 1993. Vol. 2, pags. 153/155)

Cumpre, neste ponto, trazer a lume a definição de “impacto ambiental”, que a citada SÍLVIA CAPPELLI, utilizando-se de entendimento traçado por GUIDO COLOMBO, em seu “Dicionário de Urbanística”, Pirola, Milano, 1981, pág. 83, para deixar claríssimo que as populações posseiras que vivem nas Florestas (seringueiros, índios, etc), os verdadeiros guardiões da Ecologia, terão sofrimento trágico em suas condições de vida se o componente ambiental não for considerado e se não for gasto dinheiro com regularização fundiária (dos posseiros, FORMANDO VÁRIAS RESERVAS EXTRATIVISTAS E PROJETOS DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTAS DO INCRA), pequenos postos médicos e escolas simples, estradas e ramais vicinais de piçarra, vacinação contra hepatite, etc. E fiscalização ambiental, tudo isto redundará em grandes benefícios sociais e também aumento de arrecadação do ICMS.

Estes benefícios devem ocorrer, um verdadeiro PMACI II (Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas), o que um EPIA / RIMA pode propiciar, garantindo que parte dos recursos sejam empregados em gastos sociais e ambientais por mais que isso irrite empreiteiras e alguns administradores. Por exemplo, um quilômetro de asfaltamento no trecho entre Porto Velho e Rio Branco custou, em média, R\$ 530.000,00, meio milhão de dólares. Se a cada 10 quilômetros forem gastos 5% dessa soma (R\$ 27.000,00 a cada quilômetro) serão R\$ 135.000,00, o que basta para um pequeno posto médico e para desapropriar terras. No Acre, o valor de R\$ 25 reais ou 23 dólares compra, ou desapropria, um hectare, em média, segundo informações do INCRA e dos Cartórios de Imóveis que registram e escrituram operações de compras, averbando contratos, logo, 5.400 hectares ou 270 lotes de 20 hectares para 270 famílias ou 1.350 pessoas, seriam, desse modo, estradas da vida. Isto a cada 5 quilômetros de estradas, dessa forma, a obra beneficiará a população, principalmente os mais pobres, que serão sacrificados à cobiça de poucos, pouquíssimos grandes proprietários, se forem feitas sem o EPIA/RIMA:

“Impacto Ambiental pode ser definido como o conjunto de consequência da criação ou presença de um empreendimento sobre o ambiente” ou “o conjunto das repercussões e das consequências que uma nova atividade ou nova obra, quer pública ou privada, possa ocasionar ao meio ambiente físico com todos os seus componentes (segurança do território) e às condições de vida da população interessada (qualidade de vida).” (In op. Citada. Pag. 156 apud HELITA BARREIRA CUSTÓDIO, em “Avaliação do Impacto Ambiental no Direito Brasileiro” RDC 45/73).

Sob o aspecto legal, todas as atividades potencialmente poluidoras e devastadoras devem sujeitar-se ao licenciamento ambiental, em consonância com as determinações contidas no art. 10, da lei nº 6.938/81.

As licenças mencionadas no dispositivo antes referido são regulamentadas pelo Decreto nº 99.274/90, no art. 17, em condições de progressividade, consubstanciadas em Licença Prévia (“LP”), correspondente à etapa preliminar do planejamento da atividade, no primeiro momento; na Licença de Instalação (“LI”), constituindo-se na autorização para o início da implantação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes do projeto executivo aprovado, traduzindo-se em faculdade para o início das obras; na Licença de Operação (“LO”), que autoriza o exercício da atividade licenciada e o funcionamento de seus

mecanismos de controle da degradação ambiental, respeitado o previsto nas licenças anteriores. Logo, sem o EPIA/RIMA tanto o licenciamento (LI e LO) são nulos, a obra deve ser interrompida. E o procedimento licitatório é nulo.

Convém fique esclarecido que o Estudo Prévio/ de Impacto Ambiental (“EPIA”) e consequente Relatório de Impacto Ambiental (“RIMA”), embora guardando relação de vinculação com o procedimento de licenciamento, com ele não se confunde, uma vez que, enquanto o licenciamento ambiental é exigido nos casos em que as atividades são potencial e efetivamente poluidoras e ou devastadoras, o EIA/RIMA deve ser elaborado apenas quando as atividades forem potencial ou efetivamente causadoras de significativa degradação ambiental, isto é, quando esta é produzida em decorrência de impactos significativos (ver Resolução CONAMA n. 001/86). O que é o caso, a pavimentação e asfaltamento das 2 BRs, pode gerar a destruição de milhares de hectares de floresta, talvez milhões de hectares.

As atividades degradadoras capazes de ensejar a elaboração de EIA/RIMA estão exemplificados no art. 2º, da Resolução do CONAMA nº 01, de 23/01/86, com os acréscimos das resoluções nº 11, de 18/03/86 e nº 5, de 06/08/87, e no artigo 100, da Lei Estadual Nº 1.117, de 26.01.94.

Não sendo taxativas as hipóteses de atividades significativamente afetadoras do ambiente elencadas no art. 2º, da resolução citada, para que distinga as atividades ensejadoras da elaboração do EIA/RIMA para licenciamento, impõe-se a conjugação da referida norma com o previsto no art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal.

Tanto assim é que, “(...) além das estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento, aterros sanitários, portos, aeroportos, mineração, distritos industriais, projetos urbanísticos e agropecuários acima da área definida no art. 2º e outras atividades que elenca, dependerá de EIA/RIMA, para licenciamento, todo empreendimento, industrial ou não, capaz de causar, ainda que potencialmente, significativa degradação ambiental.” (In op. Citada, pag. 160).

Vê-se, pois, que para a execução das obras sob comento, a concessão de licenças prévia e de instalação dependem de elaboração e aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental-EPIA e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente-RIMA, que deverá obedecer as diretrizes e procedimentos gerais e específicos dos órgãos federais competentes. E também de aprovação pelo IBAMA e pelo CONAMA do EPIA/RIMA, depois da feitura do EPIA/RIMA, antes da licitação. E também será necessária aprovação do Projeto Básico e do Projeto Executivo pelo DNER. Tudo antes da licitação. Caso contrário, obras ilegais, que o IBAMA deve embargar.

### **A FALTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERA TAMBÉM NULIDADE DAS DUAS LICITAÇÕES E O IMENSO RISCO AMBIENTAL**

Somente a partir da publicação (31.08.95) do Decreto ESTADUAL nº 676 “apareceu” ORÇADO parte do recurso necessário para que pudesse ser realizada a concorrência, infringindo o previsto na Lei 8.666, de 21.06.1993 (Art. 7º, § 2º, III), verbis :

Art. 7º - As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:



§ 2º - As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;(...)” (grifos e destaques nossos).

A dotação orçamentária existente era suficiente apenas para cobrir, inicialmente, 7,3 % (R\$ 1.237.650,00) das obras (total: 92 milhões de dólares, de reais) e para a qual foi destinada a concorrência em apreço diz respeito à “Pavimentação, Construção, Restauração, Melhoramentos e Conservação de Rod. a Cargo da Dir. de O. DER - ACRE” o que não é o caso das rodovias, cuja recuperação asfáltica, asfaltamento, obras de arte e terraplanagem foram licitadas, tanto isso é verdade que após a realização do procedimento licitatório o Diretor Geral do DER-ACRE procurou, e conseguiu, a assinatura do termo de “cessão ou sub-rogação parcial” do convênio entre o DNER, responsável pela construção, recuperação e manutenção das rodovias federais no país, e o Ministério do Exército, que ficou, através do 7º BEC, responsável pela BR 364, trecho Rio Branco - Cruzeiro do Sul, ou seja, a dotação usada, além de insuficiente, foi imprópria; pois destinada a objeto para o qual não estava prevista.

A dotação orçamentária especificada na licitação era suficiente para cobrir apenas, inicialmente, 7,3% (R\$ 1.237.650,00) dos preços estipulados pelas empreiteiras vencedoras no processo licitatório (R\$ 16.956.062,57). Valor 13,7 vezes maior que o orçado originalmente.

A dotação orçamentária, além de insuficiente, foi imprópria destinada para a presente licitação, pois que tinha como destinação originária objeto diferente do licitado, conforme preceitua a Lei nº 4.320, de 17.03.64, verbis:

“Art. 20 - Os investimentos serão discriminados na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras aplicações” (grifos e destaques nossos).

### OUTRA NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DOS CONTRATOS TEM SUA FONTE NAS SUBROGAÇÕES DO CONVÊNIO...

O Decreto-Lei n. 1.377, de 12 de dezembro de 1974, basta para invalidar as subrogações dos Convênios e atingir de nulidade as licitações, por vício de incompetência, falta de agente competente, já que a subrogação sendo nula, somente o DNER e o Exército podem, em regime de execução DIRETA, trabalhar nas estradas federais, vejamos o texto legal, que proíbe os Estados e Municípios de firmarem contratos (inclusive convênios) sem que os correspondentes recursos estejam previstos nas programações orçamentária e financeira de de desembolso.

“Art. 1º - Os Estados e Municípios não poderão firmar contratos de obras ou serviços, nem praticar quaisquer outros atos de que resulte compromisso financeiro, sem que os correspondentes recursos estejam previstos na programação orçamentária e na programação financeira de desembolso” (grifos e destaques nossos).

### RECAPITULAÇÃO DE ALGUMAS NULIDADES CONCERNENTES À FALTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Uma série de ilegalidades e inconstitucionalidades e impropriedades foram cometidas pelo DNER e pelo DERACRE, nos

procedimentos licitatórios que envolvem a pavimentação, asfaltamento e obras de arte, das BRs 317 e 364, sub-trecho Km 52/Sena Madureira e Rio Branco/ Brasília.

No que diz respeito à falta de dotação orçamentária, o elemento projeto/atividade indicado pelo “Setor de Orçamento” do DERACRE (4901.16885313.072), tinha, à época de abertura do processo licitatório, no elemento de despesa 4.1.1.0.00, na fonte 21, orçado o valor de R\$ 1.237.650,00 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais), ou seja, menos de 7% (cinco por cento!) do valor licitado, para as duas BR's (364 e 317).

A suplementação *a posteriori* não sana a ilegalidade, pelo contrário, avulta-a, pois se pudesse o administrador público primeiro saber quanto custaria determinada obra para somente então “orçá-la” o caos seria ainda maior. E a lei é muito clara no que diz respeito ao assunto, conforme já vimos anteriormente: “...as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: (...) houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma...” (texto da Lei 8.666/93, Art. 7º, § 2º, III).

De mais a mais, a aplicação programada e destinada para cobrir a licitação em estudo, diz respeito, e isso está claramente colocado na Lei Orçamentária de 1995, publicada no D.O.E nº 6.475 - C, p. 19, de 20.02.95 a “Pavimentação, Construção, Restauração, Melhoramentos e Conservação de Rod. a Cargo da Dir. de O. DERACRE” (grifo nosso), ou seja, a BR 364, para que pudesse ser licitada sua recuperação e/ ou melhoria ou asfaltamento pelo governo do Estado do Acre teria, necessariamente de estar subgradada, o que somente ocorreu após o transcurso de todo o processo licitatório, inclusive com alocação de “recursos orçamentários” que não estavam destinados para o fim proposto pelas concorrências 00ß e 004/95 - DERACRE.

Não se pode abrir licitação para obra ou serviço quando não existir projeto básico, previamente aprovado por autoridade competente, ou quando não houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes das obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo programa (art. 7º, §2º, I e III da lei 8.666 de 21.06.93, atualizada pela Lei nº 8.883/94). A pena por infringência a tal determinação vem prevista no § 6º do art. 7º da mesma lei, verbis:

Art. 7º- ...

§ 6º - A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa”.

Constatada a nulidade da licitação, a Administração tem o dever de anulá-la, ou o IBAMA de interditar, conforme o art. 49, *caput*, do mesmo diploma legal supra referido, por iniciativa própria ou por ação judicial declaratória de nulidade ou mesmo de inexistência, pois o vício de falta de agente competente é gravíssimo. O § 1º do mesmo artigo determina que a “anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no Parágrafo único do art. 59 desta lei”. Além disso, o § 2º do art. 49 determina que a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no Parágrafo único do art. 59 da mesma lei.

Todo o roteiro, todo o detalhamento da Lei das Licitações é, graças ao princípio da legalidade, de obrigatoria observância pelo agente administrativo sujeito ao Estatuto, a quem não cabe inovar, como no caso, alocando recursos insuficientes e, a posteriori, providenciando a necessária suplementação orçamentária, o que por si só já levanta suspeitas sobre a lisura do processo.



O princípio da legalidade impõe que somente será legítimo, correto, válido, aceitável e regular o ato administrativo, inclusive no procedimento licitatório, se obedecer ele, com inteiro rigor, o roteiro dado pela lei. Diz-se que a licitação é um procedimento "vinculado", e o significado da afirmação é, precisamente, o de que "a vontade da lei vincula a vontade do licitante", ou seja: nenhuma liberdade tem este último de agir discricionariamente segundo sua escolha ou seu gosto particular, mas apenas pode atuar na estrita conformidade do comando da lei.

A suplementação *a posteriori* não sana a ilegalidade, pelo contrário, avulta-a, pois se pudesse o administrador público primeiro saber quanto custaria determinada obra para somente então "orçá-la" o caos seria ainda maior. E a lei é muito clara no que diz respeito ao assunto, conforme já se viu anteriormente: "...as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: (...) houver previsão de recursos orçamentários..." (Lei 8.666/93, Art. 7º, § 2º, III, atualizada pela Lei nº 8.883/94).

De mais a mais, a aplicação programada e destinada para cobrir a licitação em estudo, diz respeito, e isso está claramente colocado na Lei Orçamentária de 1995, publicada no D.O.E nº 6.475 - C, p. 19, de 20.02.95 a "Pavimentação, Construção, Restauração, Melhoramentos e Conservação de Rod. a Cargo da Dir. de O. DERACRE" (grifo nosso), ou seja, a BR 317 e a BR 364, trechos já mencionados, para que pudesse ser licitada a pavimentação, asfaltamento e obras correntes pelo governo do Estado do Acre teria, necessariamente de estar sub-rogada, o que somente ocorreu após o transcurso de todo o processo licitatório, inclusive com alocação de "recursos orçamentários" que não estavam destinados para o fim proposto pela concorrência 003/95 - DERACRE, nem pela concorrência n. 004/95 - DERACRE.

A Constituição do Estado do Acre em seus arts. 152 e 161, dispõem:

" Art. 152- A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades da administração pública estadual, orientação para a elaboração da Lei Orçamentária anual, alterações na legislação tributária, a política de aplicação de agências financeiras oficiais de fomento, e incluirá, pormenorizando, fisicamente, as despesas de capital para exercício financeiro subsequente;

Art. 161- São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;

II- a realização de despesas ou a assunção/ de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III- a abertura de crédito suplementar ou especial, a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

IV- a concessão ou utilização de créditos ilimitados ou instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização."

A " assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários e adicionais" - ocorreu na assinatura dos contratos, o que torna estes nulos. Vício insanável por infração a Lei n. 4.320 e também à Constituição do Acre.

**INADIMPLÊNCIA DO DERACRE EM RELAÇÃO AO INSS GERA NULIDADE DA SUBROGAÇÃO E , DESSA FORMA, O DERACRE ERA INCOMPETENTE PARA LICITAR A CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS . VÍCIO DE COMPETÊNCIA, FALTA DE AGENTE COMPETENTE, CONFORME A IEI DE AÇÃO POPULAR ( n. 4.717/65)**

O art. 56 da Lei n. 8.212, de 24.07.91, que praticamente repete o art. 195 da Constituição Federal, tem o seguinte texto:

" Art. 56 - A inexistência de débitos em relação as contribuições devidas ao Instituto Nacional de Seguro Social ( INSS ) , a partir da publicação desta Lei, é condição necessária para que os Estados , o Distrito Federal ( FPE ) e os Municípios ( FPM ) , celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes , bem como receber empréstimos , financiamentos , avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União " .

O Estado do Acre, e o Deracre ( conforme documento em anexo ) , estavam inadimplente , na época das licitações e dos contratos, com o INSS. Para assinar convênios necessitaria quitar seus débitos junto ao INSS, pois a autarquia do DERACRE não pode firmar convênios ( ou subrogações - com ré- ratificação, equivalente a novo convênio) com o Ministério do Exército ou com o INSS estando em débito. A subrogação implicou no fato do Exército ceder parte de sua delegação, com o consenso do DNER, para o DERACRE, mas isso implica em dizer que o DERACRE passou a ser entidade participante de convênio, o art. 56 da Lei n. 8.212 veda e torna nula a subrogação. O que torna o DERACRE totalmente incompetente para licitar empreitadas de estradas federais, o procedimento licitatório é , destarte, plenamente nulo, tal como uma pessoa física, um camelô , p. ex. , não pode licitar estradas pertencentes ao DNER, do mesmo modo o DERACRE não pode, sem que haja um convênio válido. As despesas devem correr à cargo dos ordenadores de despesas que assinaram em total infringência da lei. Convênios que têm a previsão de repasses de verbas com obrigações e prestação de contas, são, pelo art. 116 da Lei n. 8.666, verdadeiros contratos administrativos ( mesma opinião de grandes administrativistas).

Foram feitas licitações sem previsão orçamentária, sem que o projeto básico existisse conforme indícios expostos a serem aferidos por perícia e sem que nele estivessem inseridas as medidas mitigadoras do EPIA/RIMA a ser obrigatoriamente executado, com todos os rigores da lei. É a lei que exige o Estudo Prévio ( EPIA é mais claro que EIA) Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental. É a lei que exige que haja dotação orçamentária prévia. É a lei que exige projeto básico anterior ao processo. E exige, também, aprovação prévia do Projeto Básico e Executivo pelo DNER. E , **claríssimo, licenciamento prévio , tendo em conta o impacto regional e nacional, do IBAMA.**

O procedimento licitatório para a terraplenagem, pavimentação e obras de arte corrente das Brs 317 e 364, sub-trecho km 52/Sena Madureira e Rio Branco - Brasília, É NULO, daí que todos os atos dos procedimentos posteriores, inclusive, são todos nulos, porque, conforme ensina o Prof. Meirelles (op.cit. p. 156) "ato nulo é o que nasce afetado de vício insanável por ausência ou defeito substancial em seus elementos constitutivos ou no procedimento formativo (...). A nulidade, todavia, deve ser reconhecida e proclamada pela Administração ou pelo Judiciário, não sendo permitido ao particular negar exequibilidade ao ato administrativo, ainda que nulo, enquanto não for regularmente declarada sua invalidade, mas essa declaração opera ex tunc, isto é, retroage às suas origens e alcança às partes, só se admitindo exceção para com terceiros de boa-fé, sujeitos às suas consequências reflexas".



O terceiro de boa-fé de que trata o professor Meirelles não engloba, por exemplo, as empreiteiras contratadas, pois estas, como todos, não podem, conforme prevê a Lei de Introdução ao Código Civil (art. 3º), alegar o desconhecimento das Leis Orçamentárias estaduais e da União, divulgadas nos Diários Oficiais do Estado do Acre e da União, e, certamente, do interesse de todos, no caso dos empreiteiros, no que diz respeito às obras, bem como as Leis 8.666/93 e 8.883/94, com a qual trabalham quase que diuturnamente, já que o Poder Público é o maior contratante da região. Também não podem desconhecer o art. 225 da Carta Magna e a Resolução n. 001/86 do CONAMA e outras normas do ordenamento jurídico. Mesmo pelo fato da imprensa (ver documento em anexo) ter denunciado o fato de sem EIA/RIMA, sem dotação orçamentária, e sem um convênio válido com o DNER, nada de licitação.

Pelo que foi colocado, sendo os procedimentos licitatórios nulos, como de fato o são, necessitando, apenas, conforme prevê a doutrina, serem declarados como tal, quer seja pelo DERACRE ou pelo DNER, quer seja pelo Poder Judiciário, todos os atos posteriores são também nulos, entenda-se aqui desde a assinatura dos contratos até a liberação de qualquer adiantamento. As quantias que deverão ser devolvidas ao Estado, os ordenadores de despesas ilegais respondem.

### VÍCIO NULIFICADOR - FALTA DE PUBLICIDADE, NÃO-PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

No caso em estudo, outro princípio (normas fundamentais) atingido foi o da publicidade, pois no Termo de Cessão ou Subrogação que conseguiu *a posteriori* dos procedimentos licitatórios o Diretor Geral do DERACRE conseguiu incluir a possibilidade de receber repasses federais para a execução da obra que lhe era subrogada, pelo que, então, conforme preceitua o inciso I do art. 21 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei 8.883/94, deveria ser o resumo do edital publicado no Diário Oficial da União, vejamos:

“Art. 21 - Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências e das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizadas no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo uma vez: I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais”

Havia previsão que o Governo Federal forneceria quantia em torno de 120 milhões de dólares para a pavimentação e asfaltamento das estradas. Logo, seria imprescindível a publicação no DOU. Esta previsão legal foi demonstrada correta, pois o Ministério dos Transportes liberou 14 milhões de reais, em 1995, para a obra, de acordo com o que foi divulgado por todos os jornais. E não houve prestação de contas, sendo outro ponto que o MPF está investigando.

### INCOMPETÊNCIA DO DERACRE PARA SER O AGENTE COMPETENTE DAS LICITAÇÕES

O DERACRE não tinha legitimidade (competência), não era o agente competente, necessário para a legalidade do ato jurídico. As estradas, de propriedade do DNER, devem ser licitadas pelo DNER, órgão federal responsável pela construção, recuperação e manutenção das rodovias federais no Brasil.

Somente após a realização do procedimento licitatório foi que o Diretor Geral do DERACRE procurou e conseguiu a assinatura do termo de “Cessão ou Subrogação Parcial” do Convênio entre o DNER e o Ministério do Exército, que ficou, através do 7 BEC, responsável pela recuperação, apenas recuperação neste caso, o que dispensa EPIA/RIMA, num pequeno trecho.

### RECAPITULAÇÃO DAS NULIDADES

1. O Órgão licitante, não observou o previsto no § 2º, do artigo 40, da Lei Nº 8.666/93, atualizada pela Lei Nº 8.883/94, que diz:

“Art. 40 - ...

§ 2º - Constitui anexos do Edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários (O grifo é nosso).

A afirmação acima, se constata, pela ata da Comissão Estadual Permanente de Licitação - CEPEL/ACRE, do dia 19 (dezenove) de julho do ano em curso, quando diz que “O presidente da CEPEL/ACRE, observou aos membros julgadores, a divergência entre os preços estimados pelo DERACRE, de acordo com a planilha orçamentária e os preços ofertados pelos licitantes em cada lote” (o grifo é nosso) e corroborado pelo parecer técnico, elaborado pela Coordenadoria de Obras, do DERACRE, do dia 27.07.95, assinado pelo engenheiro José Rafael da Silva, Coordenador de Obras, do DERACRE, onde no item 02, documento incluso (doc. ...), que diz:

“02 - Os preços básicos do DERACRE foram orçados para obras em rodovias estaduais e vicinais, enquanto que os serviços serão realizados em Rodovia Federal, o que exige um padrão de qualidade superior”.

Portanto, a legislação vigente entre outras exigências, somente autoriza a abertura de processo licitatório quando o Administrador, tem o conhecimento de quanto custa a obra ou o valor do bem a ser adquirido pela Administração Pública. E ainda, se faz necessário, que exista previsão de recursos orçamentários, o que no caso em tela, não existia, na Lei Nº 1.152, de 19.01.95, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, se não bastasse, a aplicação programada e destinada para cobrir as licitações Nº 003 e 004/95, na modalidade concorrência, diz respeito, e isso está claramente colocado na Lei Orçamentária de 1995, publicada no D.O.E nº 6.475 - C, p. 19, de 20.02.95 a “Pavimentação, Construção, Restauração, Melhoramentos e Conservação de Rod. a Cargo da Dir. de O. DERACRE” (grifo nosso), ou seja, a BR 317, para que pudesse ser licitada/sua recuperação e/ou melhoria ou asfaltamento pelo governo do Estado do Acre teria, necessariamente de estar sub-rogada, o que somente ocorreu após o transcurso de todo o processo licitatório, inclusive com alocação de “recursos orçamentários” que não estavam destinados para o fim proposto pelas concorrências 003 e 004/95 - DERACRE.

2. Outra nulidade diz respeito a exigência do RIMA prévio é previsto na Resolução n. 001/86 do CONAMA. Édis Milaré e Antonio Herman V. Benjamin, (Estudo Prévio de Impacto Ambiental, ed. RT, 1993, p.28 e segs.) ressaltam que para “estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento” é necessário, como pressuposto do licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente e como pressuposto de procedimento licitatório, o EPIA/RIMA prévio. Paulo Affonso Leme Machado, (Estudos de Direito Ambiental”, Ed: Malheiros, 1994, exige, p.58 e segs.), afirma que é necessário o EPIA/RIMA antes da



licitação. Esta exigência está também na Lei n. 8.666, no art. 12, inciso VII, o RIMA deve integrar o "projeto básico" e o "projeto executivo" (art. 6º da Lei n. 8.666). Logo, a Resolução do CONAMA, a Constituição Federal (art. 225, parágrafo primeiro, inciso VI) e os arts. 12, VII e 6º, IX, da Lei n. 8.666/93, atualizada pela Lei Nº 8.883/94 tornam nula a licitação, conforme o que preceitua o art. 7º, § 6º da mesma lei.

Os processos licitatórios para a terraplenagem e pavimentação nas concorrências Nº 003, 004/95, e também as de números 9 a 12 (e outras visando a construção de estradas) SÃO NULOS, daí que todos os atos do processo, posteriores, inclusive, são todos nulos, porque, conforme ensina o Prof. Meirelles (op.cit. p. 156) "ato nulo é o que nasce afetado de vício insanável por ausência ou defeito substancial em seus elementos constitutivos ou no procedimento formativo (...) A nulidade, todavia, deve ser reconhecida e proclamada pela Administração ou pelo Judiciário, não sendo permitido ao particular negar exequibilidade ao ato administrativo, ainda que nulo, enquanto não for regularmente declarada sua invalidade, mas essa declaração opera ex tunc, isto é, retroage às suas origens e alcança às partes, só se admitindo exceção para com terceiros de boa-fé, sujeitos às suas consequências reflexas".

#### **NULIDADE DOS CONTRATOS DEVIDO A INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS JUNTO AO INSS, RECEITA FEDERAL, ESTADUAL, FGTS E CREA**

O art. 195, § 3º, da Constituição da República, mais a Lei n. 8.666 (e 8.883), e também o art. 56 da Lei n. 8.212 e a lei n. 8.036, também a Lei n. 9.032, todas estas normas rezam que qualquer inadimplência de empresas particulares tornará nulos os contratos.

Os contratos referentes à BR 317 datam de 08.08.95. Já os contratos referentes à BR 364 datam de 23.08.95. Ora, vejamos a situação fiscal (e junto ao INSS, CREA e FGTS) das empresas, valendo a ressalva que o DERACRE ainda estava inadimplente até a três meses, constando ainda do CADIN junto ao BACEN, sendo nulo quaisquer subrogações de convênios entre Min. do Exército e DNER e DERACRE. Há quatro Medidas Provisórias sobre o CADIN que criam impedimentos (nulidades) para firmar contratos.

Quanto à Regularidade junto ao FGTS das empresas que assinaram contratos referentes à BR 364 vejamos alguns dados que fazem parte de pesquisa preliminar: a CAPA Const. e Pav. Ltda e a CR Almeida Mineração S/A não teriam o CRF - Certificado de Regularidade do FGTS. A CONSBRAS S/A Const. Terr. e Pavim. tinha CRF expedido em 23.06.94, com validade apenas até 23.12.94. Logo, três contratos nulos, o que anula todos os contratos referentes à BR 364. Notar que a CAPA Const. e Pav. Ltda também está irregular junto ao CREA/Acre e também a Consbrás S/A, a Lei n. 5.194 exige passos procedimentais desobedecidos. E mais, três firmas não retiraram a A.R. T (Anotação de Responsabilidade Técnica).

Regularidade junto à Receita Federal e junto à Procuradoria da Fazenda Nacional. A empresa Construtora Mendes Carlos responde a auditoria fiscal severa que aponta inadimplência.

Regularidade junto ao INSS. A empresa Marts Transportes e Serviços Ltda teve apenas a CND de n. 104.580 - Série "F", emitida em 28.04.95, com prazo de validade de três meses, ou seja, 28.07.95, no dia 08.08.95, tinha expirado a validade da CND, logo, contrato nulo. A empresa CONSBRAS S/A não tirou CND no período de maio a agosto de 1995. Logo, nulidade dos contratos das empresas Marts e CONSBRAS S/A.

E mais, considerando as datas de habilitação das empresas e abertura das propostas, no que tange a BR 317, a data seria 18.07.95. Já para a BR 364, a data foi 19.07.95. Neste caso, seria nula a licitação, por permitir a habilitação de tantas empresas inadimplentes e também nulos os contratos, vejamos as empresas inadimplentes: Mendes Carlos (junto ao CREA/DF, junto à Receita Federal), CONSBRAS S/A (junto ao INSS e FGTS), CAPA Ltda (junto ao FGTS) e C.R. Almeida Mineração S/A (junto ao FGTS).

Das oito empresas que foi possível analisar, nada menos que cinco teriam contratos nulos. Resta melhor estudo sobre a situação das empresas União, Etenge e Albuquerque. De qualquer forma, tantos contratos nulos viciam todo o procedimento licitatório.

#### **NULIDADE DE CONVÊNIO/SUB-ROGAÇÃO ENTRE O MIN. DO EXÉRCITO E O DERACRE COM A INTERVENIÊNCIA DO DNER**

De acordo com o ofício/INSS/AC nº 136/95, com data de 20.09.95, enviado à Procuradoria da República no Estado do Acre,

"os débitos do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre - DERACRE, para com este Instituto (INSS), estão incorporados ao parcelamento firmado pelo Estado do Acre em maio de 1992, parcelamento esse que se encontra com 06 (seis) parcelas em atraso.

Outrossim comunico que, em decorrência da sobredita inadimplência, não houve expedição de Certidão Negativa de Débito - CND, no período entre junho e agosto do corrente ano, bem como, a teor do parágrafo 3º do art. 195 da Constituição Federal, o órgão em questão não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios" (grifos nossos)

Como se pode ver, o DERACRE, no período em que assinou o 1º Termo de Cessão ou Subrogação (sic) Parcial do Convênio PG - 043/95-00 (fim do asfaltamento até Sena Madureira) e o 5º Termo de Cessão ou Subrogação (sic) Parcial do Convênio PG 019/94-00 (entroncamento da AC 040/Brasília e BR 364/AC, sub-trecho fim da pavimentação - Sena Madureira) estava INADIMPLENTE junto ao INSS, não podendo, portanto, ter assinado tal convênio, dado que a sub-rogação equivale a novo convênio. Logo, nulidade. Outra razão para embargar obras tão perigosas para as Florestas e rios da Amazônia.

O Convênio (Termo de Subrogação) assinado, por contrariar preceito constitucional (art. 195, § 3º da CF), É NULO, com vícios de origem, operando para todos os atos tanto anteriores (ex tunc), quanto posteriores (ex nunc). **Nulos, pois assinados com o DERACRE, inadimplente com o INSS, conforme documento fornecido pelo Superintendente do INSS e também tendo em conta a inadimplência com o FGTS.**

#### **DOS EFEITOS DA NULIDADE DOS TERMOS DE SUB-ROGAÇÃO**

Considerando os Convênios (Termo de Subrogação) NULOS é, então, o DERACRE incompetente para executar qualquer ação voltada à abertura, construção, pavimentação ou recuperação de rodovias federais que cortem o Estado do Acre.

A Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, no seu art. 2º é claro e foi ampliada pela Constituição e pela doutrina de administrativistas como o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello:



“ art. 2º - São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: a - incompetência. Parágrafo único - para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas: a) a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou ...”.

Óbvio que o DERACRE somente teria atribuição para agir nas BR's se tivesse a cessão por parte do DNER, tanto que foi buscar o convênio assinado dia 27.07.95 e publicado no D.O.U no dia 31.07.95. Está, então, caracterizada a NULIDADE POR INCOMPETÊNCIA, prevista na Lei nº 4.717/65.

## DOS PEDIDOS

Assim, este ofício requer, respeitosamente, a aplicação do art. 14 da Lei de Política Ambiental (Lei n. 6.938/81):

“ Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação ambiental, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação ou qualidade ambiental **sujeitará os transgressores:** I - à multa simples ou diária...; II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público; III - à perda ou suspensão de participação, em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; IV - à suspensão de sua atividade”.

O texto legal, nos parágrafos primeiro a terceiro, diz, ainda, de modo cristalino:

“ sem obstar a aplicação das penalidades neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. **O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente.** “

No caso de omissão das autoridades municipais ou estaduais, **cabará ao IBAMA aplicar as penalidades pecuniárias. E, do mesmo modo, “ o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão “ das atividades ilegais.**

O artigo 15 da Lei n. 6.938 ( com a redação da Lei n. 7.804/89) ainda incrimina severamente o poluidor:

“Art. 15. O poluidor que **expuser a perigo, incolumidade humana, animal ou vegetal ou estiver tornando mais grave situação de perigo existente,** fica sujeito a pena de reclusão de 1 ( um) a 3 ( três) anos e multa de 100 ( cem) a 1.000 ( mil) MVR.

§ 1º - A pena será aumentada até o dobro se:

I - resultar:

a) dano irreversível à fauna, à flora e ao meio ambiente;

b) lesão corporal grave;

II - a poluição é decorrente de atividade industrial ou de transporte;

III - o crime é praticado durante a noite, em domingo ou feriado.

**§ 2º - Incorre no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas”.**

No artigo art. 3º consta dois conceitos importantíssimos: “poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”. E, no mesmo artigo, define degradação ambiental - “ a alteração adversa das características do meio ambiente”.

**Notar, também, que o crime é de perigo, e não de dano. Basta que haja perigo para a incolumidade humana, animal ou vegetal.** Ou mesmo que torne-se “ mais grave a situação de perigo existente”. E, no caso, com certeza aplicar-se-ia o crime em sua forma qualificada, com penas até 6 anos. O risco e perigo gerado pela pavimentação sem planejamento sócio-econômico-ambiental anterior é gravíssimo. Tão grave é o fato que ocorre no Acre, que entidades ambientalistas do mundo todo preocupam-se ( vide Europa, Parlamento Europeu, Greenpeace, etc) . Infelizmente, com a omissão do IBAMA. Segundo Paulo Affonso Leme Machado, há responsabilidade criminal dos agentes públicos, de acordo com o parágrafo segundo do art. 15 da Lei n. 6.938 quando o servidor público “ deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas”. No caso, deixar de exigir o EPIA/RIMA, não embargar, omitir-se.

**As penalidades administrativas de responsabilidade do IBAMA, ensina Paulo Affonso Leme Machado, não ficam “ ao alvedrio do administrador, pois a lei é indubitosa ao utilizar a expressão “ sujeitará”, que evidentemente difere de “ poderá sujeitar”.** A impunidade ou omissão do IBAMA implicaria, segundo o livro “Direito Ambiental Brasileiro” ( Malheiros, 5ª ed., 1995, pág. 212, do autor mencionado), em “ crime de prevaricação do administrador ambiental ( art. 319 do Código Penal), desde que esse administrador tenha deixado de praticar seu ato de ofício”. Ou enquadramento no crime especial do art. 15, § 2º, da Lei n. 6.938 ( e Lei n. 7.804/89), na forma qualificada, decerto.

A medida útil seria, sem dúvida, a de suspensão das atividades ilegais ( embargo) que estão sendo iniciadas no início de junho de 1996 ( as chuvas a partir de setembro de 1995 evitaram as obras ilegais, como evitam ainda hoje, já que o inverno amazônico, este ano, está se estendendo ). O mesmo Paulo Leme, na obra acima mencionada, na pág. 195, escreveu sobre outra medida administrativa punitiva, que teria aplicação:

“ O Decreto 88.351/83 diz no art. 20, § 3º:

“ Iniciadas as atividades de implantação e operação, antes das respectivas licenças, os dirigentes dos órgãos seccionais e da SEMA deverão, sob pena de responsabilidade funcional, comunicar o fato às entidades financiadoras dessas atividades sem prejuízo da imposição de penalidades, medidas administrativas de interdição, judiciais de embargo e outras providências cautelares.”



Este ofício, cuja extensão tem como causa a o esforço para fundamentar ao máximo os requerimentos, é, na verdade, uma RECOMENDAÇÃO (com fundamento na Lei Complementar n. 75, artigos 6º a 8º). O problema foi exposto, com ampla dissertação sobre os fatos graves que ocorrem na Amazônia, tanto no Estado do Acre como no Estado do Amazonas (a pavimentação da BR que liga Manaus a Boa Vista RR), para que Vossa Excelência adote medidas preventivas que impeçam a continuação das obras, que pela amplitude e consequências, atingirá de forma irreversível não somente áreas de preservação permanente com importância significativa para toda a coletividade a ser atingida, incluída a região metropolitana de Rio Branco (e Manaus) e cidades que cercam a rodovia, como também o meio ambiente de todo o Estado do Acre (ou AM), que uma vez danificado, jamais poderá ser suficiente reparado.

É a presente para requerer a V.Exa. se digne a, EMBARGAR (suspender) as obras de terraplanagem, de pavimentação asfáltica e obras de arte correntes nas BRs 317 e 364 (e na BR entre Manaus e Boa Vista), obras estas a cargo do DERACRE (e empreiteiras contratadas pela autarquia estadual). E, ainda, que sejam aplicadas as outras penalidades administrativas. Somente a suspensão das obras de pavimentação, asfaltamento e obras de arte corrente impedirá o risco de dano ambiental gigantesco, parecido com o causado em RO (e PA ou MT) sobre o qual o Banco Mundial pediu desculpas ao Mundo, recentemente.

Por último, ainda com fundamento na Lei Complementar n. 75, este órgão ministerial requisita informações sobre ações do IBAMA que tenham como objeto a construção de estradas na Região Norte, sem EIA/RIMA e sem licenciamento ambiental por esta autarquia. E quais as providências que o IBAMA tomou ou irá tomar sobre estes fatos. Para estas informações, é fixado o prazo de 10 dias úteis para o cumprimento deste ofício requisitório/Recomendação.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de consideração e estima.

Luiz Francisco F. de Souza  
Procurador da República

Of. GSMS 152 / 96

Brasília, 26 de junho de 1996.

Prezado Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe cópia do expediente Of.GSMS Nº150/96 enviado ao Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso, que se presta a tratar do embargo das obras de pavimentação das rodovias BRs. 364 e 317. A esse respeito, gostaria de adiantar-lhe que o referido ofício tem o objetivo de apresentar ao Presidente da República a nossa opinião sobre o assunto em

tela, e também algumas sugestões que podem ser avaliadas para solucionar a questão.

À oportunidade, renovo a Vossa Excelência os nossos protestos de estima e consideração.

*Marina Silva*  
Senadora Marina Silva

Excelentíssimo Senhor  
DR. EDUARDO MARTINS  
DD. Presidente do IBAMA  
Brasília - DF

Página 20

## Marina Silva "Flaviano Melo sabia do embargo e ficou calado"

DA REDAÇÃO

A senadora Marina Silva cansou de levar "rasteiras" políticas. Na tarde de ontem ela chamou os senadores do PMDB, Flaviano Melo e Nabor Junior, para dizer-lhes que achava muito estranhas as recentes declarações do governador Orlair Cameli, que voltou a atacar Marina na televisão, mas passando a nítida impressão de ter entrado num acordo com os outros senadores. Essa atitude corresponde aos boatos e puxações nos municípios do interior, onde Marina é duramente atacada pelos partidários de Orlair, mas Flaviano e Nabor são poupados. Para Marina, essa é uma manobra política com objetivo de isolar o PT e prejudicar as candidaturas de Marcos Afonso para prefeito, este ano, de



Jorge Viana para governador em 98. Marina explica que não vai romper relações com os outros dois senadores da bancada do Acre, "até porque há muitos assuntos do interesse do estado que exigem um entendimento na bancada". Mas diz que, daqui por diante, as relações serão apenas formais e que não ficará mais "o tempo todo chamando" os outros senadores para iniciativas comuns.

A gota d'água que fez Marina tomar essa atitude foi a "queimação" de seu nome em todos os municípios do Acre, feita pelo governo com apoio de pessoas do PMDB. "Estão tentando me colocar como culpada do embargo da estrada e de todas as coisas ruins que acontecem no Acre", denuncia Marina.

**A senhora está rompendo relações com os senadores do PMDB?**

Não é isso, eu não sou mais criança para "ficar de mal". Além do mais, há muitos assuntos do interesse do estado que exigem um entendimento na bancada. Mas pretendo manter um relacionamento puramente formal. Não vou ficar o tempo todo chamando para audiências nos ministérios, para assinar projetos, para iniciativas comuns. Vou seguir o meu caminho, sem esperar colaboração de ninguém. Quanto ao posicionamento político, vou continuar fazendo oposição ao governador Cameli, vou continuar exigindo que a Justiça investigue as denúncias de corrupção no seu governo. Foi isso que comuniquei aos senadores do PMDB na reunião que tivemos hoje.

**Por que a senhora tomou essa atitude?**

Porque não sei conviver com a falsidade. Não posso ficar abraçando alguém que está me apunhalando pelas

costas. E é isso que está acontecendo com essa confusão toda a respeito das estradas. Estão querendo colocar sobre mim a culpa do embargo das obras e de todas as coisas ruins que acontecem no Acre. Enquanto isso, o verdadeiro culpado, que é o governo do Sr. Orleir Cameli, vai saindo de fininho, se fazendo de vítima. Eu defendo as estradas, mas não defendo nem vou defender a corrupção.

**A senhora acha que existe um acordo entre o PMDB e o governador Orleir?**

É o que transparece nas declarações públicas. O Sr. Cameli deu entrevista na televisão dizendo que ia encontrar-se com o Ministro dos Transportes acompanhado dos senadores Flaviano e Nabor. E na mesma entrevista me acusou de ser contra a estrada. Se isso não é um acordo...

**Não seria apenas uma reunião específica, para liberar a estrada?**

Que nada. É tudo encenação política. O governador diz que vai à reunião junto com os senadores. Já os senadores dizem que ainda não foram convidados. O Ministro dos Transportes é do PMDB. Os que embargaram as obras da estrada são de um partido que apoia o governador, o PFL. Quem está dizendo a verdade?

**A senhora está sendo isolada nas decisões sobre a estrada?**

Desde o começo. Primeiro, não participei nem fui comunicada na ocasião em que as obras foram embargadas. O senador Flaviano sabia do embargo dois dias antes, não disse nada a ninguém, nem tentou evitar. Ficou calado. Agora o isolamento se repete na hora de buscar uma solução. Eles tem uma proposta para liberar as obras? Ora, isso eu também tenho. Além de assinar a mesma carta dos senadores ao Presiden-



to da República, ainda apresentei um documento apoiado por várias entidades, cheio de propostas e sugestões para a regularização das obras. Mas as minhas propostas não são consideradas. Por exemplo, ninguém diz que eu assinei a emenda de bancada ao Plano Plurianual do governo federal, destinando recursos para a construção das BRs. Já o senador Flaviano Melo não assinou essa emenda e agora apareceu como herói. Acho que existe uma manipulação política muito grande. E o pior é que nem tenho espaço para responder às calúnias, porque metade da mídia é controlada pelo governo e a outra metade é controlada pelo PMDB.

**E qual o interesse deles nessa armação?**

O governador quer salvar a pele, está sendo investigado e processado e precisa de ajuda. O PMDB quer ganhar as eleições. E não apenas as eleições deste ano, mas as de 98, quando estará em disputa a vaga de Flaviano Melo no Senado. E já vai longe o tempo em que o PDS e o PMDB eram inimigos. Agora, sempre que seus interesses estão em jogo, eles se unem para combater o PT.

**Por isso a senhora não foi chamada para essa reunião no Ministério?**

Claro, afinal é o Ministério "deles", e vão discutir a proposta "deles", não é mesmo?

**Mas se for chamada, a senhora irá?**

Sem dúvida, porque nunca me negaram a ajudar nos assuntos de interesse do Acre. Mas não posso ficar suportando calúnias e traições. De qualquer forma, estou preparada para enfrentar tudo isso. Afinal, não sou ingênua e sei que não posso esperar um tratamento ético por parte de políticos que torn o passado ou o presente manchado por corrupção.

**E quanto às "queimações" que estão fazendo com seu nome, principalmente nos municípios, o que você pretende fazer?**

Continuar confiando em Deus e na consciência do povo acreano. A mentira tem pernas curtas. Eu posso chegar em casa, depois de um dia de trabalho, encostarminha e descansar no travesseiro e dormir com a consciência tranquila. Aqueles que me caluniam, devido que possam fazer o mesmo.

## Orleir Cameli se reúne com senadores do PMDB

O governador Orleir Cameli se reuniu hoje, em Brasília, com os senadores Nabor Junior e Flaviano Melo para discutir o final do embargo das obras das BR's 364 e 317. Depois de um tempo trocando farpas eles resolveram partir juntos em busca de uma solução para o problema. A reunião foi articulada pela bancada aliada do governador na capital federal.

Orleir Cameli, Flaviano Melo e Nabor Junior finalmente juntos. O Governador confirmou ontem o encontro com os dois Senadores do PMDB em Brasília para discutir uma saída que possa por fim ao embargo das obras das estradas de acesso a Brasília e de Cruzeiro do Sul para Tarauacá. A reunião vem sendo articulada há al-

gum tempo pela bancada aliada do Governador na capital federal. Este é o primeiro gesto concreto de aproximação dos rivais da última campanha eleitoral.

"Vamos sentar para conversar sobre este problema. Creio que há boa vontade dos Senadores em atender uma reivindicação do povo acreano", disse o Governador. A senadora Mariana Silva não foi convidada para este



encontro. Nem mesmo foi procurada por nenhum parlamentar para falar sobre a reunião. A assessoria da Senadora informou, ainda que o seu gabinete está à disposição do Governador para discutir o assunto e tentar ajudar a solucionar esse problema das estradas.

Of. GSMS 152 / 96

Brasília, 26 de junho de 1996.

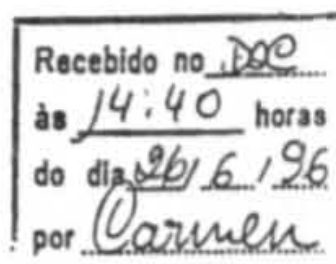
Prezado Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe cópia do expediente Of. GSMS Nº150/96 enviado ao Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso, que se presta a tratar do embargo das obras de pavimentação das rodovias BRs. 364 e 317. A esse respeito, gostaria de adiantar-lhe que o referido ofício tem o objetivo de apresentar ao Presidente da República a nossa opinião sobre o assunto em tela, e também algumas sugestões que podem ser avaliadas para solucionar a questão.

À oportunidade, renovo a Vossa Excelência os nossos protestos de estima e consideração.

*Marina Silva*  
Senadora Marina Silva

Excelentíssimo Senhor  
Dr. Gustavo Krause  
DD. Ministro do Meio Ambiente  
Brasília - DF



OF/GMS/ Nº 150/96

Brasília, 25 de junho de 1996.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Refiro-me a graves acontecimentos no Estado do Acre envolvendo as obras de pavimentação das BRs. 364 e 317, que foram recentemente embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Lamentavelmente não fomos consultados sobre a decisão do embargo. Tal atitude poderá trazer graves consequências para o Estado do Acre.

Temos defendido ao longo de nossa luta a necessidade de pavimentar essas estradas. Entendemos que para o desenvolvimento do Acre é fundamental que os municípios do interior do Estado saiam do isolamento a que estão submetidos há muitos anos.

A Procuradoria Geral da República vem realizando investigações sobre denúncias de irregularidade e corrupção no governo do Estado do Acre. Tal atitude louvável, tem nosso total apoio. Por esta razão, compreendemos que o que deve ser EMBARGADO são as irregularidades e a corrupção e não as obras de pavimentação, imprescindíveis para a integração econômica e social do Acre.

Para tanto, tomamos a liberdade de sugerir a Vossa Excelência o que segue:

- 1- Suspensão imediata do embargo efetuado pelo IBAMA;
- 2- Que seja constituída uma comissão, composta pelo Governo do Estado, Procuradoria Geral da República e Governo Federal, para imediata regularização das obras em consonância com a legislação vigente;
- 3- Acelerar o processo de conclusão das investigações de corrupção que envolvem as obras.

Tendo em vista a urgência que a situação requer, confiamos em Vossa Excelência, para imediata solução do impasse.

Atenciosamente,

*Marina Silva*  
Marina Silva  
Senadora da República

Excelentíssimo Senhor  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
DD. Presidente da República do Brasil  
Nesta

Of. GSMS 157 / 96

Brasília, 03 de julho de 1996

A Sua Excelência

Senhor Fernando Henrique Cardoso

Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil

Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de V. Excia. apresentar algumas considerações relativamente às obras de pavimentação das estradas do Acre - BRs 364 e 317 - e o seu embargo determinado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA. A esse respeito já manifestei a V. Excia. o nosso entendimento (ofício GMS/150/96, de 25 de junho p.p.), infelizmente de forma resumida e apressada, em função da situação de tensão causada em nosso Estado pela interrupção das obras.

Ao lado de companheiros como Chico Mendes, movimentos e entidades sociais do Acre, tenho lutado por alternativas de inserção do nosso Estado ao desenvolvimento nacional que considerem a sustentabilidade ambiental e a justiça social. Contrapondo-nos desde o início à idéia-força do "vazio populacional a ser ocupado", presente nos programas de integração do período totalitário recente, temos priorizado a garantia de qualidade de vida das populações rurais, indígenas e extrativistas, propondo sempre políticas públicas voltadas ao incentivo de atividades produtivas sustentáveis. Foi neste sentido que recentemente, conquistamos uma importante vitória representada pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX), hoje regulamentado através de decreto assinado por V. Excia.

Com relação ao tema das estradas, a partir deste referencial, venho me posicionando contrariamente à noção de estrada como mero "corredor de exportação". Entendemos que as rodovias hoje se colocam como necessidade de um programa de transformação da realidade regional e como um elemento maior de desenvolvimento regional sustentável capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida das parcelas populacionais deserdadas pela ocupação promovida pela pecuária extensiva, o latifúndio, o desmatamento e a política de terra arrasada empreendida pela extração irregular de madeira.

A pavimentação das estradas federais no Acre modifica completamente as condições de acesso e exploração dos recursos naturais na região. Abre possibilidades para novos deslocamentos de população, acelera



o comércio de terras, coloca em contato próximo e permanente populações indígenas e não-indígenas até agora relativamente isoladas.

As condições atuais da economia regional, da sociedade e do governo, demandam intervenções planejadas caso contrário a pavimentação ao lado de evidentes progressos pode trazer também impactos desastrosos.

As responsabilidades do governo federal não se resumem à exigência de obediência à legislação ambiental. O Relatório de Impacto Ambiental é instrumento necessário, porém insuficiente para minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos da pavimentação. É necessário que seja desenvolvida uma política geral, com ações de curto, médio e longo prazos, para garantir que a estrada seja elemento constitutivo de um desenvolvimento integral e sustentável.

Em função disso, pensamos que ações básicas quanto às estradas deveriam compreender quatro aspectos:

a) **Regularização fundiária:** Os títulos de propriedade não correspondem à ocupação efetiva da terra. É especialmente preocupante a situação de milhares de famílias de seringueiros, que não tem garantias de posse ou propriedade das terras que ocupam há várias gerações. É necessário proceder a estudos para uma revisão, o mais rápido possível, da titulação hoje existente, a fim de evitar conflitos futuros.

b) **Demarcação e regularização das áreas indígenas:** Existem diversas aldeias na área de impacto imediato. Muitas estão com processo de demarcação e regularização interrompidos há anos. Nas cabeceiras dos rios Envira e Tarauacá existem até mesmo tribos nômades ainda não identificadas.

c) **Apoio à economia rural e florestal:** A migração para as cidades tem sido intensa. O extrativismo e agricultura, tal como praticados hoje, tem sérias dificuldades para se viabilizar economicamente. Necessitam de financiamento, tecnologia e processamento industrial ou semi-industrial.

d) **Exploração madeireira:** As estradas podem se transformar apenas numa rota de exploração predatória da madeira. É preciso garantir que a legislação quanto ao manejo florestal seja efetivamente cumprida através de uma fiscalização e controle eficazes.

Entretanto, os instrumentos do governo federal para a execução dessas políticas estão fragilizados. É necessário estruturar e equipar órgãos como IBAMA, INCRA, FUNAI, EMBRAPA e BASA, para que possam dar suporte ao novo ordenamento do território e aos programas de desenvolvimento.

Não se pode desconhecer ou desprezar a importância das administrações municipais, das organizações não-governamentais, das instituições de pesquisa, das associações, cooperativas e sindicatos. O governo deve aproveitar a experiência dessas instituições e estimular sua participação no planejamento e execução das ações.

A partir dessas considerações, proponho:

**1. EIA-RIMA:** Que as obras tenham continuidade nos trechos acordados com o IBAMA, simultaneamente à elaboração do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental para toda a área a ser pavimentada, conforme determina a lei. Que o governo federal, através do IBAMA-MMA, preste toda a colaboração necessária à elaboração rápida e apropriada do EIA-RIMA. O Estado do Acre possui instituições independentes e capacitadas para coordenar esses estudos de maneira a garantir que a mitigação dos impactos redundem em garantias ambientais, que deverão propiciar a melhoria das condições de vida e de produção para as populações que serão atingidas pelas estradas;

**2. PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** Que o governo federal tome as medidas necessárias à viabilização de um programa de desenvolvimento sustentável no Estado, que acompanhe a pavimentação da BR-364 no trecho até Cruzeiro do Sul, a exemplo do PMACI (Plano de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas) e também à luz das propostas do PRODESAP (Programa de Desenvolvimento do Vale do Acre e Purús). Este programa proveria as prefeituras e comunidades ao longo da estrada para fortalecer os impactos positivos das rodovias; e

**3. COMISSÃO:** Formação de uma Comissão constituída por organismos governamentais (federal, estadual e municipais) e não-governamentais, para o acompanhamento tanto das obras de pavimentação quanto do planejamento e execução dos programas de desenvolvimento. Esta comissão deve recolher todos os estudos realizados no sentido de retomar a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico da região.

Nesta concepção, não tem medida os benefícios que um programa rodoviário poderia trazer para a região. No entanto, é preciso que se criem e se desenvolvam mecanismos de controle social das condições sob as quais se processará a sua construção.

É preciso dizer ainda a V. Excia. que o atual Governo do Estado, de uma forma irresponsável, tem ameaçado as próprias estradas que tanto diz defender, tomando iniciativas irregulares, conforme denúncias correntes de que os processos licitatórios e a execução das obras não têm obedecido à legislação e aos rigorosos princípios éticos, morais e de transparência. Somado a isso, o recente embargo às obras tornou evidente irregularidades também quanto à legislação ambiental.

A imediata resolução do impasse criado pelo embargo, evitando assim o tensionamento entre a população que necessita da pavimentação das estradas e os órgãos ambientais e demais setores interessados, pode ser o caminho para uma solução adequada a todos.

Esperando que V. Excia. compreenda a necessidade de uma ação urgente e coordenada entre as esferas federal, estadual e municipais, bem como com o consórcio de instituições não governamentais, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Senadora Marina Silva (PT/AC)

Com apoio:

Prefeito Jorge Viana (Rio Branco)  
SOS Amazônia  
Comissão Pastoral da Terra  
Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de R. Branco  
Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular  
Comitê Chico Mendes  
Conselho Nacional dos Seringueiros  
Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre (FETACRE)  
Central Única dos Trabalhadores (CUT/AC)



*Durante o discurso do Sr. Marina Silva, a Sra. Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, a Presidência sabe que, em assuntos como esse, é do seu dever tratar, independente de diferenças partidárias ou ideológicas, todos os Senadores em pé de igualdade.

Conseqüentemente, a ofensa dirigida a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Marina Silva, nós tomamos como dirigida ao Senado, e, como tal, a Presidência desta Casa, interpretando o sentimento do Senado, protesta contra as palavras do Presidente do Ibama e vai se dirigir ao Presidente da República dizendo que não admite que auxiliares seus possam tratar os Senadores dessa maneira.

Esta é uma posição que tomarei em relação a qualquer um dos 81 Senadores, que merecem o respeito da Casa, independente de ideologia. E no caso particular de V. Ex<sup>a</sup>, tenho o prazer de dizer que V. Ex<sup>a</sup> defende o seu mandato com muita integridade, com muita honradez e com muita dignidade, estando, portanto, imune de qualquer crítica de qualquer subalterno, de qualquer Ministro ou mesmo do Presidente da República.

Daí por que o Senado se associa integralmente às homenagens que, neste instante, presto a V. Ex<sup>a</sup>, em nome da Casa, e nesse sentido vou me dirigir ao Presidente da República. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, por 5 minutos.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB-SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Colegas, esta minha comunicação inadiável é para fazer constar nos Anais da Casa que acabo de receber um termo de declaração do Diretor de Serviços da Telesc – Telecomunicações de Santa Catarina -, Francisco Evangelista Vieira, que presta informações, em função de uma correspondência do Ministro das Comunicações. Uma funcionária da Telesc havia dito que, por instruções e ordem do Diretor de Serviços daquela companhia, o Dr. Francisco Evangelista Vieira, os telefones do Partido Progressista Brasileiro, de Florianópolis, foram divulgados, em função de uma informação da revista *IstoÉ* há algum tempo.

Portanto, eu gostaria que constasse dos Anais essa declaração, quando, no dia 27 de maio, ele prestou essas informações à Telebrás, dizendo que

não conhecia o assunto. Ficou, então, a palavra da empregada ou da funcionária, no sentido de que ele havia dado autorização.

Esse assunto é conhecido na Telebrás há muito tempo. Portanto, para a empresa de telecomunicações de Santa Catarina, a sociedade já foi informada a respeito.

Sr. Presidente, receba essa declaração para que conste dos Anais da Casa.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CASILDO MALDANER EM SEU DISCURSO:**

TELESC

Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

#### **TERMOS DE DECLARAÇÃO**

Francisco Afonso Evangelista Vieira, matrícula nº 90038-9, Diretor de Serviços da Telecomunicações de Santa Catarina S/A – TELESC, na presença dos Auditores da Telebras, cientificado por estes de que está em andamento trabalho determinado pelo Presidente da Telebras que visa esclarecer acontecimentos que deram origem à vazamento de informações sigilosas sobre extratos de contas telefônicas, declara:

Quando perguntado a respeito do bilhete com números de telefones, timbre da Telesc e o nome do Gerente do Departamento da Receita, Sr. Djalma Cardoso, que, após o horário do almoço do dia 22 ou 23-4-97, na rua, recebeu de um militante partidário, uma cópia do referido bilhete, amassado; que, retomando à Telesc, naquele mesmo dia, dirigiu-se pessoalmente à Área de microfichas, vinculada a Divisão de Documentação – ADAD, à procura do Sr. Álvaro Francisco dos Santos Filho, Gerente de Divisão; que, não o encontrando, solicitou à empregada Sr<sup>a</sup> Nilza Otília de Souza que ele (Sr. Álvaro) o procurasse em sua sala; que, ao ser procurado pelo Sr. Álvaro em sua sala, solicitou a ele que o informasse quais foram os telefones cujos extratos de contas telefônicas foram informados recentemente à CPI do Senado Federal; que lhe foi fornecido pelo Sr. Álvaro dois documentos contendo números de telefones através dos quais haviam sido fornecido cópias de extratos de contas telefônicas extraídas de microfichas; que tirou cópias dos dois documentos em um equipamento de fax que possui em sua sala; que, avaliando o conteúdo dos documentos, identificou que em um deles constava os números solicitados pela CPI e que, no outro, existiam números de telefones que, em princípio, não foram solicitados pela CPI do Senado; que em seguida destruiu o primeiro documento mencionado e daquele que continha o nome do Sr. Djalma Cardoso tirou três cópias xerox; que, posteriormente, destruiu a cópia do documento feita em fax; que uma das cópias do bilhete colocou em um envelope e o lacrou para no dia seguinte apresentar ao Sr. Presidente da Telesc, outra cópia entregou ao Sr. Diretor Administrativo, fi-



cando a terceira cópia em seu poder; que, sobre a sua cópia do documento, não divulgou e tão pouco deu conhecimento a terceiros; que, ao entregar o envelope, alertou o Sr. Presidente sobre possíveis irregularidades, tendo ele afirmado que estudaria o assunto e em seguida falaria a respeito; que considerou uma atitude normal do Sr. Presidente, pois é muito prudente na sua forma de agir; que dois dias depois solicitou informações ao Sr. Presidente e este o informou que deveriam ver com cuidado o caso, pois o bilhete não estava sequer assinado; que, na REDIR de 22-5-97, quando da apresentação de relatório do Sr. Aguiar, o Sr. Presidente fez um gesto e mencionou que o bilhete que ele Diretor havia lhe entregue, havia sido colocado no triturador; que mostrou-se surpreso com o grau de conhecimento detalhado do Diretor Econômico-Financeiro quanto aos fatos acima relatados; que, nada mais fez ou falou sobre o assunto.

Quando perguntado a respeito da reportagem publicada na revista IstoÉ de número 1.441, nas páginas 26 e 28, que, não leu a reportagem e que tomou conhecimento do assunto por volta das 17h. do dia 13-5-97 através do Press Clipping da Telesc; que, informado pela Auditoria da Telebras, que a empregada Maria Cristina O.F. Taubois de Mesquita havia re-ratificado, em 27-5-97 sua declaração prestada a Auditoria em 26-5-97, atribuindo a ele, Diretor de Serviços, a determinação para extração de cópias de extratos de contas telefônicas por ela obtido junto a Área de microfichas, declarou o Diretor de Serviços que não solicitou, à citada empregada, cópias dos extratos de contas telefônicas por ela obtidos junto a Área de microfichas, que não recebeu cópia dos citados extratos e, conseqüentemente, não repassou a terceiros; que no dia 14 a tarde ou 15-5-97 pela manhã a empregada Maria Cristina o procurou com a finalidade de relatar seu contato com a Polícia Federal e informá-lo sobre as declarações que vinha prestando; que, no dia 19-5-97, juntamente com o Vice-Presidente da Telesc, Sr. Geovah José de Freitas Amarante, foi à Polícia Federal obter detalhes sobre a ocorrência, porém não foram atendidos pelos responsáveis pelo caso; que na Polícia Federal foram informados que os depoimentos estavam na Corregedoria para instrução; que tem conhecimento da vulnerabilidade quanto ao acesso às informações dos sistemas da Telesc e que ela, Telesc, precisa investir mais em informática; que, quando voltou à Telesc no dia 27-5-97 por volta das 14h., a empregada Maria Cristina o estava aguardando na sala da Diretoria para informar que foi procurada, via telefone, por uma repórter do Jornal do Brasil para confirmar informações sobre responsabilidade de vazamento de informações; que, acredita que a empregada Maria Cristina foi usada, que ela é inocente neste episódio e que sua declaração foi um ato de desespero.

Por ser expressão da verdade, assina o presente, em duas vias de igual forma e teor.

Florianópolis, 27 de maio de 1997. – **Francisco Afonso Evangelista Vieira**, Diretor de Serviços de Telecomunicações – S.

**SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornelas, último orador, para uma comunicação inadiável.

**O SR. WALDECK ORNELAS** (PFL-BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realiza-se hoje a maior festa cívica popular do País. Nesta data, comemoramos a independência da Bahia.

O brado de independência ou morte, proclamado em 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga, somente veio a efetivar-se 9 meses depois na Bahia, em 2 de julho de 1823, quando da rendição e do abandono da cidade de Salvador pelo Comandante Militar português Madeira de Melo e suas tropas.

A Bahia, que viu chegar as Caravelas de Cabral; a Bahia, que sediou a primeira Capital do Brasil, teve também o sangue da sua gente derramado para assegurar a independência do Brasil.

A luta pela independência da Bahia foi fundamentalmente a conquista da cidade de Salvador. Nesse processo, tiveram participação ativa as câmaras das diversas vilas: de Santo Amaro, de São Francisco do Conde, de Maragogipe, da heróica Cachoeira, entre outras, que formaram o Conselho Provisório. A de Salvador, que deveria ter sido a primeira a manifestar sua lealdade a D. Pedro, foi militarmente impedida. Nesse episódio, destacaram-se importantes vultos históricos: heroínas como a Sórora Joana Angélica e a Soldado Maria Quitéria, que se alistou para lutar pela causa nacional; Comandantes Militares, como o General Labatut e o Coronel Lima e Silva.

Nesta hora, em nome da Bancada do Estado da Bahia no Senado Federal, em nome do Presidente Antonio Carlos Magalhães, do Senador Josaphat Marinho e no meu próprio, desejo solidarizar-me com o povo e o Governo baianos, que, neste momento, realizam a caminhada simbólica da entrada vitoriosa do Exército Pacificador nas ruas da velha cidade de Salvador.

Essa caminhada, da qual todos sempre nos orgulhamos de participar, V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, muitas vezes, como Prefeito, Governador ou cidadão, comandou. Parte da Lapinha, onde se recolhem os carros alegóricos do caboclo e da cabocla, passa pela Soledade, por Santo Antônio, desce a Ladeira do Carmo, sobe a Ladeira do Pelourinho – agora restaurado no seu esplendor –, assiste ao **Te deum**, na Catedral Basílica do Terreiro de Jesus e depois segue pela Praça da Sé e pela Praça Municipal, onde se ouve a saudação do Presidente da Câmara. A caminhada prossegue pela Rua Chile e pela Praça Castro Alves, onde repousam os restos do nosso poeta maior, cujo sesquicentenário esta Casa come-



morou há pouco tempo e que imortalizou esses episódios com a sua célebre Ode ao 2 de Julho. Daí o percurso da Avenida Sete, passando por São Bento, São Pedro, Piedade, Mercês, Aclimação até chegar ao Campo Grande, onde se reverenciam os heróis do 2 de Julho.

Neste plenário, queremos nos reunir ao povo baiano, que, nesta hora, realiza ainda a sua caminhada, para, mais uma vez, reafirmar a nossa crença na grandeza e no futuro do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência se associa às palavras do Senador Waldeck Ornelas e ao sentimento do povo baiano nas comemorações da verdadeira independência do Brasil, no dia 2 de julho de 1823. Conseqüentemente, o sentimento do povo baiano é traduzido aqui pelos seus ilustres representantes, Senadores Josaphat Marinho e Waldeck Ornelas.

Hoje, a Bahia vive, como tem vivido esses anos todos, a comemoração do 2 de julho com muito entusiasmo, fazendo assim uma honra aos heróis do passado e estimulando que no presente se viva em favor de um grande futuro para o nosso Estado. Daí por que, na Presidência, quero congratular-me com o povo baiano e, em particular, com o seu Governador, pela caminhada do 2 de julho, da vitória do Brasil, não apenas da Bahia, em 1823.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 465, DE 1997**

Senhor Presidente,

Fundamentado no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer seja solicitado ao Sr. Ministro das Minas e Energia, se digne determinar à presidência da Petrobras sejam respondidas as seguintes questões:

1. O que motivou as mudanças impostas, a partir de 1º de junho último, na "base de suprimento" de combustíveis (Diesel, Gasolina e Álcool) para diversos Municípios do Estado de Rondônia?

2. É verdadeiro que essas mudanças provocam ou provocarão aumentos nos preços dos combustíveis nos Municípios relacionados no Ato do Sr. Diretor do Departamento Nacional de Combustíveis?

3. É verdadeiro que os postos varejistas estabelecidos nos referidos Municípios terão dificuldades de concorrer com os seus similares localizados nos

Municípios onde existem Bases da Petrobras (Porto Velho e Vilhena)?

4. A Petrobras continua pagando o frete pelo transporte entre Manaus e Porto Velho?

5. Se positiva a resposta à questão anterior, continua pagando nos valores em que vinham sendo operados?

6. Há diferença substancial entre os referidos preços e os valores de mercado?

7. A Petrobras continuará pagando os fretes entre Porto Velho e Vilhena?

8. Por que a Petrobras declina do pagamento dos fretes entre a Base de Porto Velho e os postos localizados em Municípios fora das Bases?

9. Quantos litros de óleo diesel foram transportados entre Manaus e Porto Velho durante o exercício de 1996? Quando foi pago de frete por esse transporte?

Sala das Sessões, 2 de julho de 1997. – Senador **José Bianco**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 466, DE 1997**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1996 (nº 1.838/96, na Casa de origem), que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Individual, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1997. – **Sérgio Machado – Elcio Alvares – Ney Suassuna – Epitacio Cafeteira – Hugo Napoleão – Valmir Campelo**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será votado após a Ordem do Dia, conforme dispõe o Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.507-21, adotada em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº



1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES****Titulares****Suplentes**

PFL

Bello Parga  
Francelino Pereira

Freitas Neto  
Romero Jucá

PMDB

Jader Barbalho  
Ney Suassuna

Gilvam Borges  
Fernando Bezerra

PSDB

Beni Veras

Jefferson Péres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

Emilia Fernandes

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes**

PFL

Manoel Castro  
Luciano Pizzatto

Raimundo Santos  
Ciro Nogueira

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Gonzaga Mota  
Luiz Roberto Pontes

Edinho Bez  
Hermes Parcianello

PSDB

Ieda Crusius

Sílvio Torres

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Aldo Arantes

PPB

João Pizzolatti

Herculano Anghinetti

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN,  
fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 2-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 3-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 3-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 27-7-97- prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.511-12,

adotada em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na Região Norte e na parte norte da Região Centro-Oeste, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES****Titulares****Suplentes**

PFL

Bernardo Cabral  
Odacir Soares

Romero Jucá  
Jonas Pinheiro

PMDB

Jader Barbalho  
Nabor Júnior

Gerson Camata  
Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitacio Cafeteira

Leomar Quintanilha

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes**

PFL

Rogério Silva  
Osmir Lima

Murilo Pinheiro  
Maria Valadão

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

João Thomé Mestrinho  
Márcio Martins

José Priante  
Confúcio Moura

PSDB

Celso Russomanno

Luiz Fernando

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Aldo Arantes

PTB

Murilo Domingos

Moisés Lipnik

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN,  
fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 2-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 3-7-97- instalação da Comissão Mista



Até 3-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 27-7-97- prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento será votado após a Ordem do Dia, conforme dispõe o Regimento Interno.

#### DEPUTADOS

##### Titulares

##### Suplentes

PFL

Rogério Silva

Murilo Pinheiro

Osmir Lima

Maria Valadão

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

João Thomé Mestrinho

José Priante

Márcio Martins

Confúcio Moura

PSDB

Celso Russomanno

Luiz Fernando

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Aldo Arantes

PTB

Murilo Domingos

Moisés Lipnik

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 2-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 3-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 3-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 27-7-97- prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.524-9, adotada em 27 de junho de 1997, publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

##### Titulares

##### Suplentes

PFL

José Bianco

José Agripino

Freitas Neto

Bernardo Cabral

PMDB

Jader Barbalho

Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

PSDB

Carlos Wilson

José Ignácio Ferreira

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitacio Cafeteira

Leomar Quintanilha

#### DEPUTADOS

##### Titulares

##### Suplentes

PFL

Antônio Joaquim Araújo

Raimundo Santos

Magno Bacelar

Eliseu Moura

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Roberto Valadão

Neuto de Conto

Teté Bezerra

José Aldemir

PSDB

Danilo de Castro

Edson Silva

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Aldo Arantes

PL

Expedito Júnior

Welinton Fagundes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 2-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 3-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 3-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 27-7-97- prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.565-6, adotada em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:



**SENADORES****Titulares****Suplentes**

PFL

Waldeck Ornelas  
Francelino Pereira

José Bianco

Romero Jucá

PMDB

Ney Suassuna  
Marluce PintoGerson Camata  
João França

PSDB

Artur da Távola

Coutinho Jorge

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Regina Assumpção

Emilia Fernandes

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes**

PFL

Cláudio Chaves  
Elton RohneltAldir Cabral  
Jairo CarneiroBloco

(PMDB/PSD/PSL)

Maurício Requião  
Djalma de Almeida CésarZé Gomes da Rocha  
Darcísio Perondi

PSDB

Octávio Elísio

Alexandre Santos

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

Aldo Arantes

PPS

Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 2-7-97- designação da Comissão Mista

Dia 3-7-97- instalação da Comissão Mista

Até 3-7-97- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-7-97- prazo final da Comissão Mista

Até 27-7-97- prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.571-3, adotada em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre amortização e parcelamento de dí-

vidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES****Titulares****Suplentes**

PFL

Freitas Neto  
Edison LobãoRomero Jucá  
Júlio Campos

PMDB

Jader Barbalho  
Nabor JúniorGerson Camata  
Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho

Carlos Wilson

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitacio Cafeteira

Leomar Quintanilha

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes**

PFL

José Carlos Vieira  
Ursicino QueirozSérgio Barcellos  
Rogério Silva

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

José Luiz Clerot  
Roberto ValadãoRegina Lino  
Neuto de Conto

PSDB

Roberto Rocha

Welson Gasparini

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Machado

Aldo Arantes

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 2-7-97 – designação da Comissão Mista



Dia 3-7-97 – instalação da Comissão Mista  
Até 3-7-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-7-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 27-7-97 – prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.572-2, adotada em 27 de junho de 1997 e publicada no dia 28 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Gilberto Miranda		Carlos Patrocínio
Jonas Pinheiro		Bernardo Cabral
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Osmar Dias		Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Regina Assumpção		Emilia Fernandes

#### DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
João Mellão Neto		Valdomiro Meger
Manoel Castro		Hugo Rodrigues da Cunha
Bloco (PMDB/PSD/PSL)		
Zaire Rezende		Armando Abílio
Sandro Mabel		Noel de Oliveira
	PSDB	
Jovair Arantes		Luciano Castro
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
José Machado		Aldo Arantes
	PV	
Fernando Gabeira		

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 2-7-97 – designação da Comissão Mista

Dia 3-7-97 – instalação da Comissão Mista

Até 3-7-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-7-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 27-7-97 – prazo no Congresso Nacional

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte

OF/FG nº 316/97

Brasília, 1º de julho de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular e do Deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente para compor a Comissão Mista incumbida de emitir Parecer sobre a Medida Provisória nº 1.572-2, de 27 de junho de 1997, que "Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social".

Aproveito a oportunidade para apresentar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, **Fernando Gabeira**, Líder do PV.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
– O ofício lido vai à publicação.

A Presidência designa os Deputados Fernando Gabeira e Gilney Viana, respectivamente, como titular e suplente, para integrarem a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.572-2, publicada em 28 de junho de 1997, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte

OF. Nº 138/97 – LPL

Brasília, 2 de julho de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados Welinton Fagundes, como titular, e José Egydio, em substituição ao Deputado Expedito Júnior, como suplente, para integrarem a Comissão



referente à Medida Provisória nº 1.524-9 (Extingue cargos na Administração Federal.)

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Partido Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Será feita a substituição solicitada, nos termos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1 -

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 81, DE 1997

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 467, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 81, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 334, de 1997), que autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM – RJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1997. – **Sérgio Machado – Ney Suassuna – Elcio Alvares – Edison Lobão.**

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço um esclarecimento antes da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Pois não.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (BLOCO-SE. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria já está na pauta. Está-se aprovando um requerimento de urgência para a mesma. Não estou entendendo o objetivo do requerimento. Não sou contra a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A matéria estava na pauta. Entretanto, para que não haja qualquer dúvida sobre o Regimento, preferi votar o requerimento que já estava sobre a mesa.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Com todo respeito, creio que, no caso, "a emenda é pior do que o soneto", porque a matéria já estava na pauta. Se aprovarmos o requerimento de urgência agora, segundo o requerimento, a matéria ficaria para ...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Inclusive, penso como V. Exª: é dispensável o requerimento que está em pauta. Entretanto, a Mesa o recebeu e, evidentemente, estou cumprindo. Acho que não tem nenhum mal em votarmos o requerimento.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Peço que seja registrada a minha abstenção na votação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Registre-se a abstenção do voto do Líder José Eduardo Dutra.

O Projeto de Resolução nº 81, de 1997, passa, assim, a tramitar em regime de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 81, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 334, de 1997, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão, daí por que coloca em discussão.

Em discussão.

**O SR. ABDIAS NASCIMENTO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

**O SR. ABDIAS NASCIMENTO** (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas comunico a V. Exª que eu havia encaminhado um requerimento solicitando a votação nominal. No entanto, revi a minha posição e retirei o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A Mesa agradece a colaboração de V. Exª.



Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte

#### **PARECER Nº 341, DE 1997**

(Da Comissão Diretora)

#### **Redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1997.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 81, de 1997, que autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RIO), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997, com alterações redacionais para adequação ao Parecer do Banco Central do Brasil.

Sala das Sessões, 2 de julho de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Marluce Pinto**, Relatora – **Geraldo Melo** – **Júnia Marise**.

#### **ANEXO AO PARECER Nº 341, DE 1997**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### **RESOLUÇÃO Nº , DE 1997**

**Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RIO), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro autorizada, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financei-

ras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RIO), para giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Município vencível no segundo semestre de 1997;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimentos*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFTN, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) *prazo*: cinco anos;

e) *valor nominal*: R\$1,00 (um real) – SELIC;

R\$1.000,00 (um mil reais) – CETIP;

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

#### **SELIC**

<b>Título</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Quantidade</b>
681447	1º - 7-97	704.835.469.179
681446	1º - 8-97	621.024.388
681447	1º - 9-97	1.074.153.969
681447	1º -10-97	1.596.112.238

#### **CETIP**

<b>Título</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Quantidade</b>
N	1º - 7-97	50.100.000
N	1º - 7-97	60.000.000
N	1º - 8-97	60.000.000
N	1º - 8-97	50.100.000
N	1º - 9-97	50.100.000
N	1º - 9-97	60.000.000
N	1º-10-97	60.000.000
N	1º-10-97	50.100.000
N	1º-11-97	50.100.000
N	1º-11-97	60.000.000

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

#### **SELIC**

<b>Colocação</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Título</b>	<b>Data-Base</b>
1º-7-97	1º-7-2002	681826	1º-7-97
1º-8-97	1º-8-2001	681461	1º-8-97
1º-9-97	1º-4-2002	681673	1º-9-97
1º-10-97	1º-10-2001	681461	1º-10-97



## CETIP

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
1º-7-97	1º-10-2000	N	1º-7-97
1º-8-97	1º-5-2001	N	1º-8-97
1º-9-97	1º-7-2001	N	1º-9-97
1º-10-97	1º-7-2001	N	1º-10-97
3-11-97	1º-11-2001	N	3-11-9 7

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 1.373, de 26 de janeiro de 1989, e Decreto nº 8.355, de 26 de janeiro de 1989.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta resolução.

§ 3º A quantidade total de títulos referidos na alínea f é de 708.677.259.774 LFTM – Rio. Este Montante decorre do fato das emissões terem sido realizadas em 1993, quando a moeda vigente era o cruzeiro, que foi transformado em cruzeiro real, com a divisão por 1.000 (um mil), e em real, com a divisão por 2.750 (dois mil, setecentos e cinquenta). O valor financeiro dos títulos, em 31 de março de 1997, representa R\$228.534.233,96 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos).

Art. 3º O Banco Central do Brasil, no prazo máximo de catorze dias após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta resolução, encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
- Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

- Item 2 -

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 335, de 1997, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro – LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Atendendo ao Senador José Eduardo Dutra, em discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão de Assuntos Econômicos, em seu Parecer nº 335/97, autorizou a rolagem da dívida dos títulos vencidos em 1º de julho de 1997 e 1º de agosto de 1997. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

- Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

# **PARECER Nº 342, DE 1997**

(Da Comissão Diretora)

## **Redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1997.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1997, que autori-



za a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro – LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997, com alteração redacional em obséquio á técnica legislativa.

Sala de Reuniões da Comissão, 2 de julho de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Junia Marise** –, Relator – **Geraldo Melo** – **Marluce Pinto**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 342, DE 1997

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 1997

**Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro-LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro parcial de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro-LFTRJ, cujos recursos serão destinados ao giro das parcelas de sua dívida mobiliária com vencimento nos dias primeiro de julho e primeiro de agosto de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível nos dias primeiro de julho e primeiro de agosto de 1997;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro-LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) *prazo*: cinco anos;

e) *valor nominal*: R\$1,00 (um real) – SELIC;

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC

Título	Vencimento	Quantidade
541811	1º-7-97	83.552.538.196
541826	1º-7-97	90.003.540.189
541811	1º-8-97	101.319.580.612
541824	1º-8-97	113.585.813.814

g) *previsão de colocação dos títulos a serem emitidos*:

SELIC

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
1º-1-97	1º-7-2002	541826	1º-7-97
1º-8-97	1º-8-2002	541826	1º-8-97

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 1.389, de 28 de novembro de 1988.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Governo do Estado do Rio de Janeiro encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 3º O Banco Central do Brasil, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta resolução, encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias contado a partir da sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) - Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.



Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

O Ofício nº 51 retorna à Comissão de Assuntos Econômicos para apreciação da matéria que não foi objeto da deliberação nesta oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 466, de 1997, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº71, de 1996..

Em votação o requerimento. (Pausa.)

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – (PSB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, faço apelo aos Líderes desta Casa no sentido de retirarem esse requerimento de urgência, porque esse projeto de lei da Câmara, de iniciativa do Executivo, veio ao Senado, passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, passou pela Comissão de Assuntos Econômicos, e, justamente no momento em que chegou à nossa Comissão, fomos surpreendidos com esse pedido de urgência. Eu já havia inclusive designado o Senador Bello Parga como relator da matéria. Tenho percebido o interesse de membros da Comissão de Assuntos Sociais em discuti-la.

A nossa Comissão funcionou durante todo o primeiro semestre. Nunca houve adiamento de reuniões. Todas foram realizadas, com **quorum**, e em todas elas aprovamos matérias. Essa é a primeira vez neste semestre que um projeto de lei que deveria passar pela nossa Comissão vem ao Plenário sem o relatório da mesma.

Sendo assim, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, peço a oportunidade de ver essa matéria discutida no âmbito da Comissão, o que deveria ter ocorrido. Penso que poderíamos votar a matéria na Comissão ainda no período de convocação extraordinária desta Casa. Faço o apelo no sentido de sensibilizar os Líderes para essa nossa questão. Caso isso não aconteça, manifesto, em nome do Bloco de Oposição, o meu voto contrário a esse requerimento de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Acredito que a urgência possibilite ainda que a Co-

missão de Assuntos Sociais, presidida por V. Ex<sup>a</sup>, possa reunir-se e oferecer parecer, quem sabe amanhã. Assim, poderemos votar a matéria na primeira sessão. Talvez essa seja uma forma. Mesmo com a urgência, V. Ex<sup>a</sup> reunirá a Comissão para dar o parecer. Acredito que isso possa conciliar.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – De qualquer forma, tenho receio... Ficamos contrários ao requerimento de urgência. O Bloco de Oposição não concorda com o requerimento de urgência e nos manifestamos contrários a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira, primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – (Bloco/PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aprovado o requerimento de urgência, quando a matéria entra para deliberação do Plenário?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A matéria poderá entrar amanhã, se não houver objeção de Plenário.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Quero registrar a minha objeção. Tenho concordado em que a matéria entre na sessão seguinte quando se trata de matéria com prazo, dívidas de Estados, etc. No entanto, registro que quero insistir no cumprimento do Regimento, ou seja, que a matéria figure na segunda sessão subsequente, mesmo que, no caso, isso venha a acontecer na terça-feira que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Da parte da Mesa, evidentemente vai depender dos Líderes do Partidos, porque a urgência permite que assim seja feito, como também permite que amanhã a Comissão de Assuntos Sociais se reúna, ofereça parecer, publique, e a matéria seja votada com o parecer. Ficam essas duas opções, mas a Mesa cumprirá o Regimento.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Então, cumprindo o Regimento, isso significa que a matéria não entra amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Provavelmente não entrará na sessão de quinta-



feira; poderá entrar na de sexta-feira, se for deliberativa.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Provavelmente não, Sr. Presidente. Estou insistindo e quero registrar que, em casos em que houve requerimentos de urgência, sempre fiz questão de registrar o seguinte: "que esse caso não seja utilizado como precedente".

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) - Entrará após as 48 horas regimentais.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** (PFL-AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desde a semana passada eu pretendia fazer a análise de um projeto de lei complementar que apresentei antes mesmo da aprovação da emenda que proporciona reeleição para Presidente, Governadores e Prefeitos. No entanto, razões outras não permitiram que eu pudesse pronunciar-me. Antes de fazê-lo, solidarizo-me com a Senadora Marina Silva e, na verdade, com a Casa.

A meu ver, a entrevista do Presidente do Ibama foi de uma infelicidade total, não só imperfeita como caluniosa no que se refere à Senadora, que tem no decorrer de sua vida pública demonstrado coerência nas suas idéias, respeito às instituições e ao processo democrático.

A Senadora Marina Silva não merece as palavras que lhe foram dirigidas, e que se fazem refletir, como disse o Presidente Antonio Carlos Magalhães, em toda a Casa.

É necessário que se faça uma cobrança em relação a esse episódio, até para que haja respeito aos Parlamentares que aqui atuam, que aqui discutem as causas maiores do País, que aqui se posicionam, agradando a "a", "b" ou "c", em pronunciamento que termina sendo da Casa.

A minha solidariedade à Senadora Marina Silva e, finalmente, à toda a Casa. Acho necessário um pronunciamento daqueles que comandam esse senhor do Ibama.

Não o conheço, mas já ouvi referências a seu respeito como sendo um bom técnico, um homem conhecedor dos problemas do meio-ambiente. No entanto, jamais poderei admitir - eu ou qualquer outro Senador - que aja como agiu.

A reação do Presidente, como a da maioria desta Casa, recebe também a minha solidariedade.

**O Sr. José Eduardo Dutra** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Guilherme Palmeira?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** - Com muita honra, Senador José Eduardo Dutra.

**O Sr. José Eduardo Dutra** - Gostaria de aproveitar essa introdução de seu pronunciamento, uma vez que não tive oportunidade de apartear a Senadora Marina Silva, para registrar a solidariedade da Liderança do Bloco a S. Ex<sup>a</sup>. A prática política da Senadora Marina Silva por si só já demonstra que, utilizando o ditado popular, o Presidente do Ibama "perdeu uma ótima oportunidade de ficar calado". Muito obrigado.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** - Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Guilherme Palmeira?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** - Pois não, Senadora Marina Silva.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** - Gostaria de agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os Srs. Senadores pela solidariedade e de dizer que a divergência é natural entre Governo e Oposição. Isso eu encaro com a maior naturalidade, mas não posso aceitar a acusação injusta feita pelo Presidente do Ibama à minha pessoa. Conhecendo a minha trajetória de vida, o meu trabalho, as dificuldades que enfrentam as pessoas que lidam de forma séria com a defesa do meio ambiente no Acre, jamais poderia dizer que a Senadora Marina Silva troca ética por voto. A minha ética é o meu limite. No meu trabalho, nem sempre estou em busca de votos. Se assim fosse, não teria ajudado na aprovação do projeto que institui a política de preços para a borracha, assessorando a Senadora Regina Assumpção. Trabalhei incessantemente, juntamente com minha assessoria, mesmo sabendo que isso não seria publicado pelos principais jornais de meu Estado. Mas defendo o que é justo e correto, não apenas aquilo que rende voto. É dessa forma que trabalho e coloco para o Ibama todas as idéias que tenho, com o coração aberto, para que possamos defender o que é justo. O fato de o Presidente do Ibama, conversando com outras forças políticas, aceitar o argumento que lhe passaram de que inicialmente o apoiei e, depois, mudei de posição em função de voto, é, no mínimo, não ter respeito pelo meu trabalho. Por isso, indignada, protesto contra essa afronta que foi feita à minha honra, porque considero que embora o Sr. Presidente do Ibama possa ter todas as divergências comigo, nesse ponto foi alta-



mente injusto. S.S<sup>a</sup> diz, na sua entrevista, que o Governo não tem política ambiental, mas mesmo assim faz parte dele. Eu poderia dizer que entre a ética e o cargo, o Presidente do Ibama fica com o cargo, mas não o faço, porque acho que mesmo pensando dessa forma, S.S<sup>a</sup> permanece no Governo porque acredita que pode colaborar de alguma forma. O Governo diz que as ONGs são todas vendidas para os recursos que vêm de fora. Ora, S.S<sup>a</sup> já fez parte delas. Eu poderia dizer: mudou de posição em função do cargo? Não, mudou de posição porque, atualmente, o Presidente do Ibama tem uma outra avaliação com relação às ONGs brasileiras e estrangeiras. Então, é muito injusto o julgamento que fez de mim, inclusive sabendo da repercussão de todo meu trabalho, de como sou massacrada no Estado do Acre por defender questões que são corretas para o meio ambiente. No meio dos políticos que S.S<sup>a</sup> cita como sendo aqueles que não entendem nada, que só buscam cargo e que atrapalham o seu trabalho, está meu nome. Portanto, S.S<sup>a</sup> cita a Senadora Marina nominalmente, como exemplo daqueles políticos que trocam ética por voto. É no mínimo lamentável que isso parta de uma pessoa que conhece o Acre, que conhece o nosso trabalho e que, de forma demagógica, diz que admira a minha trajetória. Não recebi nem um telefonema, quando do embargo das estradas, procurando saber a respeito da minha posição. Não poderia arbitrar a minha posição porque S.S<sup>a</sup> não conversou comigo. De outra forma, teria recebido todas as sugestões de como fazê-lo, sem que isso resultasse em uma junção de todos aqueles que queriam fazer do embargo da estrada um palanque para ressuscitar corruptos.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Marina Silva, já tinha ouvido, ainda no meu gabinete, a exposição de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer, mais uma vez, que o Presidente do Ibama foi injusto com V. Ex<sup>a</sup> e incorreto com o Governo a que serve, porque, entre outras coisas, além de acusá-la ou ironizá-la injustamente, fez críticas ao Governo.

Tenho certeza, Senadora Marina Silva, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de que o Ministro do Meio Ambiente – que faz parte do meu Partido e nele é figura de destaque –, cobrará desse senhor uma retratação. Não podemos aceitar esse tipo de críticas que, na verdade, são agressões não só à Senadora, mas a toda a instituição, a todo o Senado, a todo o Congresso. Certamente haverá uma reparação. Não tenho dúvida de que o Ministro Gustavo Krause, de quem sou amigo e a quem respeito, cobrará do Ibama uma retratação quanto a essa situação.

**O Sr. Carlos Wilson** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** – Com muita honra, Senador Carlos Wilson.

**O Sr. Carlos Wilson** – A Senadora Marina Silva não precisa explicar nada. Se existe uma Senadora admirada e reconhecida neste País, essa pessoa é S. Ex<sup>a</sup>. Nós, Senadores, andando por esse País, sempre encontramos uma palavra de atenção, de acompanhamento da luta da Senadora Marina Silva. Agora cabe, como bem coloca V. Ex<sup>a</sup>, ao Ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, exigir do Presidente do Ibama não só um posicionamento em relação ao seu reconhecimento de que não existe política de meio ambiente no País, mas, principalmente, uma retratação que não será feita à figura da Senadora Marina Silva, mas ao Senado da República, que foi ofendido em sua honra, injustamente e em momento não apropriado. Por isso, conhecendo como conheço o Ministro Gustavo Krause, sei que virá da parte de S. Ex<sup>a</sup> uma desculpa formal ao Senado da República.

**O SR. GUILHERME PALMEIRA** – Muito obrigado, Senador Carlos Wilson. Penso que, com isso, deixamos clara a nossa posição em relação ao que foi dito na entrevista que o Presidente do Ibama deu à revista **Veja**.

Sr. Presidente, inicio o tema que me trouxe à tribuna.

Antes mesmo da aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição dos ocupantes dos cargos no Executivo, tive oportunidade de apresentar à Casa projeto de lei complementar que regula a matéria, dispondo sobre a campanha eleitoral desses candidatos, a fim de evitar o uso dos bens públicos e o abuso do poder administrativo.

Naquela ocasião, deixei claro que sabia da existência na Câmara de proposição nesse mesmo sentido, de autoria do eminente Deputado Mendonça Filho, meu colega de Partido, que teve a iniciativa da proposta de emenda constitucional da reeleição.

Ponderei, na justificativa do meu projeto, que o meu propósito era apenas o de antecipar o debate e a eventual apreciação da matéria pelo Senado, por duas razões que ainda persistem em relação ao assunto.

A primeira é que em se tratando de matéria complexa, sem precedentes na legislação brasileira, exigiria um estudo de Direito Comparado relativo a práticas idênticas em outros países, que, por sinal, não são muitos e, em alguns casos, como na Argentina e no Peru, muito recentes e, por consequência,



sem precedentes válidos para adaptar-se o modelo ao Brasil.

A segunda razão é o receio de que se repita o que quase sempre se verifica, quando se trata de matéria urgente, com prazo fatal. Agora mesmo estamos vivendo alguns casos, como o da reforma da Previdência, o da Lei de Telecomunicações. Pela premência de tempo, fica muitas vezes o Senado impedido de exercer a plenitude de suas prerrogativas constitucionais de Casa Revisora, pois a modificação do texto implica na volta do projeto à Câmara, o que nem sempre o calendário permite.

Além dessas ponderações, que me parecem ainda válidas, gostaria também de fazer uma ressalva. Independentemente da condição de amigo pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e de amigo e correligionário do Vice-Presidente Marco Maciel, minha apreciação serena e isenta é a de que, pelo passado de ambos, pelo procedimento ético de suas vidas e pela absoluta correção em todos os cargos que exerceram, esta lei seria rigorosamente dispensável, se seu objetivo fosse o de apenas regular a reeleição de Presidente da República. Acredito, também, que este é o caso de inúmeros governadores que têm dado mostras suficientes de isenção e equilíbrio, como seguramente é o de milhares de prefeitos municipais. Tanto o Presidente Fernando Henrique, quanto o seu Vice, possuem qualidades públicas e virtudes pessoais e têm demonstrado tal critério e escrúpulos ao longo de suas vidas públicas que, não hesito em dizer, estão, nesta matéria, acima de qualquer suspeita. Temos que reconhecer, por mais que possamos ter discrepâncias pessoais ou divergências políticas com ambos, o que não é o meu caso, que não há qualquer ato que possa macular a honradez de ambos, no exercício dos cargos que com tanto brilho vêm exercendo. A candidatura de ambos à reeleição, no meu entender, se efetivada, é mais um serviço ao País, do que o atendimento de uma aspiração meramente pessoal. Ambos são um exemplo de que podemos nos orgulhar e podem, sem demérito para ninguém, servir de padrão à política brasileira.

Com esta ressalva, Sr. Presidente, devo dizer que se trata efetivamente de matéria complexa. Não podemos, nem esta é minha intenção, impedir que o Presidente e os Governadores sejam proibidos, durante o período de campanha, de exercer suas atividades normais, de dar continuidade às suas administrações e de cumprirem com todos os encargos inerentes às suas funções. Isto implica em que, segundo as normas do cerimonial e da segurança, o

Presidente e os Governadores terão que continuar a dispor dos meios colocados à sua disposição para deslocamento, como é o caso de aeronaves, embarcações e veículos oficiais, dispondo ainda de mecanismos de proteção e garantia de sua vida e incolumidade. Assim se pratica nos Estados Unidos, de onde vêm os precedentes aplicáveis em nosso caso, e certamente terá que ser praticado aqui também, no interesse do País. Isso não dispensa, porém, de separarmos as atividades político-administrativas dos ocupantes de cargos executivos daqueles de caráter eleitoral, que são típicas dos candidatos. Não vejo inconveniente em que um Governador de Estado se valha das aeronaves oficiais para suas viagens de rotina, impostas pelos deveres de seu cargo. Mas é preciso evitar que esse bem público seja utilizado às custas do Erário sem ressarcimento, para disputar votos, participar de comícios ou comparecer a reuniões de cunho exclusivamente eleitoral. Caberá a cada um optar pelas opções que a lei lhe facultar: ou usa, como os demais candidatos, os meios disponíveis, e ao alcance de qualquer concorrente, ou se vale dos que são de propriedade pública, mediante ressarcimento adequado.

Restrinjo-me apenas a esse exemplo, porque é uma das situações mais comumente lembradas, mais de uma vez levantadas pelos meios de comunicação de que se repetem em todos os países em que existe o instituto da reeleição. As demais situações que constam do meu projeto são as que me ocorrem no exame da questão e como fruto de minha experiência pessoal.

A proposição ora em curso na Comissão Especial da Câmara, que está examinando a atualização da lei eleitoral para o próximo pleito, tem que levar em consideração a própria emenda constitucional, já promulgada, em toda a sua extensão. Uma de suas disposições, a meu ver sábia e procedente, foi a de encurtar para apenas vinte dias o período entre o primeiro e o segundo turno nas eleições majoritárias para o Executivo. Todos sabemos que, em decorrência do pleito municipal de 1996, votam através de máquinas eletrônicas o chamado voto informatizado, apenas 30% dos eleitores brasileiros. Se esse nível se mantiver, tenho dúvidas de que esse prazo poderá ser cumprido. Se houver recursos orçamentários disponíveis para que a informatização atinja 70% ou mais do eleitorado, aí, sim, quero crer que será possível cumpri-lo. De qualquer maneira, parece-me que seria prudente a consulta ao Egrégio Superior Tribunal Eleitoral, para que possamos examinar, tempestiva e adequadamente, as hipóteses prováveis e possíveis.



Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, isso nos coloca ante outro problema. Todos nós sabemos que as campanhas presidenciais no Brasil se materializam antes e independentemente das convenções partidárias. Usualmente, entre 10 e 12 meses já estão em curso. São excessivamente longas e, por isso mesmo, de elevadíssimo custo. A Justiça Eleitoral, de forma tradicional, tem sido extremamente tolerante nesses casos, muito embora a legislação eleitoral seja clara, precisa e terminante. Seremos colocados ante à situação de fato de que os candidatos à reeleição, ou terão que se retrair, ou omitir-se, sendo, com isso, prejudicados, ou adotarão a mesma tática de seus opositores, a de um lançamento prematuro de candidatura, prejudicando sua própria administração. Creio, portanto, que é outro assunto que merece reflexão e cuidados.

O modelo político brasileiro tem se caracterizado por uma legislação eleitoral que, invariavelmente, muda a cada eleição. A Constituição de 1988 procurou inibir essa prática através de regras estáveis, proibindo que as mudanças sejam ocasionais e precárias. Votamos, em 1995, uma Lei dos Partidos que, a meu ver, está condizente com as necessidades do País e adequada à nossa realidade, pois é fruto de anos de discussão, mudanças e alterações. A Emenda Constitucional da Reelection, porém, criou a obrigatoriedade de adaptar-se o Código Eleitoral vigente e estabelecer-se normas de propaganda eleitoral para o caso dos ocupantes de cargos do Executivo. Logo, mais uma lei casuística se torna inevitável. Como todo o sistema eleitoral pode se conter em apenas três leis: o Código Eleitoral, a Lei de Inelegibilidade e a Lei dos Partidos, e como as duas últimas não exigem mudanças substantivas, é de se esperar que já agora, antes do início da próxima Legislatura, o Congresso se detenha na elaboração do novo Código Eleitoral que, como as duas leis citadas, se torne definitivo, dispensando novas normas legais e exigindo, tão-somente, atualizações periódicas em razão de eventuais mudanças de modelo institucional.

Todas essas questões mostram como é relevante para a legitimidade democrática, que depende de eleições competitivas e livres, um sistema eleitoral baseado em normas claras, incontestáveis e consensuais entre todas as forças políticas representadas no Congresso. Durante o decurso de toda esta Legislatura, tanto a Câmara quanto o Senado, da mesma forma que o Tribunal Superior Eleitoral, na gestão do Ministro Carlos Veloso, criaram Comissões Especiais que discutiram a engenharia do sis-

tema representativo, incluindo-se aí uma série de opções e alternativas que, seguramente, não se materializarão no próximo pleito. O fato é que o sistema eleitoral que temos e com o qual provavelmente vamos inaugurar o próximo século data de 1932. A decorrência natural dele tem sido um conflituoso sistema partidário cujos males todos conhecemos. As principais questões políticas que afetam a estabilidade, a normalidade e a própria legitimidade do sistema político continuam em aberto e são objeto de permanente contestação da opinião pública, do eleitorado e da própria sociedade. A melhor evidência é a circunstância de que, há duas eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados, a soma das abstenções, dos votos em branco e nulos supera a quantidade dos votos válidos, o que mostra que a representação política brasileira naquela Casa lamentavelmente não representa a maioria dos eleitores aptos a votar.

São desafios fundamentais, para a estabilidade política do País, a governabilidade e o pluralismo, sem os quais não existe democracia. Não se trata de um problema partidário, de um tema de natureza ideológica, nem de uma questão de governo, mas de uma questão de Estado e da competência do Congresso Nacional, que, se não tomar a iniciativa de debatê-la e de adotar as decisões que lhe competem, estará demitindo-se de uma de suas funções mais relevantes para o futuro do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo trazer ao conhecimento da Casa hoje o meu contentamento com a edição do decreto que regulamentou a Lei de Doação de Órgãos.

Com efeito, ainda que ultrapassando, e muito, o prazo previsto, trata-se de um trabalho minucioso, criterioso, em que foram ouvidos os vários setores interessados do Ministério da Saúde e da própria Casa Civil da Presidência da República. Esse trabalho culminou com a preparação desse decreto que foi editado pelo Presidente da República e que estabelece todas as normas do processo, as responsabilidades de cada setor envolvido nas diferentes etapas da doação de órgãos.

Evidentemente que, com a definição das responsabilidades de cada setor e das pessoas que estão tratando do assunto, há muito mais segurança



por parte da população, tanto daqueles que seriam futuros doadores quanto dos pacientes que irão receber esses órgãos e até mesmo das instituições onde essas diversas fases do processo vão ocorrer, inclusive também para cercar de legalidade e juridicidade todos os atos que vão se processar.

É um decreto longo – portanto, não vou comentar cada passo, cada artigo, cada parágrafo –, mas quero crer que essa é uma providência essencial para que o número de doadores aumente e, conseqüentemente, o número de transplantes no País.

O decreto traz, ainda, muitas providências de natureza administrativa, uma vez que institui um Sistema Nacional de Transplantes, determina a criação, nos Estados, de centrais de notificação de morte encefálica e de doação de órgãos, estabelecendo também uma lista única, uma lista nacional que impede que pessoas possam estar inscritas em duas ou mais listas em diferentes Estados para receber o órgão necessário ao restabelecimento de sua saúde.

Tenho certeza de que, com esse passo que está sendo dado, estamos caminhando para termos, dentro de pouco tempo, um aumento significativo do número de transplantes, que se não eliminar, pelo menos vai diminuir bastante a fila de pessoas que estão à espera de órgãos nos diferentes Estados da Federação.

Ainda ontem, salvo engano, uma emissora de televisão apresentou noticiário extenso, mostrando alguns casos bem-sucedidos de pessoas que tiveram sua saúde restabelecida graças a um transplante, e casos de outras pessoas que ainda esperam na fila, angustiadas, ansiosas ou sofrendo nas máquinas de hemodiálise que lhes garantem a vida, mas com uma qualidade muito precária, na esperança de que, sofrendo o transplante, possam recuperar integralmente a sua saúde.

Ao lado desse decreto e, evidentemente, da implementação de todas as providências e medidas que contém sobre os assuntos de que dispõe, é necessária uma grande campanha a ser encetada pelo Governo Federal em todo o território nacional, por meio dos órgãos de comunicação de massa, para que as pessoas sejam bem esclarecidas e bem informadas sobre o processo de doação, de como manifestar sua vontade, inclusive respeitando-se a daqueles que, por algum motivo, não desejam ser doadores, para o conhecimento das famílias, para o conhecimento da própria classe médica, dos profissionais da área de saúde e dos diversos centros que vão ser credenciados para a realização dos trans-

plantes. Enfim, essa campanha de divulgação é fundamental.

Lembro, inclusive, que na própria lei há um artigo obrigando que se realize anualmente essas campanhas de esclarecimento.

**O Sr. Humberto Lucena** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** - Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com prazer.

**O Sr. Humberto Lucena** - Quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pela feliz iniciativa que levou o Senado a aprovar a nova lei que regula o transplante de órgãos no Brasil, já agora com a regulamentação feita pelo Senhor Presidente da República através de decreto. V. Ex<sup>a</sup> contribuiu, com o nosso apoio, para resolver um problema gravíssimo no País, que é justamente o da falta de órgãos para transplante. Sou testemunha disso porque vivo, todos os dias, todos os meses, em contato particularmente com meus conterrâneos da Paraíba e conheço as dificuldades que têm surgido, sobretudo no que se relaciona, por exemplo, a transplante cardíaco e a transplante renal. Quase sempre somos obrigados a recorrer aos hospitais públicos de São Paulo para atender sobretudo pessoas mais necessitadas. Agora, com a nova lei, V. Ex<sup>a</sup> ampliou a possibilidade das doações. E o que se faz necessário é justamente essa campanha a que alude V. Ex<sup>a</sup>. Uma campanha ampla de divulgação em todo o Brasil da lei, da sua regulamentação, para que possamos fazer com que seja cumprida religiosamente. Meus parabéns!

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Muito obrigado, Senador Humberto Lucena. Inclusive já está no ar uma campanha de divulgação pela televisão, com a atriz Araci Balabanian, com informações sobre todos os aspectos do problema dos transplantes. Terá início também uma outra campanha pela televisão com o nadador Gustavo Borges, uma jovem personalidade de grande reconhecimento público. E haverá também campanhas pelo rádio, inclusive com comunicadores de diferentes regiões do Brasil, para transmitir todas as informações em relação à lei, ao decreto e às providências necessárias para que se amplie o número de transplantes.

**O Sr. José Eduardo Dutra** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador Lúcio Alcântara?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Ouço, com grande prazer, o Senador José Eduardo Dutra, que é autor de um projeto que prevê o princípio da doação presumida, assim como o da Senadora Benedita da Silva e o do Senador Darcy Ribeiro. Ele é, portan-



to, um dos artifícios dessa lei. Ouço com toda a atenção o seu aparte, Senador Dutra.

**O Sr. José Eduardo Dutra** - Muito obrigado, Senador Lúcio Alcântara. Quero registrar que analisei, não com a devida profundidade, mas superficialmente, a regulamentação da lei feita pelo Ministério da Saúde, e me pareceu um trabalho muito bem feito, porque inclusive é uma regulamentação de acordo com a lei, ao contrário daquela que havia sido feita pelo Ministério da Justiça, que exorbitava das suas atribuições, colocando obrigatoriedades que não estavam previstas na lei. Quero ressaltar a importância da propaganda, da comunicação à população, porque ainda existe uma grande desinformação em relação a isso. É fundamental esse processo que, como V. Ex<sup>a</sup> disse, está previsto no projeto. Quer dizer, uma campanha não só de esclarecimento sobre o que realmente prevê a lei, mas também de conclamação da população no sentido de ser doadora. Fui informado sobre dados estatísticos lá do meu Estado de Sergipe que, não sei bem por que, mostra uma diferença muito grande entre o comportamento das pessoas que vão tirar carteira de motorista e aquelas que vão tirar carteira de identidade. No caso do Detran, apenas um quarto dos pretendentes à habilitação têm concordado em ser doadores, ou seja, 75% têm solicitado a inscrição não-doador, enquanto apenas 20% têm exigido a inscrição não-doador na carteira de identidade e 80% têm-se declarado doadores. Não sei o porquê dessa diferença tão grande nos dois documentos, mas penso que, de qualquer forma, revela uma desinformação muito grande por parte da população. É fundamental que esse processo de massificação da campanha de doação venha a ter o mesmo alcance que têm, por exemplo, as campanhas de vacinação, que hoje atingem toda a população brasileira. Muito obrigado.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** - Senador Dutra, V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando destaca a necessidade de se reforçar a divulgação, a comunicação, para estimular as pessoas a doarem. Evidentemente, para isso, temos que esclarecer, fazer com que todos possam discernir objetivamente todos os passos que estão envolvidos nesse processo.

Tenho informação, por exemplo, de São Paulo, que dá conta de que em dois meses, março e abril, a aceitação como doador foi de 80%. No Rio Grande do Sul – ainda ontem esteve comigo o presidente da ABTO – Associação Brasileira de Transplante de Órgãos –, é mais ou menos de 50%. E há essas disparidades, como V. Ex<sup>a</sup> falou, no Estado de Sergipe.

Penso em submeter ao nosso Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, se o Senado deve patrocinar essa campanha, envolver o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, convidar diretores de Detrans, institutos de identificação das Secretarias de Segurança, para que eles comecem a tomar consciência da importância desse papel preparatório nos próprios organismos, no sentido de que as pessoas não sejam colocadas naquela realidade, às vezes brutal, de uma sala, de uma fila para tirar documento onde se pergunta quem é doador ou não. Isso constrange as pessoas a tomarem uma decisão sem mais informações. Se pudéssemos ter uma campanha de divulgação, sem, evidentemente, coagir as pessoas a tomarem uma decisão, uma campanha meramente explicativa, teríamos a possibilidade de ampliar bastante o universo de doadores, até porque as pesquisas, feitas pelo próprio Governo, mostram que cerca de 71% dos brasileiros apóiam a nova lei e, portanto, desejam fazer a doação, só que lhes falta a informação.

Não devemos nos impressionar com isso porque na França e na Espanha, onde há lei semelhante à nossa, demandou-se algum tempo até que a população incorporasse todas as informações e tivesse condições de decidir com mais segurança e aumentar o universo de doares, além do número de transplantes, porque uma coisa não exclui a outra.

É preciso reforçar as instituições de saúde, treinar pessoal, fornecer medicamentos essenciais para o sucesso dos transplantes e, sobretudo, confiar, como confiamos, que o Presidente Fernando Henrique, neste Ano da Saúde, aumentará substancialmente os investimentos em saúde, não só para este, mas para os anos que hão de vir.

Do meu gabinete ouvi um debate sobre a permanência da CPMF ou outro tributo que poderia financiar a saúde. Não quero entrar nessa discussão agora, mas é inegável que temos que descobrir uma forma de financiar a saúde no Brasil. Não podemos continuar com esses recursos que são instáveis para uma atividade que é essencial para o homem e fundamental para uma política de qualquer Governo. Espero que esse debate sobre o financiamento da saúde se dê de maneira a que tiremos uma conclusão que seja melhor para o País e para a nossa gente, que tem muitos problemas nessa área, que realmente demanda uma ação enérgica e efetiva do Governo.

Quero me congratular com o Presidente da República, Presidente Fernando Henrique, e o Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, pelo decreto de regulamentação da lei, que, acredito, veio em um mo-



mento próprio e, de acordo com o que o Senador José Eduardo Dutra disse, tem um conteúdo que nos dá a segurança quanto aos diferentes procedimentos envolvidos no problema dos transplantes.

Muito obrigado.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex<sup>a</sup> tem uma comunicação urgente como Líder?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, após a Ordem do Dia, por vinte minutos.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, faleceu em São Luís, ontem, o Desembargador João Miranda Sobrinho, Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O meu Estado perde uma figura notável dos meios jurídicos de nosso País.

Magistrado de carreira, percorreu, desde jovem, várias comarcas do Maranhão, deixando por onde passou a marca da sua forte personalidade. Conseguiu, nas suas árduas missões, conciliar a austeridade do magistrado, tão necessária na distribuição da Justiça, com a generosidade de um homem simples e bom, de grande simpatia pessoal.

No exercício da Presidência do Tribunal de Justiça, conduzia seus trabalhos com tirocínio e dignidade, sempre respeitado nas decisões que lhe coube assumir. Ainda recentemente, exerceu sua influência, com enérgica discrição, na contenção e punição de abusos que tentaram macular a tradição de dignidade do Tribunal de Justiça maranhense.

O falecimento do Desembargador João Miranda Sobrinho, portanto, representa uma lastimável perda para a Justiça e a sociedade do meu Estado. Ele estará merecendo, nos misteriosos desígnios de Deus, a paz que conquistou pelas obras que realizou em vida.

Desta tribuna, Sr. Presidente, envio minhas mais sentidas condolências aos familiares do Desembargador João Miranda Sobrinho, extensivas aos membros do Tribunal de Justiça que presidiu e a todos os que trabalham nos tribunais e foros do Maranhão.

**O Sr. Bello Parga** - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EDISON LOBÃO** - Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Bello Parga** - Senador Edison Lobão, quero associar-me à manifestação de pesar que V. Ex<sup>a</sup> traz a este Senado pelo transpasse do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Mara-

nhão. O ilustre Dr. João Miranda Sobrinho foi um juiz que se impôs ao respeito da coletividade, pela sua conduta proba e por suas sentenças ilustres e muito bem fundamentadas, que constituíram uma fase superior da judicatura maranhense. Recentemente - V. Ex<sup>a</sup> muito bem frisou -, ele conduziu, com grande capacidade de liderança, o Tribunal de Justiça do Maranhão na apuração de fatos que poderiam inquinar de mácula aquela classe. Seu falecimento enluta não só a magistratura maranhense, a cujo mérito ele se devotou durante toda a sua vida na judicatura em comarcas do interior do Estado e em várias Varas da comarca da capital. É com o espírito constrangido de tristeza que me associo a V. Ex<sup>a</sup> e peço que considere, juntamente com o seu pronunciamento, que eu traga aqui a minha parcela de tristeza, porque quem está enlutada não é só a magistratura maranhense, mas toda a sociedade do meu Estado.

**O SR. EDISON LOBÃO** - Recolho as palavras de V. Ex<sup>a</sup> ao meu discurso como manifestação de pesar sentida pelo falecimento do nosso Desembargador João Miranda, Presidente do Tribunal de Justiça. Outro assunto me traz à tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

A 26 de junho próximo passado o Comitê do Patrimônio da Unesco, reunido em Paris, aprovou sem ressalvas o dossiê técnico formulado pelo Governo do Maranhão e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o reconhecimento de São Luís, capital do meu Estado, com o galardão de Cidade Patrimônio da Humanidade.

Resta, agora, a homologação, em reunião programada para dezembro vindouro, do Bureau do Patrimônio Mundial, formado por representantes dos países filiados à Unesco, para que se efetive essa decisão de transcendência universal e que faz justiça aos tantos recantos de São Luís, marcados por acontecimentos da nossa História.

Fundada pelos franceses em 1612, São Luís foi ocupada, em seguida, por holandeses e, depois, conquistada pelos portugueses. De cada um desses períodos restaram marcos indelévels para a história maranhense, mantidos séculos afora e que se valorizaram pela pujança do seu povo.

No Maranhão, e especialmente em São Luís, Sr. Presidente, soubemos conservar as tradições de um passado que muito honra o Brasil. Graças a essa sensibilidade, que já batizou nossa capital como a "Atenas brasileira". Temos em São Luís a maior área de arquitetura colonial deste País.

Seu complexo urbano tem caráter excepcional e singular, abrangendo - só a parte investigada pela



Unesco – cerca de 1000 edificações numa área de 60 hectares.

São os casarios dos séculos XVIII e XIX, que descem pela colina do Forte de São Luís. São as casas e os sobradões inspirados na arquitetura européia, adaptados ao clima tropical, com as suas varandas e altos pés-direitos. São as famosas fachadas de azulejos, não poucas de grande valor artístico, que vêm conseguindo enfrentar tantas intempéries em tão longos anos!

São Luís, a chamada "Ilha Rebelde" – talvez pela coragem com que seus filhos, desde os tempos de antanho, reagiram aos estrangeiros que desejaram apartá-la da soberania brasileira –, luta, como tantas outras cidades nordestinas, para vencer as contingências desfavoráveis de períodos econômicos e financeiros que perseguem nossa caminhada para o futuro. Contudo, porfia por vencer todos os obstáculos que se antepõem ao seu progresso, e hoje, com cerca de 800 mil habitantes, afigura-se como uma das mais belas capitais dos Estados do Norte e Nordeste.

Muitos dos Governadores que me antecederam na administração maranhense, Sr. Presidente, ofereceram importante colaboração à preservação da cidade de São Luís, respeitando os sítios históricos agora prestes a conferir à Ilha a insigne honra: Patrimônio da Humanidade.

Pessoalmente, sinto-me plenamente recompensado pela importante contribuição que, como governador, pude oferecer à capital do meu estado.

Bastaria a recuperação, para não dizer reconstrução, do centenário Teatro Arthur Azevedo – uma jóia da arquitetura colonial plantada no centro histórico de São Luís –, para que sentisse ter resgatado, para a história da Ilha, a grande dívida de que era credora.

A reconstrução da secular e abandonada Fábrica do Anil – marco de uma passada época de fausto –, transformando um logradouro histórico de rara beleza num Centro Integrado para o amparo, o ensino e a qualificação de mais de 4.000 jovens da cidade, seria outro acontecimento a pacificar a minha consciência de administrador pelo amor com que abracei as causas da "Ilha Rebelde."

A primeira parte da recuperação do Solar Santa Therezinha, para ali instalar a Escola de Música de São Luís, foi outra preocupação histórica.

Não preciso me referir aqui, Sr. Presidente, à Avenida Litorânea, de inextinguível beleza, que emoldura a brancura de vastas praias da preferência de São Luís, construída pelos esforços de uma adminis-

tração que não ampliou, em nenhum centavo, as dívidas do Estado.

Nem preciso me referir neste plenário, pois são do conhecimento do povo maranhense, as obras de infra-estrutura em São Luís, pavimentando o embelezando ruas, tocadas no período em que governei o Estado.

Os sítios históricos, que em dezembro próximo seguramente serão um Patrimônio Histórico assim decidido por um órgão das Nações Unidas, corriam gravíssimos riscos de incêndio, o que me obrigou, em caráter praticamente emergencial, à custosa substituição, nesses lugares, da rede elétrica tida por imprestável.

Cada aprimoramento feito em São Luís, no passado ou no presente, merece ser incluído na cota da documentação que levou a Unesco ao reconhecimento da cidade como um marco de excepcional importância histórica.

A constante melhoria do atendimento no setor de saúde, com saneamentos e urbanizações, e no setor educacional, em que recuperamos ou construímos escolas para a abertura, só no 2º grau, de 12 mil novas vagas, foi um esforço, entre tantos outros, para oferecer ao povo de São Luís o que ele merece pelo seu trabalho e por sua tradição.

Enfim, sinto-me deveras feliz com as realizações que minha administração pôde proporcionar à nossa bela Capital.

Não temos dúvida de que o Bureau do Patrimônio Mundial, representando os países filiados à Unesco, fará justiça, em dezembro deste ano, aos recantos dos marcos históricos que São Luís tão bem soube conservar. Será uma honra não somente para São Luís, mas, notadamente, para o mundo civilizado, incluir-se a Ilha no rol dos atuais 506 sítios de valor cultural inestimável no mundo.

Estamos certos de que o Bureau da Unesco mais uma vez demonstrará a sua sensibilidade, como já o tem feito no passado, para lugares que merecem a proteção da humanidade como um legado a deixar-se para os pósteros.

A Governadora Roseana Sarney – a cuja administração se deve a excelência de uma elaboração técnica que, junto com a do Iphan, convenceu juízes tão rigorosos a deferirem o ingresso de São Luís no seleto clube das áreas reconhecidas pela Unesco – merece os aplausos que alcançarão as futuras gerações dos ludovicenses e maranhenses.

A esses aplausos junto os meus, certo de que encontro neste Senado a solidariedade de todos os meus eminentes colegas.



Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, no dia 25 de junho próximo passado as forças indonésias capturaram David Alex Daitula, Comandante da Resistência Timorense, junto com cinco outros guerrilheiros, em Baucau – Timor Leste. O Comandante David foi ferido, aparentemente sem maior gravidade, e transportado de helicóptero para o Hospital em Dili, onde morreu.

Os militares indonésios declararam que ele morreu em consequência dos ferimentos, mas a versão da resistência é que ele foi capturado com os companheiros, quando estavam desarmados, isto é: não foi durante um combate, e que foi morto sob tortura.

Esta versão tem consistência porque o corpo não foi entregue à família, que nem sequer pôde vê-lo. No enterro, só estavam os militares indonésios. O sacerdote celebrou missa na capela do cemitério sem ver o corpo. E a Cruz Vermelha Internacional pediu para ver o cadáver, mas os militares não permitiram. Isto mostra, mais uma vez, que o governo militar indonésio não respeita as leis internacionais e os direitos humanos.

Esta é uma comunicação que me foi enviada pelo Clamor por Timor, pela Sra. Lilia Azevedo e pelo Frei João Xerri, prior dos dominicanos.

Solicitem, Sr. Presidente, – e aqui incorporo a solicitação –, ao Governo brasileiro no sentido de tomar a iniciativa de apelar à comunidade internacional e à ONU em particular em favor de nossos irmãos timorenses, pedindo que uma comissão internacional possa averiguar as reais circunstâncias da morte do Comandante David Alex. Pedimos também que no próximo encontro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – dia 17/07, em Salvador – BA, comunidade da qual Timor Leste livre naturalmente faria ou fará parte, o Brasil se empenhe para que sejam tomadas medidas urgentes de solidariedade efetiva para com o povo timorense massacrado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, levando em conta que a Senadora Júnia Marise está ausente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a imprensa brasi-

leira e os parlamentares já discutem a convocação de um Congresso revisor.

Considero, modéstia à parte, a emenda constitucional que apresentei o projeto mais importante de minha carreira política aqui no Congresso Nacional, resultado de um longo estudo que fiz com técnicos, juristas, políticos e de uma longa análise sobre a situação em que vive o nosso povo e nosso País.

Sr. Presidente, não há como deixar de reconhecer que a situação institucional hoje é complicada em termos da Constituição de 1988. Eu vivi, como tantos brasileiros, a euforia da Constituinte, a convocação da Constituinte. Não participei da Constituinte, mas assisti, várias vezes, como Governador do Rio Grande do Sul, a muitas reuniões e emocionavam-me os debates, as discussões dos mais variados assuntos.

Já se disse, em mais de uma oportunidade, que não houve talvez no mundo uma Constituição que tenha sido elaborada de maneira mais democrática, com mais debate, com mais discussão, com mais consulta à sociedade, ao povo brasileiro, do que a Constituinte de 1988.

Eu me emocionei com a promulgação da nova Constituição, a chamada Constituição Cidadã. Eu era amigo pessoal de Ulysses Guimarães. Vínhamos nós do combate ao movimento de 1964, ao regime militar, e achávamos que com aquela Constituição lavávamos a alma, porque tudo que imaginávamos que se devia fazer em matéria de mudanças, de transformações, tinha sido feito na Constituinte de 1988.

O tempo passou. Hoje, reconheço que foi uma grande Constituição, que é uma grande Constituição. Reconheço que foi um grande avanço e reconheço que aquele foi um dos momentos mais épicos e mais bonitos do Congresso Nacional! No entanto, somos obrigados a reconhecer que cerca de 300 emendas à Constituição estão tramitando no Congresso. Eu mesmo sou autor de mais de 15 delas. Somos obrigados a reconhecer que a própria Constituição de 1988 tem mais de 250 artigos à espera de lei complementar, porque, todas as vezes em que houve confusão na Constituinte, quando se entrava no chamado buraco negro, para o qual não havia acerto, a fórmula de encontrar o entendimento foi colocar uma vírgula e dizer: "... de acordo com lei complementar". E a quase totalidade dessas leis complementares não foi regulamentada até agora.

Não há como deixar de reconhecer, Sr. Presidente, que o mundo mudou. A realidade lá fora é outra e em nível interno também é outra.



Sabemos que um país não pode crescer sem democracia. Hoje temos democracia! Sabemos que um país não pode crescer sem combater a corrupção. Sabemos que um país não se desenvolve se não olhar para o social! Esse é o grande desafio da Constituição.

Sr. Presidente, pela minha emenda convoca-se uma Assembléia Nacional Revisora mediante um plebiscito, a ser realizado junto com as eleições de outubro do ano que vem. Na cédula, o cidadão vota para Presidente da República, Senador, Governador e Deputado Federal e Estadual. Minha proposta não aumenta os custos em um centavo sequer, nem complica. Apenas acrescenta na cédula a pergunta: "Você concorda que o Congresso Nacional eleito transforme-se em Assembléia Nacional Revisora, pelo prazo de um ano, a partir de 1º de janeiro de 1999?". É só essa pergunta. Se o povo concordar, no dia 1º de janeiro de 1999 teremos a Assembléia Nacional Revisora, com Congresso unicameral, decidindo por maioria.

Depois da minha emenda, Sr. Presidente, que apresentei há cerca de seis meses, apareceram outras que com ela guardam semelhança. Uma delas, por exemplo, pretende que transformemos o Congresso a ser eleito em Congresso Revisor, sem o plebiscito. Isso não existe, Sr. Presidente. Estaríamos dando um golpe. Como poderemos fazer isso? Pelo voto de três quintos do Congresso, podemos emendar a Constituição, mas não podemos, por três quintos, convocar uma Assembléia Nacional Revisora para revisar a Constituição por maioria. Isso não pode acontecer, senão consultando o povo.

Eu não só consulto o povo antes, como consulto depois. Plebiscito e referendo. Referendo, para evitar que aconteça na Assembléia Nacional Revisora o que ocorreu na Assembléia Nacional Constituinte. Na Assembléia Nacional Revisora terá de haver entendimento, e os itens em que não se obtiver entendimento serão decididos no referendo.

Promulgada a revisão, proponho que se faça o referendo. O povo se pronunciará sobre o texto aprovado e sobre os itens debatidos pela Assembléia Nacional Revisora encaminhados para referendo. Darei alguns exemplos para que todos entendam: você é a favor ou contra a pena de morte? Você é a favor ou contra o aborto? Você é a favor ou contra o parlamentarismo?

Então, se houver dúvida na votação, se não houver certeza, se não for aprovado, se houver confusão, não haverá buraco negro, não haverá uma minoria que depois se transformará em maioria ou

uma maioria eventual que imporá à Nação determinada situação. O referendo determinará isso.

Sr. Presidente, nós terminaríamos esse trabalho em 1999. Acho muito difícil entrarmos no próximo século de uma maneira mais correta do que esta que estou propondo. Vamos nos reunir. Já disse várias vezes desta tribuna que não vou analisar como fiz. Constato que, nas últimas Constituições, o Brasil sempre teve um problema: não houve paz de espírito, não houve tranquilidade, não houve serenidade no sentido de se buscar um caminho.

Quando a Arena esteve no Governo do regime militar fez duas Constituições: a de 1967, feita pelo Congresso Nacional, e a de 1969, que é a Emenda Constitucional nº 01 – na verdade, uma nova Constituição, feita na Granja do Riacho Fundo, quando o Presidente Geisel fechou o Congresso. Não havia um contexto de representação popular. A que fizemos, a de 1988, foi uma página fantástica de beleza, de culto à liberdade e à justiça, mas houve equívocos que têm que ser alterados.

Sr. Presidente, se depender da minha proposta, realizaremos uma assembléia nacional revisora convocada por plebiscito e, depois, um referendo com o povo dizendo que aceita. Essa é a grande fórmula e a grande tese. Mas a minha proposta vai além. Estamos vivendo uma situação complexa institucionalmente, que abrange a Lei Maior e a situação política atual. A rigor, está – e sempre foi – muito complicada a situação partidária no Brasil. Nunca vivemos um período áureo, um período bonito de vida partidária, como ocorre, por exemplo, na Argentina, onde há os Radicais e os Peronistas, e no Uruguai, onde há uma longa história entre os Brancos e os Colorados.

No Brasil, a vida partidária sempre foi complicada, ligada a fatos como a Revolução, a Arena, a Contra-Revolução, o MDB; sempre foi ligada a pessoas contra e a favor de Getúlio Vargas, PTB, PSB, UDN. Nunca se reuniu um grupo com conteúdo, ideologia, formação e com perspectiva de chegar ao Poder para executar um conjunto de idéias, que é a razão de um partido político. O partido político é um conjunto de pessoas que se reúnem em torno de uma idéia, de um princípio, de um programa, de uma ideologia e busca o Poder para executar seu programa. Isso no Brasil nunca aconteceu.

Minha proposta vai adiante: realizado o referendo, promulgada a revisão constitucional, dou o prazo de seis meses para que se abra o leque da vida partidária; não se extingue nem se cria partido; durante seis meses o cidadão pode pegar dois partidos e for-



mar um terceiro, criar um quarto, sair de um para outro, pois está aberto o quadro da vida partidária.

Aberto esse quadro, durante todo o tempo da revisão, vamos ficar fazendo a nova Constituição; durante todo o tempo do referendo, vamos ficar fazendo os "finalmentes" da nova Constituição. Com isso, vamos nos conhecendo: vou olhar aquele Senador e aquele Deputado, eles vão me olhar, e vamos ficar sabendo o que cada um pensa realmente.

Ao final disso, depois de ter acompanhado todo o trabalho da elaboração, quando estaremos na próxima legislatura, no primeiro ano, haverá a abertura e cada um vai escolher o seu partido político, que pode ser o atual ou pode ser outro. Findo o prazo de seis meses, vai haver a fidelidade partidária e o mandato passa a pertencer ao partido, que terá um percentual para que possa ter representação no Congresso.

Não podemos mais ter 36 partidos. Teremos uma representação de alguns partidos, que vão começar a ter consistência.

Debato com todas as pessoas sobre essa questão, inclusive já levei essa proposta ao Presidente da República no meio deste ano. No entanto, todas as pessoas com quem tenho conversado acham que é complicado, que o referendo não é fácil, mas é um grande caminho. Repito que tem as consequências de um golpe. É o mesmo que os militares fizeram com o AI-1. Na verdade, não houve revolução. Os militares, no dia 31 de março, derrubaram o Sr. Jango, e aqui nesta Casa o Presidente do Congresso, o Sr. Auro de Moura Andrade, disse: "Declaro vaga a Presidência da República". O Sr. João Goulart estava em Porto Alegre. Estávamos na casa do Comandante do III Exército quando o Presidente do Congresso declarou vaga a Presidência. Assumiu o Presidente da Câmara dos Deputados, que, dez dias depois, fez uma revolução no papel, baixando o Ato Institucional nº 1.

Os três militares nomeados pelo Presidente da Câmara no exercício da Presidência, Sr. José Maria Alkmim, para Ministros da Marinha, do Exército e da Guerra e da Aeronáutica, baixaram um ato institucional que não tinha nem número e passou a ser o número 1. Depois, veio o de número 2, o de número 3, 4 e 5. E fizeram tudo o que sabemos.

Mas não abriram, não democratizaram, não cuidaram do futuro do País porque não quiseram. A proposta que faço agora é a seguinte: sem violência, sem armas, sem o Exército, sem a revolução, como em 30, ouvido o povo, democraticamente, construirmos uma nova realidade institucional e sócio-política para nosso País.

**O Sr. Ramez Tebet** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** – Pois não, nobre Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** – Senador Pedro Simon, pedi a interferência em seu pronunciamento porque considero o assunto um desafio para todos nós. Veja V. Ex<sup>a</sup>, todos aplaudimos a Constituição cidadã de 1988, mas nunca vi nenhuma constituição com tantas emendas a desafiar a capacidade do Congresso Nacional. Temos reforma tributária em andamento mexendo em dispositivos constitucionais; reforma previdenciária; reforma administrativa; reforma política; legislação eleitoral; já alteramos os capítulos Da Ordem Econômica, Da Ordem Social e outros da Constituição da República. Então, precisamos realmente ordenar, dar um tratamento sistêmico. E sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup>, homem preocupado com a institucionalização, coloca para discussão e debate, no Senado e no Congresso Nacional, formas que entende serem as mais democráticas, as mais legítimas ou as melhores se fazer um ordenamento constitucional. Ainda ontem, o Presidente da República declarava: "Agora cabe ao Congresso", e o Presidente do Senado dizia o seguinte: "Não, o Senado está trabalhando, sim." E realmente estamos. Está em andamento no Congresso Nacional praticamente uma nova Constituição; portanto, não se pode culpar o Congresso Nacional. Sei que V. Ex<sup>a</sup> não faz isso, propõe apenas um Congresso Revisor e com uma fórmula engenhosa. V. Ex<sup>a</sup> quer o plebiscito, que é uma consulta anterior à população, e depois o referendo sobre aquilo que por acaso foi votado. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, porque é preciso realmente agitar esse problema, no sentido de discutir em profundidade qual é a melhor saída. Porque a quantidade de reformas e de emendas constitucionais em andamento, demonstram que a Constituição vai ficar inteiramente retalhada na hora em que essas emendas forem aprovadas. E ninguém acha que elas serão aprovadas com a rapidez que setores da sociedade estão a nos cobrar.

**O SR. PEDRO SIMON** - Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, por ser quem é, pela sua capacidade, pela sua competência. Fico feliz em ver que V. Ex<sup>a</sup> interpretou e entende bem o significado do projeto.

É claro que vamos discutir. É claro que não me passa pela cabeça imaginar que o que estou apresentando é pronto e melhor acabado. Pode ter muitas modificações e muitas alterações, mas é um projeto pronto e acabado.



Por exemplo, há pessoas que dizem para mim o seguinte: Senador, o senhor cometeu um erro. O senhor deveria falar só no plebiscito. E o problema do referendo pode ficar para depois. Convocada e instalada a Assembléia Nacional Revisora, ela poderá decidir sobre o referendo. É uma tese.

Instalada a Assembléia Nacional Revisora, ela é quem dirá se os partidos vão abrir ou não, o que vai acontecer. É outra tese.

Mas coloquei tudo junto – não sei se o Senador notou – para mostrar a filosofia do conjunto do meu projeto. Ele é um todo. Ele poderá ser votado por partes. Poderemos votar agora que convocaremos uma Assembléia Nacional Revisora junto com as eleições, para fazer a revisão. E quem vai discutir, porque na verdade o que vai-se discutir é isso mesmo, por que votar agora e o referendo depois, a Assembléia Nacional Revisora instalada terá condições de discutir quando e como será o referendo.

Fiz questão de colocar minha proposta integralmente: 1) a Assembléia Nacional Revisora; 2) um ano para fazer a revisão, que será unicameral e por maioria absoluta; 3) referendo, onde as questões que não forem motivo de convicção irão para o referendo popular. Quer dizer, as teses são polêmicas? São. Quero ouvir o povo? Vamos ouvir o povo.

Como quarto ponto há a vida partidária. Se fizermos isso, se de repente tivermos partidos organizados em torno de idéias, se Deus e o povo brasileiro me derem o privilégio de voltar como Senador desta Casa para participar do debate, para elaborar uma nova Constituição, discutir, vivenciar essa nova Constituição, verei pessoas com quem me afino, aprenderei, muitas vezes, que coisas que penso estarem certas podem estar erradas. A recíproca é verdadeira. Do conjunto, do debate é que nasce a verdade.

Há pessoas que pensam diferente, Sr. Presidente, há pessoas que dizem que minha proposta peca por consultar demais o povo. É muita confusão, dá muito trabalho fazer um plebiscito, depois fazer um referendo, há pessoas que pensam ser perda de tempo. Aliás, na História do Brasil consulta popular é eleição. Os partidos políticos, até alguns anos atrás, não tinham sequer vida partidária, reuniam-se para escolher o presidente da executiva e também para escolher os candidatos a prefeito, governador e presidente, porque fora disso não tinham mais nada a fazer.

Mas creio que esse debate, esse aperfeiçoamento no campo das idéias é importante, e é absolutamente necessário neste País. Alguma coisa me diz que essa é uma eleição que não terá tantos candidatos como das outras vezes, porque as coisas já estão

mais ou menos definidas. Como já tem uma reeleição, já tem um candidato pronto, é uma candidatura que já existe independente de estar trabalhando ou não, estar fazendo campanha ou não, isso não importa, o que importa é que está na Presidência da República e é candidato à reeleição. Isso determinará com que o outro lado tenha que se definir e haverá de se definir. Dentro desse aspecto, nos prepararmos já para debater as grandes teses e as grandes propostas de fazer realmente a grande revisão é fundamental.

Ouvi a declaração do Presidente da República na Confederação das Indústrias e, também, o pronunciamento da Confederação das Indústrias, inclusive dos empresários. Só não sei se misturar a reforma da Constituição, principalmente reforma tributária, com o período que vai-se transformando ao natural num período eleitoral. Pergunto-me: a que isso pode conduzir?

Também concordo, Sr. Presidente, que neste Congresso Nacional o Executivo tem conseguido o que quer. Todas as votações importantes, nas quais o Executivo se joga de corpo e alma, ele tem ganho. Mas aquelas votações em que há indefinições, onde as questões são difíceis – como, por exemplo, esta em que, ao invés de se fazer uma reforma tributária, quer-se prorrogar a vigência de um imposto que abrange 20% dos Estados e municípios –, são mais confusas. Na verdade, há um enorme movimento por parte dos prefeitos e governadores no sentido de que seja equacionada essa questão. Isso foi feito de forma emergencial, para durar somente daquele período de final do Governo Itamar Franco até a entrada do novo Governo. Já deveríamos ter feito essa revisão tributária no final do Governo Itamar ou, pelo menos, no primeiro ano do Governo Fernando Henrique. Já estamos no segundo semestre do terceiro ano e já aprovamos o projeto da reeleição.

Sr. Presidente, sou favorável a essa questão. Não tenho dúvidas em debater a reforma administrativa, a reforma da Previdência e a reforma tributária. É importante que se diga aos empresários, de modo especial, que o meu projeto não retira do atual Congresso o poder de continuar votando as reformas que estão sendo analisadas e as aprovando com três quintos dos votos dos Parlamentares, como acontece hoje. Não quero alterar isso.

É importante esclarecer que não pretendo paralisar esse processo de votação. No meu projeto, não é dito que não se fará mais nenhuma votação, mesmo porque eu não poderia fazê-lo. A Constituição é muito clara; essa é uma norma permanente da



Constituição. Em qualquer tempo, a Constituição brasileira pode ser reformada com os votos favoráveis de pelo menos três quintos dos Deputados Federais, em duas votações, e de pelo menos três quintos dos Senadores, também em duas votações. Isso vai continuar. O fato de aprovarmos o plebiscito e criarmos uma Assembléia Nacional Revisora no ano de 1999 não retirará do Congresso o poder de emendar e de aprovar as emendas que estão aí ou outras tantas quantas forem apresentadas e tiverem, repito, em duas votações, três quintos da Câmara, e em duas votações, três quintos do Senado.

Mas não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que, lá pelas tantas, pela maneira como está essa matéria, ela, cedo se transforme em remendo, como foi agora a questão da reeleição, que foi votada – e tinha que ser, porque queriam que se votasse. Mas a questão de como é que não são as desvinculações, se o Presidente, o governador e o prefeito tem ou não que se afastar, como é que vai ser feita a campanha, em que ela consiste ou em que ela não consiste, isso tudo ainda estamos debatendo, porque foi feito às pressas.

Na Assembléia Nacional Revisora, essas questões serão feitas com serenidade, porque será logo após a eleição de um Presidente que se começará a fazer esse trabalho, ou seja, com um Presidente e um Congresso fortes, porque vieram das urnas.

Alguém se assusta, Sr. Presidente, comparando o trabalho da Assembléia Nacional Revisora, que estou propondo, pensando no que foi a Assembléia Nacional Constituinte.

Ora, Sr. Presidente, dou mil pontos a favor da beleza do que foi feito na Assembléia Nacional Constituinte, mas há um ponto errado pelo qual pagamos muito caro. Na Assembléia Nacional Constituinte, quando o Dr. Tancredo Neves eleito Presidente da República, antes de assumir, pensando em convocar uma Constituinte, designou uma comissão, denominada Comissão dos Notáveis, e lhe solicitou que elaborasse um texto. E esse texto, o Presidente Tancredo Neves, se tivesse tomado posse, pretendia enviar ao Congresso Nacional, para que servisse de orientação; um texto básico sobre o qual seria feita a reforma.

A Assembléia Nacional Constituinte não aceitou aquele, que – diga-se de passagem –, na minha opinião, era um belo texto. A Assembléia Nacional Constituinte não partiu do texto básico feito pelos notáveis. A Assembléia Nacional Constituinte poderia ainda, como não quisesse aceitar o texto básico, ter partido da Constituição de 1946, que era muito boa; poderia ter partido da Constituição de 1967, que, embora

feita por um Congresso que tinha sobre a cabeça um Ato Institucional, era uma Constituição democrática.

Não. A Constituinte de 1988 houve por bem partir do zero. Fez a divisão: a Comissão de Sistematização, as Comissões Temáticas e as Subcomissões Temáticas.

E lá, nas Subcomissões Temáticas, lá no início, sete ou oito Deputados e três Senadores se reuniam e, sob uma Presidência, debatiam um tema da Constituição – como, por exemplo, menores ou normas tributárias – a partir do zero, Sr. Presidente.

O Relator apresentava uma proposta, e todos se viam na obrigação de apresentar uma proposta: "ora, se sou membro de uma Subcomissão, como posso apoiar a proposta do Senador Fulano e não apresentar a minha?"

Cada um se via na obrigação de apresentar a sua proposta, da qual ele passava a ser dono. Foi um trabalho inexpugnável. Só mesmo a competência e a garra do Dr. Ulysses para fazer a Assembléia Nacional Constituinte chegar ao fim e promulgar a Constituição. Por pouco, não saía!

Se a Constituinte de 1988 tivesse sido feita como deveria, os Constituintes teriam sido chamados a apresentar emendas a um texto já pronto. Lá estaria o texto sobre lei tributária, reforma agrária, seja o que for. Lá estaria o texto. Ninguém se sentiria obrigado a apresentar emendas. Quem quisesse, poderia fazê-lo. Outros poderiam escolher manter aquele texto. Não haveria autoria, não haveria mais aquele sentimento: ou faço ou sou irresponsável. Não! Poderia cada um escolher não fazê-lo por julgar bom o texto original.

Isso vai acontecer na Assembléia Nacional Revisora. Se o projeto for aprovado, o número de emendas vai ser infinitamente inferior, porque poderemos optar por manter o texto existente ou por apresentar propostas de emendas para modificá-lo. Portanto, não serão milhares e milhares de emendas como ocorreu na Assembléia Nacional Constituinte. Serão centenas de emendas a serem apresentadas na Assembléia Nacional Revisora.

Chamo a atenção para esse detalhe tremendamente importante.

Lembro-me de que muitas pessoas, durante a Assembléia Nacional Constituinte, fizeram um esforço enorme para evitar que partissem do zero, mas que, ao contrário, apresentassem emendas a um texto inicial.

Partiram do zero. Não aceitaram o texto dos notáveis, colocaram-no no arquivo. Não aceitaram trazer a Constituição de 1946; não aceitaram partir da Constituição de 1967. E deu toda essa confusão.



Repito, Sr. Presidente: junto com as eleições para Presidente, Governador e Parlamentares, deve ser realizada uma simples consulta para verificar se o povo é favorável a que o Congresso eleito se transforme em Assembléia Nacional Revisora. Se o resultado for contrário, morre o projeto. Se o povo não quiser, não se fala mais no assunto. Se o resultado for favorável, no dia primeiro de janeiro, junto com o Senado e com a Câmara, instala-se a também a Assembléia Nacional Revisora, para vigorar pelo prazo – proponho – de um ano.

O Senador Francelino apresentou uma emenda depois da minha sugerindo o prazo de dois anos. É uma questão a ser decidida. Nós vamos decidir se deve valer por seis meses, um ano ou dois anos. Só não pode ser como uma emenda que há na Câmara dos Deputados: nós, Congresso Nacional, criarmos a Assembléia Nacional Revisora sem ouvir o povo pelo plebiscito. Isso é um absurdo. Isso é irreal. Isso não existe. Isso não tem nenhuma sustentabilidade. Cairia no mandato de segurança.

Têm razão os juristas e os que são contra a idéia quando dizem o mesmo que diz o Presidente da Câmara dos Deputados, que é um ilustre jurista: "vamos fazer uma revisão que a qualquer momento qualquer item está sujeito a cair no Supremo Tribunal Federal".

E eu acho que cai.

Mas se for realizado o plebiscito, instalada a Assembléia e, depois de passado algum tempo, for feito o referendo e publicada a decisão, duvido que haja Supremo que diga que não é legítimo. Eu duvido!

Poderá haver texto mais legítimo do que aquele feito por quem tenha ido buscar o seu mandato em urnas que lhe deram também o poder de Congresso Revisor? Não satisfeito com isso, depois de feita a revisão, volta-se a consultar o povo.

Duvido que o Presidente da Câmara, o ilustre jurista Michel Tamer, haverá de dizer que o texto como o estamos apresentando tenha as nuances que o preocupam – e o preocupam corretamente – na peça que tramita na Câmara dos Deputados. Essa peça – repito – pura e simplesmente é uma emenda constitucional que votaremos dando ao futuro Congresso poderes de, por maioria unicameral, realizar a revisão em 1999. É claro que o Supremo Tribunal Federal vai dizer que não pode. É evidente que não pode! É algo que não tem sustentabilidade. Daí por que concordo com as interrogações e as dúvidas do ilustre Presidente da Câmara dos Deputados.

Mas, realizando o plebiscito, a revisão e o referendo, não há por que duvidar que a proposta será recebida com simpatia pelo Supremo Tribunal Federal.

Depois de publicada, deve-se, então, iniciar a revisão da vida partidária, para as pessoas se agruparem, não pelo cheiro, não pelo interesse, não pela história, não pelo sei lá eu o que, mas para as pessoas se agruparem porque se identificam em algumas idéias, em alguns princípios, porque a sua concepção de organização da sociedade, do nosso povo, da nossa gente, da nossa terra, isso os identificará para estarem juntos em um mesmo agrupamento, defendendo as mesmas idéias.

Olha, Sr. Presidente, eu me apaixonei por essa proposta. Tenho procurado muitas pessoas, e não apenas aqui no Congresso: professores de direito constitucional de universidades, pessoas ligadas a entidades como OAB, intelectuais. Eles acham que é um caminho importante. Seria uma bela maneira de encerrarmos o século e entrarmos no terceiro milênio: em um país que tenha uma organização jurídica estável, que tenha partidos políticos consolidados, partidos que nos dêem as condições e os instrumentos para poder fazer aquilo que todos nós queremos.

Muitas vezes não basta a vontade, não basta querer. É a fórmula, é a burocracia, é – eu diria – o anárquico organismo em que a gente vai se metendo, em que a gente, como que numa teia de aranha, vai entrando e não consegue se ver livre.

Isso faz com que, muitas vezes, querendo, querendo, desejando, a gente não consiga sair do atoleiro em que se encontra

Essa é a proposta, Sr. Presidente, que, com o maior respeito, pedirei ao Senador Bernardo Cabral comece a circular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, porque considero importante uma definição deste Plenário.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá por permuta com o Sr. Senador Ademir Andrade.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.



Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando candidato à Presidência da República, em 1994, firmou com o povo de Roraima e com os Partidos que apoiavam a sua luta, especialmente o PFL, de que faço parte, e o PSDB, o compromisso de estruturação do novo Estado de Roraima, principalmente no tocante aos aspectos de infra-estrutura, que são pilares fundamentais para o nosso desenvolvimento.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse, Sr. Presidente, e eu tomei posse no Senado como representante do Estado de Roraima. Temos lutado e tenho registrado da tribuna que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem cumprido os compromissos feitos a mim, ao meu Partido e ao povo de Roraima, no tocante às duas grandes obras que vão libertar o futuro do meu Estado. A primeira delas, a BR-174, que está em obras. Aqui registrei, nesta semana, o final da licitação do último trecho, que será realizado pelo BEC – 6º Batalhão de Engenharia e Construções, que é exatamente a pavimentação dos 106km da BR-174, dentro da reserva indígena vaimiri-atroari, no Estado de Roraima.

Da mesma forma, venho hoje à tribuna para registrar outro fato extremamente auspicioso, que demonstra o prosseguimento da ação e desse compromisso do Presidente da República. Hoje, na vizinha Venezuela, estão reunidos vários representantes da Eletronorte – o Diretor-Presidente, José Antônio Muniz Lopes; o Diretor de Engenharia e Planejamento, Caio Márcio Barbosa Barra; o Diretor Regional, Waldemar André Jonhansson Filho; e mais uma equipe técnica daquela empresa – com ministros e técnicos da Edelca – Eletrificación del Caroni, que é a companhia de energia da Venezuela.

Dando prosseguimento às tratativas e às licitações para a construção da linha de transmissão de Guri, que vai trazer energia da Venezuela até Boa Vista, essa reunião visa encaminhar os entendimentos de acordo com o cronograma da obra previsto. Nesse cronograma está prevista a montagem das linhas e das subestações, tanto do lado venezuelano quanto do lado brasileiro. Também serão abordadas questões ambientais inerentes inclusive ao tratamento das comunidades indígenas que estão no caminho dessa linha, já em construção. Além disso, as equipes técnicas visitarão as usinas hidroelétricas de Macáguas e de Caruachi, como também a cidade de Santa Elena.

Sr. Presidente, trago essas informações ao Plenário, porque é importante registrar, em primeiro lugar, o grande e excelente trabalho que vem sendo

feito pela Direção da Eletronorte, que tem à frente o Sr. José Antônio Muniz Lopes. Em segundo lugar, registro também que o compromisso do Presidente com o PSDB e com o PFL toma forma a cada dia. Tenho certeza de que, no final de 1988 ou início de 1999, estaremos inaugurando essa linha de transmissão que vai trazer energia barata e não poluente, um fator fundamental de desenvolvimento para os setores agrícola e mineral do meu Estado. Portanto, registro esse compromisso do Presidente e parabeno a direção da Eletronorte.

Faço também, Sr. Presidente, um apelo ao Ministro da Aeronáutica, ao Diretor Presidente da Infraero e ao Advogado-Geral da União, Dr. Quintão, com quem estive esta semana, no sentido de que a discussão legal que trata da ampliação do aeroporto de Boa Vista, em Roraima, seja feita com muito cuidado, levando em conta o caráter social e as repercussões que essa obra vai acarretar para cerca de mil famílias que estão na área que a Aeronáutica e a União pretendem desapropriar para ampliar o aeroporto.

Estamos preocupados. Há um mandado de reintegração de posse dessa área movido pela União contra essas mil famílias, e discute-se inclusive a retirada dessas famílias sem o pagamento de uma indenização pertinente, já que há suspeita de que loteamentos clandestinos foram feitos. Na verdade, pessoas de boa-fé, que juntaram as suas economias, foram iludidas e construíram o seu lar nesses loteamentos que agora serão desapropriados e retomados pela União.

Deixo o meu apelo ao Ministro da Aeronáutica e ao Advogado-Geral da União para que essa questão seja tratada com muito cuidado, levando-se em conta os aspectos sociais relevantes que ela representa, porque, sem dúvida nenhuma, numa cidade como Boa Vista, a retirada traumática, à força, de cerca de mil famílias das suas casas representa um conflito, uma conturbação social que não desejamos. Portanto, fica aqui o meu apelo.

Quero registrar que estaremos acompanhando essa questão com muito cuidado e determinação, para evitar que, independentemente do problema legal, cometa-se injustiça e violência contra essas famílias que foram, talvez, logradas na sua boa-fé, mas que merecem a proteção e o respeito do Estado e da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. ROMERO JUCA EM SEU DISCURSO:**



*M. Serantia / INFRAERO / Advocacia federal Uniao*

RELAÇÃO DOS 06 (SEIS) REPRESENTANTES DA ELETRONORTE QUE COMPARECERÃO À REUNIÃO:

NOME	CARGO	SIGLA
JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES	DIRETOR-PRESIDENTE	PR
CAIO MARCIO BARBOSA BARRA	DIRETOR DE ENG <sup>A</sup> E PLANEJAMENTO	DE
JORGE NASSAR PALMEIRA	DIRETOR DE PROD. E COMERCIALIZAÇÃO	DC
JAIME DE OLIVEIRA	SUP. DE EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO	EET
WALDEMAR A J. FILHO	GER. REG. DE PROD. E COM. DE RORAIMA	CRR
JOSE HENRIQUE M. FERNANDES	SUP. DE PLANEJ. DA EXPANSÃO	EPE

### PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS E DESLOCAMENTOS

	02/07/97	03/07/97	04/07/97
HORÁRIO	4 <sup>A</sup> . FEIRA / MIERCOLES	5 <sup>A</sup> . FEIRA / JUEVES	6 <sup>A</sup> . FEIRA / VIERNES
7:00	Saída de Boa Vista		
8:00		Café	Café
9:00			
10:00	Chegada à Sta. Elena	Reunião Técnica	Visita à UHE Guri
11:00	Saída de Sta. Elena (avião da Edelca)		
12:00	Chegada à Macágua		
13:00	Almoço	Almoço	Almoço
14:00			Saída para Sta. Elena (Avião da Edelca)
15:00			Chegada à Sta. Elena
16:00	Visita à UHE Macágua	Visita às obras da UHE Caruachi	Saída para Boa Vista
17:00			
18:00		Regresso à Macágua	
20:00	Jantar	Jantar	Chegada à Boa Vista

*Usina Hidro Elétrica*



## AGENDA DA REUNIÃO TÉCNICA:

DIA : 03.07.97  
 LOCAL : UHE MACÁGUA  
 DURAÇÃO : 04:00 HORAS  
 INÍCIO : 09:00 HORAS  
 TÉRMINO : 13:00 HORAS

HORÁRIO	ASSUNTO	EMPRESA
09:00 às 09:30	Apresentações sobre o sistema elétrico da Venezuela e aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Caroni	EDELÇA
09:30 às 10:30	Andamento das obras na Venezuela Cronograma previsto do empreendimento Situação das Licenças Ambientais Situação das Licitações de Materiais e Construção Situação das Obras de Linhas e Subestações	EDELCA
10:30 às 11:00	INTERVALO	
11:00 às 12:00	Andamento das obras no Brasil Cronograma previsto do empreendimento Situação das Licenças Ambientais Situação das Licitações de Materiais e Construção Situação das Obras de Linhas e Subestações	ELETRONORTE
12:00 às 12:30	Continuidade das Providências previstas no Contrato Manual de Operação Procedimentos contábeis Cláusula No. 20	EDELCA/ ELETRONORTE
12:30 às 13:00	Assuntos Gerais Andamento dos Estudos do sistema Elétrico Obras na Fronteira Convênio de Cooperação para manutenção em linha viva	EDELCA/ ELETRONORTE



**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Seguindo a inscrição dos oradores, concedo a palavra ao Senador José Serra.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso. ) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta semana completamos três anos do lançamento do Plano Real, que ocorreu em 1º de julho de 1994.

Quando o Plano Real foi lançado, já haviam sido feitas, no Brasil, 9 tentativas de se deter a inflação e de se estabilizar a economia: em 1979, 1981, 1983, 1985, 1986, 1987, 1989, 1990 e 1991. Nenhuma delas funcionou. Todas foram frustradas por restrições externas, erros de concepção, deficiências na sua implementação e resistências políticas. Com combinações diferentes desses fatores, tais planos de estabilização foram frustrados: os planos eram ortodoxos, como o de 1983; os heterodoxos, como o caso do Plano Cruzado; orto-heterodoxos, como é o caso dos planos Collor. Todos fracassaram.

Esse acervo de experiências frustradas acabou tendo um efeito contraditório. De um lado, trouxe lições a respeito de como fazer a estabilização da economia. O estudo da frustração de cada uma dessas experiências por si só já representou uma contribuição muito importante para que se pudesse pensar em uma estabilização bem sucedida. Por outro lado, essas frustrações, esse acervo de experiências frustradas, acabou criando no Brasil uma espécie de "síndrome de Elizabeth Taylor". Em que sentido? Todos conhecemos essa atriz - até as taquígrafas conhecem, vejo pela sua reação -, que teve muitos casamentos, um atrás do outro. Toda vez que vemos uma notícia de que ela vai casar de novo, vem uma certa torcida interior no sentido de que dê certo, mas, ao mesmo tempo, há ceticismo sobre essa possibilidade. Com relação aos planos de estabilização, acontecia algo parecido. Depois de nove fracassados, efetivamente se criava um ceticismo muito grande de que o décimo fosse dar certo. E esse foi um fator muito negativo, no começo dos anos 90, para inibir qualquer tentativa de estabilização mais séria.

Vencer essa síndrome foi, talvez, o maior mérito do então Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, que, na sua gestão no Ministério, ficou submetido a três pressões simultâneas.

A primeira, foi da sociedade que, síndrome à parte, estava sequiosa de uma saída para o verdadeiro desespero da superinflação que, há 14, 15 anos, envolvia a economia e a sociedade brasileira.

Outra pressão era a das forças políticas próximas ao Governo da época e do Partido do então Ministro da Fazenda, o PSDB, cujo destino eleitoral parecia depender do desempenho da economia. Este era um fator muito importante à época. O destino das forças políticas governamentais e do PSDB estava atado, dependente do sucesso de um plano de estabilização que viesse a ser feito.

Em terceiro lugar, havia a pressão relacionada com o próprio futuro político do então Senador e Ministro da Fazenda, cujos planos na vida pública estavam irremediavelmente atados ao resultado da sua gestão na economia.

Houve a ruptura dessa síndrome, e as lições das experiências do passado foram bem aproveitadas na elaboração do plano.

O plano envolveu a coexistência de duas moedas, eliminou qualquer tipo de choque ou de surpresa, já que foi feito pela via pacífica, contrariando orientações de planos anteriores, e terminou dando certo sob a benção de pelo menos quatro condições: duas, endógenas ao Governo, à formulação do plano, e duas exógenas, que até hoje, de certa maneira, têm permanecido.

As endógenas foram a criação, logo no início da gestão do Ministro da Fazenda Fernando Henrique, de um padrão de disciplina fiscal que iria se desenvolver e permanecer até hoje. Esse padrão de disciplina fiscal foi apresentado ao País através de um Plano de Ação Imediata, o PAI, como se chamou na época, e que tem sido esquecido, mas que, na verdade, foi o ponto de partida do lançamento da política de estabilização, uma vez que estabeleceu um marco para o controle das finanças públicas do Brasil, inclusive das finanças estaduais e municipais.

Aliás esse Plano de Ação Imediata criou figuras até hoje detestadas, mas reconhecidamente positivas do ponto de vista fiscal. Entre elas, cito o famoso Cadin, que foi o ponto de partida para a disciplina fiscal de Estados e Municípios.

O Cadin partiu de uma idéia que apresentei ao Ministro da Fazenda Fernando Henrique. Pode se considerar como representativo daquilo que foi e que viria a ser feito posteriormente.

Outra condição endógena fundamental foi a nomeação para o Ministério da Fazenda do Embaixador Rubens Ricupero, que teve o grande mérito de manter o apoio do Presidente Itamar ao plano, o que não era fácil, dadas as incertezas que cercavam a execução do plano, a evolução da economia e as inquietações que envolviam toda a sociedade brasileira. Em segundo lugar, contribuiu de maneira decisi-



va para ganhar o apoio da opinião pública para o Plano Real. É indiscutível e ficará inscrita na história brasileira a contribuição fundamental do Embaixador Rubens Ricupero ao real.

Duas outras condições foram exógenas. Uma, a abertura comercial e financeira promovida ao longo do Governo Collor. Uma abertura rápida, muito ao estilo de seu governo, o estilo da cavalaria antiga, que tinha por lema as ações rápidas e mal feitas..

De qualquer maneira, tal abertura mantida até hoje permitia do lado externo condições importantes para a preservação da estabilidade, seja pelas importações massivas de bens e serviços, seja pelo afluxo de recursos financeiros externos de curto prazo que tiveram um papel importante.

A outra condição exógena e que se mantém até hoje, é uma situação de extraordinária bonança no mercado internacional. Esta bonança que o Governo Fernando Henrique está desfrutando na economia internacional é praticamente inigualada na história moderna da economia brasileira. Só houve paralelo nos anos do milagre econômico, comandado pelo atual Deputado Delfim Netto, no começo dos anos 70. Quero crer que inclusive essa fase de abundância já se prolonga, já é mais extensa do que aquela. É uma situação de bonança pelo lado financeiro como poucas vezes se viu. Isto, evidentemente, foi uma condição essencial de êxito para o plano, como poderá ser no futuro, caso seja alterada, um fator de perturbação.

Na prática, Sr. Presidente, o Plano Real eliminou uma nuvem de poeira quente que sufocava a vida do País e que o impedia de enxergar os seus problemas. Este foi o mérito essencial do Plano Real: Isto permitiu aumentar o consumo básico, inclusive o de alimentos. Hoje no Brasil, o problema da alimentação básica passou para um segundo plano; não há mais aquela carestia, aquela inflação nos preços dos alimentos que tanto angustiava a população. Quem está na vida pública sabe disso, quando tem contato com as suas bases: a preocupação hoje é o emprego e não o consumo. O Real permitiu, também, redistribuir renda, porque a inflação castigava especialmente os setores mais desprotegidos, as grandes massas assalariadas, que não tinham como se defender da corrosão dos preços. Ampliou também a previsibilidade na vida das pessoas. Isso é indiscutível. Esteja-se contente ou não com o padrão de vida, tem-se uma previsão a respeito da sua evolução.

O Real não é um plano de desenvolvimento. O Real representou a eliminação daquela poeira quen-

te que sufocava a respiração e embaçava a visão do País. Isso é o Plano Real.

Há vários reparos na condução do Plano Real ao longo desses anos. Por exemplo, a política que relaciona o binômio juros e taxa de câmbio. Mas esta política não é inerente ao Plano Real. Certa ou errada - e, a meu ver, ela merece reparos -, não é inerente ao Plano Real. O Real também não é um plano de investimentos.. É a política econômica governamental que está se fazendo numa economia liberada da superinflação.

Pode parecer uma distinção acadêmica, mas ela termina sendo muito importante, porque temos que valorizar aquilo que tem que ser valorizado.

Ontem, concedendo uma entrevista numa rede nacional de televisão, perguntava-me o entrevistador, ao vivo, durante a hora do jornal: "Então, o Real não teve custo"? E eu disse: "Não, não teve custo social". "Não teve inconvenientes"? "Não, porque se eliminou a inflação, que tinha um custo brutal". Outros problemas existem, é claro, só que não são do Plano Real.

**O Sr. Ademir Andrade** - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. JOSÉ SERRA** - Concedo o aparte com prazer, Senador Ademir Andrade.

**O Sr. Ademir Andrade** - Senador José Serra, há algum tempo, discutimos essa questão com o Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me explicasse como o Governo vem conseguindo manter suas reservas cambiais, tendo déficit permanente na Balança Comercial. Aliás, quando V. Ex<sup>a</sup> ainda era Ministro, numa reunião no Ministério eu lhe disse que era absolutamente impossível manter o Plano Real e ao mesmo tempo ter superávit na Balança Comercial. O que o Governo fez, de certa forma, foi tentar manter a paridade do real em relação ao dólar. Foi a grande mágica do Governo Fernando Henrique Cardoso. Sua Excelência se salvou no Plano Real optando por um novo tipo de transferência porque, pelo que sei, há investimentos externos no mercado financeiro nacional. O Governo Fernando Henrique estimulou o acréscimo de juros para fazer com que investidores estrangeiros aplicassem no sistema financeiro nacional, mantendo com isso as reservas, evidentemente pagando os compromissos internacionais de sempre. Quando V. Ex<sup>a</sup> fala no custo do Plano Real pergunto: ter aumentado uma dívida interna de R\$60 bilhões para quase R\$180 bilhões não representa custo? O que temos em troca de um aumento fantástico de dívida em uma economia totalmente estabilizada? Será que essa política



de juros não é o que impede maior crescimento da nossa economia? V. Ex<sup>a</sup> sabe que é extremamente grave o problema do desemprego no País. Para concluir, pergunto: será que não devemos mudar nossa pauta de exportações? Pelos dados que tenho, oriundos do Ministério, 70% do que exportamos são produtos semi-elaborados, que vão ser transformados em outros países, gerando emprego, ocupação e renda lá fora. Nós, pelo contrário, estamos importando 90% em produtos acabados, que vão para o consumo final e que não geram renda. Penso que há erro na condução do programa; entendo que o término da inflação é uma necessidade. Também não sou favorável a que sejamos obrigados a ter superávit na Balança Comercial, mas condeno a forma que o Governo utiliza para aumentar os juros no mercado interno, para estimular a aplicação financeira no mercado nacional e, no final, ser obrigado a socorrer bancos com empréstimos, com recursos que trouxeram prejuízos também, porque aumentaram nossa dívida. Esses socorros, de certa forma, foram subsidiados - o Ministro Malan confessou isso aqui. Assim, não podemos falar de maneira tão simples como V. Ex<sup>a</sup> o faz. O plano teve custos. Não sei como o Governo pretende resolver o problema de uma dívida tão imensa como essa, porque nunca imaginamos atingir um valor tão alto quanto atualmente. Não sei qual é a idéia do Governo para resolver isso. É preciso dizer que temos que reagir de maneira dura aos problemas existentes. Não sei como será enfrentada a questão dos banqueiros, mas a nossa economia precisa crescer mais, precisamos gerar mais empregos e nos impor aos mercados internacionais, exigindo uma política de industrialização no nosso País, porque essa é uma forma de gerar empregos.

**O SR. JOSÉ SERRA** - Sem dúvida. Senador Ademir Andrade, quando perguntado se o Real havia gerado custos adversos, eu respondi que não. Reafirmo que isso não ocorreu, porque o Real proporcionou uma parada no processo inflacionário.

Mas não é inerente ao Plano Real a política cambial e de juros adotada, que foi lançada no dia seguinte ao dia 1º de julho. Poderiam ter havido outras políticas, de outra natureza, que fossem consistentes com a manutenção da estabilidade. Apenas estou querendo dizer que a estabilidade trouxe benefícios. Agora, a questão que se coloca, relacionada com a dívida, não representa diretamente um custo social. Não houve custo social com o Real, porque o consumo aumentou, os salários dos empregados aumentaram e a economia voltou a cres-

cer em taxas moderadas, mas positivas e persistentes.

Há certamente problemas nessa condução, como, por exemplo, em relação aos juros e ao câmbio. Qual foi a política efetivamente adotada? Manteve-se a taxa de juros em níveis muito altos. Essa taxa de juros elevada no começo permitiu capitais face ao cupom cambial, também muito elevado. Valorizou-se o câmbio em termos nominais, o que, representou uma originalidade brasileira, uma vez que nem o México, nem a Argentina, nem Israel, nenhum país que fez a experiência de deter a superinflação de forma bem-sucedida, adotou esse procedimento. Tanto que o câmbio brasileiro, no curto prazo, na época, valorizou-se mais rapidamente do que o da Argentina, o do México e o de Israel, no Plano Shekel, em meados da década passada. Essas foram políticas econômicas conduzidas no dia seguinte, digamos, ao lançamento do Plano Real. Não estou querendo dizer, com isso, que a economia não tenha problemas; estou apenas querendo entender qual a contribuição e a importância específicas do Plano Real.

V. Ex<sup>a</sup> fala do déficit comercial. Não vejo nada de mais em se ter déficit comercial. Entretanto, o problema é ver qual a composição desse déficit. Na minha opinião, a questão mais séria da economia brasileira hoje é a questão externa, que tem que ser bem caracterizada. Primeiro, há um lento crescimento das exportações. Este, na minha opinião, é o primeiro fator responsável pelos problemas de desemprego. Em segundo lugar, o déficit em conta corrente, que tem sido crescente, tem sido usado predominantemente para financiar consumo e não investimento. Se estivessemos financiando mais investimentos e se tivéssemos as exportações crescendo rapidamente, o déficit em conta corrente e o déficit na Balança Comercial não me preocupariam. Essa é a diferença.

Mas até para que possamos discutir apropriadamente essas questões, é muito importante separar o que realmente foi o papel do Plano Real, quais foram os fatores e as condições. Esse é exatamente o ponto central da minha exposição de hoje.

Existem problemas no funcionamento e na estrutura da economia, na condução da política econômica na política social, nas amarras constitucionais, que são bastante sérias no nosso País. Temos amarras constitucionais incríveis. Dou um exemplo: o art. 192 da Constituição, sobre sistema financeiro. Fui autor desse artigo por ocasião da Constituinte, como Relator da comissão que tratava, entre outras



coisas, de finanças, de sistema financeiro. Havia inúmeras propostas aprovadas, algumas, na minha opinião, irrealizáveis, inexecutáveis. A saída foi colocar tudo nesse artigo 192, remetendo a lei complementar que trataria de tudo simultaneamente.

Resultado: hoje, quando queremos tratar de um assunto específico, não se pode aceitar porque teriam de ser tratados os sete itens. Inclusive um deles, que, na época, foi proposta de um companheiro de Bancada do Senador Ademir Andrade, o Deputado Domingos Juvenil, do Pará, que não está mais na Câmara, proibia a transferência de poupança de regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas. Desse modo, Sr. Presidente, ninguém poderia se deslocar da Paraíba para o Piauí com um cheque no bolso; não poderia porque o estaria fazendo de um Estado de maior renda para um de menor renda. Essa, uma proposta realmente absurda, irregular e que está lá.

Assim, não podemos acertar várias coisas em relação ao sistema financeiro. Por exemplo: há algum tempo, eu estava ainda no Governo e queria enquadrar as empresas de **factoring** no sistema financeiro para que pudessem ser controladas pelo Banco Central. Contudo, isso exige uma lei que exige tudo, inclusive a regulamentação, impossível, da famosa taxa de juros de 12%.

Esse é um exemplo de como a Constituição emperra a vida do País. Não é apenas a questão das grandes reformas; há pequenos detalhes que realmente são exasperantes do ponto de vista da gestão econômico-financeira.

Dizia eu que esses problemas existem, mas não são problemas do Real. O Real já fez a sua parte; agora, é necessário que façamos a nossa do Brasil real. Essa é a questão. A meu ver, às vezes, a confusão entre esses dois entes - Real e política econômica posterior ao Plano Real - bloqueia a discussão, inclusive por parte da Oposição.

Esse é um tema que não pode ser desenvolvido neste momento aqui. Temos um problema real no Brasil, neste Brasil pós-Real, que é o da Oposição. Um País não funciona bem se não tem uma boa Oposição, preparada, com propostas alternativas, inscrita no movimento da sociedade, engajada com o desenvolvimento e detentora de posições críticas - que é o papel que a Oposição tem que exercer. Na verdade, a Oposição não tem cumprido o papel de ser um quadro de referências, de fixação de pautas, de vigilância e de fiscalização porque se recusa a encarar a realidade e as mudanças que estão acon-

tecendo no mundo e no Brasil tal como são. Isso acaba redundando em prejuízo para todos.

**O Sr. Júlio Campos** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SERRA** - Com prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Júlio Campos** - Senador José Serra, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Como conhecedor do assunto, V. Ex<sup>a</sup> analisa, na tarde de hoje, neste Senado Federal, o Plano Real que completou três anos no dia 1º último. São três anos de grande sucesso. Indiscutivelmente, o Brasil mudou com o Plano Real, é uma nova Nação, cujo povo tem esperança seja de Primeiro Mundo. Dentre as várias vitórias que teve o Plano Real, uma das maiores, e que talvez não tenha sido bem divulgada pelo Governo, foi a redistribuição de renda. A qualidade de vida dos menos favorecidos melhorou significativamente. Atualmente, o cidadão tido como pertencente à quarta ou quinta classe está vivendo muito melhor do que há três anos. O pobre brasileiro está comendo e, com o seu salário, está tendo condição de melhorar sua casa, reformar seu imóvel, comprar novos equipamentos para sua residência. Sentimos que o Plano Real redistribuiu a renda, diminuiu o nível de pobreza dos brasileiros. Nesta oportunidade, reafirmo que o Congresso Nacional tem a responsabilidade de não deixar o Plano Real sofrer qualquer problema em seu andamento. Temos de, urgentemente, votar as reformas necessárias aguardadas pelo País, não só a previdenciária, aqui no Senado, mas também a administrativa, na Câmara, e, futuramente, a tributária. Um programa como este, de cuja viabilidade V. Ex<sup>a</sup> participou nos dois primeiros anos do Governo Fernando Henrique, quando esteve à frente do Ministério do Planejamento, merece todo o apoio do Congresso Nacional. Nesta oportunidade, quero congratular-me com a sua análise serena do Plano Real. Senador José Serra, estarei atento e vigilante a esse grande plano que veio para ficar e há de permanecer para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

**O SR. JOSÉ SERRA** - Muito obrigado, nobre Senador Júlio Campos.

Na verdade, complementando o que V. Ex<sup>a</sup> disse, a manutenção do Real significou a manutenção da estabilidade. Essa é uma condição suficiente para resolver os problemas brasileiros? Não, de jeito algum; mas é absolutamente necessária. Nesse sentido, é anterior e superior a todas as outras. Não se trata de dar prioridade ao econômico diante do social; pelo contrário, trata-se, no econômico, de dar prioridade a algo, que é a estabilidade, sem o que



será impossível haver uma melhora nas condições sociais de vida da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero registrar a agradável viagem que fiz, neste último fim de semana, ao sul do Estado do Pará, acompanhado do Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann; do Presidente do Incra, Dr. Seligman, e de alguns diretores do Incra.

Foi uma reunião que me surpreendeu. Tenho sido crítico contumaz da ação do Ministério da Reforma Agrária e do Incra em nossa região e em todo o País, inclusive da própria forma - como temos assistido na imprensa - de agir do próprio Ministro Raul Jungmann. Houve momentos de indisposição de relações entre o Ministério e o Movimento dos Sem-Terra em todo o Brasil - e também com a Contag e todas as outras entidades envolvidas nessa luta.

Nesta viagem, fomos inicialmente a Marabá, onde recentemente, por solicitação dos movimentos sociais do sul do Pará, que tiveram apoio de Parlamentares do nosso Estado, o Ministro aquiesceu e criou a Superintendência do Sul do Pará. O Pará é o único Estado do Brasil que tem duas superintendências do Ministério da Reforma Agrária do Incra.

Houve em Marabá uma reunião com os proprietários e outra com todas as pessoas ligadas à luta da reforma agrária: a igreja, CPT, os sindicatos, o Movimento dos Sem-Terra. Estabeleceu-se um diálogo extremamente franco e aberto entre o Governo e esses setores, juntamente com Deputados do Governo, Deputados da Oposição, Prefeitos e Vereadores da região.

Foi, realmente, uma reunião extremamente produtiva. E o que mais me surpreendeu foi a forma como o Ministro tratou o movimento.

No momento, trabalhadores rurais sem-terra estão num processo de caminhada. Saíram de Parauapebas a pé, vão numa caminhada de 160 quilômetros até o Município de Marabá, onde pretendem negociar uma pauta de reivindicações com o Ministério da Reforma Agrária.

Para minha surpresa, o Ministro determinou que o Incra local recebesse essas pessoas com a maior tranquilidade, que as alojasse dentro da sede do órgão de Marabá, o que é bastante diferente do tratamento que havia sido dispensado a esses traba-

lhadores em outras épocas. O Sr. Ministro prometeu a essas pessoas todo o apoio necessário ao diálogo, ao entendimento e à concretização dos seus anseios, atendeu a convênios com Prefeituras, deixando de contratar obras com empreiteiras para contratá-las diretamente com Prefeituras, operação que sai por um valor infinitamente menor.

Posteriormente a isso, Sr. Presidente, fomos a Conceição do Araguaia, até a antiga Fazenda Bradesco, cujo nome é Tainá-Rekã, uma fazenda de 60 mil hectares de terra. Pela primeira vez na história deste País - ou pelo menos na história do Norte do Brasil - o Governo se antecipa à necessidade de terra dos trabalhadores rurais.

Foi a primeira vez em que eu vi o Governo Fernando Henrique Cardoso desapropriar uma propriedade rural antes que ela tivesse sido ocupada. Quero me congratular com o Ministério por isso.

Desafiei, quando estive nessa Mesa, o Ministro Raul Jungmann a provar se alguma terra na Amazônia já havia sido desapropriada antes de ter sido invadida. Culpei o Governo pelas invasões, porque, na verdade, ele só chega depois que o conflito está armado; só chega depois que mortes ocorrem. Dessa vez o Governo se antecipou. A Fazenda Tainá Rekã foi a primeira propriedade rural do Pará e da Amazônia desapropriada antes de ser invadida.

Fomos até essa fazenda de helicóptero. Na porteira da fazenda estavam acampadas 600 famílias de trabalhadores rurais.

O Ministro desceu, mostrou aos trabalhadores o decreto de desapropriação de 60 mil hectares de terra. Foi solicitado aos seguranças da fazenda que abrissem a porteira, numa posse simbólica, e todos nós entramos na fazenda. O Bispo de Conceição do Araguaia rezou um Pai-Nosso por todos aqueles trabalhadores, num ato belíssimo, com os trabalhadores felizes da vida pela oportunidade de ocuparem aquela terra. Depois eles se retiraram, porque estão esperando as negociações, o pagamento ao proprietário e a imissão de posse para poderem ocupar aquela área. Na verdade, há um acordo para que eles entrem imediatamente para fazer o que se chama uma roça coletiva; cerca de 300 hectares de terra seriam derrubados, porque agora é a época, para fazerem um plantio coletivo para sobrevivência.

Sr. Presidente, espero que esse tipo de ação prospere, que o Governo se antecipe às necessidades que têm os trabalhadores rurais, que o Governo se associe aos governadores de Estado e aos prefeitos municipais, principalmente. Na reunião que realizamos em Conceição do Araguaia, os prefeitos



de minha região surpreenderam o Governo, porque chegaram com leis prontas de conselhos municipais de reforma agrária. Todos os municípios do sul do Pará tiveram aprovada, por suas câmaras municipais, a formação de conselhos de reforma agrária. Creio que dessa forma poderemos conseguir a paz no campo.

O Presidente da República atendeu a convênios que chegam a R\$12 milhões, o que não abrange nem 5% das nossas necessidades. O Governo vai pagar para fazer 800 quilômetros de estradas, ou seja, apenas 1/30 das nossas necessidades; de qualquer forma, é um avanço, e considero positiva a abertura e a compreensão com relação ao movimento. Agora caminha-se para um diálogo. O movimento cresceu, fez-se respeitado, provou que não é violento, porque acampou na porta dessa fazenda durante quatro meses, esperando a sua desapropriação, que agora veio a se concretizar.

Espero que o Sr. Ministro seja ágil no sentido de garantir a imissão de posse o mais rápido possível, para que essas pessoas possam trabalhar e produzir na nossa região.

Este é o registro que faço. Eu gostaria de falar mais um pouco, mas vejo a ansiedade dos Senadores Júlio Campos e Ramez Tebet, por isso, encerro o meu pronunciamento a fim de dar oportunidade aos colegas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno, tem a palavra o Senador Ramez Tebet para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB-MS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero deixar registrado nos Anais desta Casa o falecimento, na minha cidade natal, do primeiro prefeito eleito da cidade que me serviu de berço: Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Marcolino Carlos de Souza, o Totó, como era conhecido, tomou posse como prefeito da minha cidade natal em 1947, governando-a até 1951. Portanto, há precisamente cinquenta anos, tomava posse o primeiro prefeito eleito da minha cidade. Faleceu na data de hoje, deixando Três Lagoas profundamente consternada.

Marcolino Carlos de Souza foi talvez o melhor prefeito de Três Lagoas, porque deixou uma obra marcante, de grande valor: deu início ao processo de saneamento básico da cidade e implantou o serviço de abastecimento de água.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, numa época em que se fala de **impeachment**, quero dizer que, naquela ocasião, Marcolino Carlo de Souza, o Totó, foi vítima de um processo de **impeachment**, mas não sob a acusação de leviandade ou de improbidade, mas - por incrível que pareça - porque estava trabalhando. A Lei Orgânica do Município dizia que o Prefeito não podia ficar ausente da cidade por mais de 15 dias. Conto esse fato para ilustrar como eram os tempos e o que é a vida pública. Ele se locomoveu para o Rio de Janeiro, então capital da República, em busca de recursos, que acabou conseguindo com a ajuda do então Senador Filinto Müller e de Philadelfo Garcia, ambos pertencentes ao Partido Social Democrático. No entanto, ficou ausente da cidade por mais de 15 dias e sofreu um processo de **impeachment** que foi rejeitado pela diferença de um voto. Lembro-me até hoje do Vereador que o salvou. Eu era menino, Sr. Presidente, e recordo-me de quando um Vereador do Partido adversário - a União Democrática Nacional -, chamado Júlio Viegas, professor, não aceitou o **impeachment** do Prefeito Marcolino Carlos de Souza, e, em não aceitando, salvou a história de Três Lagoas, que não tem a mancha de ter nenhum dos seus prefeitos julgado impedido.

Marcolino Carlos de Souza foi um homem íntegro, um homem de uma envergadura extraordinária, um homem que prestou grandes serviços à nossa cidade, um homem de quem me recordo emocionado. No dia em que tomei posse como Prefeito da minha cidade, na década de 1970, e caminhava pela rua principal da minha cidade, saindo da Prefeitura, eu recebia dele sugestões, orientação de como governar Três Lagoas. Ele sempre falou com amor da sua cidade, do seu povo e de sua gente. Três Lagoas está consternada. Mato Grosso do Sul também sente a sua perda irreparável.

Por isso deixo registradas essas palavras nos Anais desta Casa, para fazer justiça ao grande homem que foi Marcolino Carlos de Souza, o Totó.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Com base no art. 14, VII, do Regimento Interno, tem a palavra o Senador Júlio Campos, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** (PFL-MT. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje o jornal **Diário de Cuiabá** e toda a imprensa mato-grossense divulgam uma notícia de real interesse para Mato Grosso: "DNER anuncia restauração de três rodovias estratégicas no Estado", as BR-163, 070 e 174, cujas



obras serão restauradas com recursos do Governo Federal e financiamento do Banco Mundial. Diz a notícia:

"O Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) faz amanhã, em Brasília, o lançamento dos primeiros editais internacionais para restauração de 14 mil dos 53 mil quilômetros de rodovias federais. As primeiras BRs a serem recuperadas serão as de Mato Grosso, segundo o Ministério dos Transportes, por se tratarem de estradas estratégicas para o escoamento de soja da região.

Entrarão neste primeiro lote as BRs 070 (no trecho entre Cuiabá e Cáceres, compreendendo 205km), 174 (de Cáceres à divisa com Rondônia, num total de 520km)" - essas duas rodovias foram asfaltadas pelo Governo Federal em convênio com o Governo do Estado, quando fui Governador de Mato Grosso, de 83 a 87 - "e a 163 (entre Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, numa extensão de 90km)", também pavimentada no meu Governo, em convênio com o Governo Federal.

"A previsão é que as obras tenham início ainda no mês de outubro.

Segundo o chefe do Distrito Rodoviário Federal no Estado, Francisco Campos de Oliveira, trechos das Rodovias 364 (130km entre Alto Araguaia e a Serra da Petrovina) e 163/364 (154km que separam o Trevo do Lagarto ao Posto Gil) também estão previstos, mas para os próximos lotes a serem lançados ainda este ano.

O programa de restauração que será desenvolvido ao longo dos próximos quatro anos foi orçado em US\$1,2 bilhão, valor que terá financiamento do Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)".

O que realça de importante é que, desse financiamento, "US\$80 milhões serão destinados - por exigência dos bancos financiadores - à reabilitação ambiental das áreas onde houver prejuízos ao ecossistema.

Os editais que serão lançados amanhã marcam a primeira fase do programa, na qual se prevê a realização de 150 licitações, num total de US\$720 milhões.

As propostas das firmas interessadas serão abertas nos dias 2 e 9 de setembro.

"Se tudo correr bem, a partir da segunda quinzena de outubro as firmas que forem contratadas já estão se instalando nos trechos", disse ontem o Chefe do 11º DRF.

Fico muito feliz, como um governador rodoviário que fui, de ver essas estradas serem restauradas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Parabéns ao Governo Federal, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem atendido ao nosso apelo no sentido de dar estradas ao Mato Grosso, que é o Estado solução para os problemas brasileiros.

Parabéns também ao Ministro Eliseu Padilha e a toda equipe do DNER por esse novo lançamento, uma vez que a restauração das nossas estradas federais está beneficiando o Mato Grosso e os Estados brasileiros.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JÚLIO CAMPOS EM SEU DISCURSO:**

##### **DNER ANUNCIA RESTAURAÇÃO DE TRÊS RODOVIAS ESTRATÉGICAS NO ESTADO**

Trechos da BR - 163, 070 e 174 estão incluídos nos editais internacionais de restauração, que serão lançados amanhã

#### **Diário de Cuiabá**

**Aline Cubas**  
Da Reportagem

O Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) faz amanhã, em Brasília, o lançamento dos primeiros editais internacionais para a restauração de 14 mil dos 53 mil quilômetros de rodovias federais. As primeiras BRs a serem recuperadas serão as de Mato Grosso, segundo o Ministério dos Transportes, por se tratarem de estradas estratégicas para o escoamento de soja da região.

Entrarão neste primeiro lote as BR-070 (no trecho entre Cuiabá e Cáceres, compreendendo 205km, 174 (de Cáceres à divisa com Rondônia, num total de 520km) e a 163 (entre Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, numa extensão de 90km).

A previsão é que as obras tenham início ainda no mês de outubro.

Segundo o chefe do Distrito Rodoviário Federal no Estado (11º DRF), Francisco Campos de Oliveira, trechos das rodovias 364 (130km entre Alto Araguaia e a Serra da Petrovina) e 163/364 (154km que separam o Trevo do Lagarto ao Posto Gil) também estão previstos, mas para os próximos lotes a serem lançados ainda este ano.

O programa de restauração que será desenvolvido ao longo dos próximos quatro anos foi orçado em US\$1,2 bilhão, valor



que terá financiamento do Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### Ambiente

Deste total, US\$80 milhões serão destinados – por exigência dos financiadores – à reabilitação ambiental das áreas onde houver prejuízos ao ecossistema.

Os editais que serão lançados amanhã marcam a primeira fase do programa na qual se prevê a realização de 150 licitações num total de US\$720 milhões.

As propostas das firmas interessadas serão abertas nos dias 2 e 9 de setembro.

"Se tudo correr bem, a partir da segunda quinzena de outubro as firmas que forem contratadas já estão se instalando nos trechos", disse ontem o chefe do 11º DRF.

Apesar de coincidir com o período de chuva, o que inviabilizaria a realização das obras, Francisco Campos explicou que a instalação das equipes é positiva porque elas darão coberturas aos estragos causados pelas águas.

#### Estadualização

Sobre o projeto do Sistema nacional de Viação que prevê a estadualização das rodovias federais, que deverá ir à votação no Senado após aprovação na Câmara de Deputados, o chefe do 11º DRF disse que as possibilidades de atingir Mato Grosso são pequenas.

"Apesar de ainda não terem sido feitos os estudos, nosso estado é carente de estradas federais e as que existem são rodovias troncos".

De acordo com o projeto, as BRs que cruzam e interligam regiões distantes permanecerão sob responsabilidade da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Os Srs. Senadores Odacir Soares, Esperidião Amin, Romeu Tuma e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ODACIR SOARES** (PFL-RO) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a maior parte dos desmatamentos na Amazônia Brasileira tem se concentrado em um arco, que vai do Estado do Pará, no leste, passando por Mato Grosso, seguindo para Rondônia e alcançando o Estado do Acre, no extremo oeste, já na fronteira com a Bolívia e o Peru. Os desmatamentos em larga escala começaram, a partir da década de 1960.

A destruição da floresta, ou a alteração da cobertura vegetal da Amazônia, pode ser atribuída aos seguintes fatores:

a) - projetos agropecuários de médio e grande portes, implantados via incentivos fiscais e financeiros;

b) - assentamentos humanos, conduzidos via colonização oficial do INCRA, ou feitos por colonizadores particulares credenciados;

c) - exploração madeireira, incluindo o corte seletivo;

d) carvoejamento para a produção de ferro gusa, na área do Programa Grande Carajás, no Estado do Pará, penetrando no Estado do Maranhão.

Por uma explicação ou por outra, é notável, para não dizer preocupante, a extensão dos desflorestamentos feitos na Amazônia Brasileira, e ainda mais o seu ritmo. O ANEXO Nº01 "Amazônia Legal, Extensão do Desflorestamento Bruto, 1978 a 1994", traz estatísticas de acordo com informações do Ministério da Ciência e Tecnologia-INPE, Projeto PRODES.

Para as unidades federativas que compõem a Amazônia Legal, no período de janeiro de 1978 a agosto de 1994, a extensão do desflorestamento bruto, acumulado foi de 469.978 km<sup>2</sup> (incluindo desflorestamento antigo de 97.600 km<sup>2</sup>), o que relacionado com a área total da Amazônia Legal, 4.432.319 km<sup>2</sup>, confere um percentual de desmatamento de 10,6%.

Rondônia, com um total de 42.055 km<sup>2</sup> de desflorestamento, é o Estado campeão dos desflorestamentos - 17% da área total de 243.040 km<sup>2</sup>, até 1994. Nos dias atuais, a taxa de desflorestamento deve ter alcançado os 20% da área total. Rondônia figura entre os Estados que apresentaram aumento na taxa de desflorestamento em relação ao período 91/92, ao lado do Pará, Mato Grosso e Acre, (fronteira agrícola brasileira), enquanto nos demais Estados, Amazonas, Amapá, Roraima, Maranhão e Tocantins, houve um decréscimo da atividade de desflorestamento.

A agricultura migratória (shifting cultivation) é um sistema tradicional de agricultura que vem sendo praticado por séculos, em extensas áreas dos trópicos úmidos. A agricultura migratória, continua nos dias atuais, um uso predominante de terras posto em prática em cerca de 30% dos solos agricultáveis do mundo e proporciona a subsistência para uma população de 250 milhões de habitantes; as populações mais pobres do planeta.

Em Rondônia a abertura de nova fronteira agrícola, com o assentamento de milhares de famílias, foi certamente o maior fator de aceleração para o desmatamento e comprometimento do meio ambiente, somado à pecuarização e à exploração madeireira.

Graças ao Programa de Integração nacional - PIN, e do Programa de Redistribuição de Terras - PROTERRA, sob a bandeira de "Integrar para não Entregar", milhares de famílias de brasileiros foram estimuladas a migrar para a Amazônia, originárias, predominantemente, das Regiões Sudeste, Sul e Nordeste.



O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com uma área tutelada na Amazônia, até 1991, de 18.737.000 hectares, promoveu o assentamento de 105.525 famílias, o que corresponderia a um contingente populacional pouco superior aos 500 mil habitantes. Desse contingente assentado na Amazônia, coube ao Estado de Rondônia assentar, até 1991, um total de 56.702 famílias, para uma área de assentamentos de 5.041.811 hectares. Nos dias de hoje, o número de famílias assentadas é estimado em 80 mil famílias.

Os Sistemas Agroflorestais – SAF têm sido apontados como uma das alternativas econômicas ecológicas viáveis, de produção agrícola para as regiões de florestas tropicais. Os consórcios agroflorestais constituem o tipo de uso do solo que mais se aproxima da estrutura dinâmica da vegetação natural, podendo substituí-la, com certa eficiência, na função ecofisiológica da manutenção do equilíbrio ecológico nos trópicos úmidos.

Montagnini, conceituada pesquisadora de Turrialba, Costa Rica, diz que: "...os Sistemas Agroflorestais são formas de uso e manejo dos recursos naturais nos quais espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras) são utilizada em associação deliberada com cultivos agrícolas ou com animais, em um mesmo terreno, de maneira simultânea ou em uma sucessão temporal".

Como exemplo de sistemas agroflorestais podem-se mencionar os cultivos anuais intercalados com plantações de árvores, pomares caseiros, mistos, combinações de árvores com pastagens, plantações de árvores para forragem, cultivos em faixa, cercas vivas, cortinas quebra-ventos e algumas formas de agricultura migratória.

Os Sistemas Agroflorestais não constituem uma novidade. Na Amazônia, já são exercitados há mais de 20 anos. Podem constituir sistemas desenhados, originados de centros de pesquisa ou estações experimentais, como podem ser identificados como "ensaios de agricultores em busca da opinião correta".

Em Rondônia, conduzido pela Embrapa/Centro de Pesquisa Agroflorestal/CPAF-RO, encontram-se projetos de pesquisa dos mais antigos, nos quais se trabalhou com monitoramento, tendo sido coletados dados, ao longo de 17 anos, que permitiram apontar interessantes resultados agronômicos e econômicos.

Um dos projetos é "Associação de Seringueira com a Cultura do Cafeeiro no Estado de Rondônia", no qual participaram os pesquisadores Wilson Veneziano, Moacir José Sales Medrado, Luiz Carlos Coelho de Menezes e outros. Iniciado em 1978, na base

experimental da Embrapa/CPAF-RO, em Ouro Preto do Oeste; serviu para comparar, através do vigor da seringueira e das produções de borracha e café, vinte e sete sistemas provenientes da combinação de três variedades de cafeeiro (Catuaí, Mundo Novo e Robusta), três distâncias entre linha dupla de seringueira e a primeira linha de cafeeiro, e três densidades de cafeeiro. Nas condições em que se conduziu o experimento, concluiu-se que: a) o cultivar robusta, foi o que melhor se comportou em consórcio com a seringueira; b) - os melhores sistemas foram aqueles em que a seringueira plantada em linha dupla foi interplantada com duas linhas (para produtores de borracha) ou quatro linhas (para cafeicultores), de cafeeiros, mantendo-se uma distância de 3,0 metros entre as linhas das duas culturas.

Um outro projeto, do CPAF-RO, é o da "Associação da Seringueira com a Cultura do Cacaueiro no Estado de Rondônia", no qual participaram, os pesquisadores Moacir José Sales Medrado, Sydney Itauran Ribeiro, Luiz Carlos Coelho Menezes e José Nilton Medeiros Costa. O experimento foi conduzido em lote particular do parceleiro do INCRA, Sr. José Soares Lenk, já falecido, e iniciado em 1977/1978.

O delineamento experimental foi o de "bloco ao acaso", com arranjo fatorial 3 x 3, dos seguintes fatores: espaçamento e densidade do cacaueiro. Nas condições em que se conduziu o trabalho, observou-se que o vigor da seringueira não foi afetado pela consorciação com o cacaueiro; que o consórcio favoreceu a cultura da seringueira, e que o melhor sistema agroflorestal foi aquele em que a seringueira, em linhas duplas, no espaçamento de 6,0m x 3,0m, foi intercalada com duas linhas de cacaueiro no espaçamento de 3,5m x 3,0m.

O CPAF-RO, também desenvolveu o sistema café + feijó (*Cordia goeldiana*), em Ouro Preto do Oeste. Em Machadinho D'Oeste, estão sendo testados três diferentes sistemas envolvendo o Tratamento 1, castanha-do-pará + cupuaçu + pimenta + culturas anuais; Tratamento 2, feijó + cupuaçu + bananeira + pimenta + culturas anuais; Tratamento 3, pupunha + cupuaçu + bananeira + pimenta + culturas anuais; Tratamento 4, castanha-do-pará + culturas anuais; Tratamento 5, feijó + culturas anuais; e Tratamento 6, pupunha + culturas anuais. Este experimento foi instalado em fevereiro de 1987. Os cultivos estão sendo controlados em desenvolvimento, produção, ciclagem de nutrientes e resultados econômicos.

Esses trabalhos estão compendiados no Volume 2 - Trabalhos Voluntários, do I Congresso Brasileiro Sobre Sistemas Agroflorestais e I Encontro So-



bre Sistemas Agroflorestais nos Países do Mercosul, realizado em Porto Velho, Rondônia, de 3 a 7 de julho de 1994.

Além dos experimentos conduzidos pela Embrapa/CPAF-RO, é importante destacar a ação da Emater-RO, e do Banco do Estado de Rondônia-Beiron, que elaboraram e financiaram, via Fundagro, Sistemas Agroflorestais no município de Machadinho D'Oeste.

O número de produtores financiados foi de 78 produtores, com uma área plantada de 279 hectares. As culturas arbóreas que se destacaram foram: o freijó, com 188 hectares, ou seja, 67%; a seringueira, 76 hectares, ou seja 27%; e a pupunheira, 19,5 hectares com 6%. Os cultivos "protegidos" financiados foram: o café, 192 hectares, correspondendo a 69%; o guaraná, 48 hectares, ou seja, 17,5%; o cacau, 20,5 hectares, ou seja, 7,5%; o urucum, 9 hectares, ou seja 3%, e o cupuaçu, 8,5 hectares, ou seja, 3%. As informações foram obtidas junto ao Escritório Local da Emater-RO, em Machadinho D'Oeste.

Os ensaios ou a busca da "opinião correta", colocada em prática pelos produtores, se exemplifica com o Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado-Reca. A importância maior conferida ao Reca, resulta em dose maior de capacidade de organização dos produtores rurais que ali trabalham.

A área do projeto Reca situa-se na "Ponta do Abunã", e denomina-se Nova Califórnia. Até meses atrás, era uma área litigiosa entre os Estados do Acre e Rondônia, e hoje deferida pelo Supremo Tribunal Federal, em favor de Rondônia. Nos idos de 1984, o Incra/SR-17, de Rondônia, delimitou a gleba Euclides da Cunha e assentou umas 1.000 famílias, das quais remanescem umas 700. O Incra fez apenas a concessão da área e efetuou a abertura de uma estrada de penetração.

Em um relatório encaminhado ao Ministro da Agricultura, em maio de 1991, dizia-se: "...há, portanto, mais da metade de um povo doente. É difícil avaliar as conseqüências dessa situação. Na verdade, o que se percebe é o desânimo do povo. Alguns arriscam a voltar à origem, mas a crise econômica e social os assusta. O jeito é ficar e lutar para que os agricultores se organizem e mostrem ao mundo que são possíveis o trabalho humano e a convivência fraterna, com felicidade para todos, em harmonia com a natureza", escrevia à época Álvares-Afonso, assessor da Presidência do Incra.

Graças a esse espírito associativista, cerca de 250 agricultores e suas famílias, todos migrantes vindos do Sul do País, com passagem por Rondô-

nia, trocaram as lavouras tradicionais (milho, arroz, feijão, mandioca e o café, o cacau) por lavouras regionais: castanha-do-pará, cupuaçu e pupunha. Além do forte espírito associativista e forte disciplina organizacional, os agricultores do Reca, estão contando com o financiamento que receberam do Governo da Holanda, via Agência de Cooperação Cebemo, num montante inicial de US\$958 para cada hectares. Cada agricultor pode pegar um máximo de três hectares de financiamento.

Todo o financiamento feito pelo Cebemo, foi de US\$ 92.920,00, do qual 80% se destina ao agricultor, e 20% à manutenção do Projeto Reca. Este conta com funcionários, tem sede própria, alojamentos, indústria extratora de polpa de cupuaçu, câmara frigorífica e viaturas.

O Reca tem apenas um executor e um vice, mas é dirigido por uma espécie de Conselho, formado de 12 agricultores que comandam grupos divididos por atividades (saúde, estradas, educação, comercialização, etc.). Vale dizer que a Cebemo- Organização Católica de Cooperação para o Desenvolvimento, é uma Organização Não- Governamental, holandesa, que estendeu seu apoio ao Projeto Reca, graças a interveniência do Bispo Dom Moacir Grechi, de Rio Branco, Acre.

Existe boa vontade e desejo de progresso entre os associados do Reca, que aceitam a incorporação de novos associados, mas também impõem a desvinculação daqueles que se recusam a trabalhar em obediência às regras da Associação.

Uma das dificuldades que deve ser apontada logo reside processo de comercialização da polpa do cupuaçu, em razão de ficar o Reca, por vezes, com estoques retidos e com dificuldade de fazer a colocação de sua produção. No mês passado, a gerência admitia ter tido dificuldades de comercialização, em 1996.

Uma outra dificuldade é a colocação da produção de frutas da pupunheira. Em 1996, foram produzidas cerca de 800 toneladas de cachos de pupunha e comercializadas, em Porto Velho e Rio Branco, apenas 100 toneladas. Não há perspectiva de ampliação de mercado para frutas de pupunha. Assim é que inúmeros associados estão adensando suas plantações de pupunha para passarem a explorar a palmeira da pupunha para a produção de palmito.

O palmito da pupunha poderá vir a ser uma boa alternativa para aumentar os ingressos dos agricultores, por ter fluxo contínuo durante todo o ano. Cada touceira da palmeira perfilha vigorosamente, aumen-



tando a produção de palmito. Deve-se buscar orientação correta para o manejo adequado das plantações adensadas. Deve-se ainda pensar em adubações, para reposição de nutrientes. Associados do Reca começam, também, a fazer algum ingresso com a venda de sementes de pupunha, em forma de sementes pré-germinadas, principalmente para São Paulo.

O estrato superior do sistema agroflorestal do Reca, a castanha-do-pará, ainda não está sequer florando. Como foram plantadas por via de sementes, e não foram enxertadas, as castanheiras estão sendo tardias, na produção. Alguns produtores já se perguntam por que a castanheira, e por que não uma outra espécie florestal, por exemplo, o mogno.

Talvez, Senhor Presidente, fosse aconselhável que o Reca buscasse na Embrapa/CPAF-RO, mais apoio técnico-científico para o seu sistema original (castanha-do-pará + pupunha + cupuaçu). Isso, principalmente, na busca de outras espécies de ciclo curto, que contribuíssem para proporcionar entradas substanciais no fluxo de caixa dos produtores.

Outro problema, a superar, é o da comercialização, e o da agroindustrialização. Os associados estão ficando muito tempo sem receber, por seus produtos entregues, ficando com parcelas retidas pela direção do Reca, face aos estoques. (na realidade porque não conseguem vender com rapidez a polpa).

Os investimentos feitos nos últimos anos somaram R\$433.300,00; a sede representa um investimento de R\$115.000,00; o alojamento, R\$ 70.000,00; o prédio do beneficiamento da polpa de cupuaçu, R\$160.000,00; a câmara de frigorificação, R\$45.000,00 os grupos geradores, R\$43.300,00. No próximo ano agrícola, dezembro 1997 a maio 1998, é preciso contar com a ampliação da câmara de frigorificação e a construção de um túnel de congelamento, em decorrência do crescimento da produção de polpa.

Atualmente os produtores estão contando com um empréstimo internacional feito pelo programa CCFD/CEE, que contempla cada associado com R\$1.549,00.

Da produção de 800 toneladas de frutas de pupunha foram comercializadas apenas 100 toneladas ao preço de R\$0,25 a 0,60/quilo. O período de frutificação do cupuaçu vai de dezembro a junho do ano seguinte, com o "pico" de produção registrado entre fevereiro/abril. Foram produzidas 60 toneladas de polpa, comercializadas, em média, a R\$2,50 por quilo.

Somando a produção da polpa do cupuaçu e pupunha (frutos e palmito) cada associado, em média, percebeu um ingresso da ordem dos dois salários mínimos por mês. Com a passagem da pupunha

para a produção de palmito, resultante do adensamento das plantações, espera-se alcançar dois milhões de pés de pupunheiras, por volta do ano 2.000. A direção do Reca está à busca de financiamento para a instalação de uma fábrica multi-função, para o acondicionamento do palmito, fabricação do purê de palmito e de outras polpas.

É importante destacar algumas lideranças reveladas dentre os associados: Sergio Roberto Lopes, originário do Paraná e graduado em psicologia; o ex-padre e hoje extensionista Jean Pierre; o atual Coordenador Presidente do Reca, Arnaldo Berkembrock. O Reca é um bom exemplo, não somente de trabalho, mas, sobretudo, de criatividade e de fator organizacional, assim como de quanto a entre-ajuda pode resultar em benefícios sociais para uma comunidade isolada, e até desamparada.

Na virada histórica que se está avizinando, Nova Califórnia poderá vir a ganhar a sua autonomia e transformar-se em município; o Reca, que já possui uma área plantada de 800 hectares de sistemas agroflorestais, uma economia que caminha para a produção econômica, com sustentabilidade, tem tudo para ir-se aperfeiçoando e ampliando, feitas as correções que se tornarem necessárias.

Não devem esquecer os associados e os dirigentes do Reca que o exemplo e a modelagem implantada com grandes sacrifícios podem ser capitalizadas, a seu favor.

Complementando o que se disse sobre sistemas agroflorestais, é importante e justo referir o Programa Agro-Ambiental de Cooperativismo da Amazônia, que tem como tarefa e proposta, a vulgarização, introdução e adoção dos sistemas agroflorestais, proposta esta capaz de sustar ou atenuar o processo acelerado de desflorestamento.

Os objetivos específicos do Programa Agro-Ambiental de Cooperativismo na Amazônia são merecedores de transcrição:

a) introduzir sistemas de manejo em policulturas (sistemas agroflorestais, enriquecimento de capoeira, etc.) em áreas tradicionalmente ocupadas com monoculturas;

b) atender as demandas do processo de potencialização, que começa a ser desenvolvido nas Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamento Extrativistas, criados no que se refere ao enriquecimento da base de recursos utilizados, e em introdução de sistemas de manejo voltados ao aumento da produção agropecuária, dessas reservas e projetos



(cultivos de sub-bosques, sistemas agroflorestais, manejo de capoeiras);

c) elaborar, sistematicamente, material de divulgação sobre as diversas fases e resultados deste Programa, objetivando dar suporte às atividades de educação ambiental em seus vários níveis;

d) produzir material de divulgação, visando documentar resultados já existentes na área de sistemas de produção diversificados, na Região Amazônica, com a finalidade de difusão e aplicação dessas experiências".

Por ocasião do I Seminário sobre Reforma Agrária e Ambiente na Amazônia, em novembro de 1993, em Rio Branco, Acre, a Coordenadoria do Programa Agro-Ambiental de Cooperativismo na Amazônia apresentou uma prestação de contas da execução do Programa desde 1991 a novembro de 1993, que informava:

	Nº Sócios	Nº U.D.	Área(ha)
Projetos Implantados	6.988	441	692
Projetos a implantar	6.990	314	322
<b>Total</b>	<b>13.988</b>	<b>755</b>	<b>1.024</b>

\* U.D. Unidades Demonstrativa.

Estamos convencidos de que os sistemas agroflorestais poderão converter-se em uma espécie de antídoto, e/ou freio, ao processo de destruição dos recursos naturais posto em prática pela agricultura migratória.

Segundo estudos levados à efeito, e tendo em conta os resultados alcançados ao longo de mais de 30 anos de pesquisa e experimentação, em diversos sítios ecológicos do mundo, para cada um hectare de sistema agroflorestal, poder-se-á economizar de cinco a dez hectares de florestas, destruídas pela agricultura migratória, pelo processo da derruba e queima".

Isso porque, Senhor Presidente, como diz Max Plank: "As idéias novas não vencem porque convencem os portadores das idéias velhas, mas porque surge uma nova geração que as toma para si e faz delas sua bandeira e seus instrumento".

Muito Obrigado

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO:**

Anexo 1

**PRODES**

**AMAZÔNIA LEGAL**

**EXTENSÃO DO DESFLORESTAMENTO BRUTO  
(km<sup>2</sup>)**

	Jan/78	Abr/88	Ago/89	Ago/90	Ago/91	Ago/92	Ago/94
Acre	2500	8900	9800	10300	10700	11100	12064
Amapá	200	800	1000	1300	1700	1736	1736
Amazonas	1700	19700	21700	22200	23200	23999	24739
Maranhão	6100	33000	34500	35600	36300	37435	38179
incluindo desflorestamento antigo (57.800 km <sup>2</sup> )	63900	90800	92300	93400	94100	95235	95979
Mato Grosso	20000	71500	79600	83600	86500	91174	103614
Pará	16600	91700	99500	104400	108200	111987	120555
incluindo desflorestamento antigo (39.800 km <sup>2</sup> )	56400	131500	139300	144200	148000	151787	160355
Rondônia	4200	30000	31800	33500	34600	36865	42055
Roraima	100	2700	3600	3800	4200	4481	4961
Tocantins	3200	21600	22300	22900	23400	23809	24475
Amazônia Legal	54600	279900	303800	317600	328800	337664	358144
incluindo desflorestamento antigo (97.600 km <sup>2</sup> )	152200	377500	401400	415200	426400	440186	469978

**Observação:** aprimoramentos do processo de análise dos dados levaram à identificação de áreas desflorestadas não observadas nos levantamentos do período de 1978 a 1991, correspondente a 1.703 km<sup>2</sup>, não incluídos na tabela acima. Durante as etapas posteriores do projeto, essas áreas serão estratificadas segundo os estados e anos de ocorrência.



**O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC)** - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou entre aqueles que têm plena consciência de que todo esforço para transformar qualitativamente nosso País será vão se, em primeiro lugar, não se promover substancial transformação do sistema educacional que temos. Eis a razão pela qual tenho acompanhado, com o interesse que a importância do tema requer, as ações do Governo Federal voltadas para a melhoria da educação brasileira, em especial do ensino fundamental público.

Penso ser correta a estratégia governamental de se privilegiar a educação básica como campo prioritário de ação, para o qual deverão convergir propostas inovadoras e eficazes, além dos recursos necessários à sua implementação. Afinal, se o Brasil já conseguiu, nos últimos anos, vencer a barreira do acesso ao ensino fundamental garantindo a matrícula de mais de 90% das crianças na faixa dos 7 anos, o desafio de agora diz respeito à permanência desses alunos na escola e ao seu melhor desempenho.

Assim, Sr. Presidente, o que está em jogo é a qualidade da educação, sobretudo daquela que é ministrada nas escolas públicas. Isso significa dizer que estaremos no caminho certo quando a evasão e a repetência verdadeiros flagelos de nosso sistema educacional tiverem seus índices drasticamente reduzidos, atingindo um padrão internacionalmente aceito como razoável.

De igual modo, melhorar a educação oferecida às crianças, aos adolescentes e aos jovens brasileiros pressupõe atos concretos que se traduzem em prédios escolares bem construídos e bem conservados, em livros e materiais didáticos distribuídos no período certo, em equipamentos necessários ao bom funcionamento das escolas, em merenda escolar farta e balanceada, em salários dignos para os profissionais que atuam na área.

Exatamente por assim pensar, Senhor Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que vi com bons olhos a decisão do Sr. Ministro Paulo Renato de, mediante Proposta de Emenda Constitucional, criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Vi, nessa medida, a possibilidade de uma ação conjunta, coordenada e sistematizada, da União, dos Estados e dos Municípios em prol do ensino fundamental, racionalizando o uso dos recursos a ele destinados, incentivando a municipalização desse nível de ensino e conferindo crescentes responsabilidades e autonomia às escolas.

Entretanto, acabo de tomar conhecimento de uma decisão do Ministério da Educação e do Desporto que afeta diretamente o repasse de recursos administrados pela União às escolas públicas de todo o Brasil e que, salvo engano, está a merecer imediata reconsideração por parte do MEC. Quem me chamou a atenção para o problema gerado pela Resolução nº 03, de 4 de março último, do FNDE/MEC, foi o Dr. Gercino Gérson Gomes Neto, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro das Promotorias da Infância, de Santa Catarina.

Qual é o problema suscitado pela referida Resolução? Simplesmente, Sr. Presidente, a norma baixada pelo MEC elimina a possibilidade de que escolas com menos de 21 alunos, no ensino fundamental, recebam verbas do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, isto é, recursos federais. Como bem salientou o Dr. Gercino, em correspondência encaminhada ao Sr. Ministro da Educação, "a medida é arbitrária e inconstitucional, ferindo os artigos 205, 206 incisos I, VI e VII, 208, 211 parágrafo primeiro, e 207 da Constituição Federal, bem como ferindo frontalmente o espírito e os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/90, além de parecer demonstrar que foi adotada por quem desconhece a realidade brasileira, especialmente das áreas rurais".

Não apenas reitero minha total concordância com a argumentação utilizada pelo nobre Promotor catarinense como, também, quero fazer uso dos dados por ele levantados acerca do estrago que medida dessa natureza causará a um Estado como o de Santa Catarina. A prevalecer a decisão da burocracia do MEC, deixarão de receber as verbas federais de manutenção nada mais nada menos que 3 mil, 807 escolas, num total de 44 mil, 757 alunos, apenas em Santa Catarina. Não há, nem pode haver, lógica alguma que justifique um desatino desses!

Ao finalizar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apelando ao espírito público e à sensibilidade do Sr. Ministro Paulo Renato, para que seja revista a malsinada Resolução, faço minhas as palavras do Dr. Gercino Gérson Gomes Neto: "Será que para fazerem jus aos recursos que, apesar de poucos, são importantes, as escolas terão de proceder à unificação, sem levar em conta que estarão apenando crianças e adolescentes, que contarão com mais este entrave na luta que empreendem para poderem exercer um direito que a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente lhes garantem e que técnicos teimam em lhes negar?"

Era o que tinha a dizer.



**O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP)** - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de registrar junto a esta Casa que o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampréia, por determinação expressa do Senhor Presidente da República, determinou a criação da Assessoria de Relações Federativas, órgão diretamente ligado a seu gabinete, para fazer a interface do Ministério das Relações Exteriores com os Governos dos Estados e Municípios brasileiros, assessorando-os em suas iniciativas externas, tratativas com Governos estrangeiros, organismos multilaterais e organizações não-governamentais internacionais.

A nova Assessoria será chefiada pelo Ministro Cesário Melantonio Neto e terá como função sistematizar e coordenar os contatos do Itamaraty com os governos estaduais e municipais, hoje dispersos entre as várias áreas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Promoverá, além disso, a interlocução dos estados e municípios com os escritórios regionais do Itamaraty no Brasil – que passam a subordinar-se diretamente à nova Assessoria – e com a rede de Embaixadas, Missões, Consulados brasileiros no exterior. A esse propósito, ressalto que está prevista para o segundo semestre de 1997 a abertura do escritório regional do Itamaraty em São Paulo, que funcionará juntamente com a representação local da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, no Momorial da América Latina.

A Assessoria de Relações Federativas atuará também junto às missões diplomáticas, repartições consulares e representações de organismos internacionais acreditados junto ao Governo Brasileiro, para que mantenham coordenação permanente com o Itamaraty na implementação daquelas iniciativas que, em suas áreas de atuação, envolvam ações externas de estados e municípios.

Além de suas tarefas como instância de coordenação política, dentro e fora do Itamaraty, a Assessoria de Relações Federativas terá papel significativo na difusão de informações sobre temas internacionais relevantes para estados e municípios, promovendo conferências e seminários dirigidos a governadores, planejadores, assessores internacionais, empresários e quadros técnicos locais.

Entre a última semana de agosto e a primeira quinzena de setembro, a Assessoria de Relações Federativas estará promovendo um primeiro grande seminário sobre o tema da Diplomacia Federativa. A idéia é reunir um grupo representativo de governadores, prefeitos e assessores de governos locais, além de, eventualmente, associações e federações

empresariais, com representantes do Itamaraty, em torno de uma agenda flexível que incluirá três módulos:

I – Apresentação da Assessoria de Relações Federativas e de suas propostas de trabalho;

II – A experiência de Estados e Municípios da área internacional: iniciativas exitosas, propostas, demandas que possam ser atendidas pelo Ministério das Relações Exteriores.

III – Painéis temáticos sobre atos internacionais e preparação e tramitação de projetos de cooperação internacional.

Governadores e prefeitos que acumulam grande experiência de atuação internacional serão convidados a participar da abertura do seminário e a proferir alocução sobre suas iniciativas concretas na área.

Um dos elementos mais relevantes do seminário de apresentação é o fato de que sua realização permitirá melhor aquilatar as expectativas e demandas de Estados e Municípios com relação ao Ministério das Relações Exteriores, balizando, de certo modo o futuro trabalho da Assessoria de Relações Federativas.

Enfim, Senhoras e Senhores Senadores, com a nova Assessoria, os Poderes Públicos locais passarão a contar com uma interlocução direta e específica na Chancelaria, voltada a apoiar e incentivar sua presença internacional, respeitada a competência do Governo Federal em matéria de formulação e implementação da política externa brasileira e de negociação e assinatura de atos internacionais. Ao Ministro-Chefe do novo órgão, Dr. Antonio Cesário Melantonio Neto, meus cumprimentos e votos de grande êxito na importante missão que tem a seu cargo.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para tirar a política nacional de transportes da situação de letargia em que estava mergulhada nos últimos anos, o ministro Eliseu Padilha vem cumprindo uma intensa programação de viagens e de contatos por todo o País, buscando reconstruir a mística de confiança e de dinamismo numa das áreas mais fundamentais para o desenvolvimento econômico. Liderando pessoalmente o projeto prioritário de recuperação das estradas federais, num prazo de 120 dias, o Ministro multiplica seus esforços pessoais para coordenar, ao mesmo tempo, o cronograma de investimentos do programa "Brasil em Ação", com suas metas de mé-



dio e longo prazos na ampliação da infra-estrutura de transportes.

No conjunto de obras já definidas como prioritárias para os próximos anos, uma das mais fundamentais para os interesses do Centro-Oeste é a hidrovia Tietê-Paraná. O porto fluvial de São Simão é o terminal que liga Goiás ao restante do continente e aos países do Mercosul, e já está consolidado como a nossa principal referência nos transportes econômicos de longo curso para a produção agrícola. E é confortador verificar que o Ministro está disposto a vencer todas as dificuldades para estender os limites navegáveis da hidrovia para os sete mil quilômetros que estão previstos no projeto definitivo.

O Ministro foi ousado e corajoso ao antecipar esse compromisso do governo, no encontro recente que manteve com representantes da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia, na cidade de Araçatuba. Na verdade, ele assumiu publicamente um tipo de postura que vem faltando em nosso País. Temos sido carentes de sonhos de grandeza, temos sido pobres para vislumbrar e viabilizar os grandes projetos de infra-estrutura, e sepultar essa síndrome da timidez deve ser a preocupação essencial dos nossos homens públicos. Ter medo de pensar grande é um complexo incompatível com a grandeza de um país que lidera economicamente todo um continente e que conquistou a posição privilegiada de oitava economia de todo o Planeta.

Imagino para a hidrovia do Mercosul, no futuro, uma importância comparável à das grandes vias fluviais navegáveis de toda a Europa e à bacia do Tennessee, nos Estados Unidos. Elas são parte inseparável da História de integração de algumas das áreas mais desenvolvidas do mundo, e funcionam como elos de desenvolvimento cultural e turístico. Em Goiás, já temos o exemplo objetivo da região de São Simão, que passou a viver um período de explosão de investimentos no turismo e na agroindústria de aproveitamento da soja. É imprescindível espalhar essa sementeira de desenvolvimento por todo o continente, numa escala de grande que não pode ser impedida pela timidez, e é bom constatar que o Ministro dos Transportes está integrado nesse espírito.

No seu discurso para os participantes do 1º Encontro Internacional da hidrovia Tietê-Paraná, o ministro Eliseu Padilha garantiu que não faltarão recursos para a realização do projeto. O Ministério dos Transportes vem estudando as alternativas tecnológicas para a transposição dos 120 metros de altura da hidrelétrica de Itaipu, para chegar à navegabilidade de sete mil quilômetros. Com os 150 milhões de

reais já garantidos pelos programas orçamentários, serão completadas as obras de construção da eclusa de Jupiá, dentro dos próximos doze meses. Com isso, vai desaparecer o gargalo que impede a passagem das grandes embarcações, aumentando para 2.400 quilômetros o leito navegável do rio Paraná.

Infelizmente, os compromissos assumidos pelo ministro dos Transportes não alcançaram níveis de repercussão correspondentes à sua importância para o desenvolvimento do País e para as perspectivas reais de integração entre os países do Mercosul. Uma frase improvisada, no contexto informal de uma conversa com jornalistas, acabou por valorizar repercussões polêmicas e por deslustrar o conteúdo econômico das decisões que foram anunciadas. Minha esperança é a de que, com os esclarecimentos que o Ministro apressou-se em tornar públicos, seja restabelecido o clima de paz que permita ao Ministro trabalhar com tranquilidade e garantir os resultados que todos estamos esperando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos designando para a sessão deliberativa de amanhã, às quatorze horas e trinta minutos, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1993 (nº 197/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda nº 3 ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, tendo

Parecer favorável, sob nº 325, de 1997, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

### 2

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1996 (nº 269/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Seguridade Social, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, em 26 de junho de 1995, tendo



Pareceres favoráveis, sob nºs 332 e 333, de 1997, das Comissões

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e
- de Assuntos Sociais.

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 18, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1997 (nº 328/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996, tendo

Parecer favorável, sob nº 326, de 1997, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18h32min.)*

(O.S. 14049/97)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO  
SR. SENADOR ELCIO ALVARES NA  
SESSÃO DE 01/07/97, QUE SE REPUBLICA  
POR SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR.*

**O SR. ELCIO ALVARES** (PFL-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem cunhado alguns neologismos para descrever, com propriedade, certas facetas da realidade nacional ou da postura psicossocial do brasileiro. Uma dessas expressões cunhadas pelo Presidente é a "fracassomania". Com efeito, a inegável gravidade das mazelas do País, associadas à longa história de equívoco das tentativas - ou pseudotentativas - governamentais de solucioná-las, habituou-nos a um sentimento de catástrofe iminente, de falta de saídas ou de perspectivas de melhora. Enxergar e apontar aberrações, injustiças, desvios é sempre fácil, e o mais desinformado cidadão tem na ponta da língua uma longa lista de motivos para a sua indignação cívica.

Quando essa indignação cívica é canalizada construtivamente para reivindicar, para exigir correção de injustiças, depuração ética nas instituições, ação efetiva do Governo ao encontro dos anseios populares - e isso vem ocorrendo com frequência e

intensidade cada vez maiores na história recente do País - ela - a indignação - representa amadurecimento da cidadania e aprofundamento da prática e da consciência democráticas. Quando, no entanto, a indignação se converte em "fracassomania", o que prevalece é o negativismo injustificado e a desesperança, que conduzem à inércia e à apatia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, "a fracassomania", o ceticismo em relação ao País e a sua capacidade de superar dificuldades acabam por fazer com que não enxerguemos a exata dimensão dos nossos êxitos. Esse é o caso do Plano Real, no momento em que se comemora o seu terceiro aniversário.

Inobstante o generalizado apoio ao Plano Real, não somente evidenciado nas pesquisas de opinião, mas também manifestado por porta-vozes dos mais diferentes setores sociais, não creio que tenhamos aprendido com exatidão a profundidade das transformações que ele vem trazendo à vida do País - parece que rápido demais esquecemos a situação que vigorava anteriormente a julho de 94, perdendo, assim, os parâmetros de comparação que nos permitiriam valorizar adequadamente o novo momento que o Brasil vive.

Façamos, portanto, esse exercício. Transportemo-nos 3 anos ao passado e olhemos em direção ao futuro.

Estamos em julho de 1994. A inflação está em torno de 40% ao mês. A taxa anualizada já chegou a 4.000%. Nos últimos 13 anos, a indústria brasileira esteve estagnada, o PIB cresceu apenas 21,45%, a renda **per capita** caiu 5%. O empresário nacional, por absoluta inviabilidade de realizar planejamento, em face da caótica situação da economia, não se arrisca a investir. O investidor estrangeiro não quer nem ouvir falar em Brasil. Boa parte dos desempregados sequer aparece nas estatísticas, porque, em face da falta de perspectiva, até desistiu de procurar colocação.

Naquele momento - julho de 94 - quem daria crédito à previsão de que, dentro de 3 anos, a inflação anual estaria reduzida a 7%? Quem admitiria a possibilidade de um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB - da ordem de 13,6%, em apenas três anos? Quem apostaria no aumento de quase 9% na renda **per capita**, nesse mesmo e curto período? Quem ousaria prever um aumento no rendimento médio real dos assalariados de 22%? Quem poderia prognosticar crescimento superior a 50% da massa salarial real?

Este é, sem qualquer sombra de dúvida, um aniversário a ser comemorado. Um aniversário a ser comemorado com efusão, com alegria e, sobretudo,



com muito orgulho. O caminho percorrido por nossa Pátria nesses 3 anos, o avanço obtido, as transformações concretizadas são algo de extraordinário.

Talvez seja intrínseco à natureza humana acostumar-se facilmente aos avanços obtidos, às melhorias alcançadas nas condições de vida. Assim, o ser humano passa a perceber a nova situação como normal, deixando de valorizar adequadamente o progresso que conquistou; concentra-se, uma vez mais, naquilo que ainda lhe falta, no que almeja conseguir.

No entanto, até para melhorar nosso moral nas batalhas que estão pela frente - e serão muitas e grandiosas, não há dúvida - é fundamental que demos a devida apreciação a um êxito importante quando ele é conquistado. A dimensão do êxito representado pelo Plano Real dá a medida do potencial do Brasil e da capacidade dos brasileiros.

No passado recente, a utilização do verbo "mudar" e do adjetivo "novo" em **slogans** governamentais desgastou-se por completo, pois, apesar das peças publicitárias usarem esse apelo à exaustão, nada mudava e nada era novo. Hoje, sem que o Governo tenha necessidade de brandir **slogans**, basta uma breve recordação da situação que o País vivia há 3 anos para termos a clara percepção da profundidade das mudanças, da amplitude da renovação. Hoje, já não se trata de reclamar: "Muda Brasil"; o Brasil está mudando! Hoje, o Governo não faz propaganda do "novo Brasil", o povo percebe que este é um novo País na sua mesa de refeição.

No que tange à preservação do efetivo valor da troca da moeda nacional, mais significativo ainda do que o fato de convivermos hoje com taxas civilizadas de inflação é o fato de que essas taxas se mantêm constantemente em queda. No ano passado, a inflação ficou entre 9 e 10 %; este ano, deverá ficar entre 6 e 7%; no ano que vem, muito provavelmente, teremos uma inflação inferior a 5%.

Um País que já viveu a realidade da hiperinflação sabe avaliar as vantagens que lhe advêm dessa nova situação. Logicamente, houve o imediato aumento do poder aquisitivo da população mais pobre, que não tem conta em banco, não aplicava no **overnight** e, portanto, pagava integral e diariamente o imposto inflacionário. Entre uma data de pagamento salarial e a próxima, o valor do salário percebido deteriorava-se a taxas superiores a 1% ao dia. No fim do mês, o quilo do feijão na "venda" podia estar 50 ou 60% mais caro.

No entanto, esse é apenas o resultado mais imediatamente perceptível da estabilização econômica. A completa extensão de seus efeitos vai muito

além. A questão da previsibilidade, da possibilidade de planejar gastos e investimentos é também fundamental. Há 3 anos, com preços que se alteravam da manhã para noite, o brasileiro não sabia o quanto ganhava, nem o quanto gastava, porque não sabia - ninguém o sabia de fato - quanto valia a moeda. Hoje, as famílias, as empresas e o próprio Governo têm condições de fazer orçamentos reais, de programar seus gastos e seus investimentos.

No caso das empresas isso é condição **sine qua non** para fazer investimentos. Na ausência de previsibilidade, dificilmente um empresário está disposto a assumir riscos, pois, embora eles sejam inerentes à sua atividade, nessa situação crescem de maneira intolerável.

Com a estabilidade monetária, o empresário não apenas sabe o valor efetivo do investimento que está realizando, mas também pode estimar razoavelmente o retorno que terá.

A partir desses efeitos diretos, imediatos na estabilização monetária, vêm os efeitos indiretos secundários. É o caso do crescimento econômico que já se faz sentir de forma acentuada. Em 1997, o nível de produção será superior em nada menos do que 30% em comparação ao nível anterior ao Plano Real. Considerado somente o terceiro ano do Plano, o crescimento do Produto Interno Bruto, em termos reais, foi de 4,8%.

Se o crescimento já acontecido é significativo, a expectativa para o próximo período é de crescimento ainda mais forte, como resultado da recuperação da capacidade de investimento e do ânimo em investir, dada a perspectiva otimista que o país apresenta para o futuro.

No que concerne aos investimentos externos diretos, seu crescimento pode ser qualificado como fabuloso: há 4 anos atrás, eles foram inferiores a US\$900 milhões; em 1995, chegaram a US\$3 bilhões; em 1996, chegaram a US\$9 bilhões; em 1997 superarão US\$14 bilhões e em 1998, na pior das hipóteses, repetirão o desempenho deste ano. Estamos falando, portanto, num incremento superior a 1.300%. Com isso, a taxa de investimento, que era de 14% do PIB, no período 93/94, situa-se hoje entre 17% e 18% do PIB. Ainda no que se refere a investimentos estrangeiros, sua participação nas Bolsas de Valores brasileiras foi ampliada de 10% para 30%. Se os investimentos diretos na economia brasileira refletem, com muita clareza, a confiança do investidor estrangeiro, a captação de financiamentos no exterior só faz confirmar essa impressão. Na Itália, o recente lançamento de bônus com o prazo de



30 anos foi um sucesso, havendo tomadores voluntários para os papéis brasileiros que só irão vencer no ano 2027. São apostas no Brasil e no seu futuro.

Outra consequência do Plano foi o vigoroso aumento do comércio exterior brasileiro, que praticamente dobrou, passando de US\$50 bilhões, antes da implantação da nova moeda, para US\$100 bilhões em 1996.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, um aspecto importante que não podemos deixar de ressaltar, neste momento em que mencionamos algumas das conquistas econômicas tornadas possíveis pelo Plano Real, é o fato de que tudo isso tem sido garantido com muita tranquilidade. Diferentemente de outros países - que, ao realizar os processos de ajuste de suas economias, enfrentaram monumentais crises fiscais, às vezes catastróficas, no sistema financeiro -, vimos conseguindo ajustar a nossa economia sem ocorrência de traumas mais significativos. Na Albânia, na Venezuela e em outros países, as crises nos sistemas financeiros desencadearam conflitos sociais e políticos de maior gravidade. Aqui, ao contrário, conquanto a transição do regime de inflação alta para o de inflação baixa tenha atingido fortemente os bancos, forçando-os a realizar grandes ajustes, conseguimos assegurar a tranquilidade e a confiança da população em seu sistema bancário. Isto tem um significado muito importante: evitar uma crise sistêmica era fundamental, pois uma corrida aos bancos poderia representar o fim do Plano Real.

A administração de um programa como o Plano Real, que representa uma profunda reestruturação em toda a vida econômica do Brasil, exigiu notável competência, sem a qual não teríamos conseguido evitar os fantasmas da **débâcle** do sistema financeiro e da crise fiscal. É importante destacar que a manutenção do plano não tem prejudicado o necessário controle sobre as contas públicas. Ao contrário, o déficit público está em queda. Enquanto em maio de 1996, o déficit do setor público como um todo situava-se em 5,44% do PIB, hoje ele está em 3,44%, e no final de 1997, provavelmente tenhamos um déficit inferior a 3% do PIB. Trata-se de um trabalho que vem sendo feito não só pelo Governo Federal, mas, principalmente, pelos Estados e Municípios. Os resultados, como vimos, já começam a aparecer. Talvez, nos próximos anos, a situação fiscal deva melhorar ainda mais.

Os efeitos do Plano Real sobre o poder aquisitivo da população assalariada, principalmente a mais pobre, são notáveis. O ilustre economista e ex-Ministro Mailson da Nóbrega afirma que o Plano resultou em aumento médio da renda salarial de 20% acima

do índice de inflação do período. Segundo o ex-Ministro, o programa de estabilização reduziu em um quarto a pobreza do País, permitiu o acesso de ampla camada da população ao mercado consumidor, diminuiu a chamada classe "E" e expandiu simultaneamente a classe média.

Já o Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles, destaca que o Plano Real retirou mais de 13 milhões de brasileiros da pobreza absoluta, constituindo, na sua opinião, "o instrumento mais importante de política social que o Brasil já conheceu".

Com efeito, as opiniões de Mailson e Dornelles encontram respaldo nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. Números da Pesquisa Mensal de Emprego e Rendimento realizada pelo Instituto mostram que a proporção de pobres caiu de 33,4%, em 1994, para 27,8%, em 1995, e para 25,1%, em 1996. Esses resultados são consequência da elevação da renda **per capita** em 2,8% ao ano de 1995 e 1,5% em 1996, refletindo ainda a queda no grau de desigualdade que passou de 5,73%, em 1994, para 5,13% no ano seguinte e para 5,7%, em 1996.

O aumento do poder aquisitivo dos mais pobres é também constatado pelo Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, o eminente Deputado Inocêncio Oliveira, que avalia em 30 milhões o número de brasileiros introduzidos no mercado consumidor graças ao Plano Real.

Frente a essa realidade, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não nos pode causar qualquer surpresa o resultado da mais recente pesquisa segundo a qual 3 entre 4 brasileiros estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a condução da política econômica e social.

Alguns opositores do Real têm procurado transformar a questão do desemprego no seu cavalo de batalha. Analisada a questão com um mínimo de profundidade, veremos que os argumentos contrários são falaciosos.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que a problemática do desemprego está longe de ser uma peculiaridade brasileira, constituindo, nos dias que correm, o maior desafio aos condutores da política econômica, tanto dos países industrializados quanto dos países em desenvolvimento. A modernização das fábricas, a automação das linhas de montagem, a informatização generalizada são realidades inexoráveis, incontornáveis, contra as quais não se faz sentido rebelar-se, como, aliás, reconhecem os próprios líderes sindicais.



A supressão de postos de trabalho, no contexto desse processo, é um dado de realidade ao qual é inútil opor-se. Cabe, isto sim, buscar alternativas para a criação de ocupações novas e diferenciadas, em que se possa alocar a força do trabalho.

Na verdade, nesse contexto mundial de autêntica revolução no mundo do trabalho, a situação do Brasil é até privilegiada. Nossa taxa de desemprego é um terço da vigente na Argentina e metade da que se verifica na Europa.

Todo o processo de estabilização econômica está sendo feito com pouco sacrifício em termos de emprego. Nos 3 anos de Real foram criados no País 1.151 milhão novos empregos, sendo mais de 360 mil nos últimos 12 meses. O número de pessoas procurando trabalho aumentou, mas conforme pesquisa do Ipea a taxa de desemprego manteve-se baixa, situando-se em 5,2% no terceiro ano do Real.

É importante compreender que a nova situação da economia criou a perspectiva de emprego, fazendo retornar ao mercado de trabalho boa parte das pessoas que haviam desistido dele durante os anos de 1990 a 1993, quando a recessão diminuiu em 10% o número de pessoas em busca de trabalho. Após a introdução do Real, a procura por emprego tem aumentado cerca de 2,3% ao ano.

O Plano Real é um patrimônio da Nação. Um patrimônio que o povo muito preza e não admitirá seja colocado em risco. Como muito bem apontou o Presidente Fernando Henrique Cardoso em seu pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, ontem à noite, a consolidação final dos resultados obtidos com o Plano só depende, agora, da aprovação das reformas constitucionais pelo Congresso Nacional. E aqui quero fazer um elogio público e expresso como testemunha, juntamente com os demais Líderes, da ação do Presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, que, além de ter sido permanentemente um destacado defensor dos trabalhos do Congresso, tem envidado todos os esforços, inclusive agora, na convocação extraordinária, chamando todos os Senadores para o esforço de trabalho que é da índole desta Casa, a fim de que se consigam votar as matérias que foram incluídas na convocação extraordinária e, principalmente, deixando a reforma da Previdência numa situação a partir da qual já poderemos definir as votações em primeiro e segundo turnos.

Urge que se aprovem as reformas para que a estabilidade econômica seja duradoura, para que o País possa crescer ainda mais e, assim, evitar-se o desemprego. A convocação extraordinária do Congresso, neste mês de julho que hoje inicia, determinada pelo Presidente da República, sinaliza claramente a prioridade que o Executivo confere a essa

questão e nós, do Legislativo, se Deus quiser, vamos dar-lhe uma resposta eminentemente positiva.

**O Sr. Edison Lobão** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** - Ouço com prazer o Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** - Eminente Líder Elcio Alvares, a economia brasileira, nos últimos 40 anos, passou por dois momentos de significativa importância: o primeiro deles foi durante o Governo do Presidente Castello Branco. O País estava mergulhado numa inflação que beirava os 100% ao mês, àquela época. Com a política econômica adotada pelo Governo Castello Branco, tendo à frente os seus Ministros Roberto Campos e Octávio Bulhões, transformou-se uma economia caótica numa economia de equilíbrio. Agora, temos um segundo tempo com o Plano Real do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é um sucesso admirado no Brasil e no exterior. Cumprimentos, portanto, a V. Ex<sup>a</sup> pelo registro e pela análise que faz deste momento de grande importância para a economia brasileira.

**O Sr. Sérgio Machado** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ELCIO ALVARES** - Depois do aparte do Líder do meu Partido, PFL, ouço com satisfação o Líder do PSDB, Sérgio Machado. É muito interessante, porque, na verdade temos, tanto no PFL quanto no PSDB, um apoio sistemático em favor do Governo, ao lado de outros partidos que sustentam a nossa base partidária no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) - Após os apartes, se V. Ex<sup>a</sup> puder concluir suas palavras - brilhantes palavras, aliás - eu o agradeceria, porque outros oradores estão inscritos.

**O SR. ELCIO ALVARES** - Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** - Mas eu apreciaria ter a oportunidade de um breve aparte também, Sr. Presidente, dada a importância do pronunciamento do Líder do Governo.

**O Sr. Sérgio Machado** - Eminente Senador Elcio Alvares, hoje é uma data importante. O Presidente Fernando Henrique Cardoso e todos nós, que lutamos a favor do Real, temos um grande desafio. O grande desafio que temos é o da inclusão social. O Brasil durante muito tempo trabalhou para uma pequena minoria. De cada 10 brasileiros, 7 foram excluídos do processo e a primeira medida importante de mudança estrutural, que é pré-condição para todo o salto, para todo o desenvolvimento, é exatamente o controle da inflação. A inflação era o imposto mais perverso que existia neste País, porque tirava dos pobres e concentrava nos ricos; escondia a incompetência dos governos, porque através dela se faziam os ajustes das contas públicas. E sempre a população mais pobre pagando a conta, pagando o ajuste. Hoje, vivemos um momento diferente. É um momento em



que precisamos ter coragem de fazer o que é certo e não o que é conveniente. A conveniência levou a um país injusto. Precisamos ter coragem de avançar. E, neste aniversário do Real, temos que refletir e continuar nossa luta - neste Senado e lá na Câmara - para que a possamos votar as reformas necessárias, não reformas meia-sola, mas as reformas necessárias que o Brasil precisa. Tenho plena confiança de que nesta convocação extraordinária, as lideranças que compõem o Congresso vão avançar em busca daquilo que a população quer, deseja e sonha.

**O SR. ELCIO ALVARES** - Sr. Presidente, consulto se, ao término do discurso, ainda há tempo para apartes. Praticamente necessito de 2 minutos para concluir o meu discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) - V. Ex<sup>a</sup> não tem mais tempo para ser aparteado. V. Ex<sup>a</sup> prossiga com o seu discurso.

**O SR. ELCIO ALVARES** - Sr. Presidente, para finalizar, quero dizer o seguinte: a população já compreendeu que agora compete mais ao Parlamento do que ao Executivo realizar o esforço final para que o programa de estabilização econômica seja concluído. É nosso dever assegurar a votação, ainda neste período de convocação extraordinária, das propostas de emendas constitucionais relativas às reformas administrativas e da Previdência Social, juntamente com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal.

O equilíbrio fiscal é imprescindível à preservação do Plano Real, no longo prazo e as reformas constitucionais são imprescindíveis ao equilíbrio fiscal. Tal como se encontram hoje redigidos, alguns dispositivos constitucionais impedem a racionalização da despesa pública, "engessam" o setor público, tiram sua flexibilidade. Só as reformas podem garantir essa flexibilidade. Sem elas, o Governo não pode reduzir sua despesa na proporção necessária. Com a despesa pública elevada, torna-se necessário buscar recursos no mercado financeiro para financiá-la, o que impede a redução das taxas de juros. A redução das taxas de juros é condição necessária ao pleno desenvolvimento econômico, e este, por seu turno, é condição necessária à superação de nossos graves problemas sociais.

O Brasil inteiro comemora hoje o terceiro aniversário do Plano Real, um programa de estabilização que mudou drasticamente a vida econômica e social do país. Depois de muitos anos de estagnação e até de retrocesso econômico; depois de muitos anos de empobrecimento dos brasileiros; depois do fracasso de inúmeros planos de estabilização, assumiu o Governo uma equipe competente, séria, com visão estratégica e um projeto coerente, viável e conseqüente para o pleno desenvolvimento nacio-

nal. Numa radical inversão de rumos, o Plano Real veio trazer grande incremento nos investimentos privados, acentuado crescimento da produção e do consumo, elevação da renda da população assalariada em geral, melhoria das condições de vida dos mais pobres, e redução da desigualdade social.

Não se pode dizer que sejam resultados modestos. Muito menos pode-se dizer que sejam afirmativas meramente retóricas, ocas, afastadas da verdade. Ao contrário, são todos fatos economicamente mensuráveis e estatisticamente já comprovados.

É em face dos resultados já obtidos que afirmo ser o Plano Real um patrimônio nacional. Quem é contra o desenvolvimento? Quem é contra o aumento do consumo popular? Quem é contra a redução da desigualdade social? Duvido que alguém se posicione contrário a esses progressos já assegurados pelo Plano Real.

Pois bem, se todos defendemos o crescimento econômico, o aumento do poder aquisitivo dos mais pobres, a justiça social, aí está, em pleno funcionamento, produzindo resultados efetivos, um programa econômico que comprova, na prática, ser apto ao atingimento desses altos objetivos. O Plano Real depende, agora, de nossa ajuda. Aprovar as reformas constitucionais ou colocar em risco o Plano Real!

Que cada um assuma a sua responsabilidade perante o povo brasileiro e os destinos da Pátria!

Muito obrigado.

## **ATA DA 131ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1996**

(Publicado no **DSF**, de 13 de agosto de 1996)

### **RETIFICAÇÃO**

À página nº 15295, 1ª coluna, na numeração do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre os Projetos de Lei da Câmara nº 65 e 209, de 1993, e Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1995,

**Onde se lê:**

**PARECER Nº 469, DE 1996**

Leia-se

**PARECER Nº 496, DE 1996**

## **AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

2-7-97

**Quarta-feira**

10:00 – Despacho Interno

11:00 – Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

15:30 – Sessão Deliberativa Ordinária do  
Senado Federal.



## **ATO DO PRESIDENTE**

### **ATO DO PRESIDENTE Nº 180, DE 1997**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas competências regimentais e regulamentares;

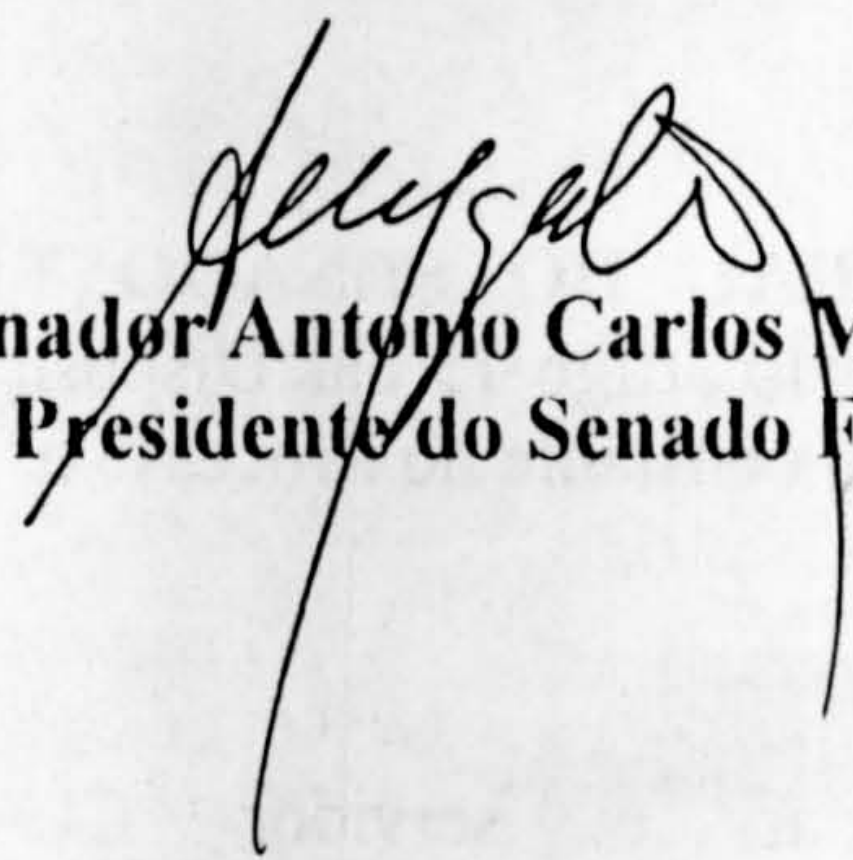
**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Estabelecer que estão suspensas as requisições de servidores lotados e em efetivo exercício no PRODASEN e na Secretaria Especial de Editoração e Publicações até 31 de dezembro de 1997.

**Art. 2º.** Os casos especiais serão deliberados por esta Presidência.

**Art. 3º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de julho de 1997.



**Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente do Senado Federal**

## **ATOS DO DIRETOR-GERAL**

### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.662, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 9104/97-6,



RESOLVE dispensar o servidor CLAUDIO FERNANDES CARVALHO, matrícula 4667, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Roberto Requião, com efeitos financeiros a partir de 27 de maio de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 2 de julho de 1997.



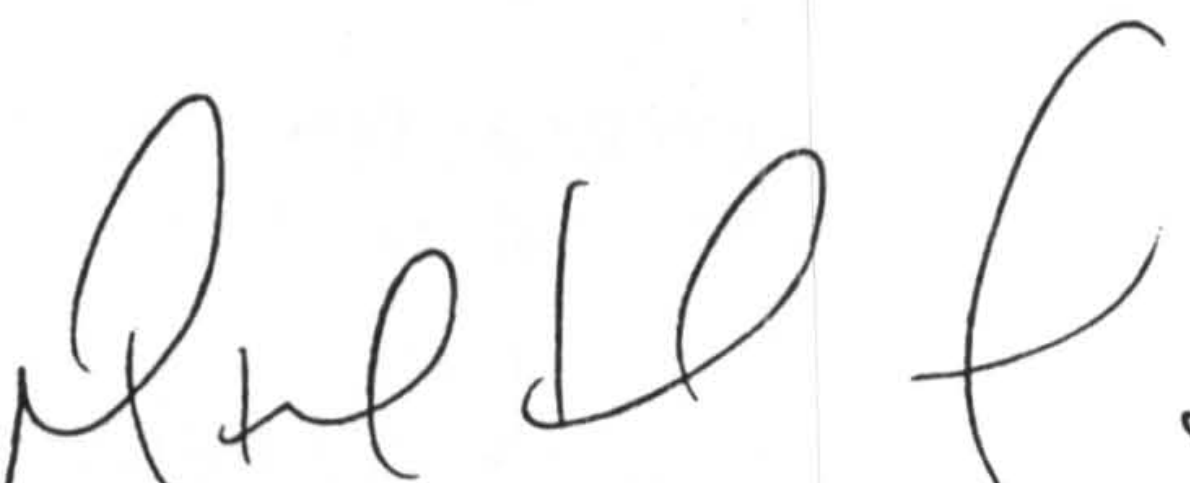
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.663, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 9104/97-6,

RESOLVE designar o servidor CLAUDIO FERNANDES CARVALHO, matrícula 4667, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Roberto Requião, com efeitos financeiros a partir de 27 de maio de 1997.

Senado Federal, 2 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

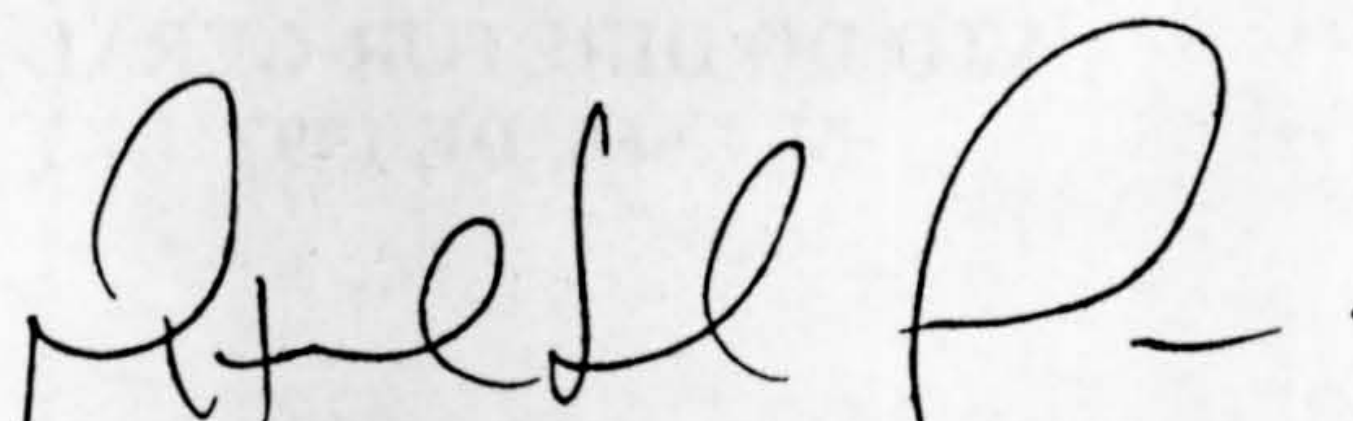


**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.664, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10409/97-1,

RESOLVE dispensar o servidor GILSON CINTRA, matrícula 3974, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 18 de junho de 1997.

Senado Federal, 2 de julho de 1997.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.665, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 9934/97-9,

RESOLVE designar o servidor AFONSO RODRIGUES VIANA, matrícula 3693, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função



Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 09 de junho de 1997.

Senado Federal, 2 de julho de 1997.



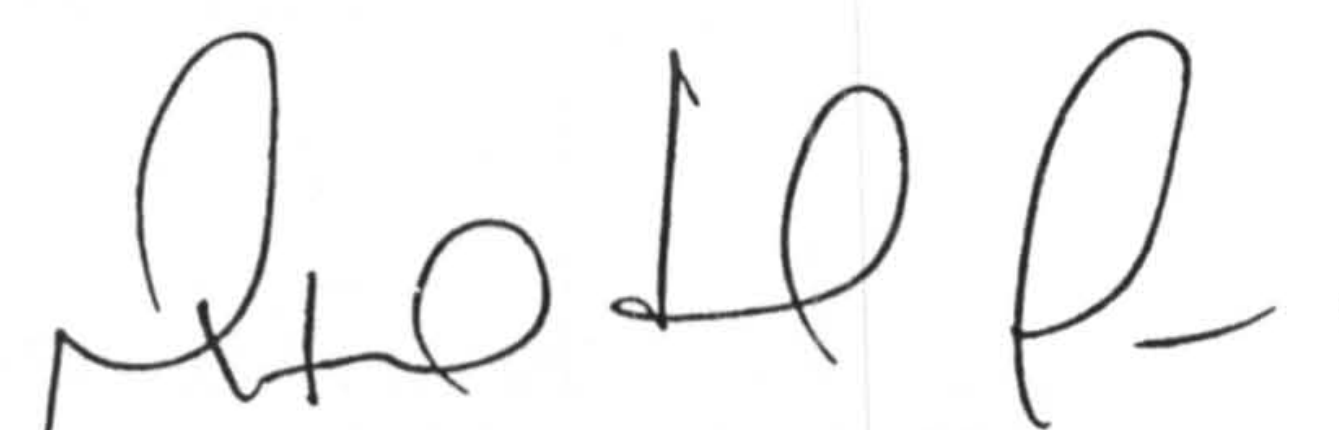
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.666, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 9916/97-0,

RESOLVE designar o servidor HERMANO MARIANO DE ALMEIDA, matrícula 2637, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 09 de junho de 1997.

Senado Federal, 2 de julho de 1997.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

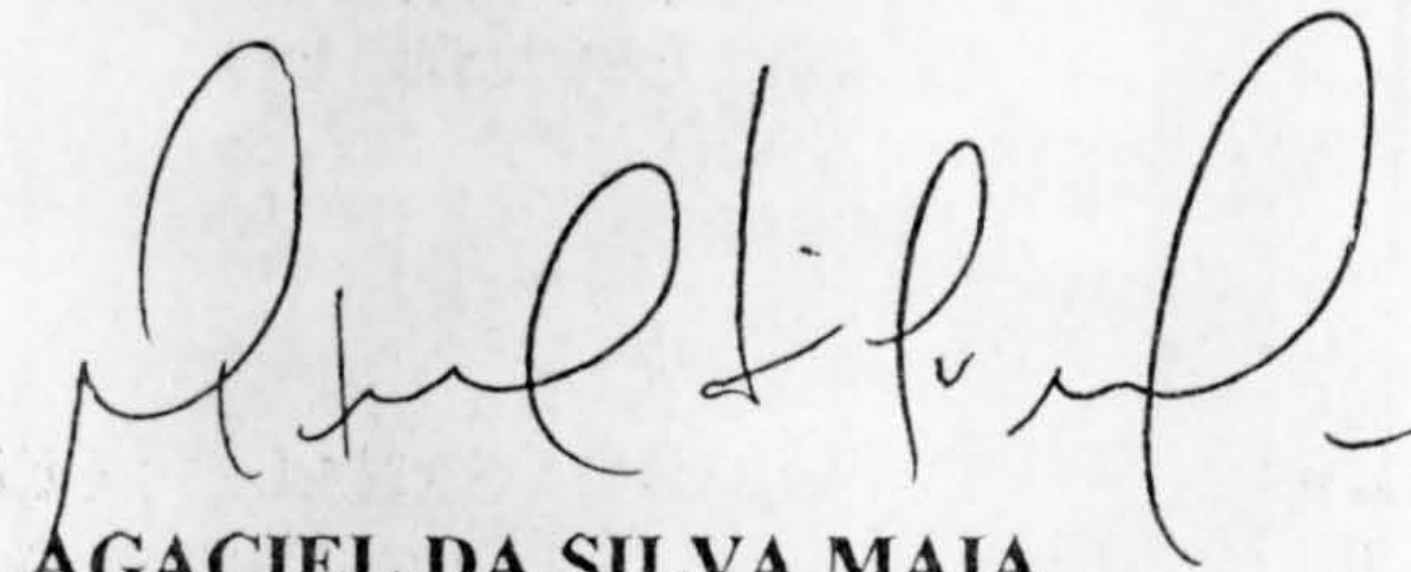


**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.667, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009895/97-3,

RESOLVE dispensar a servidora **MARCIA COSTA RAMOS**, matrícula 2270, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 25 de junho de 1997, e lotá-la no Gabinete da Terceira Secretaria a partir da mesma data.

Senado Federal, 2 de julho de 1997.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.668, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 9895/97-3,

RESOLVE designar a servidora **MARCIA COSTA RAMOS**, matrícula 2270, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do



Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 25 de junho de 1997.

Senado Federal, 2 de julho de 1997.



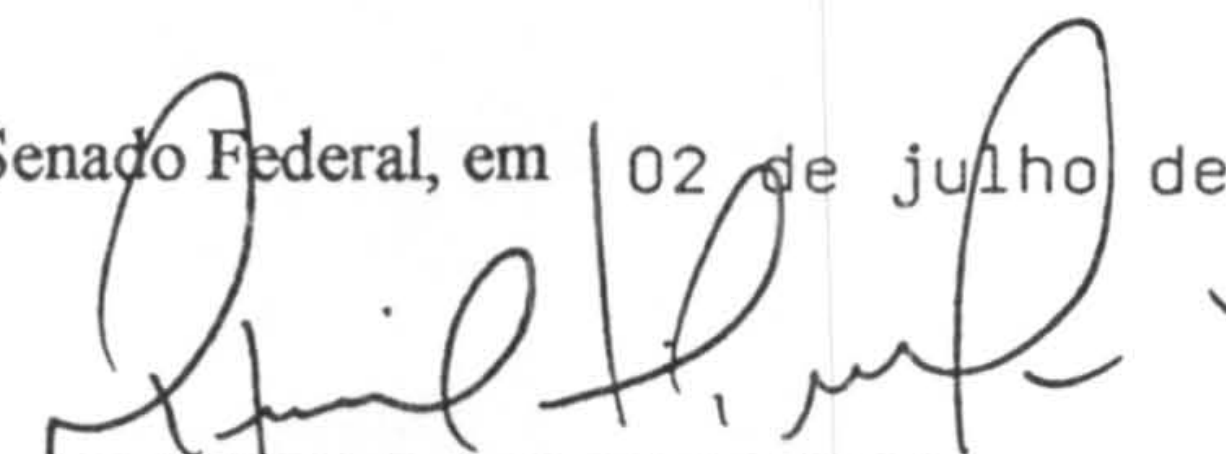
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.669, DE 1997**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.051/97-0,

**R E S O L V E** aposentar, voluntariamente, **HELENA ISNARD ACCAUHY SARRES DOS SANTOS**, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993, nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994, e Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-31/97, publicada em 13.06.97, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 02 de julho de 1997.



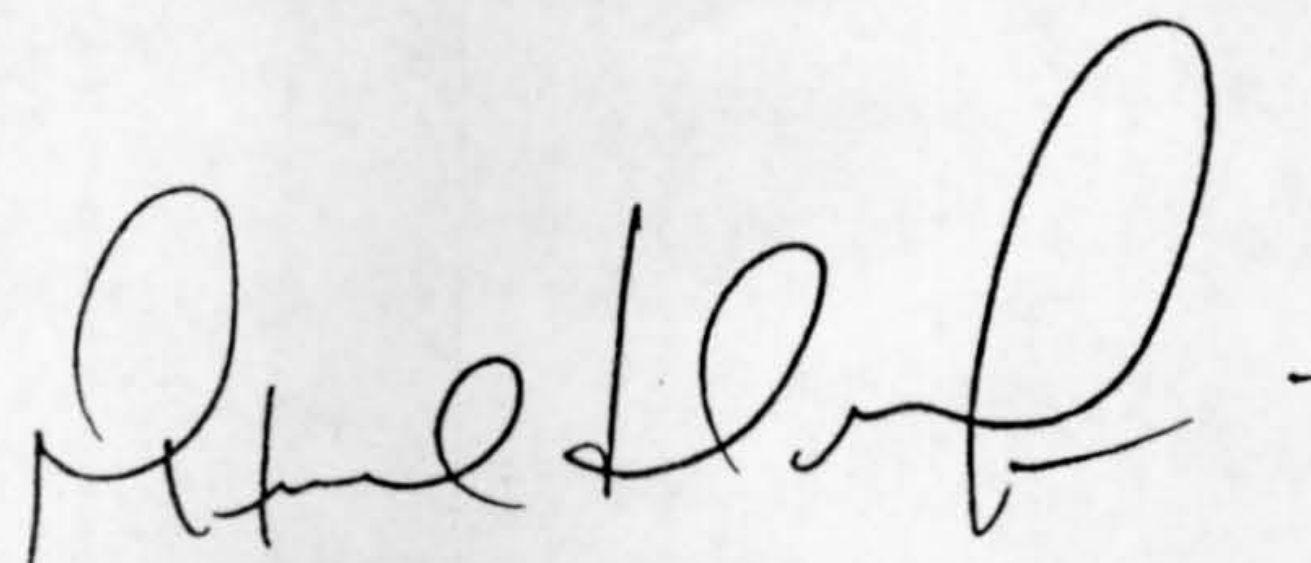
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**APOSTILA**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, Resolve APOSTILAR o Ato desta Diretoria-Geral nº 418, de 1997, para considerar o servidor JOSÉ PAULO PIMENTEL PINHEIRO, matrícula 1437, aposentado no cargo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, Nível III, Classe Especial, Padrão V/S30.

Senado Federal, em 02 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral



**MESA****Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

**1º Vice-Presidente**

Geraldo Melo – PSDB – RN

**2º Vice-Presidente**

Júnia Marise – Bloco – MG

**1º Secretário**

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

**2º Secretário**

Carlos Patrocínio – PFL – TO

**3º Secretário**

Flaviano Melo – PMDB – AC

**4º Secretário**

Lucídio Portella – PPB – PI

**Suplentes de Secretário**

1º – Emília Fernandes – PTB – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

**LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líderes**

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder**

Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.



## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC

**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

### Titulares

### Suplentes

#### PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

#### PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

#### PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

#### PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

#### PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

#### PP

1. Antônio Carlos Valadares

#### PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

#### PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
Romeu Tuma (Corregedor)



**SECRETARIA -GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLAUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JULIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)  
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
JOSE FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LUCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA  
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

## TITULARES

## SUPLENTE

**PFL**

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

**PMDB**

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

**PSDB**

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTONIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

**PPB**

ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

**PTB**

JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
---------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97



**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2291/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

**TITULARES****SUPLENTES****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

**PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

**PSDB**

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

**PPB**

ESPERIDIAO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

**PTB**

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 04/06/97



**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA  
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES  
 LINHARES  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 12/06/97



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSE IGNACIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLEY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)  
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97



**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: \*1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286

Atualizada em: 26/06/97



**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA  
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

**TITULARES****SUPLENTE****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

**PMDB**

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

**PSDB**

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

**PPB**

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

**PTB**

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546

Atualizada em: 12/06/97.



**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(SEÇÃO BRASILEIRA)**  
 (Designação em 25-04-95)

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**  
**Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER**  
**Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO**  
**Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGERIO SILVA**

<b>SENADORES</b>			<b>DEPUTADOS</b>		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	<b>PMDB</b>	Marluce Pinto (1)	<b>Bloco Parlamentar PFL/PTB</b>		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinubing	<b>PFL</b>	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Juca		Júlio Campos		<b>PMDB</b>	
Lúdio Coelho	<b>PSDB</b>	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Espendião Amin	<b>PPB</b>		Valdir Colatto		Rivaldo Macari
Emília Fernandes	<b>PTB</b>		Franco Montoro	<b>PSDB</b>	Yeda Crusius
Osmar Dias(2)	<b>PP</b>		Fetter Júnior(3,4)	<b>PPB</b>	João Pizzolatti
	<b>PT</b>	Benedita da Silva	Dilceu Sperafico	<b>PP</b>	Augustinho Freitas
		Eduardo Suplicy	Miguel Rossetto	<b>PT</b>	Luiz Mainardi
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95  
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.  
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.  
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96





## Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.  
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

# Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

**Agenda 21 (R\$ 10,00).** Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

**A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho.** Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00).** Texto Constitucional de 5/out/1988 corr. as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00).** Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

**Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00).** Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

**Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice).** Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

**Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00).** Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

**Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00).** Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

**Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.).** Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

**Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal.** Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

**Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00).** Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

**Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00).** Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

**Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00).** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

### Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

### Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

### Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbué Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.





**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

# **CD-ROM Legislação Brasileira**

**1997**

**Quarta edição**

**Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN**

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

**Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).**

**Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.**

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,  
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

**Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.**

**Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br**





## **Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.  
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

# Publicações

## Lançamentos

- **História Institucional do Senado do Brasil (R\$ 20,00)** – Vamireh Chacon  
Estudo sobre o Poder Legislativo, em especial da Câmara Alta do Legislativo Brasileiro, contando toda a sua história, desde sua instituição no período do Primeiro Reinado.
- **O Livro da Profecia (R\$ 50,00)** – Joaquim Campelo Marques (org.)  
Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores, intelectuais brasileiros sobre o século XXI.
- **Coleção Memória Brasileira**
  - **A Província (R\$ 8,00)** – Aureliano Cândido de Tavares Bastos  
Estudos sobre a descentralização político-administrativa do Brasil e sobre a questão do federalismo, realizados na época do Império.
  - **Sistema Representativo (R\$ 8,00)** – José de Alencar  
Estudos sobre o governo representativo com fulcro na questão eleitoral, democracia e representação proporcional.
- **Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado**
  - **Clodomir Cardoso (R\$ 10,00)** – Luciano de Souza Dias (org.)  
Biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.
- **Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)**
  - **Volume 11 (R\$ 3,00)**. “Análise Jurídico-Política do Mercosul”, de Victor S. Antunes Correia.
- **Constitution of the Federative Republic of Brazil – 1988 (R\$ 5,00)**  
Versão em língua inglesa da Constituição de 1988, contendo as ECs nº 1 a 15 e as ECRs nº 1 a 6.

**Para maiores informações, solicite nosso catálogo.**





**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

## REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

**Periodicidade Trimestral**

**Assinatura para o ano de 1997**

**Números 133-136**

**R\$ 40,00**

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,  
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: [ssetec@admass.senado.gov.br](mailto:ssetec@admass.senado.gov.br)





Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

# Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

**Carlos Frederico Marés de Souza Filho** – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

**Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias** – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

**Cláudio Roberto C. B. Brandão** – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

**Osvaldo Rodrigues de Souza** – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

**Ricardo Antônio Lucas Camargo** – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

**Cármem Lúcia Antunes Rocha** – Sobre a súmula vinculante.

**Sérgio Sérvulo da Cunha** – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

**Antônio Carlos Moraes Lessa** – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

**Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini** – Sobre a hipoteca judiciária.

**Maria Paula Dallari Bucci** – Políticas públicas e direito administrativo.

**Guilherme Silva Barbosa Fregapani** – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

**Marcílio Toscano Franca Filho** – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

**Carlos David S. Aarão Reis** – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

**Jete Jane Fiorati** – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

**Sílvio Dobrowolski** – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

**Kátia Magalhães Arruda** – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

**A. Machado Paupério** – Os irracionais de nossa democracia III.

**Fernando Braga** – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

**Álvaro Melo Filho** – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.

**Fabiano André de Souza Mendonça** – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

**Fernando Cunha Júnior** – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

**Paulo José Leite Farias** – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

**Maria Coeli Simões Pires** – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

**Jarbas Maranhão** – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

**Roberto Freitas Filho** – A “flexibilização” da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

**Nuria Belloso Martín** – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

**Francisco Eugênio M. Arcanjo** – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

**Vítor Rolf Laubé** – A Previdência no âmbito municipal.

**Claudia de Rezende M. de Araújo** – Extrafiscalidade.

**PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL:** Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:	Fax:		

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



## DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

### PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, **Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900**  
**CGC. 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

**Tabela em vigor a partir de 3-3-97.**



**SENADO  
FEDERAL**



**SECRETARIA  
ESPECIAL  
DE EDITORAÇÃO  
E PUBLICAÇÕES**

**EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS**